



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILA VICO

**TURISMO E POBREZA EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UM
ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PARQUE NACIONAL DO
LIMPOPO**

NATAL/RN

2024

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILA VICO

**TURISMO E POBREZA EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UM
ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PARQUE NACIONAL DO
LIMPOPO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Turismo.

Área de concentração: Turismo, desenvolvimento e gestão.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

NATAL/RN

2024

VERÓNICA CECÍLIO CHIUNDILAVICO

**TURISMO E POBREZA EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UM
ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PARQUE NACIONAL DO
LIMPOPO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Turismo.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Fransualdo, de Azevedo
Presidente – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Orientador

Prof. Dr. Guilherme Bridi
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Examinador interno

Profa. Dra. Josemery Araujo Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Examinadora interna

Profa. Dra. Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros
Examinadora externa – IFRN

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva - UFRRJ
Examinadora externa – UFRRJ

NATAL/RN

2024

AGRADECIMENTOS

A minha imensa gratidão a todos que contribuíram neste percurso.

Agradeço ao pessoal vinculado ao turismo e conservação, pelos diálogos, fruto dos aspectos conclusivos do mestrado, fazendo com que nascessem reflexões, apontamentos e desenvolvimento, tanto teóricos como empíricos referentes a tese.

Ao Professor Francisco Fransualdo de Azevedo, pela orientação e motivação, assim como pelo processo de construção do estudo, tendo contribuído para o resgate da visão transformadora, tornando-me pesquisadora em constante descoberta.

Aos (as) professores (as) do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR), pela contribuição ao desenvolvimento científico e estímulo ao pensamento crítico e emancipador. Em especial ao Prof. Dr. Mozart Fazito, pois as suas abordagens constituem um ato solene, que tanto no mestrado como no doutorado contribuíram para o surgimento de inquietações e contribuições para o desenvolvimento da pesquisa. Ao Prof. Dr. Wilker Nóbrega que ainda na fase inicial da tese compreendeu e incentivou a importância da construção da mesma e no âmbito da teoria e das políticas públicas do turismo, assim como no seminário de tese juntamente com o Prof. Dr. Ricardo Lanzarini instigaram leituras direcionadas. Ao Prof. Dr. Marcos Nascimento com os focos no turismo e meio ambiente, particularmente nas especificidades das unidades de conservação.

As comunidades locais do Parque Nacional do Limpopo (PNL), a administração e ao pessoal conectado ao PNL, em especial a associação da agricultura familiar constituída em sua maioria por mulheres da comunidade como as senhoras Raileta Fuela, Leta Zucamangane, Saquina Baloi, entre outras. Ao líder comunitário de Makandazulo Salane e da comunidade hospedeira de Salane, os senhores Maluleque e Javane. Ao administrador do PNL – Fernando Pariela, Sérgio Bié – gestor das relações governamentais, reassentamento e planejamento, Flávio Tsaninga – oficial das operações no PNL, António Chemane – Assistente de Turismo e de modo geral, a toda a equipe do PNL.

Aos membros da banca, a Profa. Dra. Adriana Silva, Prof. Dr. Guilherme Bridi, Profa. Dra. Josemery Alves e a Profa. Dra. Viviane Medeiros, que se disponibilizaram em fazer parte da banca de defesa, tendo sido uma honra tê-los nesse processo. Além disso, realçar que de forma atenciosa e minuciosa, se dedicaram na análise e arguição da tese, contribuindo tanto para o desfecho do trabalho de tese, mas também para a visualização de oportunidades e pesquisas futuras.

Ao meu esposo, Roberto Vico, que sempre tem me motivado e fazendo perceber as minhas capacidades, sendo tanto inspiração de vida social, como da vida acadêmica. Também aos meus pais Cecílio Chiundila e Ângela Mtela, aos meus sogros Michele Vico e Silvana Ilardo, irmãos, cunhadas,

familiares e amigos que não constam nessa nota, pois o numero é imenso, mas as memórias permanecem, agradeço pelo afeto.

As companheiras do percurso, Bruna, Débora, Ana Catarina, Edilene e ao grupo de pesquisa de planejamento e gestão do turismo vinculada a teoria e epistemologia do turismo que funcionou como inspiração aos projetos de vida, tal como laboratório de diálogos e experiências que enriqueceram as nossas teses e pesquisas.

Gratidão!

Tal como a escravatura e o apartheid, a pobreza não é natural. É feito pelo homem e pode ser superado e erradicado pela ação dos seres humanos.

Mandela, 2005

*Existem várias formas de pobreza.
E há, entre todas, uma que escapa às estatísticas e aos indicadores numéricos:
é a penúria da nossa reflexão sobre nós mesmos.*

Mia Couto, 2013

TURISMO E POBREZA EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO

RESUMO

O turismo em áreas de conservação é constituído por três principais aspectos: a racionalidade sobre a integração das comunidades locais, a conservação ambiental neoliberal e a espacialização do uso turístico, os quais reúnem tensões no seio da população em situação de pobreza. Neste contexto, as áreas de conservação são focos para se entender o turismo por abrangerem relações de poder onde concentram as ações cotidianas e os processos externos, como a atuação de diversos agentes na reestruturação do território. A tese tenciona compreender a dinâmica do turismo e narrativas da pobreza, considerando o ideário de desenvolvimento vinculado ao contexto das áreas de conservação em Moçambique, especialmente no Parque Nacional de Limpopo, buscando analisar o turismo e as narrativas associadas à pobreza; o contexto da criação das áreas de conservação e o seu nexos com a ação dos diversos agentes; assim como, problematiza o ideário neoliberal e o seu fundamento na reestruturação das áreas de conservação, além da agenda política do turismo e indaga o processo de participação cidadã e as transformações sociais nas comunidades autóctones, com fins de organização interna de seus territórios. Do ponto de vista metodológico, tendo como base a abordagem qualitativa, busca-se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em estudo e documental, analisando os documentos diretivos moçambicanos, como planos nacionais e de manejo, vinculados ao turismo, pobreza e conservação. Foi realizada a pesquisa empírica com o auxílio de entrevistas em profundidade, para a colher o sentimento e o raciocínio das pessoas vinculadas à dinâmica do Parque Nacional do Limpopo. Além de coletar informações com os nativos e lideranças comunitárias para a obtenção de depoimentos que relatem a vida dos sujeitos envolvidos, realizou-se entrevistas com entidades estatais do turismo e conservação, assim como, com a principal Organização Não-Governamental parceira, com vista a identificar suas reflexões e ações concretas. O turismo desempenha um papel fundamental no âmbito das ações e práticas da estruturação dialógica cotidiana, revelando-se como fundamental na formação de narrativas. Este fenômeno complexo é influenciado por diversos fatores, incluindo os mecanismos e fins da política internacional nas relações do turismo. Também, as ideologias vinculadas à atuação do Estado desempenham um papel significativo, deixando suas marcas na construção do turismo e no contexto das representações políticas face às diversas realidades sociais. Por se tratar de comunidades de pequenos grupos, a articulação é flexível, mas o processo decisório é tanto questionável, visto que a fragilidade da participação cidadã, o acesso à informação e a tomada de decisões cruciais para os seus destinos dependem das relações de poder construídas historicamente, partindo do contexto familiar até constitucional.

Palavras-chave: Turismo. Pobreza. Neoliberalismo. Participação cidadã. Moçambique. Parque Nacional do Limpopo.

TOURISM AND POVERTY IN PROTECTED AREAS IN MOZAMBIQUE: A STUDY OF CITIZEN PARTICIPATION IN THE LIMPOPO NATIONAL PARK

ABSTRACT

Tourism in protected areas is made up of three main aspects: rationality about the integration of local communities, neoliberal environmental conservation and the spatialization of tourism use, all of which bring together tensions within the poverty-stricken population. In this context, protected areas are a focus for understanding tourism because they encompass power relations where everyday actions and external processes are concentrated, such as the actions of various agents in restructuring the territory. The thesis aims to understand the dynamics of tourism and narratives of poverty, considering the ideology of development linked to the context of protected areas in Mozambique, especially in Limpopo National Park, seeking to analyze tourism and the narratives associated with poverty; the context of the creation of conservation areas and their connection with the actions of various agents; It also problematizes the neoliberal ideology and its basis in the restructuring of conservation areas, as well as the political agenda of tourism, and investigates the process of citizen participation and social transformations in indigenous communities, with a view to the internal organization of their territories. From a methodological point of view, based on a qualitative approach, the aim is to carry out bibliographical research on the subject under study and documentary research, analyzing Mozambican policy documents, such as national plans and management plans linked to tourism, poverty and conservation. Empirical research was carried out with the help of in-depth interviews, in order to gather the feelings and reasoning of the people involved in the dynamics of the Limpopo National Park. In addition to collecting information from locals and community leaders to obtain testimonies about the lives of the people involved, interviews were conducted with government tourism and conservation bodies, as well as with the main partner Non-Governmental Organization in order to identify their thoughts and concrete actions. Tourism plays a fundamental role in the actions and practices of everyday dialogic structuring, revealing itself as fundamental in the formation of narratives. This complex phenomenon is influenced by various factors, including the mechanisms and purposes of international politics in tourism relations. Ideologies linked to the actions of the state also play a significant role, leaving their mark on the construction of tourism and the context of political representations in the face of diverse social realities. As these are communities of small groups, articulation is flexible, but the decision-making process is somewhat questionable, given that the fragility of citizen participation, access to information and crucial decision-making for their destinations depend on historically constructed power relations, from the family to the constitutional context.

Keywords : Tourism. Poverty. Neoliberalism. Citizen participation. Mozambique. Limpopo National Park.

TURISMO Y POBREZA EN LAS ÁREAS PROTEGIDAS DE MOZAMBIQUE: UN ESTUDIO SOBRE LA PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN EL PARQUE NACIONAL LIMPOPO

RESUMÉN

El turismo en las áreas protegidas se compone de tres aspectos principales: la racionalidad sobre la integración de las comunidades locales, la conservación medioambiental neoliberal y la espacialización del uso turístico, que aglutinan tensiones en el seno de la población en situación de pobreza. En este contexto, las áreas protegidas son un foco para la comprensión del turismo, porque engloban relaciones de poder donde se concentran acciones cotidianas y procesos externos, como la actuación de diversos agentes en la reestructuración del territorio. La tesis pretende comprender la dinámica del turismo y las narrativas de la pobreza, considerando la ideología del desarrollo vinculada al contexto de las áreas protegidas en Mozambique, especialmente en el Parque Nacional de Limpopo, buscando analizar el turismo y las narrativas asociadas a la pobreza; el contexto de creación de las áreas protegidas y su conexión con las acciones de diversos agentes; También problematiza la ideología neoliberal y su base en la reestructuración de las áreas de conservación, así como la agenda política del turismo, e investiga el proceso de participación ciudadana y las transformaciones sociales en las comunidades indígenas, con el objetivo de organizar internamente sus territorios. Desde el punto de vista metodológico, basado en un enfoque cualitativo, se pretende realizar una investigación bibliográfica sobre el tema objeto de estudio y una investigación documental, analizando documentos políticos mozambiqueños como planes nacionales y planes de gestión vinculados al turismo, la pobreza y la conservación. La investigación empírica se llevó a cabo con la ayuda de entrevistas en profundidad, con miras a recoger los sentimientos y razonamientos de las personas vinculadas a la dinámica del Parque Nacional Limpopo. Además de recolectar información de nativos y líderes comunitarios para obtener testimonios que relatan la vida de los sujetos involucrados, se realizaron entrevistas a entidades estatales de turismo y conservación, así como a la principal Organización No Gubernamental socia con miras a identificar sus reflexiones y acciones concretas. El turismo juega un papel fundamental en las acciones y prácticas de estructuración dialógica cotidiana, resultando fundamental en la formación de narrativas. Este complejo fenómeno está influenciado por varios factores, incluidos los mecanismos y propósitos de la política internacional en las relaciones turísticas. Asimismo, las ideologías vinculadas al accionar del Estado juegan un papel significativo, dejando sus huellas en la construcción del turismo y en el contexto de las representaciones políticas ante las diferentes realidades sociales. Al ser comunidades de pequeños grupos, la articulación es flexible, pero el proceso de toma de decisiones es cuestionable, dado que la fragilidad de la participación ciudadana, el acceso a la información y la toma de decisiones cruciales para sus destinos dependen de las relaciones de poder construidas históricamente, desde la familia hasta el contexto constitucional.

Palabras clave: Turismo. Pobreza. Neoliberalismo. Participación ciudadana. Mozambique. Parque Nacional Limpopo.

LISTA DE SIGLAS E SÍMBOLOS

CI – Conservation National

CIP – Centro de Integridade Pública

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FIAS – Foreign Investment Advisory Service

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICDP – Integrated Conservation and Development Project

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MITUR – Ministério do Turismo

MICTUR – Ministério da Cultura e Turismo

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PARS – Planos de Reassentamentos

PARPA – Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta

PARP – Plano de Ação para a Redução da Pobreza

PNL – Parque Nacional do Limpopo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poder de Compra

PPF – Peace Park Foundation

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Natureza

TNT – The Nature Conservancy

UC – Unidades de Conservação

UNDP – United Nations Development Programme

UNFPA – Fundos das Nações Unidas para Atividades Populacionais
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA – Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais
WCD – World Commission on Dams
WECD – Women Empowerment & Child Development
WWF – World Wide Fund for Nature

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição da população por província.....	28
Tabela 2: Indicadores demográficos.....	29
Tabela 3: Variação dos índices de pobreza em Moçambique.....	29
Tabela 4: Distribuição das principais áreas de conservação dos polos de desenvolvimento do turismo em Moçambique.....	34
Tabela 5: População analfabeta por província com 15 anos e mais.....	78
Tabela 6: Frequência escolar da população com 5 anos e mais de idade.....	80
Tabela:7 Chegada de turistas e receitas internacionais em Moçambique.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categorias analíticas.....	40
Quadro 2 : Diretrizes do turismo em áreas de conservação.....	46
Quadro 3: Análise das entrevistas.....	49
Quadro 4. Desenho da pesquisa.....	50
Quadro 5: Índice de Pobreza Multidimensional em Moçambique.....	77
Quadro 6: Distribuição de alunos por classes e número de professores na comunidade de Salane no Parque Nacional do Limpopo.....	80
Quadro 7: Dados sobre habitação em Moçambique.....	81
Quadro 8: saneamento e energia nas habitações.....	83

Quadro 9: Força de trabalho.....	84
Quadro 10: Abordagem teórico-conceitual de desenvolvimento.....	116
Quadro 11: Agentes externos.....	101
Quadro 12: Tipos de cidadania.....	141
Quadro 13: Tipologia de arranjos institucionais.....	162
Quadro 13: Mecanismos de financiamento das áreas de conservação	164
Quadro 14: Estágio do processo de reassentamento das comunidades do Parque Nacional do Limpopo.....	176
Quadro 15: restauração de meios de vida das comunidades locais.....	183
Quadro 16: Associações das comunidades locais em Salane – PNL	211

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo.....	31
Figura 2: Principais organizações que atuam no Parque Nacional do Limpopo.....	33
Figura 3: Figura 3: Indicadores avaliativos da pobreza no âmbito global	76
Figura 4: Sala de aula – Parque Nacional do Limpopo.....	79
Figura 5: fonte de água no PNL.....	82
Figura 6: Esquema de reflexão sobre o turismo.....	98
Figura 7: Chegadas de turistas internacionais e receitas do turismo de 2000 a 2022.....	113
Figura 8: Escada da participação.....	148
Figura 9: esquema de participação cidadã, considerando os dados empíricos do Parque Nacional do Limpopo.....	153
Figura 10: Organização institucional do PNL.....	172
Figura 11: Parque Nacional de Limpopo – demonstração do reassentamento das comunidades locais.....	174

Figura 12: Residência para o reassentamento humano.....	181
Figura 13: A perspectiva do turismo no PNL.....	191
Figura 14: atrativos do PNL.....	192
Figura 15: Construção de habitação.....	203
Figura 16: Atividade pastorícia.....	204
Figura 17: Encontro comunitário.....	206

INDICE

1 OS FUNDAMENTOS DA TESE: REFLEXÕES AO TEMA.....	14
1.1 Problemática de pesquisa.....	22
1.2 Questões de pesquisa.....	24
1.3 As orientações teóricas da tese.....	35
1.4 Objetivos.....	44
1.5 Procedimentos metodológicos.....	44
2 TURISMO E POBREZA: NARRATIVAS E CONTEXTOS.....	51
2.1 AS NARRATIVAS DE COMBATE À POBREZA COMO FOCO DA AGENDA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE	54
2.2 A POBREZA, PRIVAÇÃO, CAPACIDADES E OPORTUNIDADES.....	63
2.3 O PAPEL AVALIATIVO DA POBREZA.....	75
3 A ORDEM ESPACIAL: TURISMO E NEOLIBERALISMO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	94
3.1 ENTRE O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O REFLEXO NA POLÍTICA DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE.....	101
3.2 A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE RESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO	120
4 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: ORIGENS E ATUALIDADE EM QUESTÃO.....	136
4.1 O PAPEL DO ESTADO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: TURISMO, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	156
4.2 A ESTRUTURA DO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO E COMUNIDADES LOCAIS.....	171
4.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES LOCAIS NO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO.....	196
5 CONSIDERAÇÕES.....	214

REFERÊNCIAS.....	221
-------------------------	------------

APÊNDICE.....	242
----------------------	------------

Apêndice 1 - Roteiro de entrevista semiestruturada ao departamento de reassentamento humano.....	242
--	-----

Apêndice 2 - Roteiro de entrevista semiestruturada à comunidade reassentada (Parque Nacional de Limpopo).....	244
---	-----

Apêndice 3 - Roteiro de entrevista semiestruturada à concessão turística	246
--	-----

Apêndice 4 - Roteiro de entrevista semiestruturada às organizações não-governamentais.....	248
--	-----

Apêndice 5 - Ações realizadas pela WWF uma das principais organizações que lida com a instituição das áreas de conservação e a proteção da biodiversidade.....	250
--	-----

Apêndice 6 - Capacidades governamentais em turismo.....	255
---	-----

Apêndice 7 - Especificidades das áreas de conservação em Moçambique.....	256
--	-----

Apêndice 8 – Principais Áreas de conservação com fins turísticos em Moçambique.....	259
---	-----

Apêndice 9: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	260
---	-----

Apêndice 10: Fluxo de turistas internacionais.....	262
--	-----

Apêndice 11: Receitas internacionais (Dólar norte americano).....	263
---	-----

Apêndice 12: Material de entrevistas digitadas com base em recortes de unidades de registro e contexto pertinentes ao tema e aos objetivos da investigação.....	264
---	-----

Apêndice 13: Tipos de conservação.....	273
--	-----

ANEXOS

Anexo 1: Estrutura de articulação de instrumentos do planejamento público em Moçambique.....	275
--	-----

Anexo 2: Estrutura de priorização de ações na visão do PARP 2011-2014.....	276
--	-----

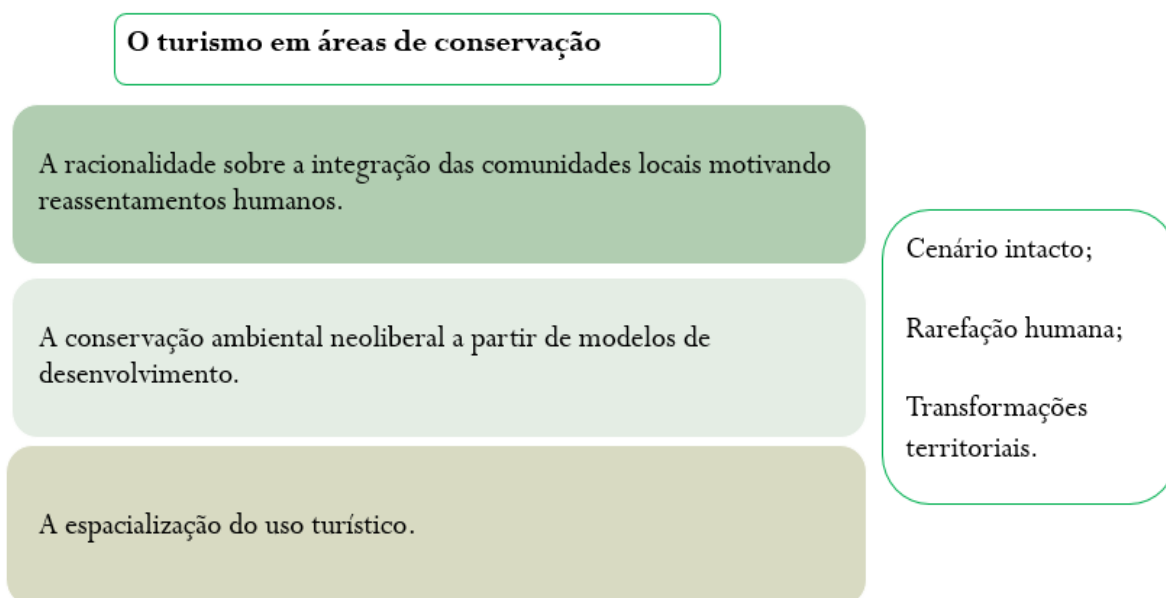
Anexo 3: Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC.....	277
Anexo 4: Chegada de turistas internacionais (variação mensal, %).	278
Anexo 5: Políticas, Planos e Programas das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC.....	278
Anexo 6: Distribuição de campismo no PNL.....	280
Anexo 7: Oportunidades de concessões turísticas no PNL.....	281
Anexo 8: Equipamento e concessões do turismo no Parque.....	282
Anexo 9: Tipos de turismo associados à conservação, categorizados pelo seu impacto previsto na conservação da biodiversidade.....	283
Anexo 10: Infraestruturas sociais por área de implementação do projeto de reassentamento das comunidades locais.....	284

1 OS FUNDAMENTOS DA TESE: REFLEXÕES AO TEMA

O turismo em áreas de conservação é determinado por um conjunto de discursos e ações representado por interesses face à reestruturação da proteção da natureza nas agendas de desenvolvimento e na intencionalidade da pobreza. Ele é representado por ideologias presentes nas transformações territoriais, dos quais se destacam: a racionalidade sobre a integração das comunidades locais motivando reassentamentos humanos, a conservação ambiental neoliberal a partir de modelos de desenvolvimento e a espacialização do uso turístico.

Verifica-se que as áreas de conservação se fundam na garantia de existência da parcela da natureza que se aproxima a um cenário intacto, similar à imagem anterior à intervenção humana, com preocupação no uso racional dos recursos e a proteção face à ocupação antrópica. A ideia da natureza, equiparada ao cenário intacto se refere ao fato de mesmo que as áreas de conservação passem por interferências do homem, haja um mundo natural em seu estado primitivo (Vide a síntese abaixo).

Apontamentos sobre o turismo em áreas de conservação



Fonte: autora (2023)

Diante deste cenário, tal como se associa aos apontamentos acima, inúmeras transformações ocorreram no processo de criação das áreas de conservação em âmbito mundial e foram demarcadas por limitações nos modos de vida das comunidades autóctones e expulsões das suas moradias ancestrais (Diegues, 2008). Então, a comunidade autóctone é vista no meio de um dilema, por um lado, associado à degradação dos recursos naturais devido ao uso dos mesmos para a subsistência, ou mesmo, à conservação da natureza por sua conexão nativa, divina, de pertencimento às suas terras. Por outro lado, o crescimento populacional motiva a implementação de projetos que visam a rarefação humana no interior das áreas de conservação e a materialização de determinados modelos, trazendo outros enfoques sobre a versão de acesso aos recursos naturais.

Assim, o turismo passa a ser vinculado às relações político-estratégicas como narrativas hegemônicas da pobreza e também à perspectiva de negócio compatível com a conservação, onde as comunidades possam se beneficiar das receitas como alternativa à pressão do uso dos recursos naturais.

Neste contexto, a concepção do turismo na vertente mercadológica gera uma visão utópica de eliminação da pobreza. Salienta-se que as comunidades autóctones têm estado em contrariedades mediante os interesses corporativos no âmbito de uma lógica global, pois as ações tendem a ser estabelecidas numa demanda para o favorecimento de propósitos hegemônicos.

No processo de regularização do uso das áreas de conservação, se obedece a uma sequência de contrariedades, onde o processo de hegemonia torna as comunidades mais submissas quando a emancipação dos indivíduos se mostra frágil, principalmente porque a vulnerabilidade das relações endógenas propicia as intervenções dos agentes dominantes.

Essas ações hegemônicas, em função do turismo e da conservação, destacam uma capacidade de transformar a conjuntura socioeconômica conforme os interesses externos ao lugar. Diante disso, determinados lugares tornam-se sujeitos às determinações de dominação e dependência, afetando, sobremaneira, os hegemonzados, isto é, as pessoas do lugar, mediante a rejeição ou exclusão dos indivíduos no processo de adaptação socioeconômica. Deste modo, fomentam-se as

relações desiguais e assim, possibilita o aumento da “riqueza” de modo concentrado, o que não impede a expansão da pobreza, mas às vezes, ao contrário, agrava ainda mais esse processo (Azevedo, 2014).

Embora em certas situações se realce o segmento do turismo com um propósito conservacionista denominado ecoturismo, que se identifica como um fenômeno socioeconômico praticado dentro de áreas protegidas, o ecoturismo é relacionado a “uma atividade que une o turismo e a natureza e que deve refletir sobre a sustentabilidade e os aspetos socioculturais centrados particularmente na equidade social” (Dias, 2008, p. 107). O turismo tem-se tornado controverso ainda quando associado ao discurso de sustentabilidade e equidade, sobre o que seria sustentável e equitativo para os atores hegemônicos e o que seria para os hegemonzados.

Observa-se que as desigualdades acontecem pelo extremo domínio de uns sobre os outros (Sen, 2000), resultante das disparidades no poder econômico e político, o que favorece a sujeição, fragilidade de articulação dos autóctones e desigualdades no acesso às oportunidades.

O outro fato é que, “a dinâmica da sociedade capitalista, quando considerada na sua inscrição territorial, na sua materialidade mostra, além de sua insustentabilidade ambiental, sua insustentabilidade política” (Gonçalves, 2012, p. 20) e insustentabilidade econômica e social (Costa, 2016), pois, o fundamento da conservação/sustentabilidade surge como opção, porém manifesta-se como um mecanismo para a fortificação das relações hegemônicas ora mundiais, onde o turismo se revela fundamental para a conservação e o uso fidedigno dos recursos naturais.

Assim, este estudo propõe discutir o turismo enquanto mobilizador de alternativas. Trará ideologias vinculadas às narrativas da pobreza no contexto moçambicano e seus nexos com as áreas de conservação, particularmente com o Parque Nacional do Limpopo. O debate sobre o turismo incorpora quesitos políticos e realidades sociais, incluindo os discursos e ações que se refletem nas relações cotidianas.

O propósito em discorrer acerca do turismo e da pobreza, especialmente em áreas de conservação, emerge pelo fato de ter realizado estudos para a dissertação de Mestrado, relacionados ao processo de internacionalização do turismo e o decurso do

desenvolvimento territorial no arquipélago de Bazaruto, em Moçambique, que é uma área de conservação. À vista disso, ter vivenciado os reflexos da divisão internacional do trabalho, a fragmentação territorial e desvendado explicitamente as situações de pobreza, gerando neste âmbito contradições que necessitam da assimilação do problema por meio de um debate analítico.

Outro motivo surge pelo fato de denotar a vulnerabilidade das populações nas áreas de conservação em Moçambique. Então, diante dos desafios, o presente estudo busca, como finalidade, proporcionar aportes que possibilitem estimular as políticas públicas, o planejamento territorial e alternativas para as populações em situação de pobreza, a partir da abordagem das capacidades individuais e grupais. Assim, pretende-se ampliar a temática do turismo e pobreza em áreas de conservação, aprofundando questões associada à intencionalidade neoliberal e desvendar os princípios de organização correspondente ao estímulo à valorização das populações em estudo.

O vínculo com os seminários/aulas no PPGTUR e as orientações com o professor/orientador da pesquisa, também propiciou não apenas o processo de construção da pesquisa, mas as reflexões fluíam, no âmbito do debate sobre buscar o foco para o turismo era incisivo. Afinal não se trata apenas do turismo que classicamente se vinculou ao produto da modernização, mas da relevância do turismo como transformador e emancipatório dos territórios. No âmbito de variadas correntes filosóficas, realmente, o olhar de pesquisadora, as suas orientações de pensamentos foram baseadas em discussões em grupo, mas também em aprofundamento de leituras individuais na qual foram emergindo a contradição de ideias, gerando mais reflexos.

Dentre outras motivações, o contato com o trabalho de campo trouxe mais impulsos ao estudo. No âmbito da ida ao campo foi possível verificar que a vivência das práticas comunitárias é uma experiência singular que muitas vezes desafia as generalizações comuns. É importante reconhecer as formas de organização social e o sistema de crenças específicos que refletem suas dinâmicas sociais e tornam as realidades únicas ao mesmo tempo complexas, devido a diversidade dos elementos subjetivos que as compõem.

A compreensão profunda das práticas comunitárias envolve imersão e respeito pela singularidade de cada grupo. Isso significou reconhecer que, mesmo que algumas características sejam compartilhadas, a interpretação e a expressão dessas práticas podem variar significativamente. É um convite para uma reflexão mais profunda da complexidade e da riqueza humana dentro das comunidades.

A ida à Comunidade de Makandazulo-Salane representou uma jornada fascinante através de visualização de um ambiente natural. A presença de girafas, elefantes, kudus, zebras e pássaros adicionou a experiência, proporcionando a oportunidade de testemunhar a vida “selvagem” em seu habitat natural. A visualização da natureza encantadora, com uma esplêndida vegetação, sugere uma paisagem exuberante e diversificada. Ao longo do percurso, deparando-se com árvores derrubadas pela passagem de elefantes destacando a imponência e a influência dos animais na transformação do ambiente ao seu redor. Além disso, as obstruções causadas por efeitos naturais, como chuva e vento, mostram como a natureza pode ser imprevisível e desafiadora.

O trajeto nas ruas de terra adicionou uma camada de autenticidade à jornada, destacando a simplicidade e a rusticidade do percurso. Este tipo de cenário ofereceu uma experiência mais próxima da natureza, longe do desenvolvimento urbano e da concentração da industrialização tradicional. O trajeto foi repleto de descobertas, maravilhas naturais e encontros emocionantes, mas também de contrariedades. Essas experiências certamente deixarão memórias duradouras e uma apreciação mais profunda da complexidade da dinâmica da sociedade.

No decorrer do percurso foi possível encontrar comunidades locais dentro do parque e as pessoas dessas comunidades dependem de boleias (caronas) para se locomoverem, já que não há sistema de transporte público interno. A dependência de boleias é predominantemente causada pela falta de infraestrutura de transporte público, o que tem afetado a mobilidade e a acessibilidade para os residentes locais. Isso também destaca a importância da colaboração entre membros da comunidade para atender às necessidades de deslocamento.

Essas comunidades carregam consigo uma variedade de itens, incluindo bagagens, produtos agrícolas e até animais, para sua estadia no destino e para

oferecer aos membros da família que estão visitando. Essa prática de levar ofertórios, é comum sendo uma maneira de demonstrar respeito, gratidão e solidariedade para com os membros da família hospedeira.

Em conversa com uma nativa, questionando sobre o seu destino, ela ia visitar a filha, e levava um conjunto de itens de produção agrícola para o ofertório. A fala dela foi marcante, uma vez que esperava há 5 dias que algum carro passasse para que ela pudesse partir. A observação da nativa sobre a espera reflete também uma realidade que, muitas vezes se difere do ritmo acelerado das sociedades urbanas. Nas comunidades, ficou perceptível que, o tempo é percebido de forma não necessariamente linear, a espera é considerada uma parte “natural” da vida. No seio das comunidades não se define o tempo no sentido progressivo, no ritmo de adequação ao sentido operacional cronometrado para o cumprimento de uma demanda, de uma urgência ou de uma necessidade.

O contexto comunitário destacou a importância de compreender as diferentes perspectivas em relação ao tempo, especialmente quando nos deparamos com culturas que não seguem a mesma lógica de urgência e imediatismo que muitas vezes caracteriza as áreas urbanas. A espera de cinco dias para encontrar um meio de transporte pode parecer incomum para quem está acostumado com a conveniência de serviços rápidos e acessíveis. Mas, esses compassos “lentos” são parte integrante da vida das comunidades locais em outros aspectos, como na questão de reuniões comunitárias, políticas públicas, entre outras situações.

Ao chegar na comunidade, em uma localidade recentemente reassentada, um turbilhão informações foi mapeando a minha mente. As questões refletiam sobre os diversos usos do território, as contradições do planejamento e aos enfoques da pobreza baseados no reassentamento, a fim de atingir os objetivos de conservação ao espelho do neoliberalismo, também se manifestava.

A ideia do turismo parecia desvinculada do contexto, e a referida sensação de quebra-cabeça de Khun (2009) se evidenciava. Também, o turismo enquanto fenômeno social provedor de processos participativos e empoderamento comunitário, mediante o encontro cotidiano e laços de solidariedade, submete-se ao ideário do

turismo somente tido como atividade econômica, mascarando o sonho da vivência comunitária.

Uma vez que as comunidades locais esperam, assim como a nativa esperou pela boleia para chegar ao seu destino, esperam que as receitas do uso do parque futuramente cheguem até elas e possibilitem assim a tutela, o assistencialismo e a acomodação. A pesquisa realmente se mostrou um processo que necessita desvendar e repensar nas questões estruturais que desencadeiem novas dinâmicas nas comunidades locais.

Caminhando pela comunidade e interagindo com os moradores locais, optei por utilizar a bicicleta de um residente nativo. Pois, navegar pelas ruas com a curiosidade de explorar o entorno da comunidade, proporcionou uma visão mais tangível da área. Vale ressaltar que a área reassentada de Makandazulo-Salane está subdividida em duas partes: o bairro Chokwe e o Maputo.

Apesar dos nomes desses bairros coincidirem com os de um distrito da província de Gaza e a capital do país, respectivamente, de acordo com os moradores locais, essas designações estão relacionadas ao fato de Maputo, ser considerado o lado mais privilegiado do reassentamento. Isso se deve à menor incidência de problemas relacionados ao relevo do solo, ao passo que a parte Chokwé, situada em uma área baixa, enfrenta problemas de enchentes durante a temporada de chuvas, o que se torna uma questão desafiadora para a habitação nesse período.

Retomando a questão da circulação em bicicleta, um dos anciões do bairro no qual as comunidades denominam Chokwé, destacou que as mulheres não podem andar de bicicleta na comunidade. Ao abordar essa perspectiva cultural com sensibilidade e evitando a imposição drástica de valores externos, percebi mais uma vez que lidava com uma comunidade onde tanto a plena participação das mulheres nos assuntos comunitários, quanto a proibição do uso de bicicletas, estão profundamente enraizadas em tradições culturais.

No entanto, o líder comunitário repisou que por ser uma mulher vinda de fora da comunidade poderia usar. E era apenas um convite para apresentar a família. E assim, o líder começou a relatar sobre a sua satisfação com o processo de reassentamento e apresentou-me as suas quatro esposas, as suas casas e a dos seus filhos que se

encontravam na vizinha África do Sul. De referir que muitos jovens, sem experiência, preparo e formação, se submetem a precariedade do trabalho na África do Sul como um país industrializado, moderno e dominante nas economias da África Subsaariana, esperando mais uma vez, a melhoria de suas vidas, num ciclo vicioso de exploração.

Testemunhei desafios significativos relacionados à adaptação a estrutura recém-estabelecida, que estava em processo de dinamização mediante um planejamento territorial incumbido. Essas questões incluíam a ausência de uma rede elétrica abrangente, carência de cobertura telefônica – disponível apenas em alguns pontos com relevo nas proximidades da área parcelada da comunidade – e uma disponibilidade inadequada de água. Os poços de água, em sua maioria, estavam inoperantes para a captação de água.

Essa realidade evidenciou contradições notáveis em relação à concepção da comunidade local como sustentável, alinhada às aspirações das narrativas de conservação da natureza. Torna-se claro que, há uma diversidade de necessidades que devem ser abordadas para alcançar o tão desejado equilíbrio nas respostas à redução da pobreza e ao desenvolvimento humano. Mas também, variadas inquietações são geradas no âmbito das intencionalidades da pobreza, sobretudo no uso do turismo como um vetor de modernização que premeia os ideários do neoliberalismo, dominando a reorganização das comunidades locais.

Desse modo, esta pesquisa apresentará resultados de investigações sobre temas atuais e relevantes para a sociedade contemporânea, pois, de acordo com Panosso Neto e Castillo Nechar (2014), a sociedade atual denota condições de crises constantes que necessitam de explicações que desvendem a razão e evidências, revelando que há um status quo e ideologia subjacentes que favorecem as classes hegemônicas. Tal como nos informam Fazito; Rodrigues; Nascimento; Pena (2017), o turismo contemporâneo se destaca pela comercialização intensiva de processos sociais, abrigando uma vasta gama de produtos com ciclos de vida extremamente curtos, o que acarreta impactos significativos nos destinos. Tanto na literatura quanto na prática, o turismo frequentemente é enquadrado como uma indústria secundária, uma alternativa destinada a modernizar áreas que a indústria tradicional não consegue alcançar, havendo necessidade de quebrar essa perspectiva limitadora para procurar

compreender, a relevância do turismo no desenvolvimento humano, reconhecendo-o como um catalisador crucial para o desenvolvimento das sociedades através da consciência e liberdade (Fazito; Rodrigues; Nascimento; Pena, 2017).

A verdadeira liberdade ocorre quando indivíduos conscientes têm a capacidade de engajar-se ativamente na gestão de suas sociedades, garantindo o bem-estar das gerações futuras, sem aguardar passivamente que os efeitos destrutivos do progresso desencadeiem um despertar de consciência e dêem origem aos movimentos impulsionados por injustiça e indignação. Os indivíduos tornam-se verdadeiros agentes e não meros receptáculos das políticas autoritárias de modernização (Fazito; Rodrigues; Nascimento; Pena, 2017). Face ao exposto, espaços coletivos de debates “de baixo para cima”, permitem identificar cenários de marginalização e opressão, possibilitando a construção de alternativas que promovam a cidadania e o fortalecimento do papel incisivo dos sujeitos na redefinição e reconstrução do mundo.

Por conseguinte, das contradições verificadas, pretende-se assimilar os fatos expostos a partir de uma abordagem dialética por possibilitar visualizar as contradições e contraposições da realidade, produzir uma apreensão crítica e proporcionar argumentos por meio de diálogos que despertem as formas de pensar o mundo e busquem o essencial do sentido da realidade e dos contextos.

A estrutura desta tese apresenta 5 partes: a primeira contém 5 seções e refere-se aos fundamentos da tese, indicando os caminhos a serem seguidos a partir da problemática incluindo a justificativa, questões, orientações teóricas da tese, objetivos e procedimentos de pesquisa; a segunda apresenta 4 seções e trata do turismo e pobreza, considerando as narrativas e contextos, face a atualidade do estudo, as narrativas de combate a pobreza como foco da agenda política moçambicana, a pobreza e suas concepções tendo em vista as situações de privação de capacidades e oportunidades assim como sobre o seu papel avaliativo; a terceira parte traz as vinculações do neoliberalismo e o processo de reestruturação das áreas de conservação no âmbito da política do turismo em Moçambique; a quarta recorre as origens da participação cidadã a atualidade, articulada com o papel do Estado, os arranjos institucionais e parcerias públicos privadas como aspectos que impactam no processo

de reestruturação das áreas de conservação, sobretudo na organização social das comunidades locais, especialmente focado no Parque Nacional do Limpopo; na quinta constam as considerações e perspectivas da tese.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

O turismo torna-se um fenômeno complexo, expondo relações controversas na dinâmica da sociedade, pois do mesmo modo que fazia a possibilidade de fomento sobre a proteção da natureza, faz o seu uso diante dos elementos paisagísticos contemplados. Portanto, em certas realidades causa contradições socioeconômicas, uma vez que os recursos naturais que geralmente constituem a base de subsistência das comunidades locais são privatizados dentro de uma ordem neoliberal, disponibilizando-os para as novas formas de aproveitamento, revelando contradições no processo de organização das populações em situação de pobreza.

Essas populações têm estado em contradições diante da implementação de variadas formas de organização das áreas de conservação, em que, é notório o fomento às parcerias e colaboração público-privada. Também, as diversas esferas do governo têm mobilizado o turismo enquanto vetor socioeconômico engajando esforços para a implementação da política de conservação ambiental neoliberal para a institucionalização e atração da iniciativa privada em cooperação com os interesses públicos.

Então, as orientações dessas parcerias são baseadas na materialização de ações em que o poder público coloca certas funções à disposição ou em coordenação com a iniciativa privada, como o apoio ao investimento, a colaboração na implantação de infraestruturas, a capacidade administrativa de instituições públicas e acordos de cogestão da administração de áreas de conservação, as concessões turísticas e aos serviços essenciais para a sobrevivência da população.

No entanto, em concordância com Diegues (2008), várias transformações ocorreram no processo de criação das áreas protegidas em todo o mundo, e foram demarcadas por limitações nos modos de vida das comunidades e expulsões das suas moradias ancestrais. Face a esse embate, novos modelos foram abordados e

implementados visando a participação das populações residentes nessas áreas, devido à necessidade de inclusão dos direitos de acesso aos recursos naturais, e também, graças aos conhecimentos e sistemas de apropriação social da natureza.

No decorrer da formação das áreas de conservação e da roteirização do uso turístico, expectativas são criadas no seio das comunidades locais baseadas no aspecto de conservação de recursos naturais. É fundamental considerar que o turismo não é responsável pela erradicação da pobreza quando inserido no âmbito de uma política de produção do espaço para o consumo e atuação do mercado, visto que, permeia apenas o discurso político fomentado para as expectativas dos planos governamentais que indicam o seguinte:

O turismo será especificamente usado como uma ferramenta de desenvolvimento para o “empoderamento” e benefício financeiro das comunidades locais, através da partilha equitativa, criação de postos de trabalho, oportunidades de negócio, bem como para o benefício socioeconômico de Moçambique no geral (Ministério do Turismo, 2003, p. 65).

O crédito à menção supracitada prevalece pelo fato de o turismo ser visto como um meio essencial para a coordenação das áreas de conservação, de modo a estimular o uso dos recursos naturais de forma alternativa, subsidiar a arrecadação de receitas, minimizar a dependência que as comunidades locais que habitam nessas áreas protegidas possuem pelos recursos naturais existentes, assim como, colaborar para mudanças de práticas degradadoras da natureza.

Assim, o turismo representa um suporte da composição de negócios que prevê a geração de receitas para o financiamento das demandas das populações, assim como para a consciencialização para o fomento de manejo conservacionista, o que pode haver uma sobrecarga do turismo enquanto setor de atividade para dar conta de diversas necessidades.

Sob outro prisma, é relevante considerar as ações danificadoras que se podem resultar: a exclusão social (Dias, 2008; Sansolo e Cruz, 2018), a remoção de seres humanos, conflitos territoriais, disparidade de acesso à terra e apoderamento de recursos naturais por determinados grupos de articulação dominante nessas áreas. Desse modo, a privatização dos recursos naturais constitui um elemento beneficiário para a sociedade urbana e industrial que procura mercantilizar e contemplar a vida

selvagem em seu estado primitivo anterior à intervenção humana, mesmo que essa ação implique a remoção dos residentes de suas moradias.

Diante dos fundamentos expostos, procura-se visualizar ao longo do tempo, as decorrências do turismo e pobreza em áreas de conservação, e seus reflexos no processo de articulação das comunidades autóctones. Assim, a presente tese busca aprofundar os questionamentos abaixo.

1.2 Questões de pesquisa

Como são produzidas as narrativas de enfrentamento à pobreza e que ideário de desenvolvimento é vinculado ao turismo em áreas de conservação?

O turismo como fenômeno complexo

- Uso e proteção da natureza;
- Intencionalidades e reestruturação do território;
- O turismo passa a ser vinculado às relações político-estratégicas;
- Negócio compatível com áreas conservação;

Fonte: autora (2023)

A pergunta acima referida busca refletir sobre os seguintes pontos:

- Que narrativas de pobreza são construídas e vinculadas ao turismo em áreas de conservação?
- Considerando o contexto da criação das áreas de conservação em Moçambique, será que os diversos agentes têm impulsionado o turismo para suprir com as demandas das populações em situação de pobreza?

- Será que o fundamento de conservação e o turismo se associam a uma forma de pilhagem neoliberal?
- De que forma o turismo tem influenciado ou condicionado a participação cidadã e as transformações sociais nas comunidades autóctones, com fins de organização interna de seus territórios, especialmente no Parque Nacional do Limpopo?

Neste contexto, questiona-se se diversos agentes marcados por interesses distintos podem comungar de ações convergentes que proporcionem acesso às oportunidades e articulação da população em situação de pobreza. Por conseguinte, cenários de vulnerabilidades firmados num sistema perverso favorecem a opressão (Santos, 2001), pois uma atividade produtiva também pode coexistir com a pobreza (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988).

(...) a medida que o sistema econômico estabelecido demonstra-se inadequado e que os problemas de subsistência se agravam, a sociedade é levada a modificar os seus métodos (...). A pobreza estimula a busca de outras fontes de renda e torna as pessoas a fazer coisas que antes evitavam (Wilkinson, 1974, p.17).

Por isso, em concordância com Azevedo (2014), dentro das ciências humanas e sociais não se pode ignorar a pobreza como um fenômeno específico. Portanto, a discussão sobre a pobreza e as suas perspectivas indicam três noções de pobreza: a incluída, a marginalizada e a estrutural globalizada (Santos, 2001). A pobreza Incluída, é a pobreza menos discriminatória; A marginalizada é a pobreza difundida como uma doença da civilização determinada pela capacidade de consumo; e a estrutural globalizada, é a pobreza dilatada pela globalização através da exclusão dos pobres. Trata do desemprego crônico, o problema da fome, o desabrigo, a corrupção, a falta de saneamento básico e a inacessibilidade da saúde e educação. O que se percebe é que “há dualidade prepotente entre a pobreza e a riqueza, o que confirma que nem sempre a larga escala econômica poderá se refletir diretamente nos benefícios sociais” (Vico, 2019, p. 77).

Pedro Demo (2006), em seu discurso define a pobreza política destacando algumas dimensões e quem é considerado politicamente pobre. Para o autor:

[...] não sabe que é pobre e é coibido de saber que é pobre; (...) está submetido a processo histórico de ignorância cultivada e que tem como resultado mais palpável uma população imbecilizada, marginalizada e manipulada; (...) é massa de manobra, objeto de manipulação; isto reflete a tendência histórica de minorias privilegiadas conseguirem colocar grandes maiorias a serviço de privilégios concentrados, por vezes sob o sarcasmo dos “direitos adquiridos”; não raro o pobre vê a concentração de riqueza como mérito, sabedoria, superioridade, sem atinar para a parte que lhe deveria tocar, por conta de seu trabalho; a condição de massa de manobra faculta o surgimento e manutenção de “famílias reais” na esfera política; (...) não é cidadão, porque não se organiza politicamente para poder impor mudanças; primeiro, não constrói consciência crítica adequada, porque, em geral, não sabe pensar; segundo, não chega a perceber a importância do associativismo, para potencializar as forças e conseguir volume de pressão; terceiro, não concebe, nem impõe alternativas, porque ainda não se constituiu sujeito capaz de história própria. (...) é massacrado como sujeito, restando-lhe a condição de objeto, por vezes como maioria residual; comparece assim a maior indignidade social imaginável, quando não se permite que as sociedades e pessoas tenham história própria, disputem oportunidades, organizem-se como sujeitos; (...) não descobre e tem direitos, porque continua esmoler; por vezes, esta condição é tão drástica, que o pobre parece pedir permissão para ter direitos, pois considera natural sua exclusão e até mesmo, por razões religiosas tortas, merecida; tende a ver pobreza como sina, destino, vontade de Deus, ordem natural das coisas; (...) vive de cidadania tutelada, no máximo assistida; cidadania tutelada é, em si, sua própria negação, quando o pobre se submete à tutela de elites que conservam sua propensão escravocrata quase intacta na história (Demo, 2006, p. 4).

A questão da tutela é central na doutrina de desenvolvimento expressa por meio da política e corresponde a intenção de alguém agir em nome do outro, no entanto é vinculada às formas de desenvolvimento perverso (Cowen e Shenton, 2005). O desenvolvimento, geralmente é associado à perspectiva oposta a pobreza, na qual a ideia de progresso no âmbito das instituições de tutela, potencializa um movimento linear de materialização da sociedade.

A pobreza tem relação com a dinâmica política e envolve além de carências materiais. De um modo geral, a pobreza é relativa aos espaços dialéticos de poder envolvendo a disputa substancialmente política entre incluídos e excluídos no contexto do prestígio, vantagens, liderança, oportunidades entre carência material em fonte de privilégios para minorias. Destacam-se alguns elementos que são incisivos no cenário político, como a assistência social, cidadania e mercado (Demo, 2006).

No entanto, o desenvolvimento do capitalismo tem impactado nas transformações sociais, políticas, culturais e econômicas, marcando aprofundamento de desigualdades em múltiplas dimensões e escalas espaciais. Pois, os detentores do meio privado de produção tendem a aprimorar as formas de acumulação de capital e precarização hegemônica que favorece a perpetuação do processo excludente e as perversidades sistêmicas e estruturais da sociedade (Silva e Azevedo, 2022).

Mas, outras lógicas de organização das relações sociais envolvendo as vertentes mais humanas e solidárias vão surgindo, buscando a necessidade da capacidade de resposta no enfrentamento aos conflitos e tensões por parte dos sujeitos, através das forças sociais advindas das tradições, vivências e experiências enquanto agentes sociais (Silva e Azevedo, 2022). Assim, um novo mundo vem sendo construído “a partir da resistência dos homens empobrecidos, que se reproduzem no compasso dos tempos lentos” (Silva e Azevedo, 2022, p. 15), face aos ritmos temporais impostos.

Ainda no âmbito da pobreza, destacam-se três áreas-chave: a política, o mercado e as vulnerabilidades (Green, 2009). O autor apresenta diversos aspectos sobre a pobreza, como cenários de exclusão nos processos decisórios, vínculos comunitários, desequilíbrios do poder associados a certos grupos e classes sociais, acesso aos serviços públicos e ao sistema financeiro ou a qualquer outro suporte oficial. Trata-se de garantir as disposições sociais para potencializar os indivíduos como cidadãos ativos que exercem ações cruciais dos seus destinos, ao invés de torna-los “objetos” de caridade. Assim, será fundamental aos efeitos, o que Sen (2000; 2010) aponta sobre a pobreza não apenas pela carência de renda, mas também como privação de capacidades básicas.

Em relação ao recorte temporal, em Moçambique, as áreas de conservação, especialmente os parques e reservas são considerados fundamentais pela política de desenvolvimento do turismo e de conservação. Assim, considera-se o processo de delineamento das áreas de conservação e dos reassentamentos humanos no Parque Nacional do Limpopo, até os dias de hoje, bem como os processos de institucionalização e o fundamento do turismo, tendo em conta as conexões com a problemática da pobreza em seus variados prismas. Também, foram realçadas as

ocorrências que impactaram no turismo e conservação, como a fome, os conflitos armados e a situação das comunidades locais no contexto atual.

Face às questões demográficas que nos auxiliam na visualização empírica, os dados apontam que Moçambique possui um total de 27.909.798 habitantes, dos quais 14.561.352 são mulheres e 13.348.446 são homens, correspondente a 52% e 48% respectivamente, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), de 2019.

Tabela 1: Distribuição da população por província

Províncias	População		% da População	% de Crescimento
	Ano 2007	Ano 2017		
Nampula	4 084 656	5 758 920	20,6	41,0
Zambézia	3 890 453	5 164 732	18,5	32,8
Tete	1 807 485	2 648 941	9,5	46,6
Cabo Delgado	1 807 485	2 320 261	8,3	28,4
Sofala	1 685 663	2 259 248	8,1	34,0
Maputo Província	1 225 489	1 968 906	7,1	60,7
Manica	1 438 386	1 945 994	7,0	35,3
Niassa	1 213 398	1 810 794	6,5	49,2
Inhambane	1 304 820	1 488 676	5,3	14,1
Gaza	1 236 284	1 422 460	5,1	15,1
Maputo Cidade	1 111 638	1 120 867	4,0	0,8
Total da população em Moçambique	20 632 434	27 909 798	100	35%

Fonte: adaptado de INE, 2019

O número da população rural é de 18.587.925 habitantes, atingindo o percentual de 66,6%, e a urbana é de 9.321.873 habitantes, que representa o 33,4% da população e a taxa de analfabetismo é de 39% (INE, 2019). Ademais, conforme os dados expostos no ano 2021 pelo *United Nations Development Programme* (UNDP), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,446, a expectativa de vida é de 59,3 anos e dentre 191 países, Moçambique ocupa a 185ª posição (UNDP, 2022).

Tabela 2 – Indicadores demográficos

Nº	Designação	Indicadores	Percentuais
1	Número de habitantes	27 909 798	100%
2	Mulheres	14 561 352	52%
3	Homens	13 348 446	48%
4	População rural	18 587 925	66,6%
5	População urbana	9 321 873	33,4%
6	Expectativa de vida	59,3 anos	—
7	IDH	0,446	—
8	Taxa de analfabetismo	10 884 821	39%

Fonte: Adaptada de INE (2019) e UNDP (2022)

Também, o Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (UNFPA), ressalta que o crescimento econômico real médio *per capita* desde 1995 tem sido de 5,9% ao ano. O inquérito de avaliação nacional da pobreza de 2015/2016, assim como os dados baseados no IOF – Inquérito de orçamento familiar, revelam que os índices de pobreza, embora apresentem, nos primeiros anos, uma redução percentual, ainda se encontravam nos níveis baixos, uma vez que em 1996 a taxa foi de 69,7%, em 2008, foi de 58,7% e em 2014, a pobreza nacional se situava em 48,1%, conforme Quadro 2 (UNFPA, 2017; INE, 2004, 2016, 2017).

Tabela 3 – Variação dos índices de pobreza em Moçambique

Período (IOF)	Total de número de habitantes ¹ (Censo populacional)	Taxa de pobreza (%)
1996/1997	16.099.462	69,7
2002/2003		60,3
2008/2009	20.579.265	58,7
2014/2015		48,4
2019/2020	27 909 798	62,8

Fonte: adaptada com base em UNFPA (2017) e INE (2004, 2016, 2021)

Conforme o quadro acima, nos últimos anos, a taxa de pobreza apresenta um crescimento considerável. Numa dimensão nacional, cenários de desastres naturais

¹ Não se refere ao número de pessoas em situação de pobreza, mas sim o número total de habitantes com base nos dados do INE dos censos dos anos de 1997, 2007 e 2017.

como ciclones tropicais (kenneth e idai), a pandemia da Covid-19, crise da dívida pública, os conflitos armados devido a insurgência no Norte do país, entre outros fatores condicionantes, contribuíram para o aumento da pobreza.

De fato, a pobreza é também relacionada à limitação no acesso às condições primordiais, à falta de promoção da iniciativa individual e à eficácia social, dentre outros que se inserem na liberdade de escolha de vida dos indivíduos (Sen, 2000).

Neste contexto, há necessidade de se refletir sobre as formas de privação de capacidades básicas originadas pela carência de elementos essenciais nos modos de vida das populações, mas também, no que concerne as alternativas, promovendo mudanças estruturais na abordagem do turismo e desvendando questões relativas à liberdade das populações, principalmente das narrativas da pobreza a elas relacionadas.

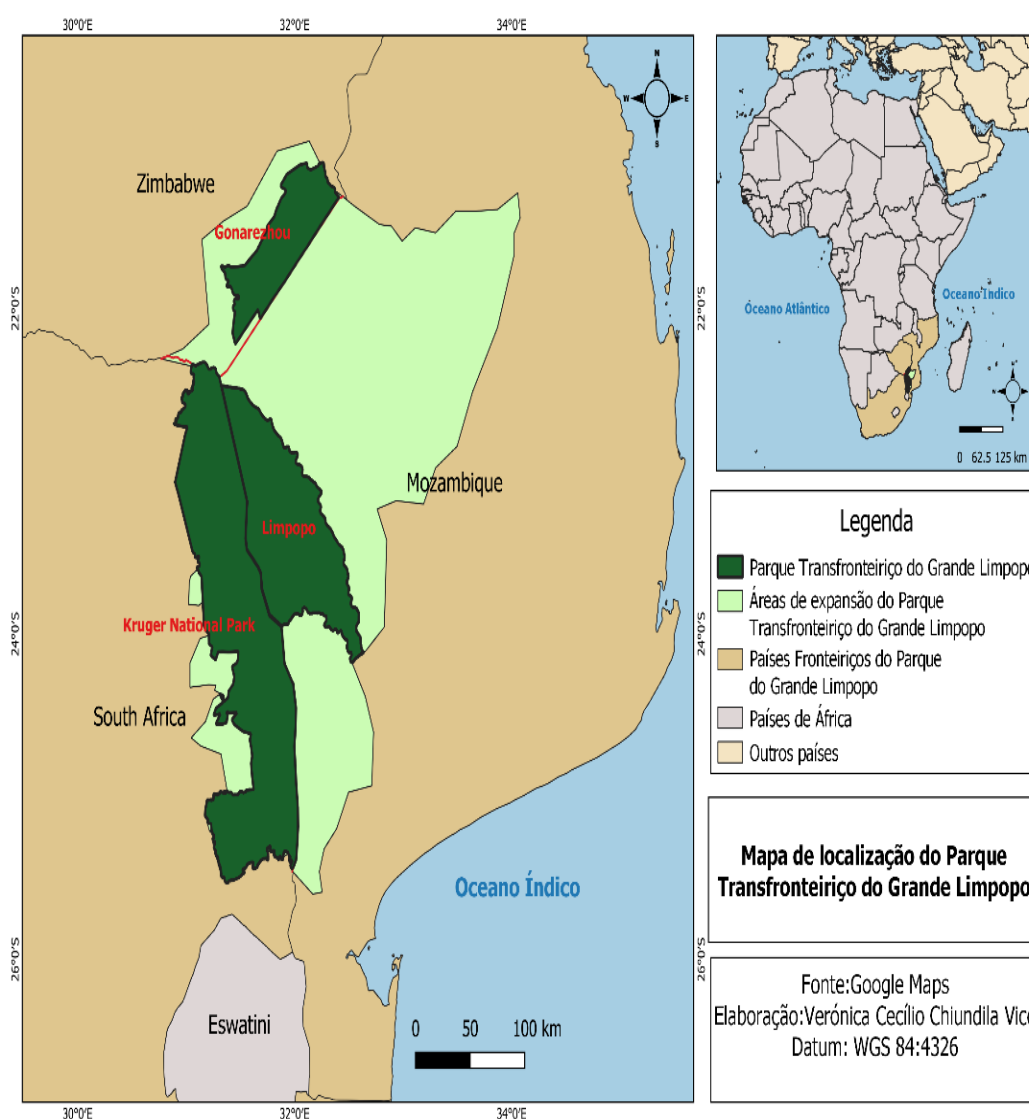
De modo a debater sobre as relações vinculadas ao turismo e conservação em Moçambique, a partir da análise dos planos estratégicos de desenvolvimento do turismo, foi possível identificar as áreas de conservação que fazem parte dos planos nacionais do turismo. Neste contexto, foi selecionado o Parque Nacional do Limpopo (PNL) com vista a compreender o nexos do turismo e pobreza numa dimensão das transformações territoriais.

A política do turismo em Moçambique é vinculada a cooperação com variadas esferas intersetoriais e é orientada também pela a estrutura da SADC. No âmbito do turismo, a função da SADC – *South African Development Community* é salvaguardar, facilitar e coordenar em sintonia com políticas, programas e práticas do turismo regionais, em estreita colaboração com os estados membros (vide em anexo 5 sobre o conjunto de políticas, planos e programas diretivos do Turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação na SADC). Isso é feito com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável do turismo, fomentar a inclusão e impulsionar a transformação econômica. Além disso, a SADC visa otimizar parcerias e adotar uma abordagem transversal ao governo, visando a eficácia e a eficiência na consecução desses objetivos.

Uma das atribuições incidem sobre o fortalecimento das ATFC - Áreas de Conservação Transfronteiriças da SADC (vide o anexo 3 a figura das ATFC), com vista

a responder a diversidade de experiência na natureza e proporcionar diversas oportunidades de subsistência geradas pelo turismo às comunidades locais, bem como fomentar o marketing e promoção do turismo (SADC, 2019). Neste contexto, com vista a garantir a manutenção do patrimônio natural, o conjunto de ambientes terrestres e marinhos que fazem parte da SADC, surge o delineamento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (como atesta a figura abaixo), no qual o PNL foi redefinido e reestruturado.

Figura 1: Mapa de localização do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo



Fonte: elaboração própria (2021)

O PNL localiza-se na região Sul de Moçambique, a Oeste da província de Gaza, junto à fronteira com a África do Sul e à fronteira com o Zimbabwe. Anteriormente, foi usado como reserva de caça, mas pelo Decreto nº 38/2001, de 27 de novembro de 2001, passou a ser denominado parque nacional com uma extensão de 1.123.316 hectares (MITUR, 2003). O PNL é parte integrante do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, o qual inclui também o *Kruger National Park* (África do Sul) e o *Gonarezhou National Park* (Zimbabwe).

A integração do PNL foi estabelecida como uma prioridade máxima visada a alcançar os objetivos de conservação e a aumentar o turismo na região (*Peace Parks Foundation*, 2011). Realça-se o turismo voltado para o setor privado/mercado – captação de investimentos e atração da classe média alta com foco na área do vale do rio Shingwedzi (MITUR, 2003). A criação do PNL está associada à minimização da pressão sobre os recursos naturais, que se denota pela proteção da natureza graças às particularidades na diversidade de ecossistemas e a existência de espécies ameaçadas de extinção, com ênfase para o elefante e rinoceronte.

Assim, o PNL constitui um destaque por ser um polo de turismo definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique de 2016 a 2025, sob a perspectiva de marketing segmentado para o mercado mediante a denominação de – Circuito *bush-beach* do Grande Limpopo – por constituir uma rota distinta para a captação de fluxo de turistas motivados pela combinação de selva e praia unindo a visita aos parques, praias e ilhas tropicais.

Diversas organizações contribuem para a estrutura institucional, política, de planeamento e gestão de projetos do Parque Nacional do Limpopo (vide a figura abaixo). A KFW – *Banco Alemão de Desenvolvimento*, a AFC – *Agence Française de Développement* e a OLOH – *One Limpopo One Health* funcionam dentro do PNL como cooperadores, financiadores e contribuem também na materialização de planos de gestão e desenvolvimento de ações do PNL. Dentre as ações desenvolvidas, estão o programa de restauração dos meios de vida nas comunidades locais reassentadas na zona tampão e assuntos relacionados a mitigação do conflito entre os humanos e fauna bravia.

Figura 2: principais organizações que atuam no Parque Nacional do Limpopo



Fonte: Dados empíricos (2022)

A Peace Parks Foundation (PPF) atua como a principal cogestora do PNL e desempenha um papel fundamental no fortalecimento das relações transfronteiriças, baseadas no comprometimento com a preservação da biodiversidade e a promoção do desenvolvimento sustentável. A PPF é uma organização sem fins lucrativos formada para facilitar a criação e o estabelecimento de Áreas de Conservação Transfronteiriças (TFCA) na África Austral, atuando não apenas na criação dessas áreas, mas também no fornecimento de serviços para garantir apoio político, planejamento eficaz, gestão de projetos, mobilização e captação de recursos financeiros e treinamento de profissionais em matérias relacionadas à conservação.

Convém ressaltar que não se pretende limitar o olhar e generalizá-lo, mas sim, considerar as diretrizes do contexto nacional como fundamentais na construção de narrativas e estruturação das áreas de conservação.

Tabela 4 – Distribuição das principais áreas de conservação dos polos de desenvolvimento do turismo em Moçambique

N	Nome	Ano de criação	Extensão (km²)	Província	Distrito	Polo de desenvolvimento do turismo
1	Parque Nacional de Banhine	1973	7000	Gaza	Chigubo	Corredor ecológico do Parque Nacional do Grande Limpopo
2	Parque Nacional de Zinave	1972	4000	Inhambane	Mabote	Corredor ecológico do Parque Nacional do Grande Limpopo
3	Parque Nacional de Limpopo	2001	11233,16	Gaza	Limpopo	Área secundária
4	Parque Nacional de Bazaruto	1971	159, 08	Inhambane	Vilanculo/ Inhassoro	Área prioritária
5	Parque Nacional de Gorongosa	1960	5370	Sofala	Gorongosa	Área prioritária
6	Parque Nacional das Quirimbas	2002	7500	Cabo Delgado	Ibo	Área prioritária
7	Parque Nacional de Maputo	2021	1040	Maputo	Matutuine	Área prioritária
8	Reserva Nacional de Chimanimani	2003	656	Manica	Sussundenga	Área prioritária

Fonte: A autora (2021)

Com base na tabela acima, importa referir que os principais parques e reservas nacionais estão inseridos dentro das áreas que constam no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM), além de serem visualizados como principais produtos turísticos. A escolha do PNL foi determinada no âmbito da pesquisa documental e empírica desta investigação e deve-se ao fato da articulação para a constituição deste parque estar vinculada à perspectiva de integração às áreas de conservação seguindo a linha de orientação da SADC. Também, salienta-se que, as principais Organizações Não Governamentais que atuam na cogestão das áreas de conservação em Moçambique, são sul-africanas, como é o caso da *Peace Parks Foundation* e a *African Park*. Além de ser um parque recém-criado e possuir o histórico de reserva de caça, como as demais áreas de conservação em Moçambique.

1.5 AS ORIENTAÇÕES TEÓRICAS DA TESE

A organização do espaço para o consumo, baseada na concepção da mercantilização da natureza “intocada” e a busca pelo ambiente “exótico” e “selvagem”, tende a mobilizar fluxos turísticos. O que corrobora com Ruschmann (1997), quando caracteriza o turismo como uma atividade consumidora da natureza, sendo que o seu desenvolvimento tende a localizar-se em áreas naturais e depende da capacidade da exploração dos recursos naturais existentes.

Nos destinos receptores que dispõem de uma vasta gama de recursos naturais, serve-se do turismo como um dos propósitos de acesso à promoção das disposições socioeconômicas, assim como à erradicação da pobreza. Contudo, tem feito parte dos discursos políticos e nem sempre a práxis promove as peculiaridades dos territórios como essenciais para a composição de estratégias pertinentes ao fomento da articulação e emancipação da população.

Embora o turismo tal como outros vetores socioeconômicos se estabeleceu mediante o sistema capitalista e pela influência da globalização, surge o ecoturismo que tem sido adotado para identificar um fenômeno que minimize os impactos sobre a natureza e as comunidades locais. Pois, segundo Dias (2008), dependendo da forma como for visualizado, o ecoturismo pode garantir o compromisso com a conservação da natureza, qualidade de vida e valorização das comunidades.

Todavia, o ecoturismo não se distancia das imposições dos vetores hegemônicos. Assim, se torna parte de um processo que coloca limites no exercício da liberdade individual e das aspirações das comunidades dos destinos (Pearce e Butler, 2002). Isto desencadeia uma série de transformações territoriais, dado que as imposições do mercado transcendem aos interesses locais.

Na mesma ordem, o desenvolvimento do turismo se relaciona à atenção dos requisitos sociais de uma elite, do que à satisfação das necessidades das comunidades (Pearce e Butler, 2002). Isto posto, certos vetores hegemônicos que constituem agentes do processo de globalização – as corporações com articulação multinacional – vão ditando a nova ordem econômica, política, social e ambiental (Santos, 2001;

Pearce e Butler, 2002). Pelo que, “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (Santos, 2001, p. 23).

Gonçalves (2012) alerta sobre as conotações do ecoturismo que vão se tornando uma armadilha em virtude da superficialidade em questão. O autor faz um jogo de termos como qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e coleta seletiva do lixo. Essas expressões são propagadas pelos meios de comunicação, porém indubitavelmente constituem o fracasso do futuro (Gonçalves, 2012).

Assim, o estilo de consumo e o modo de produção assente na concepção da modernização que estava associada à ideia de desenvolvimento criticada na década de 1960, vem sendo difundido sob a aparência de desenvolvimento sustentável com fundamentos no projeto de ecoturismo, tratando-se de “um projeto de globalização que vem sendo construído por cima, pelos de cima, para os de cima”, ou seja, das realizações exógenas, incorporada pelos agentes hegemônicos (Gonçalves, 2012, p.19).

Face ao exposto, o turismo é uma atividade complexa e multidimensional, transformadora de paisagens e espaços, e todas as relações sociais se modificam diante do que é proporcionado aos agentes envolvidos, havendo necessidade de estudá-lo por diversas vertentes (Nunes et al., 2014).

Também, Campodónico e Chalar (2017) apontam o turismo como um fenômeno, produto da relação de múltiplos atores, de contextos espaço temporais, de impulsos, assim como de níveis de atividade, que requerem um enfoque integrativo e dinâmico, determinando a necessidade de mudar para um *status* em que a ciência aborde novas complexidades em um processo cada vez mais transversal.

Diante disso, no âmbito da produção do conhecimento, Kuhn (2009) refere a prática da ciência baseada na construção do campo de estudos a partir de fundamentos, indicando a ciência como um processo que evolui e na medida que novos aportes são incorporados. Portanto, a produção do conhecimento sugere uma construção epistemológica e rupturas face aos paradigmas pré-estabelecidos (Kuhn, 2009).

Contudo, Tribe e Liburd (2016) chamam atenção sobre a produção do conhecimento em turismo moldada por um poderoso campo de forças, das quais: as

influências hegemônicas da ideologia do Ocidente, o consumismo e o neoliberalismo, indicam o turismo como um projeto ideológico. Há necessidade de reverter o cenário, buscar enfoques críticos, refletir sobre os conflitos e contradições, pensando no turismo enquanto mobilizador da defesa dos interesses da maioria da população com vista a produzir efeitos de desenvolvimento e bem-estar social (Mullor e Blaquez, 2011).

Dada a sua natureza multifacetada, o turismo não se limita a uma visão reducionista. O turismo é um campo de investigação interdisciplinar, e inserido no âmbito social e numa visão mais abrangente, considera o conhecimento baseado em síntese de ideias, dados e informações, métodos, ferramentas, conceitos e teorias de duas ou mais disciplinas destinadas em responder uma pergunta complexa, resolver um problema complexo ou produzir um novo conhecimento. O sistema de conhecimento do turismo revela não apenas os principais processos de avanço teórico, resolução prática de problemas e engajamento no mundo real, mas também as possibilidades radicais de política epistemológica e ontológica na pesquisa em turismo (Tribe e Liburd, 2016).

À vista disso, este estudo estabelece a relação entre o turismo e a geografia, assim como com a economia e uma vez que pretende abordar as transformações socio-territoriais, compreende-se os agentes e processos que compõem as relações sociais e o conhecimento espacial no âmbito do turismo em áreas de conservação.

Então, alguns autores são destacados, como Milton Santos (geógrafo) com base no estudo do espaço geográfico em diálogo com Amartya Sen (economista) face as abordagens sobre as capacidades humanas e a condição de agente.

Diante do estudo do espaço geográfico é possível compreender a correlação entre espaço e globalização, reflexo do objetivo histórico dos detentores do poder político e econômico, mas que só se tornou possível com o progresso tecnológico na viragem do século. O chamado mercado global impõe-se como a principal razão da constituição dos espaços de fluidez e, portanto, do seu uso, determinando assim, uma operação que reproduz a sua própria base. O território, neste contexto, constitui um instrumento de exercício dessas diferenças de poder.

Santos (2001) aborda sobre as situações de alienação relativas à pobreza, o desinteresse em eliminar os males da globalização em serventia das intencionalidades

dos grandes atores hegemônicos, buscando a uniformidade para a dominação. Contempla também, a censura ao sistema perverso que se fantasia da ideia do mundo único. No entanto, o que se efetiva é a fragmentação territorial e a ampliação das vulnerabilidades, reforçando a apatia à garantia dos direitos das populações e o enfraquecimento do Estado.

Por um lado, a identificação da pobreza é um reconhecimento de privação e por outro lado, a pobreza é basicamente o foco da ação pública (Sen, 2010). Pretende-se compreender como se dão as formas de privação de vida das comunidades locais e a promoção das capacidades humanas e de liberdades civis. Estes autores possuem um elo, a aversão à opressão, mobilização para a garantia dos direitos básicos, a preocupação com a pobreza e a procura de alternativas para atenuá-la, mediante uma abordagem totalizante sobre a vivência solidária e emancipatória.

Portanto, a matriz da emancipação da pobreza está na expansão das capacidades dos indivíduos, pois, todos os processos devem permitir a oportunidade de ações e decisões mediante a posição de indivíduos ativos e participativos em todos os prismas da vida social, econômica e política. Enfim, refere-se às oportunidades para a efetivação de escolha do tipo de vida que as comunidades protagonizam. Com efeito, Sen (2010) nos auxilia a compreender que as oportunidades reais envolvem mais do que recursos disponibilizados às pessoas, trata-se de funções cujos valores são definidos por uma série de fatores: recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, autoestima, poder de iniciativa, voz na comunidade, processos decisórios, entre outros.

Neste contexto, com base na teoria geral do espaço geográfico elaborada por Milton Santos, esta pesquisa irá contribuir para suscitar uma visão mais ampla e compreensiva para os estudos do turismo, possibilitando estudar a dinâmica da sociedade, incluindo as relações humanas e a dimensão espacial dos encadeamentos políticos, assim como os quesitos decorrentes da produção e consumo do espaço, uma vez que, de acordo com Santos (2006), o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, que interagem mutuamente no âmbito da realização da história.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do presente e do passado e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (Santos, 2004, p.153).

Portanto, o espaço é, fundamentalmente, uma construção resultante da produção do indivíduo, ou seja, da interação humana com a totalidade da natureza mediada pela técnica. Em virtude disto, o espaço pode ser compreendido como um conjunto de formas que representam as relações sociais, refletindo transformações decorrentes do processo evolutivo do espaço, impulsionado pelo movimento intrínseco à totalidade social. Ele se configura como um espelho da estrutura social, revelando-se através de fenômenos socioespaciais que expressam tanto o passado como o presente, estabelecendo-se como um elo histórico e relacional da sociedade.

Por ser uma instância da sociedade, “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, embora o espaço seja submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia” (Santos, 2004, p. 181), evidenciada através de suas próprias leis específicas, as quais guiam a sua evolução. Por sua vez, o espaço reproduz as complexas relações entre sociedade e natureza, moldando-se conforme as transformações determinadas pela sua dinâmica. Deste modo, sua compreensão envolve múltiplas facetas que se materializam pela análise e reflexão sobre o contexto vivenciado.

Sendo assim, o espaço geográfico possibilita o entendimento da dinâmica da sociedade, incluindo a ação humana e, conseqüentemente compreendê-lo é um percurso para a construção de parâmetros e alternativas que viabilizem maximizar as possibilidades, bem como promover a crítica aos contextos perversos, mas também ao entendimento da natureza da vida com a emergência do espaço do cidadão ativo nas demandas de suas comunidades. À vista disto, verifica-se que a visão de Milton Santos corrobora com pensamento de Sen (2000), que afirma que a liberdade de ação se

encontra condicionada às oportunidades sociais, políticas e econômicas, sendo a forma principal da ação humana e da dinâmica da sociedade.

Neste âmbito, de acordo com Lobato (1993), sob a perspectiva da geografia humana compreende-se que o meio ambiente é visto como o resultado material da ação humana, mas também da natureza transformada pelo trabalho social. Além disso, considera-se a materialidade social, que assim gerada, reflete, por um lado, conflitos sociais e, de outro, resulta do desenvolvimento das forças produtivas, que impulsiona novas tecnologias e novos meios de produção. Assim, diversas criações humanas são produtos sociais decorrentes da ruptura do equilíbrio ecológico pela ação transformadora do homem (Lobato, 1993). Portanto, a materialidade social e a ação humana interagem no meio ambiente simultaneamente ao processo de produção do espaço.

Diante das relações contraditórias e ao mesmo tempo intrínsecas entre ações e objetos que há reprodução do espaço. Essa interação nos permite por meio das categorias passíveis de um tratamento analítico, dar conta da multiplicidade e atender à diversidade de processos e situações (Tabela 1).

Quadro 1 – Categorias analíticas

Categorias analíticas	
Densidade e rarefação	Concentração (lugares luminosos) ou redução (lugares opacos) do trabalho, capital, informação, ações, entre outros. Esses são influenciados pelas políticas e planos governamentais e das empresas.
Fixos e fluxos	Instrumentos de trabalho e forças produtivas – materialidades: Infraestruturas (empreendimentos turísticos, casas, escolas, hospitais, associações, etc.); intangibilidade: circulação de pessoas, mercadorias, capital, informação, técnicas, entre outros.
Verticalidades e horizontalidades	Tensão entre os vetores globais e o lugar: embora a ordem vertical tende a manipular a ciência, a técnica e a informação a seu favor aperfeiçoando os níveis de solidariedade organizacional, os lugares se fortalecem com base em uma vivência solidária (solidariedade orgânica) e na retenção das forças centrípetas.

Fonte: Adaptada de Santos (2001, 2006, 2014) e Santos & Silveira (2008)

Diante disso, o turismo se insere na produção do espaço, transformações paisagísticas dialogando com os recursos analíticos que refletem uma gama de

intervenientes movida pelos elementos do espaço geográfico, nomeadamente: homens, firmas, instituições, meio ambiente e infraestruturas. O espaço possui um conjunto de fixos e fluxos assim como de objetos e ações (Santos, 2014).

Os sistemas de objetos, espaço-materialidade, compõem configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, racionais ou não, instala-se para a produção do espaço (Santos, 2006). Os objetos são as materialidades formadas pelos recursos naturais e técnicos e a ação se demarca como um elemento de atuação dos homens para diante das ações políticas, econômicas, culturais e sociais. Face ao exposto, a compreensão do espaço como totalidade compreende o entendimento da sociedade, o Estado, as normas, a política das empresas, o mercado, os modos de produção e consumo, fluxos e os reflexos do capital.

No que tange às áreas de conservação, a aplicação de fixos enquanto um conjunto de instrumentos de trabalho e força produtiva tem se destacado pela demanda de constituir novas dinâmicas diante da implantação de um conjunto de bens e serviços, inclusive o turismo tem sido um pilar essencial em áreas de conservação, especialmente em parques nacionais. Se, os fluxos envolvem um movimento intangível, perante a circulação de pessoas, mercadorias, capital, informação entre outros.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. (...) os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (Santos, 2014, p.86).

Então, de acordo com Santos (2004) a noção de fixos e fluxos, são entendidos em constante interação, para a composição de sistemas de engenharia e sistemas de movimento interdependentes. Os “(...) fixos provocam fluxos em função de seus dados técnicos, que são geralmente locacionais, mas também em função dos dados políticos” (Santos, 2014, p.87). Assim, entende-se que os fixos permitem que os objetos sejam materializados e as ações transformem os territórios, mas também os fluxos se apresentam como resultado das ações, visto que novas redifinições, condições sociais, componentes políticos e ambientais ganham novos significados.

Portanto, escolher um caminho metodológico significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade para encontrar as variáveis explicativas

fundamentais. Estas aparecem como os principais personagens da trama a ser estabelecida, especialmente tendo em conta que o espaço geográfico é definido como a união indivisível de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é utilizado: como, onde, para quem, por que, para quê (Santos e Silveira, 2001).

Todos os aspectos obedecem a uma lógica de localização movidos por diversos interesses tanto dispersos como convergentes. Para Santos (2001), o espaço geográfico é entendido como híbrido, e que as categorias que o compõem são estudadas e analisadas de forma indissociável, proposição que confronta e evita os dualismos enraizados, se não estaria-se em um “beco sem saída, através de visões dualistas do fenômeno: material-imaterial; físico-humano; social-natural”, sendo o espaço uma mistura, um híbrido, indissociável de objetos e ações (Santos, 2004, p. 223).

É nesse contexto que no âmbito do estudo das intencionalidades da pobreza, do turismo e de conservação, reflete-se sobre o fio condutor dos lugares densos e rarefeitos, consideradas áreas de concentração ou lugares luminosos e os lugares de redução, ou seja, os lugares opacos do trabalho, informação, capital e ações, influenciados pelas políticas e planos governamentais e pelos ditames das empresas.

Assim, existem vetores globais e o lugar em que a ordem vertical tende a manipular a ciência, a técnica e a informação a seu favor, aperfeiçoando os níveis de solidariedade organizacional, os lugares tendem a se fortalecer com base na solidariedade orgânica. Enquanto as organizações e empresas se solidarizam pelo seu processo de solidariedade organizacional e de compartilhamento da técnica delimitando as suas normas em determinadas áreas em que são inseridas, surgem as associações locais como um meio de fortalecimento da articulação local inclusive, é impulsionado pela implantação de determinados projetos, do mesmo modo que as suas ações podem se interceder com fins e interesses territoriais.

O território revela a apropriação econômica e social dos recursos pelos diversos agentes, bem como o campo de forças propenso a contradições entre a vertical e a horizontal, pois o sistema de produção do território sujeita ao entendimento que remete à dinâmica do próprio funcionamento (Vico et al., 2022, p. 7).

Em síntese, o território, é entendido como um “campo de forças”, no qual os pares dialéticos, como os fixos e os fluxos, as horizontalidades e as verticalidades, o modelo cívico e o modelo econômico, o Estado e o mercado, mostram o seu constante movimento (Santos, 2001, 2004, 2006, 2014). É importante ressaltar que, a contribuição reside no fato de permitir relacionar a configuração territorial e os usos possíveis (hegemônicos e hegemonzados), bem como as ações efetivamente transformadoras do processo histórico. Deste modo, permite pensar, ao mesmo tempo, na efetiva contribuição na abordagem crítica quanto na elaboração de propostas de intervenções transformadoras.

A análise do território consiste no entendimento das relações de poder pelas quais, diversos agentes projetam suas ações (Raffestin, 1993). Realçam-se acima algumas categorias iniciais que serão consideradas no transcurso da pesquisa. Busca-se a compreensão do território e seu papel ativo no processo histórico através de diferentes momentos sucessivos e complementares. Este estudo do turismo em áreas de conservação considera a modernização turística e a conservação ambiental neoliberal para entender os antecedentes, os contextos, os conflitos territoriais e desvendar a tensão entre o tradicional e o moderno.

Deste modo, procura compreender as formas de privação de liberdades e a promoção da atuação dos indivíduos enquanto membros ativos da sociedade, buscando a mobilização social, movendo a consciência crítica.

1.4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo geral compreender a dinâmica do turismo e narrativas da pobreza, considerando o ideário de desenvolvimento vinculado ao contexto das áreas de conservação em Moçambique, especialmente no Parque Nacional de Limpopo.

Objetivos Específicos

- Analisar o turismo e as narrativas associadas à pobreza; o contexto da criação das áreas de conservação em Moçambique e o seu nexó com a ação dos diversos agentes
- Problematizar o ideário neoliberal e o seu fundamento na reestruturação das áreas de conservação, assim como da agenda política do turismo em Moçambique.
- Indagar o processo de participação cidadã e as transformações sociais nas comunidades autóctones, com fins de organização interna de seus territórios, no Parque Nacional do Limpopo.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa compreende a apreensão dos problemas estruturais com base em uma abordagem qualitativa. Em vista disso, uma vertente qualitativa permite a busca de uma grande quantidade de informações significativas, sobre um reduzido número de pessoas. Assim, a seleção da amostra não obedece critérios probabilísticos e não depende de um tratamento estatístico (Meksenas, 2002; Flick, 2009; Gerhardt, 2009; Veal, 2011), isso acontece porque existe um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não se pode traduzir em números (Silva e Menezes, 2005, Flick, 2009), busca-se colher em profundidade o sentimento e o raciocínio das pessoas vinculadas, interessando as informações e dados desvendados e a sua relevância sobre os processos envolvidos no âmbito da dinâmica das áreas de conservação.

O presente estudo se baseia na amostra não-probabilística por acessibilidade ou por conveniência, uma vez que se estabeleceu uma interação com pessoas que vivenciam experiências e práticas, e representam a compatibilidade com processos inerentes a abordagem do turismo, incluindo a pobreza e reassentamentos humanos em áreas de conservação.

O turismo tem sido um meio para a formação de narrativas incluindo os mecanismos e fins da política internacional nas relações multiescalares, assim como das ideologias vinculadas a atuação do Estado e seus reflexos na construção do ideário turístico. No âmbito da dinâmica das representações políticas sob às realidades socioculturais, pressões face ao exercício do poder, hegemonia no território, narrativas, ações e práticas vão demarcando os destinos turísticos.

Por isso, compreende-se o papel do turismo além da visão hegemônica economicista e produtivista. Ao reconhecer a multiplicidade de perspectivas, a pesquisa propõe uma abordagem reflexiva e analítica, explorando os interesses que direcionam as ações e suas materialidades do turismo, assim como, desvendando as ideologias que emergem nas comunidades. É crucial reconhecer o turismo como um fenômeno dinâmico que envolve a interação entre sujeitos e contextos. Importa analisar elementos que transcendam a visão convencional, promovendo a compreensão da complexidade da dinâmica do turismo e a tendência que demarca as transformações socioterritoriais, através da construção da realidade e vivências. Desta forma, refletir sobre o turismo, implica analisar os destinos turísticos não como meros pontos de chegada, uso e partida, mas como espaços de vivência, valorização de diversidade de contexto e a reflexão sobre os territórios.

Face ao exposto, compreende-se, constrói-se, interpreta-se e produz-se um sentido novo, um novo significado do objeto de estudo em questão. Pois, nada é considerado absoluto, tudo pode ser superado. Trata-se de um constante movimento de transição, ao trazer à tona o não enunciado para o enunciado, transformando-o em discurso (Panosso Netto; Castillo Nechar, 2014).

Concordando com Panosso Netto e Castillo Nechar (2014), ao adicionar-se o ato de interpretar, como um processo ativo de dar significado, uma vez que, interpretar é na verdade, um discurso a ser elaborado, implicando em traduzir as abstrações construídas pela razão em práticas concretas. A noção de construir um discurso com seriedade, permite a criação de margens seguras e amplas da atualidade, da veracidade e verossimilhança. Nesse âmbito, há necessidade de enfatizar a importância de uma interpretação fundamentada na busca por significados caracterizados como fenômenos sociais, indicando que as interpretações são

moldadas pelo contexto cultural, coletivo e são socialmente contextualizadas (Panosso Netto; Castillo Nechar, 2014).

Em forma de síntese, alguns quesitos a serem considerados são expostos no Quadro 2.

Quadro 2 – Diretrizes do turismo em áreas de conservação

Quesitos do turismo em áreas de conservação		
Categorias	Conteúdos	Preceitos
Discurso político x ordem social	Narrativas sobre a pobreza, cooperação e parcerias	Planejamento territorial e Projetos humanitários
Ideologias ambientais x lógica dominante de desenvolvimento	Conservação ambiental neoliberal e modernização turística	Recurso e mercantilização da natureza e concessões turísticas
Dimensão cotidiana de práticas e ações x dimensão multiescalar das relações econômicas e políticas	Pressões multifacetadas, relações de interesse e articulação comunitária	Articulação multinível

Fonte: a autora (2021)

Foram realizadas a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Entre as técnicas de investigação, igualmente, é considerada a pesquisa documental mediante a análise de documentos institucionais moçambicanos, como planos estratégicos de desenvolvimento do turismo, planos estratégicos da administração das áreas de conservação, plano de ação para a redução da pobreza, discursos políticos relacionados à pobreza, planos estratégicos do Parque Nacional do Limpopo que faz parte da área de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

Também, foram considerados os relatórios e informes estatísticos que contêm indicadores demográficos como do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), assim como informações sobre as orientações da principal Organização Não-Governamental (ONG) que atua no âmbito do funcionamento, apoio técnico, de gestão e financeiro das áreas de conservação em Moçambique, neste caso, a *Peace Parks Foundation*.

Além da pesquisa documental, a pesquisa empírica é importante para obter a visualização da realidade observada, permitindo que variados fenômenos que ocorrem na dinâmica da sociedade, sejam auxiliados pela disposição de recursos de análise,

tendo em vista a relação entre materialidades e ações, mas também, a produção de conhecimento para a apreensão concreta da peculiaridade de informações e sua difusão.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de junho, julho e dezembro de 2022, no Parque Nacional do Limpopo, igualmente, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas em profundidade, entrevista em grupo e observação direta. Neste contexto, foram realizadas entrevistas em profundidade, com vista a perceber reflexões e ações concretas das entidades da administração do Parque Nacional do Limpopo (PNL), da concessão turística atuante e da *Peace and Park Foundation* (PPF), uma ONG que atua na cogestão das áreas de conservação. Assim como, realizou-se entrevista em grupo aos departamentos do turismo, dos assuntos comunitários, dos meios de vida das comunidades e do reassentamento humano.

A observação direta consistiu na visualização da rotina das comunidades locais e das suas atividades; buscou-se o entendimento e significado das ações e fez-se a coleta de informações que narram a vida dos sujeitos observados. Também se realizou uma oficina participativa com a comunidade local, no espaço associativo de mulheres agricultoras vinculadas ao reassentamento de Salane, além da aplicação de um breve formulário às comunidades locais. Foi também feita entrevista em grupo, onde estabeleceu-se um diálogo com o departamento de comunidade como forma de interagir, buscando as orientações usadas nos projetos comunitários.

Os dados e informações coletados conduziram a entender o contexto geral dos processos que são gerados em torno do turismo, bem como atuar na especificidade do concreto mediante o diálogo com os nativos e lideranças comunitárias sobre depoimentos que relatem a vida dos sujeitos. Neste contexto, obedeceu-se o protocolo de bola de neve, onde um participante sugeria a participação do outro diante do diálogo que foi efetuado no âmbito da entrevista em grupo e dos atributos como ser nativo e residente na área de conservação, ou seja, no PNL.

O material oriundo das entrevistas, foi submetido ao tratamento a partir das reflexões sobre a problemática em estudo. Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos e significações manifestas. A pesquisa

segiu a técnica análise de conteúdo, pautada através de uma construção metodológica adaptada com base em Minayo (1996).

Portanto, os depoimentos gravados e transcritos, foram organizados e analisados por meio da adaptação das três aspectos, sugeridos por Minayo (1996), resultando em: unidade de contexto referente a expressão-chave ou frase; núcleo de sentido, fazendo menção a unidade de registro ou ideia central destacada da unidade de contexto; e a síntese da análise categórica no âmbito do tratamento do material, privilegiando os significados presentes.

Neste contexto, observa-se que a alternativa metodológica para a realização da análise deve privilegiar a viabilidade a transposição do conteúdo exposto das entrevistas dos indivíduos participantes da pesquisa (conforme o apêndice 12), objetivando alcançar uma maior compreensão sobre o objeto da mesma. À vista disso, dentre as várias técnicas para tratamento do material de investigações de natureza qualitativa, verifica-se que a análise temática demonstrou ser a mais adequada.

Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado. (...) qualitativamente a presença de determinados temas denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso (Minayo, 1996, p. 209).

Estabelecida e adequada a técnica, o percurso da análise das entrevistas seguiu as seguintes etapas: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme o ilustra o quadro 3.

Quadro 3 – Análise das entrevistas

Etapas	Correspondência
Pré-análise	Transcrição literal das entrevistas gravadas (todas foram digitadas e revisadas); Leitura exhaustiva e repetida, procurando-se alcançar a compreensão geral dos depoimentos, deixando-se emergir novas ideias e confrontando-as em relação aos pressupostos e objetivos iniciais da pesquisa; Preparação do material: entrevistas digitadas; recortes transversais de unidades de registro e contexto pertinentes ao tema e aos objetivos da investigação.
Exploração do material	Revisão aprofundada do instrumento de análise final; Reformulações na classificação e agregação dos dados e, conseqüentemente, o refino das categorias inicialmente elaboradas; Transformação dos dados brutos do material das entrevistas e que permitiu o alcance de uma maior compreensão acerca da

	representação dos sujeitos, em relação ao objeto desta pesquisa.
Tratamento dos resultados obtidos e interpretação	Discussão dos resultados a partir de temáticas e dos eixos estruturantes das falas; Foram privilegiados os significados dos temas presentes nos discursos; Confronto, entre o objeto empírico, o corpo teórico do trabalho e o olhar e a experiência da pesquisadora.

Fonte: autora, adaptado de Minayo (1996)

Com vistas a perceber determinadas transformações que vão ocorrendo no âmbito da dinâmica do PNL, efetuou-se coletas de informações *in loco* que sugeriu o tratamento de informações sobre os reassentamentos humanos, a localização das áreas de conservação moçambicanas, as infraestruturas existentes.

Ressalta-se que, neste estudo, os nomes dos entrevistados foram substituídos a fim de não levar à identificação dos mesmos, também se contextualizou os significados percebidos a partir dos resultados dos depoimentos e foram utilizadas as ideias centrais extraídas durante o processo de análise das entrevistas que melhor expressam a concepção dos entrevistados. Convém salientar que, todo o conteúdo aqui apresentado traduz a ótica dos representantes a partir da assimilação de pensamentos e olhares, sob a influência social e histórica que construíram a percepção desta pesquisa.

Quadro 4: desenho da pesquisa

Questão-problema	Como são produzidas as narrativas de enfrentamento à pobreza e que ideário de desenvolvimento é vinculado ao turismo em áreas de conservação			
Objetivo geral	Compreender a dinâmica do turismo e narrativas da pobreza, considerando o ideário de desenvolvimento vinculado ao contexto das áreas de conservação em Moçambique, especialmente no Parque Nacional de Limpopo.			
Objetivos específicos	Questões de pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Técnicas de análise	Fontes

Analisar o turismo e as narrativas associadas à pobreza; o contexto da criação das áreas de conservação em Moçambique e o seu nexó com a ação dos diversos agentes	Que narrativas de pobreza são construídas e vinculadas ao turismo em áreas de conservação?	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.	Análise do discurso e do conteúdo	Planos de maneios do Parque Nacional do Limpopo, Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Turismo, Planos Estratégicos da Administração das Áreas de Conservação Plano de redução da pobreza Demo (2006); Santos (2001, 2006, 2009, 2014); Sen (2000, 2012); Brito (2006, 2009)
Problematizar o ideário neoliberal e o seu fundamento na reestruturação das áreas de conservação, assim como da agenda política do turismo em Moçambique	Será que o fundamento de conservação e o turismo se associam a uma forma de pilhagem neoliberal?	Pesquisa bibliográfica, observação direta, entrevistas, registro fotográfico	Análise do discurso e do conteúdo	Santos; Silveira (2008); Santos (2009) Gillen e Mostafanezhad (2019); Mosca (1996); Nguenha (2013); Castel-Branco (2010); Sharpley e Telfer (2008), Sharpley (2020); (Fazito, 2016; 2017); Diegues (2008)
Indagar o processo de participação cidadã e as transformações sociais nas comunidades autóctones com fins de organização interna de seus territórios, no Parque Nacional do Limpopo	De que forma o turismo tem influenciado ou condicionado a participação cidadã e as transformações sociais nas comunidades autóctones, com fins de organização interna de seus territórios, especialmente no Parque Nacional do Limpopo.	Pesquisa bibliográfica Pesquisa bibliográfica, observação direta, entrevistas, registro fotográfico.	Análise do discurso e do conteúdo	Amman (1977), Arsntein (1969, 2002); Bordenave (1987, 1994); Demo (1995, 2001, 2006); Sen (2012); Santos (2014); Irving (2002); Simone; Ckagnazaroff (2017); Bussotti (2014)

Fonte: autora (2022)

2 TURISMO E POBREZA: NARRATIVAS E CONTEXTOS

Perante a infinitude dos desejos e pretensões humanos, nunca há tudo para todos, mas essa condição em si é exacerbada em sociedades que concentram excessivamente as vantagens e oportunidades. Nesse caso, trata-se de escassez produzida, mantida, cultivada, reprimida. Na pobreza não encontramos só o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando o seu contexto na história conhecida e reproduzindo-se na característica de repressão do acesso às vantagens e oportunidades sociais.

Demo, 2006

1 TURISMO E POBREZA: NARRATIVAS E CONTEXTOS

A pobreza, ao longo da história da humanidade, tem sido moldada por diferentes perspectivas sociais. A pobreza era interpretada como uma condição natural, predestinada e parte de um plano divino. A crença na vontade divina molda as práticas caritativas, vendo a ajuda aos pobres como resposta à uma ação benevolente de cuidar dos menos afortunados. De acordo com Guimarães (2016), a abordagem da pobreza como determinação divina, obscurece a compreensão da pobreza como uma realidade construída intencionalmente. A faceta mais aguda da pobreza reside não só na carência material, mas estritamente na exclusão de natureza política, uma condição historicamente produzida, mantida e cultivada (Demo, 2006). Há, portanto, uma necessidade premente de analisá-la à luz do contexto social e histórico, tornando-se também, possível alcançar uma visão mais aprofundada das origens.

A Revolução Industrial provocou transformações significativas nas concepções e abordagens em relação à pobreza. Anteriormente, as iniciativas para abordar essa questão estavam principalmente focadas em esforços locais. No entanto, essas iniciativas se revelaram inadequadas para enfrentar os desafios decorrentes das transformações nas relações de trabalho, agravando as questões sociais. Ao mesmo tempo, as novas dinâmicas das economias fundamentadas na produção industrial, se mostraram oportunas para o acúmulo de capital e a exploração da classe trabalhadora, reverberando na precarização dos salários e nas condições de vida. Na gestão do estado industrial, defendia-se a necessidade de racionalizar os métodos e os recursos alocados para o alívio a pobreza, considerando os custos associados à manutenção dessas ações (Raitano e Ribeiro, 2019).

Diante das mudanças ocorridas durante esse período, a pobreza emergiu como tema central de debates políticos e científicos, assumindo uma dimensão complexa na sociedade. Por exemplo, a perspectiva malthusiana, deu ênfase a relação entre crescimento populacional e recursos disponíveis. Tal visão, previa que a população tendia a crescer rapidamente, enquanto que capacidade de produção de alimentos acontecia de forma lenta, podendo levar a escassez de recursos e a crise de fome.

A solução para evitar a superpopulação foi que a fome seria um mal necessário, acreditando-se que a solução para forçar o controle da taxa de natalidade, residisse na limitação da capacidade produtiva de alimentos, no entanto, os mecanismos criados pelo homem provocam a má distribuição de riqueza (Azevedo, Lima, Silva, 2012). Conforme Azevedo, Lima, Silva (2012, p. 158), a fome tornou-se estrategicamente verdadeiro tabu (vergonhoso), possuindo razões ainda mais fortes, de ordem política e econômica, e não só moral.

Esse pensamento influenciou a percepção da pobreza como um mecanismo natural de controle populacional. Enquanto o controle de natalidade era encarado como uma medida preventiva, a escassez alimentar como benéfica para regular o crescimento populacional. Essa compreensão naturalizou a pobreza, transformando-a em uma condição humana aceita, o que por sua vez, limitou as abordagens assistenciais no passado.

Dessa forma, promoveu-se uma supressão das possíveis causas subjacentes ao crescimento da pobreza, ao mesmo tempo que se difundiram concepções moralistas em relação à idealização do indivíduo considerado pobre, imputando-lhe a responsabilidade por sua condição. Assim, emergiu a perspectiva que, a principal fonte de perpetuação e agravamento da pobreza residia na própria assistência prestada aos sujeitos, alegando que esta poderia incentivar a ociosidade, a inutilidade, a mendicância e o conformismo frente ao apoio recebido (Orth, 2019).

A compreensão da pobreza é profundamente influenciada por eventos históricos sincrônicos e significativos, nos quais se destacam o impacto do capitalismo, acentuado pela mercantilização. A revolução industrial, por sua vez, deixou marcas indeléveis no entendimento da pobreza, evidenciando-se na industrialização acelerada, a crescente concentração de renda nas mãos da burguesia industrial e o enfrentamento das condições sociais e de trabalho deploráveis por parte dos trabalhadores.

A ascensão do neoliberalismo, além de redefinir os próprios significados associados à pobreza, desencadeou relações contraditórias. Essas mudanças estruturais não apenas moldaram a configuração material da pobreza, mas também provocaram transformações nas relações sociais e nas dinâmicas de poder. Assim, as

diferentes fases históricas, impulsionadas por sistemas econômicos específicos, contribuíram para a construção multifacetada do conceito de pobreza, revelando sua complexidade ao longo do tempo.

2.1 AS NARRATIVAS DE COMBATE À POBREZA COMO FOCO DA AGENDA POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Nesta abordagem, propõe-se uma revisão crítica para examinar como práticas hegemônicas baseadas na ideia da modernização, contribuem para a construção de uma visão dicotômica do mundo. Certas ações persistem e influenciam a formulação e execução de agendas políticas em países subdesenvolvidos. Além disso, busca-se analisar como tais narrativas se infiltram no pensamento das elites políticas, refletindo interesses geralmente individualistas e baseados na exploração de recursos naturais. Muitas vezes, a justificativa de racionalidade econômica, promovida como parte de um processo de industrialização, prevalece sob a perspectiva da sustentabilidade.

É necessário compreender como certas práticas hegemônicas, ao perpetuarem as relações de dependência, têm influenciado a tomada de decisões dos detentores do poder no contexto subdesenvolvido e no surgimento, ao mesmo tempo, de novos atrasos e bolhas de pobreza dentro do mundo subdesenvolvido. Essa análise proporciona bases fundamentais sobre os desafios, destacando a necessidade urgente de repensar e redefinir as agendas políticas, levando em consideração as aspirações e necessidades da população em geral.

Iniciando com o discurso de investidura do presidente norte-americano Harry Truman em 1949, no qual realçou o termo moderno na sua agenda política, ditando conotações sobre desenvolvimento, incluindo a tutela aos considerados pobres no que se refere ao entendimento emblemático de uma narrativa que tem permeado as relações mundiais. Essa ação enfatizou o papel assistencialista das nações desenvolvidas em disponibilizar avanços científicos e progresso industrial para áreas

subdesenvolvidas, reproduzindo-se historicamente como uma justificativa para a expansão das influências globais, frequentemente mascarando intenções imperialistas sob a ótica de ajuda humanitária.

Pois, destaca-se a condição de miséria que grande parte da população mundial enfrenta, através de uma posição de hegemonia, criando uma dicotomia entre as nações desenvolvidas, que supostamente detêm o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento, e as nações subdesenvolvidas, representadas como sujeitas passivas dessa condição. Essa representação simplificada obscurece as complexidades históricas e estruturais que contribuíram para a situação precária de muitas nações.

A pobreza constitui preocupação de variados países, sendo também uma expressão comum para legitimar o poder, para a validação e articulação de uma questão que aflige a massa popular. Por outro lado, diante do contexto questionável que o mundo vive, no âmbito do evento “*Make Poverty History*” realizado em 2005 no Trafalgar Square em Londres, Nelson Mandela informa que a pobreza não está relacionada com caridade, pelo contrário, tem a ver com proteção dos direitos humanos fundamentais e justiça social, apelando assim aos líderes mundiais a superar este mal através de uma ação efetiva dos seres humanos e não por meras palavras. Pois,

a pobreza massiva e a desigualdade obscena são flagelos tão terríveis dos nossos tempos – tempos em que o mundo ostenta avanços impressionantes na ciência, tecnologia, indústria e acumulação de riqueza – que têm de ser classificados ao lado da escravidão e do apartheid como males sociais (Mandela, 2005).

No mundo controverso, onde mesmo diante dos avanços da ciência e da tecnologia, a pobreza tende a se expandir e os processos de acumulação garantem a concentração de riqueza. Nelson Mandela menciona que milhares de pessoas nos países mais pobres do mundo continuam escravizadas e acorrentadas na prisão da pobreza. No entanto, enquanto a pobreza persistir, não haverá verdadeira liberdade (Mandela, 2005).

A disponibilização de conhecimento técnico concentrado no centro imperial, sugere uma cidadania tutelada, na qual as nações desenvolvidas assumem o papel de mitigadores da pobreza, decidindo o que é melhor para as nações subdesenvolvidas.

Também, traduz-se em uma adoção de modelos e tecnologias desenvolvidos nas nações consideradas avançadas, ou seja, do Norte Global, sem uma consideração crítica. Isso contribuiu para a reprodução de estruturas de dependência, com os países subdesenvolvidos se tornando consumidores de inovações importadas. Essa dinâmica reproduz relações de poder desiguais, onde as nações desenvolvidas são percebidas como detentoras da solução para os problemas globais, perpetuando uma hierarquia global.

A ideia de cooperação e investimento de capital em áreas que precisam enfrentar o “dilema” da pobreza, é muitas vezes utilizada como uma justificativa para a penetração econômica em nações subdesenvolvidas. Isso tende a resultar em exploração de recursos naturais, imposição de políticas que favoreçam os interesses econômicos e a perpetuação de desigualdades estruturais. Essa visão sugere que a falta de recursos financeiros internos e a pobreza estejam interligados, formando um ciclo vicioso.

Outro fato é a extrema dependência política e orçamentária de instituições internacionais. As agências de crédito internacionais, incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, desempenham um papel significativo na facilitação do acesso ao crédito. No entanto, a emissão descontrolada de crédito ao longo dos anos, especialmente em países que enfrentaram conflitos armados ou crises civis, tem levado a uma situação ainda mais precária do que a herdada, gerando preocupações sobre as práticas e impactos associados a esse processo (Korstanje, 2020).

Em Moçambique, a adoção de políticas de combate a pobreza foi estimulada por processo de reintegração baseada em mudanças nas estratégias de Estado e mercado, face a apoio financeiro e estrutural na nova dinâmica política e social. Igualmente, como forma de aliviar a dívida e aceder aos empréstimos, foi desenhado o Plano de Redução da Pobreza para os anos de 2001 a 2005 (PARPA I), posteriormente atualizado para os anos de 2006 a 2009 (PARPA II) e o Plano de Redução da Pobreza em vigor nos anos de 2011 a 2014, este último denominado PARP.

O PARPA² é um instrumento de políticas públicas programadas materializado por planos quinquenais ou trienais governamentais, ao exemplo de planos estratégicos de cada setor, planos anuais como o Plano Econômico Social (PES) e pelo Orçamento do Estado (OE) (vide o anexo 1 e 2 sobre a estrutura da articulação de instrumentos do planeamento público e a estrutura de priorização de ações). O PARPA I tinha como objetivo mitigar a pobreza absoluta em nível de 70% em 1997 para pelo menos 60% em 2005 e menos de 50% na primeira década de 2000. O PARPA II visava diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009.

Neste âmbito são usados os indicadores de pobreza baseados no consumo e rendimento das populações, tal como acontece atualmente com alguns avaliadores nacionais sobre a pobreza, como é o caso do inquérito do orçamento familiar, assim como em documentos setoriais e pelo INE com base nos indicadores mencionados a seguir, no âmbito das principais ações do PARPA.

Em termos de prioridades, o PARPA visa a manutenção da paz e da estabilidade sociopolítica, e a adoção de políticas de rápido crescimento económico como fundamento essencial para a redução da pobreza, impulsionando o setor privado a acelerar a criação de emprego e autoemprego. Assim, são delimitadas as ações principais do PARPA, nomeadamente: educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infraestruturas básicas, boa governação e gestão macroeconómica e financeira.

É necessário frisar que a ausência da tradição de um debate aberto no contexto moçambicano, acerca das abordagens que devem ser adotadas no combate à pobreza pode ser atribuída ao fato de muitos programas formulados no âmbito do Planos de Ação Contra a Pobreza Absoluta limitarem-se à mera incorporação das recomendações de políticas propostas por proeminentes organizações internacionais, com ênfase no Banco Mundial (Brito, 2006). Chama-se atenção a importância do desenvolvimento de visões alternativas em relação aos desafios nacionais, com a capacidade de mobilizar efetivamente os cidadãos.

No âmbito político oficial moçambicano, a premissa do combate à pobreza foi marcada nas orientações governamentais, conforme a retórica de Armando Guebuza.

² O termo PARPA é usado neste texto para referir simultaneamente o PARPA I, PARPA II e PARP.

Indicando a autoestima e o pluralismo político como fundamentais para o envolvimento de todos os cidadãos na construção da democracia e justiça social.

Na interação com o nosso Povo diagnosticamos as causas deste conflagrador e degradante fenômeno e enfatizamos que tínhamos apenas duas escolhas: ou resignarmos-nos, assumindo que a pobreza é um mal invencível, ou armarmos-nos da nossa autoestima e lutar para o fazer recuar até passar à História (...). Assim, e com este capital de confiança e legitimidade, queremos exortar a Nação Moçambicana que assuma que é chegado o momento de secundarizarmos as diferenças políticas que caracterizaram a competição pelo voto e dedicarmos-nos à luta contra a pobreza, com todas as nossas energias, a epopeia de um Povo que quer e sabe que pode e que está a vencer este flagelo (Guebuza, 2009, p. 4).

A abordagem indica um reconhecimento explícito da pobreza como um problema grave e degradante enfrentado pelo povo moçambicano, trazendo uma narrativa de resistência e empoderamento. Também, diante de um apelo a unidade, compromisso e colaboração, inspira confiança na capacidade do povo para superar os desafios.

Neste âmbito, a ideia de combate a pobreza foi sendo associada aos variados planos e políticas públicas, como a ideia de expansão da rede sanitária e escolar, de fontes de água, de vias de acesso, entre outras infraestruturas. Igualmente, é construída a matriz neoliberal com vista a responder as necessidades de desenvolvimento para o autoemprego, instigando que os titulares de cargos governamentais contribuam para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento da atividade empresarial (Brito, 2009). Brito (2009), analisou as referências de combate a pobreza, na qual menciona que o uso ambíguo da noção de pobreza consiste em defender o avanço de uma burguesia nacional que, consequentemente, gera o espaço político como o cerne das conquistas que os agentes políticos aprimoram para manterem ou ascenderem as posições de poder.

É nesse contexto que se atribui a responsabilidade de enfrentamento as questões de pobreza ao setor privado como dinamizador principal da vida social e da estrutura estatal, criando espaço para a falta de equidade e uma estrutura de dependência tanto ao investimento estrangeiro, tanto as armadilhas do mercado que busca a maximização do lucro.

Importa referir que, os instrumentos políticos de redução de pobreza são baseados em fatos de operacionalização no âmbito das demandas governamentais. Na versão atualizada do PARPA II, ou seja, no fim da execução do referido plano, surge o

PARP, como continuidade. Este tinha como objetivos, o aumento da produção e produtividade agrária e pesqueira, bem como o incentivo a promoção de emprego e o Desenvolvimento humano social (vide o anexo 2). Estas bases consideradas fundamentais possuem uma conexão com a dependência do cenário macroeconômico competitivo, uma gestão de finanças públicas e governação transparente (PARP, 2011). Contudo, as bases no crescimento econômico para a redução da pobreza permanecem no topo das atenções nas agendas políticas.

Dentro do contexto de uma análise contida no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (anos 2016 a 2025) em Moçambique, menciona que embora o turismo não esteja explicitamente contemplado no PARP, é importante observar que muitos objetivos e ações estratégicas relacionados ao ambiente de negócios, como reformas fiscais e de licenciamento, disponibilidade de crédito, aprimoramento nas condições de trabalho, iniciativas de capacitação e infraestruturas, e a eficiência do governo local, impactam no desempenho do setor e do ambiente de investimentos (Moçambique, 2015). Desse modo, o mesmo PEDTM, realça que o turismo representa uma oportunidade excepcional como uma ferramenta crucial no desenvolvimento de recursos humanos, e pode desempenhar um papel fundamental na mitigação da pobreza, podendo ser alcançado através da geração de emprego e rápido crescimento econômico. E assim se eleva o emprego e crescimento do mercado, como um fator principal de combate a pobreza na estratégia nacional do turismo.

Nessa abordagem, as estratégias de combate à pobreza, ao invés de fundamentarem-se na análise complexa das dinâmicas econômicas e sociais, atribuem ao Estado a responsabilidade de assistir aqueles que, temporariamente incapazes, necessitam de apoio para se tornarem competitivos e ingressarem no mercado. Conforme o exposto, a questão não reside apenas na estrutura e no funcionamento social da economia, exceto na medida em que o Estado, porventura, não fomenta o livre desenvolvimento do mercado. O foco recai nas condições para o desenvolvimento do mercado, por sua lógica intrínseca, permitiriam a inclusão de todos os indivíduos dispostos a trabalhar e dotados de competências necessárias para se destacarem na competitividade do mercado de trabalho (Brito, 2009).

De acordo com Escobar (1995), a solução idealizada para romper a pobreza era a importação significativa de capital estrangeiro. A crença era que uma injeção substancial de recursos externos poderia atuar como um catalisador para impulsionar o desenvolvimento econômico, quebrando assim o ciclo de pobreza. Essa perspectiva reflete uma abordagem que historicamente foi adotada por muitos países subdesenvolvidos, onde a busca por investimento estrangeiro era vista como uma estratégia fundamental para estimular o crescimento econômico. Contudo, uma dependência excessiva de capital externo assim como de doadores, pode levar a desequilíbrios econômicos, vulnerabilidade a choques externos e falta de autonomia nas decisões econômicas, dada a complexidade dessas dinâmicas em contextos subdesenvolvidos.

Há um apelo ao uso dos próprios esforços das nações subdesenvolvidas, à quebra da dependência, no entanto, muitas vezes, a adoção de medidas autossuficientes coloca um barreiras desproporcionais sobre essas nações, impedindo-as de desfrutar plenamente de seus recursos e potencialidades. Apesar dessa perspectiva ser de sua aparente boa vontade, reproduz uma narrativa de desigualdade, hierarquia global e influência da cidadania tutelada (considerando as instituições de tutela que comandam e impõem regras). Portanto, a ênfase na ajuda através dos próprios esforços das nações subdesenvolvidas reforça a ideia de que a responsabilidade por superar a pobreza está nas mãos dessas nações, desconsiderando as relações históricas de exploração e as barreiras estruturais impostas por sistemas globais desiguais.

A pobreza muitas vezes está associada a modos de vida estigmatizados, processos excludentes e fenômenos globais, como a globalização. A pobreza é frequentemente ligada a modos de vida considerados inadequados, levando à estigmatização e discriminação. A ideia de pobreza como uma questão de civilização destaca como certos grupos são marginalizados ou considerados à margem do progresso, com raízes históricas, ideológicas e culturais.

A globalização, embora traga benefícios econômicos e avanços tecnológicos, também está associada aos processos excludentes. A concentração de poder econômico em certas regiões pode levar à exploração em países periféricos,

contribuindo para a disparidade econômica global. A dicotomia entre países centrais e periféricos destaca a disparidade no desenvolvimento econômico e social entre nações, muitas vezes relacionada à distribuição desigual de recursos e influência global.

Países periféricos enfrentam desafios estruturais, como acesso limitado à educação, infraestrutura precária e governança frágil. Esses fatores perpetuam a pobreza e criam barreiras significativas para o efetivo desenvolvimento sustentável. Adotar abordagens que considerem as dimensões econômicas, sociais e políticas da pobreza é crucial pois, visa não apenas os sintomas, mas também as causas relacionadas a estruturas desiguais e de exclusão social.

[...] o termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (Santos, 2013, p. 18-19).

A pobreza é tanto uma preocupação individual como um problema social mais amplo. Ao longo de décadas, a pobreza esteve associada aos modos de vida, processos excludentes discursivamente criados como doença de civilização ou propiciadas pela globalização excludente conduzindo a dicotomia dos países centrais e periféricos (Santos, 2014).

À vista disto, percebe-se que a pobreza é um ciclo complexo devido as ideologias de dominação e dependência que é influenciado pelo *status* político, socioeconômico e geográfico.

A pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade (Yazbek, 2012, p. 290).

Os estudos da pobreza oferecem noções que conduzem a variadas perspectivas na sua distribuição espacial, quando alguns lugares se tornam armadilhas de pobreza estrutural globalizada e outros indicam menor incidência. Assim, tende-se a centrar na influência dos avanços tecnológicos na causa da pobreza, enquanto outros se concentram na espacialidade face a interação entre as condições dos recursos naturais

e os processos humanos para produzir resultados de pobreza. Geralmente procura-se identificar as características físicas que resultam em armadilhas espaciais da pobreza, tendendo a atribuir ao ambiente físico, especialmente às condições climáticas, os resultados determinantes do desenvolvimento. Assim, as regiões tropicais eram vistas como estando predispostas a fracos resultados de desenvolvimento econômico, enquanto o Norte global eram consideradas mais estimulantes e, portanto, oferecendo melhores perspectivas de desenvolvimento econômico (Chimhowu, 2009).

À vista disso, a marginalidade e o afastamento de um lugar só são vistos como influenciando a coprodução do subdesenvolvimento e das armadilhas espaciais da pobreza quando se leva em conta a espacialidade específica da área. Também, a ruralidade tem sido associada, necessariamente, a pobreza nos países subdesenvolvidos, a menos que certas condições históricas, econômicas e sociais específicas criem tais condições. Assim, as zonas rurais só se tornam armadilhas de pobreza devido à natureza das decisões de desenvolvimento que são tomadas e ao papel atribuído à economia do espaço rural nos processos de desenvolvimento (Chimhowu, 2009).

As relações entre o local e o global na formação do espaço compõem um conjunto de categorias fundamentais de Milton Santos, que produziu uma teoria crítica e totalizante que permeia diferentes áreas do conhecimento, como filosofia, sociologia e economia política. Então, de acordo com Santos (2006), no âmbito das reflexões na construção de uma teoria do espaço, o espaço é definido como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, composto pela paisagem, pela configuração territorial, pela divisão territorial do trabalho, pelo espaço produzido ou produtivo, entre outros fundamentos. Por um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como as ações ocorrem e, por outro lado, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou ocorre em objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2006).

As ações humanas e os objetos historicamente produzidos interagem reciprocamente na produção do espaço e determinam-se constantemente, portanto, são indissociáveis num movimento analítico. Deste modo, é através do resultado desta união que se pode dizer é que esta realidade territorial tende a ser examinada levando-

se em consideração as duas faces referidas. Com esta noção de espaço, consegue-se apoiar na análise da relação entre a técnica e o regime de dominação, operando através da alienação entre estes dois sistemas – de ações e de objetos – que, na realidade, estão totalmente interligados (Santos, 2006).

Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, instituições, práticas e normas que simultaneamente movem e são movidos pela sociedade (Santos; Silveira, 2008), as pessoas que vivem no contexto global moderno devem responder aos seus imperativos de governação, que reproduzem o consumo e a exploração de forma conjugada e permanente.

Os processos envolvendo técnica, território e globalização foram possibilitados pelo progresso tecnológico, baseando-se nas relações de complementaridade e subordinação, derivadas da unicidade técnica que caracteriza a época atual. Os sistemas de objetos compostos por tecnologias conferiam ao espaço um conteúdo extremamente técnico (Santos, 2001).

Portanto, as noções de centro e periferia, e colônia-metrópole, tornam-se mais são complexas e contraditórias. Uma vez que a mesmo tempo que vai se mantendo ou expandindo a hegemonia do poder do centro para a periferia, vão surgindo as macro/micro colônias dentro da periferia, e reproduzem-se as novas burguesias/elites e desigualdades territoriais. Em cada espaço geográfico, no Sul e no Norte, encontram-se combinações variadas de sistemas de ações e sistemas de objetos, e uma interdependência entre o local e o global.

2.2 A POBREZA, PRIVAÇÃO, CAPACIDADES E OPORTUNIDADES

A perspectiva da capacidade desempenha um papel crucial na análise da pobreza, aprimorando a compreensão da natureza e das causas da privação. Essa abordagem desvia a atenção central dos meros meios, como o enfoque tradicional na renda, para os objetivos legítimos que as pessoas buscam. Em consonância, destaca as liberdades necessárias para capacitar as pessoas a atingirem tais objetivos (Sen, 2000, p. 112).

É notório o emprego do termo pobreza em diversas abordagens nos variados prismas da sociedade, seja no âmbito religioso, governamental, empresarial e acadêmico. Isso destaca a necessidade de uma atenção para enfrentar os complexos problemas associados a essa condição. De maneira geral, a pobreza pode ser considerada como um estado no qual uma pessoa não consegue obter acesso aos meios necessários para sua subsistência, é privada de capacidades, enfrenta dificuldades para exercer a cidadania, experimenta a ausência do Estado e a falta de expansão da política pública.

A pobreza é caracterizada pela privação de estruturas e oportunidades essenciais que são fundamentais para que um indivíduo participe plenamente na sociedade, resultando na impossibilidade de ter uma vida plena e livre de adversidades. Refere-se a privação de liberdades que incluem a ausência de oportunidades de escolha e a insuficiência de capacidade dos indivíduos. Mas também, consideram-se a opressão de vozes, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (Sen, 2010). Destaca-se a importância da liberdade de escolha e da capacidade dos indivíduos agirem de acordo com suas próprias preferências.

A baixa qualidade dos serviços públicos, os inúmeros efeitos negativos resultantes de uma elevada desigualdade social, como taxas elevadas de desemprego e condições precárias de saúde nas classes menos favorecidas, assim como a redução da capacidade de crescimento econômico dos países, são amplamente reconhecidos. Portanto, a pobreza emerge como um dos problemas mais significativos enfrentados pela humanidade (Oliveira, 2021).

Em uma dimensão mensurável, são estabelecidos critérios para avaliar a linha de pobreza. Este termo refere-se ao estado ou condição em que pessoas ou comunidades carecem de recursos financeiros essenciais para atingir um padrão de vida mínimo. Nesse contexto, suas necessidades humanas básicas não podem ser satisfatoriamente atendidas. Dessa forma, indivíduos e famílias em situação de pobreza podem enfrentar desafios relacionados à falta de moradia adequada, acesso a água potável, alimentação saudável e cuidados médicos.

A linha de pobreza internacional representa um limiar monetário, abaixo do qual se considera que um indivíduo vive na pobreza. Desta forma, uma linha de pobreza é o parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (Barros et al., 2000). A atual linha de pobreza internacional foi atualizada em setembro de 2022, o novo limite de pobreza extrema é de 2,15 dólares por pessoa por dia, que substitui o limite de pobreza de 1,90 dólares, baseia-se na Paridade do Poder de Compra (PPC) de 2017 (World Bank, 2022).

Mas a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais (...) contribuindo para mater e agravar diferenças. As diferenças se exprimem sobretudo em termos de forças produtivas e relações de produção, em termos de custos e preços, em termos de valor dos produtos e do dinheiro, em termos de nível de consumo e de renda (Santos, 2009, p. 23).

Nesse contexto, a organização do espaço não pode ser exclusivamente interpretada como uma estrutura social dependente apenas da economia. As relações humanas compreendem também uma rede de relações afetivas, espaço de convivência e também social. A busca incessante pelo lucro máximo, característica da expansão capitalista, resulta na preferência por determinadas localizações em detrimento de outras (Santos, 2006).

Na realidade, diversos fatores podem levar as pessoas abaixo do limiar da pobreza, sendo a discriminação das relações sociais, a organização do espaço para o consumo, a concentração de renda, uma dessas questões. Pois, os mecanismos de dominação passam a ser sistematicamente alcançados através do uso da ideologia do consumo para o comércio, mesmo que não haja produção local correspondente, também, se estabelece, uma estrutura de consumo, a subutilização da força de trabalho e um modelo de utilização de recursos naturais geralmente fundamentais para a sobrevivência (Santos, 2009).

Em outras palavras, indivíduos são privados da oportunidade desfrutar de certos direitos de acordo com os sistemas vigentes, os contextos, assim como, com os processos que transformam e dinamizam o espaço. Embora, a pobreza seja uma condição multidimensional associada as diversas privações, o critério mais comumente

utilizado é a insuficiência de renda, devido à prática empírica que isso apresenta. O pressuposto conceitual subjacente é que, dado um determinado nível de renda, diferentes indivíduos atingiriam o mesmo nível de utilidade. Portanto, ao estabelecer um padrão mínimo desejado de bem-estar, aquela cuja renda é insuficiente para alcançá-lo são considerados como vivendo em condição de pobreza (Sousa, 2003).

No entanto, certas abordagens acima referidas são contestadas. A ideia de inadequação de renda, em comparação com a de baixa renda, sugere uma abordagem mais abrangente ao avaliar o bem-estar econômico das pessoas. Enquanto a baixa renda se concentra apenas no montante financeiro que uma pessoa recebe, a inadequação de renda considera a capacidade dessa renda em atender às necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida (Sen, 2012). A noção de inadequação de renda destaca a importância de converter a renda em capacidades reais, ou seja, em habilidades e recursos que possibilitam uma vida plena e digna. Simplesmente ter um determinado nível de renda pode não refletir adequadamente a capacidade real de uma pessoa para satisfazer suas necessidades essenciais, como alimentação, moradia, saúde e educação.

Ao considerar a inadequação de renda, é crucial analisar como a renda se traduz em oportunidades e recursos tangíveis. Por exemplo, disparidades nas oportunidades e recursos disponíveis para diferentes faixas de renda, pode relevar áreas específicas que precisam de atenção para garantir uma distribuição mais equitativa e eficiente dos recursos sociais, além disso, uma pessoa com baixa renda pode estar privada de acesso a serviços de saúde adequados, educação de qualidade ou condições de moradia seguras (Sen, 2012). Portanto, a análise da inadequação de renda destaca a importância de avaliar não apenas o valor monetário da renda, mas também como essa renda influencia a capacidade das pessoas de desfrutar de uma vida plena e participar ativamente na sociedade. Essa abordagem é particularmente relevante quando se trata de combater tipos específicos de privação, pois permite uma compreensão mais detalhada das necessidades e desafios enfrentados por diferentes grupos de pessoas.

Entender a pobreza exclusivamente com base na renda, pode levar a uma visão limitada e incompleta dos desafios enfrentados pelas pessoas em situação de pobreza.

Embora, a renda seja um fator importante, ela não captura toda a complexidade da pobreza e não considera diversos aspectos de privação que afetam a qualidade de vida. Portanto, isso deixa de fora questões críticas como acesso inadequado à saúde, educação precária, falta de moradia adequada, exclusão social e oportunidades limitadas, entre outras privações. Ignorar esses fatores conduzem às intervenções inadequadas e às políticas que não abordam efetivamente as causas da pobreza.

Sen (2012) distingue a ideia de liberdade e a questão baseada em recurso, uma vez que a posse de recursos é definida pela classificação por soma ou acumulação e pela sua neutralidade sobre o que constitui uma qualidade de vida. Avalia, portanto, o desempenho das pessoas em termos da posse dos recursos de uso geral necessários para a construção da sociedade. A crítica de Sen sobre a distribuição justa de bens primários substitui uma crítica às abordagens indiferentes às questões de igualdade de liberdades. Neste âmbito, os recursos não devem ser o foco exclusivo de preocupação da justiça baseada na equidade, mesmo que, sejam deliberadamente escolhidos pela sua utilidade geral para uma vida condigna. A razão é que este foco exclui a consideração da variabilidade nas capacidades reais dos indivíduos para converter recursos em resultados reais para a expansão das políticas públicas.

Mesmo que as pessoas possuam um pacote de recursos podem não ser igualmente capazes de alcançar a vida condigna. Também, os recursos podem ser usados para obter controle de mercadorias ou controle das estruturas políticas. Desse modo, “o espaço, portanto, reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que eles vêm produzir nele. Mercadorias eles próprios, sua alienação faz cada homem um outro homem” (Santos, 2009, p. 34). Isso desvia a atenção na essencial tarefa de identificar as necessidades fundamentais da coletividade e das capacidades que proporcionam o bem-estar humano, e concentra no foco abstrato de concentração de recursos (Furtado, 1974).

Portanto, a neutralidade dos recursos em relação à utilização dos recursos não é tão justa quanto se pode dar a entender. Especificamente, Sen (2012) comenta que os princípios da justiça foram elaborados primeiro para casos específicos concretos, em termos de um contrato social concebido como um esquema racional para a cooperação mutuamente vantajosa entre pessoas igualmente capazes de contribuir para a

sociedade, e só mais tarde se estendeu a casos complexos, como os de deficiência ou ausências de liberdades. Sen (2012) acredita que tais casos estão longe de ser anormais e ao excluí-los no início corre-se o risco de construir uma estrutura que marginaliza permanentemente os indivíduos.

Face ao exposto, o problema geral é que os recursos são usados como fetiche na personificação da vantagem competitiva face ao progresso linear, e concentram-se na relação entre aumento da privatização de recursos e a ampliação das transformações estruturais tendentes a sua distribuição não equitativa e ao crescimento do Produto Interno Bruto. No entanto, esse crescimento não garante necessariamente a melhoria das condições de vida de forma significativa da população. Isso ocorre, devido a forma como o aumento quantitativo de riqueza é distribuído, podendo refletir uma concentração desproporcional de recursos e uma fração restrita da sociedade (Chiundila, 2019). Portanto, para Sen (2012), apesar da distribuição de recursos monetários ser uma preocupação na função avaliativa da sociedade, não deve ser considerado único e promovido como principal, reconhecendo-se as considerações de justiça social como intrínsecas da liberdade.

Ao considerar apenas a renda, pode-se perder de vista as diferentes formas de privação que as pessoas enfrentam, especialmente aquelas em grupos vulneráveis. É importante buscar a emancipação da pobreza e de todos os tipos de privações, criando reflexões profundas sobre as comunidades locais sendo sujeitos de própria história, ao considerar a livre condição de agente, as questões éticas e a suas capacidades de questionamentos. Uma compreensão mais holística da pobreza é essencial para capturar a complexidade dessa condição e desenvolver políticas e intervenções direcionadas à realidade.

Os governos frequentemente implementam programas de bem-estar social para ajudar a tirar indivíduos, famílias e comunidades da pobreza. Há variações substanciais entre os países, sendo que alguns possuem Estados de bem-estar social robustos, caracterizados por uma ampla gama de programas e apoio às necessidades, enquanto outros adotam abordagens mais individualistas, evitando em maior medida programas de assistência social (Pires, 2019).

As políticas sociais e programas de assistência social são irrórios e a falta de clareza, falta de transparência, corrupção, a presença de instituições repressivas, o fraco acesso à informação aos grupos alvos, constituem realidade de certos países como Moçambique. Alguns argumentos, de acordo com o estudo empírico feito, são desenvolvidos nos capítulos subsequentes, especialmente no último capítulo deste trabalho. Verifica-se que as ações de apoio comunitário são vinculadas a tutela sob a subsistência das comunidades locais.

A abordagem centrada na subsistência teve sua origem na Inglaterra no final do século XIX, estabelecida pela linha de pobreza conforme delineada pela Lei dos Pobres. Os estudos sobre nutrição, desse período, tinham o objetivo de desenvolver ações que garantissem o acesso dos indivíduos carentes a um nível mínimo de alimentação, suficiente para assegurar sua reprodução física (Raitano; Ribeiro, 2019).

Embora o conceito de subsistência seja amplamente utilizado, na maioria das vezes, seu significado preciso não é claramente delineado. Contrariamente à noção convencional de um padrão mínimo centrado exclusivamente nas necessidades físicas, a subsistência representa um padrão mínimo absoluto que engloba não apenas a sobrevivência física, mas também a saúde mental e a eficiência produtiva. Isso se deve ao fato de que o nível básico de desejabilidade social esteja intrinsecamente ligado às necessidades de sobrevivência física e mental (Sharif, 1986).

Observa-se que a subsistência é vinculada a quantidade mínima de meios de sustentação necessária para atender as necessidades diárias de uma pessoa. Serve como limiar de pobreza absoluta, levando-se em conta as despesas com alimentação e habitação e as despesas individuais não alimentares. Tal como acontece com os quesitos das associações comunitárias instruídas pelo projeto de meios de vida das comunidades do PNL, na atenção a subsistência baseada na produção alimentar e introdução de novas práticas, fornecendo o protótipo de sobrevivência.

Também, verifica-se que a obtenção de padrão de subsistência, baseada na busca pela renda básica, desempenha um papel crucial, pois confere o controle sobre essas necessidades, capacitando o indivíduo a alcançá-las. Portanto, a renda é utilizada para caracterizar a subsistência (Sharif, 1986).

As necessidades básicas são, geralmente, definidas em termos de uma lista mínima de elementos que os seres humanos necessitam para cumprir os requisitos básicos e alcançar uma vida digna. Normalmente, a lista inclui questões básicas, como alimentos, vestuário e abrigo, bem como serviços essenciais, como acesso à água potável, ao saneamento, à educação, aos serviços de saúde e ao transporte público. Para o ser humano, elas são uma estratégia segundo a qual o desenvolvimento é definido pela satisfação das necessidades para todos, juntamente com o envolvimento participativo das pessoas no processo de tomada de decisão das políticas que as afetarão. Em outras palavras, as necessidades básicas referem-se ao acesso a serviços essenciais que impactam o bem-estar geral (Raitano e Ribeiro, 2019).

Importa referir que as comunidades locais são suscetíveis a um ciclo vicioso, influenciado por eventos adversos decorrentes da vulnerabilidade associada a condição de pobreza e instabilidade política, crises econômicas, desastres naturais, entre outros, que podem agravar tal condição. A escassez de acesso a serviços essenciais é exacerbada por fatores socioeconômicos, étnicos e geográficos (Silva, 2011). Abordar esse problema requer inclusão de políticas públicas, programas sociais e iniciativas voltadas para promover a igualdade de oportunidades, emancipação e combater a discriminação.

Em alguns casos, certos governos criam leis e regulamentos discriminatórios que excluem grupos de acederem aos serviços essenciais, como saúde e educação, além de negar emprego e habitação. Portanto, crenças sociais profundamente enraizadas podem isolar indivíduos (França, 2014), e contribuem para a marginalização de indivíduos e comunidades. Estereótipos, preconceitos e normas culturais podem contribuir para a marginalização, isolamento, tensões sociais, perpetuação de desigualdades e falta de oportunidades para certos grupos. A superação dessas barreiras requer esforços coletivos para promover a igualdade e mudanças culturais.

É crucial reconhecer a pobreza como uma condição de restrição humana que impede os cidadãos de desfrutarem plenamente de sua cidadania. Isso ocorre devido à privação ou limitação de suas capacidades. Nesse contexto, a pobreza não se resume apenas a uma condição estritamente financeira e econômica, ela representa múltiplos fatores que comprometem o pleno exercício dos direitos e potenciais de cada indivíduo,

restringindo seu acesso a oportunidades e recursos essenciais para uma vida digna e participativa na sociedade (Sen, 2012).

A pobreza envolve a privação de capacidades (*capabilities*) e funcionamentos (*functionings*) (Sen, 2010). Os funcionamentos referem-se às realizações concretas de uma pessoa, consistindo em uma série de ações que uma pessoa realiza ou considera como importantes para a execução em sua vida. Enquanto que as capacidades englobam as oportunidades e habilidades que alguém possui para efetuar essas funções, elas representam combinações alternativas de funcionamentos que um indivíduo é capaz de fazer ou ser. A perspectiva da “capacidade envolve o bem-estar (estado) e a liberdade para buscar bem-estar (ação), ou seja, envolve a combinação de funcionamentos (estado e ações)” (Sen, 2012, p. 80). Isso contribui para a capacidade do indivíduo em escolher o estilo de vida que deseja.

A ênfase nas capacidades permite uma análise mais centrada na participação das pessoas. A abordagem da capacidade se concentra no significado ético dos indivíduos de alcançar o tipo de vida que têm motivos para valorizar. A ênfase ética na capacidade destaca a importância de permitir que os indivíduos alcancem o que eles valorizam e deem significado às suas vidas. Isso implica ir além da mera satisfação de necessidades básicas e buscar garantir que as pessoas tenham a liberdade de fazer escolhas significativas, de acordo com suas próprias aspirações e valores. Portanto, “o exercício da liberdade é mediado por valores. Estes valores são influenciados pelos debates públicos e interações sociais” (Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena, 2017, p. 9).

Face ao conjunto de capacidades, é crucial entender os *meios* (papel instrumental) e *fins* (papel constitutivo) de desenvolvimento. Os *meios* referem-se aos recursos, oportunidades e condições que as pessoas têm à sua disposição para alcançar seus objetivos e aspirações, isso inclui as liberdades civis, entre outras, ou seja, os meios são os instrumentos ou caminhos pelos quais as pessoas buscam realizar seus objetivos. Os *fins* representam as realizações que as pessoas buscam ou desejam alcançar em suas vidas, em outros termos, são os resultados concretos que são valorizados individualmente e coletivamente.

No âmbito da abordagem das capacidades, de acordo com Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017, p. 9), o que Sen (2000) “inova em sua teoria é que a igualdade deve ser dos meios (*capability*) e não de fins (*functionings*), já que esses variam de pessoa para pessoa”. Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017, p. 9) trazem um exemplo ilustrativo baseado na teoria Seniana, com o caso de dois indivíduos famintos, um devido à escassez de alimentos e outro por estar em greve de fome em prol dos direitos civis. A distinção fundamental entre eles reside na capacidade que o sujeito em greve possui de se alimentar, algo indisponível para outro faminto. Essa capacidade está intrinsecamente ligada à liberdade de realizar uma greve, destacando-se como um elemento fundamental.

Tal como ilustra Sen (2010), tanto nos seus estudos direcionados para a pobreza e fome em um ensaio sobre os direitos e privações, onde faz menção as suas pesquisas realizadas na década 1980, sobre fomes coletivas no mundo subdesenvolvido, chamando atenção a legitimidade ética do Estado e suas ocupações na intensificação de planos que buscam interesses comerciais que impossibilitam soluções preventivas, colocando certos países na condição de vítimas de ações empreendidas no âmbito das políticas econômicas estruturais desiguais.

Nesse contexto, é possível fazer uma analogia aos variados exemplos que o Sen (2012) traz sobre os diversos aspectos como a pobreza e a fome que geram privações, ou seja, trazendo uma explanação concreta, em que um indivíduo pode também escolher jejuar como uma profissão religiosa ou por outros motivos, o fato do jejum ser uma escolha de não comer deve ser reconhecido, o que se difere de estar em jejum por uma condição forçada a fome extrema. A análise deve ser sensível tanto às realizações reais (funcionamento) como à liberdade efetiva (capacidade). Percebe-se que a segunda perspectiva implica a falta de disponibilidade de políticas sociais ou da ausência de estrutura social e organizações influentes que lidam com essa condição de privação a partir da efetivação da identidade dos sujeitos ativos, gerando impossibilidades de escolha e incapacidade de diversas liberdades.

Neste âmbito, embora a ideia de liberdade tem sido refutada por ser o cerne dos defensores do neoliberalismo, a teoria Seniana tem desempenhado um papel significativo ao deslocar a atenção ao desenvolvimento centrado na expansão de

renda, considerando-os meros meios, para um enfoque na promoção das liberdades que conduzem a vida dos cidadãos (Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena, 2017).

Importa referir que a liberdade inclui os diversos tipos de direitos, oportunidades e intitamentos³. Então a redução da pobreza requer que um conjunto de privações seja eliminado, motivado por capacidades impulsionado pelos seguintes aspectos:

- As liberdades políticas são os direitos civis e participação cidadã. Isso engloba a capacidade de escolher seus líderes conforme seus princípios, a liberdade para supervisionar e criticar as autoridades, liberdade de expressão, entre outros aspectos. Igualmente, oferece alternativas para o exercício da cidadania e das discussões públicas das populações. Não se restringe ao papel das instituições democráticas como dispositivos mecânicos, mas, reconhece a sua relevância quando o seu uso é condicionado pelos valores, condição de agente, prioridades e oportunidades de participação da população.
- As facilidades econômicas referem-se às oportunidades que as pessoas têm para empregar os recursos econômicos disponíveis, seja para consumo, produção ou condições de troca.
- As oportunidades sociais representam as possibilidades que uma sociedade proporciona aos indivíduos para uma vida melhor. Engloba facilidades sociais, tais como educação, saúde, habitação, acesso a água potável e até mesmo fontes de energia que viabilizam a condução da vida privada e a participação ativa das pessoas em atividades econômicas e políticas.
- As garantias de transparência dizem respeito ao nível de confiança entre os indivíduos, permitindo a liberdade de se relacionarem com sinceridade. Isso inclui as garantias de clareza e confidencialidade, desempenhando um papel fundamental na prevenção da corrupção, fraude financeira e transações ilícitas, tanto na esfera pública quanto na privada.

³ (*Entitlements*) refere-se ao conjunto de pacotes de bens que um indivíduo pode dispor mediante canais legais a ele facultados.

- A segurança protetora refere-se aos benefícios destinados a proteger uma sociedade específica, assegurados por uma rede de seguridade social ou previdência. Seu propósito é prevenir que a população seja impactada pela pobreza extrema.

Considera-se a vida que as pessoas valorizam e têm a capacidade de construir com base nas oportunidades de escolha proporcionadas pelos *meios* para atingir os *fins* de desenvolvimento, respeitando a liberdade dos indivíduos. “A liberdade tem relevância direta na análise ética e política” (Sen, 2012, p. 80).

Dentro da filosofia acadêmica, o foco na abordagem de capacidades é considerado relevante para a avaliação ética da organização social no contexto de desenvolvimento que preza pela justiça social. Portanto, a abordagem das capacidades destaca dimensão ética e política se concentra exclusivamente no bem-estar. Assim, a capacidade de uma pessoa ter uma vida condigna é definida em termos do conjunto de ações valiosas, autodeterminação, participação ativa, possuir vínculos comunitários, confiança entre as pessoas às quais tem acesso real. Essas capacidades podem ser ampliadas por meio de políticas públicas. Por outro lado, é igualmente relevante notar que a direção das políticas públicas pode ser moldada pelo efetivo engajamento e utilização das capacidades participativas da população.

Diante disso, é necessária a livre condição de agente, referindo-se à capacidade ativa das pessoas de fazer escolhas, participar ativamente na sociedade e influenciar eventos e políticas públicas. Reconhece-se que as pessoas não são apenas beneficiárias passivas, mas agentes ativos com a capacidade de moldar suas próprias vidas e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades. De acordo com Sen (2012), a condição de agente representa o indivíduo como membro ativo na sociedade, contribuindo para a participação e organização das ações econômicas, sociais e políticas.

2.3 O PAPEL AVALIATIVO DA POBREZA

A pobreza não deve ser apenas medida pela falta de recursos econômicos, mas também pela privação de liberdades substanciais. Essa privação pode estar relacionada à ausência de programas de saúde e educação eficazes, à falta de instituições transparentes, e a violação das liberdades políticas e civis.

A abordagem das capacidades de Amartya Sen é vista como fornecendo fundamentos para a teorização normativa, como uma teoria da justiça das capacidades que incluiria uma métrica explícita (que especifica quais capacidades são valiosas) e uma regra (que especifica como as capacidades devem ser distribuídas). Ressalta-se a importância de considerar diversos aspectos para compreender a complexidade da pobreza, atenuando-a e envolvendo também, duas afirmações normativas. Primeiro, a liberdade é de importância moral primordial. E, em segundo lugar, que a liberdade deve ser entendida em termos de pessoas com capacidades. Portanto, envolve os requisitos da dignidade humana, diante da base de escolha social e ação política no âmbito das capacidades centrais a serem incorporadas e garantidas.

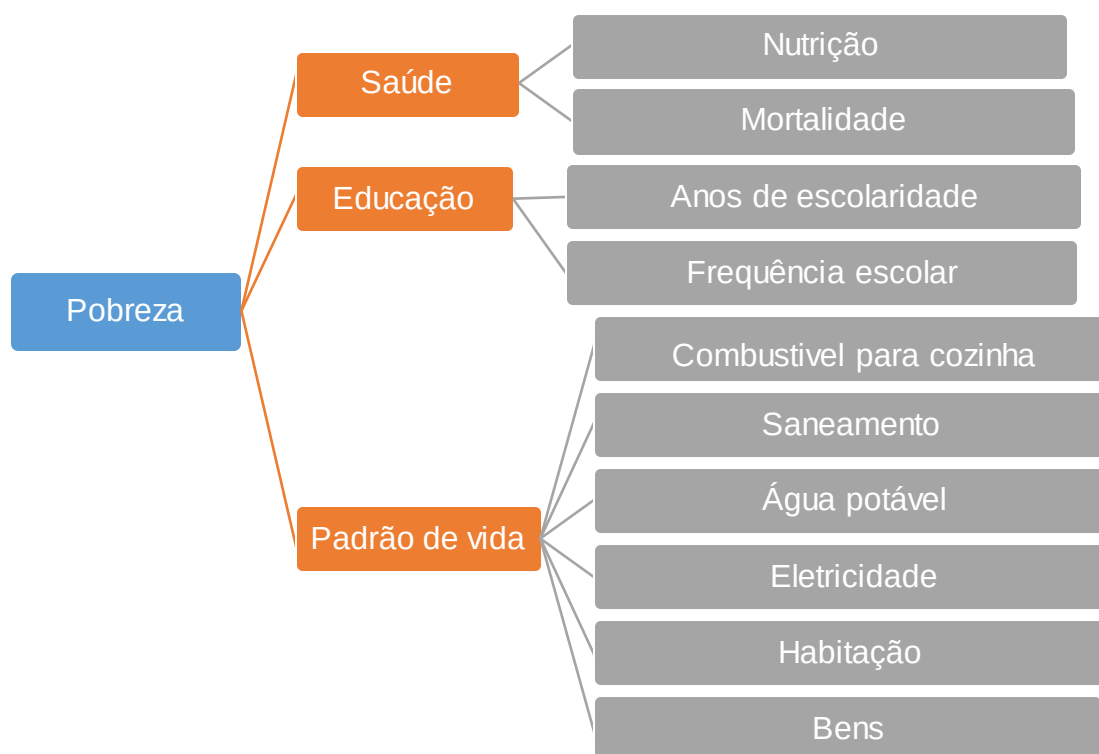
Conforme o acima exposto, é possível notar que a abordagem foi desenvolvida em uma variedade de questões específicas, como as da justiça social e as narrativas da ética do desenvolvimento. Igualmente, deu origem a uma nova literatura interdisciplinar nas ciências sociais, resultando em novas estatísticas e indicadores sociais, e a um novo paradigma político utilizado principalmente nos estudos de desenvolvimento, a chamada abordagem do desenvolvimento humano.

Neste âmbito, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, aplicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como uma alternativa em métricas estritamente econômicas, como o crescimento do PIB *per capita*, foi criado como um indicador multidimensional que compõe variáveis econômicas e sociais relacionadas as múltiplas privações dentre as quais, a saúde, a educação e renda.

Apesar do IDH não conter dados referentes as liberdades política e civis, assim como, as garantias de transparência, ele é fundamental para avaliar a qualidade do sistema de saúde (esperança de vida ao nascer), educacional (escolaridade) e a condição econômica dos países (Produto Interno Bruto). Também, baseado nos

indicadores mencionados, é avaliado o perfil de privação dos países subdesenvolvidos, através do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), tendo sido desenvolvido pela primeira vez no ano de 2010, pela Oxford e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, com o objetivo de erradicar a pobreza no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável.

Figura 3: Indicadores avaliativos da pobreza no âmbito global



Fonte: adaptado de OPHI, UNPD, 2022.

Assim, o desenvolvimento é entendido como a expansão das capacidades e a pobreza é entendida como a privação da capacidade de viver uma vida condigna, baseada internacionalmente nos indicadores acima ilustrados. O IPM é determinado pela pontuação variada entre 0 e 1, sendo que os valores mais elevados indicam maior pobreza. Conforme o relatório do IPM, no ano 2022, 111 países participaram estatisticamente na atualização de dados referentes a estrutura de 10 privações indicadas na figura acima. O mesmo relatório indica a fragilidade e falta de frequência

de dados, tornando-se complexo avaliar o verdadeiro impacto da pobreza. No entanto, pretende-se tornar o IPM num instrumento político mais preciso, e assim, responsabilizar o mundo na erradicação da pobreza, possibilitando a implementação de estratégias de desenvolvimento.

Quadro 5: Índice de Pobreza Multidimensional em Moçambique

Índice de Pobreza Multidimensional em Moçambique = 0,401					
Intensidade de privação = 56,3%					
Saúde		Educação		Padrão de vida	
Nutrição	36.9%	Anos de escolaridade	50.2%	Saneamento	63.2%
Mortalidade	7.6%	Frequência escolar	29.7%	Combústivel para cozinhar	70.8%
				Água potável	54.8%
				Electricidade	66.7%
				Habitação	49.6%
				Bens	42.9%

Fonte: OPHI, UNDP, 2022

Conforme o quadro acima, a pobreza no contexto moçambicano é caracterizada com base nos indicadores da pobreza multidimensional de 0,401 determinados pelo Programa das Nações Unidas, associada à vulnerabilidade e acesso aos serviços básicos. Importa referir que Moçambique pertence ao grupo de países com baixo nível de desenvolvimento humano, pois, de acordo com o parâmetro avaliativo que varia de 0 a 1, o país apresenta o IDH de 0,446 dentre 191 países, ocupando a 185 posição no ano de 2021 (PNUD, 2022).

De acordo com INE (2019), em cada mil habitantes, morrem cerca de 12 pessoas, sendo a taxa bruta de mortalidade de 13,8 no ano de 2007 e 11,8 no último censo populacional ocorrido em 2017, considerando que, a taxa bruta de mortalidade é o número de óbitos em cada mil habitantes. Em relação a mortalidade materna, cada 100 mil nados vivos, morrem cerca de 452 mulheres. Neste caso, a taxa de mortalidade materna é o numero de óbitos maternos em cada 1000.000 nascidos vivos. A maior taxa de mortalidade é a infantil com 67,3 correspondente ao número de óbitos menores de 1 ano em cada mil habitantes. As principais causas de morte infantil estão relacionadas a malária, diarreia e pneumonia.

No âmbito da educação, a taxa de analfabetismo é de 39% e é distribuída conforme a tabela abaixo.

Tabela 5: População analfabeta por província com 15 anos e mais.

Província	2007				2017			
	Sabe ler e escrever		Não sabe ler e escrever		Sabe ler e escrever		Não sabe ler e escrever	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Niassa	23.667	38,1	38.422	61,9	41.495	49,8	41.844	50,2
Cabo Delgado	31.790	32,6	65.720	67,4	56.313	47,1	63.371	53,0
Nampula	83.518	37,0	142.152	63,0	140.607	51,1	134.383	48,9
Zambézia	77.404	36,9	132.207	63,1	130.442	52,9	116.265	47,3
Tete	41.904	43,1	55.354	56,9	72.673	55,2	58.942	44,8
Manica	44.807	56,8	34.087	43,2	65.366	68,8	29.587	31,2
Sofala	53.412	56,4	41.347	43,6	76.737	65,4	40.589	34,6
Inhambane	44.017	58,2	31.683	41,9	57.070	69,5	25.093	30,5
Gaza	43.866	61,2	27.840	38,8	54.700	71,2	22.116	28,8
Maputo	59.880	77,6	17.339	22,5	103.159	87,7	14.455	12,3
Cidade de Maputo	68.896	90,1	7.606	9,9	68.611	93,3	4.949	6,7
Total	573.161	49,1	593.757	50,9	867.173	61,1	551.594	38,9

Fonte: INE, UFPA (2023)

De acordo com a tabela acima, referente aos dados do censo populacional dos anos 2007 e 2017, é possível notar que há uma tendência de avanços na redução da taxa de analfabetismo, decorrente da reforma e expansão da educação e no empreendimento na erradicação do analfabetismo no país. Embora haja uma perspectiva de crescimento da população alfabetizada em todas as províncias, esta situação reflete desigualdades regionais e locais.

Principalmente no meio rural, assim como acontece no Parque Nacional do Limpopo, ainda existem alunos que estudam de baixo das árvores e geralmente sentam-se no chão, no bloco de cimento ou trazem as cadeiras das suas residências, e

as aulas ficam condicionadas ao estado do tempo, o que impacta a qualidade de ensino acompanhado pelo baixo investimento em infraestruturas como sala de aulas, carteiras escolares, laboratórios, bibliotecas, entre outros.

Figura 4: Sala de aula – Parque Nacional do Limpopo



Fonte: arquivo pessoal (2022)

As figuras acima indicam os condicionamentos na educação em termos de infraestruturas existentes, o que favorece também para pouca motivação e consciencialização sobre a importância da educação por parte das comunidades locais.

Quadro 6: Distribuição de alunos por classes e número de professores na comunidade de Salane no Parque Nacional do Limpopo

Escola EP1 de MaKandazulo – Salane			
Classe	Mulheres	Homens	Número de alunos
1ª classe	21	14	35
2ª classe	19	24	43
3ª classe	7	27	34
4ª classe	6	10	16
5ª classe	10	2	12
6ª classe	3	11	14
Total	66	88	154
Ano de início de funcionamento 2002 (na antiga Makandazulo)			
A escola possui 3 professores, dos quais, 1 Docente de Nível médio (DN3) e 2 Docente de Nível básico (DN4)			

Fonte: Autora (2022)

No PNL, a educação disponível corresponde ao nível básico primário. Quando as crianças atingem o nível de ensino secundário, possuem maiores dificuldades de frequentar escolas fora das comunidades onde residem, uma vez que, isso acarreta custos acima das capacidades das famílias como, o custo de alojamento, alimentação, material escolar, entre outros.

Apesar do cenário positivo referente ao quesito expansão da educação, existem ainda desafios no sistema educacional. O processo de escolarização formal e as barreiras impostas por precarização, fragilidade de políticas educacionais inclusivas e a carência de um conjunto de infraestruturas, assim como condições de bem-estar da população, tendem a impactar o acesso a educação. Também, dependendo da localização da população, as áreas rurais concentram cerca de 84% da população analfabeta (INE, 2023).

Tabela 6: Frequência escolar da população com 5 anos e mais de idade

	Ano 2007	Ano 2017
Está a frequentar uma escola	5 094 830	5 623 000
Não frequenta mas frequentou no passado	4 993 840	7 744 637
Nunca frequentou uma escola	6 289 910	8 873 961
Total	16 378 580	22 241 598

Fonte: INE, UFPA, 2023

O número da população que nunca frequentou a escola lidera os dados educacionais, além de apresentar um decréscimo significativo de frequência escolar. Outro fato relaciona-se a questão da desistência escolar, uma vez que as crianças crescem num contexto familiar ou comunitário, onde não possuem referência escolar. Também, a corrida pelo trabalho informal para a subsistência mina a visão de futuro, tornando-se necessário a implementação de políticas de incentivo de retenção do aluno na escola, assim como a atribuição de merenda escolar, fornecimento de material didático, entre outras formas de inclusão.

De acordo com Niquice e Patia (2022), no âmbito da avaliação dos fatores da desistência escola no ensino primário em Moçambique, foi possível verificar que, variados agregados familiares perdem a esperança na educação como meio de erradicação da pobreza e contemplam as crianças como necessárias para o trabalho para a subsistência.

Outra dimensão avaliativa da pobreza com base nos parâmetros internacionais é a habitação, saneamento, água potável e energia, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro7: Dados sobre habitação em Moçambique

Dados sobre o tipo de material e regime de propriedade de habitação em %									
% das habitações por tipo		Regime de propriedade		Tipo de cobertura		Tipo de paredes		Tipo de pavimento	
Palhotas	47,4	Casa própria	90	Capim	50,8	Adobe	30,7	Adobe/Terra batida	42

Casa mista	22,5	Casa alugada	5,6	Zinco	44,1	Paus maticados	22,3	Cimento	34,4
Casa básica	22,4	Casa cedida	3,4	Lusalite	1,9	Blocos de cimento	18,8	Sem nada	17,2
Casa convencional	5,8	Outra	1	Betão	1,7	Canço	12,9	Tijoleira	3,3
Flat/apartamento	0,8			Telha	0,3	Blocos de tijolo	11,6	Parquet	1,2
Outra	1,1			Outro	1,2	Madeira/Zinco	1,7	Mármore/granito	0,3
						Outros	2	Outros	1

Fonte: INE (2019)

Existem indicadores que as dimensões de pobreza complementam como questões de saneamento, consumo de água potável, acesso a rede elétrica. Quanto ao Saneamento, de acordo com INE (2019), apenas 10,6% da população usa retrete ligada a fossa séptica e 8,7% da população se beneficia de serviços de recolha de lixo seja por empresas privadas e/ou pelas autoridades estatais; e somente 22% das habitações possuem energia elétrica, 47,4% das habitações são de palhota e 0,8% são apartamentos. Apenas 5,3% mulheres e 8,1% dos homens tem acesso a internet e 3,1% das mulheres e 5,8% dos homens possuem computadores, 6,6% mulheres e 12,2% dos homens possuem conta bancária. Também, 51,3% da população usa água insegura para o consumo (INE, 2019).

Embora esses dados sejam nacionais, refletem a realidade do PNL, onde por exemplo possui água não segura para o consumo e dependente do sistema de abastecimento instalado. Conforme observa-se na figura seguinte:

Figura 5: fonte de água no PNL



Fonte: arquivo pessoal (2022)

Os dados nacionais de saneamento e energia estão descritos abaixo, indicando as condições nacionais face às precariedades.

Quadro 8: saneamento e energia nas habitações

Dados sobre habitação considerando o saneamento e fonte de energia em %							
Fonte de energia		Fonte de água para beber		Tipo de saneamento		Tipo de tratamento de lixo doméstico	
Pilhas	41	Poço não protegido	32,2	Latrina tradicional não melhorada	37	Queima	46
Energia elétrica	22,2	Poço protegido com bomba	15,8	Sem latrina	23,4	Enterra	23
Lenha	12,2	Canalizada fora de casa	12,1	Latrina melhorada	15	Joga no terreno baldio	19
Petróleo/parafina	7,6	Fontenária pública	9,3	Latrina melhorada	14	Recolhido pelas autoridades	7,6
Baterias	5,9	Rio/ lago	9	Retrete ligada a fossa séptica	10,6	Recolhido por outra empresa	1,1

Velas	4	Poço protegido sem bomba	6,9			Outra	3,3
Gerador/placa solar	3,2	Canalizada na casa do vizinho	6,4				
Gás	0,1	Canalizada dentro de casa	4,7				
Outro	3,2	Outras	3,7				

Fonte: INE (2019)

A economia de Moçambique registou uma forte recuperação, atingindo o PIB com uma taxa média anual de 7,2%. No entanto, este crescimento possui uma distribuição desigual e as zonas rurais tem tido menores avanços comparados aos centros urbanos, tanto nas dimensões monetárias como nas perspectivas do bem-estar. (Banco Mundial, 2023). Simultaneamente, a inflação atingiu o pico dos últimos cinco anos com o aumento global dos preços dos combustíveis e dos alimentos, e as condições meteorológicas adversas reduziram a produção doméstica de alimentos. Também, a atual estratégia de crescimento de Moçambique tem sido particularmente limitada na sua capacidade de gerar empregos produtivos, dado o domínio de empresas informais. Por outro lado, o crescimento da produtividade nos serviços é travado pela má governação, pouco acesso a financiamento e défice de infraestruturas, entre outros fatores (Banco Mundial, 2023).

Quadro 9: Força de trabalho

Força de trabalho	2007	2017
% da população economicamente ativa	69,2%	57,6%
Taxa de dependência demográfica	94,8%	99,5%

Fonte: INE (2019)

Conforme INE (2019), a população economicamente ativa, é a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços e a taxa de dependência demográfica refere que em cada 100 pessoas cerca de 99 pessoas esperam de outras para lhes suportar as despesas.

A agricultura de pequena escala é a principal atividade da maioria das famílias rurais, com o rendimento proveniente de fontes não agrícolas e a migração a desempenhar um papel menor e muitas vezes limitado a regiões específicas. Sendo que, a maioria das famílias em situação de pobreza vive em zonas rurais, o aumento dos rendimentos rurais é essencial para garantir que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de forma equitativa. As oportunidades de crescimento do rendimento para as famílias rurais em situação de pobreza em Moçambique nos próximos 5 a 10 anos, estão predominantemente no setor agrícola (Banco Mundial, 2023).

Como argumenta Sen, a renda das pessoas é necessária, no entanto, é um ângulo avaliativo incompleto porque fornece informações limitadas ou indiretas sobre como a vida em sociedade decorre (Sen, 2000). Sendo assim, a abordagem da capacidade afirma que a liberdade é uma questão do que as pessoas podem fazer e ser e, portanto, o tipo de vida que podem efetivamente levar.

A abordagem das capacidades vai lidar diretamente com a qualidade de vida que as pessoas pretendam realmente alcançar. Esta qualidade de vida é analisada em termos dos conceitos centrais de funcionamento e capacidade. Para Sen (2000), a abordagem correta para avaliar o desempenho das pessoas é a sua capacidade de viver uma vida que há motivos para valorizar, e não a sua riqueza de recursos restringidos pela renda. Mas, para começar a avaliar o desempenho das pessoas em termos de capacidade, é preciso, determinar quais as funções que são importantes para uma vida plena e em que medida diversas questões são alcançadas, ou pelo menos, precisa-se especificar um procedimento de avaliação.

A avaliação da capacidade exige mais informação do que outras explicações de vantagem, porque não só tem uma visão muito mais ampla do que constitui a obtenção do bem-estar, mas também busca avaliar a liberdade que as pessoas realmente têm para fazer escolhas concretas.

As pessoas podem internalizar a dificuldades das suas circunstâncias para que não desejem o que nunca poderão esperar alcançar. Este é o fenómeno das preferências adaptativas, em que pessoas que estão objetivamente muito doentes podem, por exemplo, ainda declarar, e acreditar, que a sua saúde está boa, assim como uma pessoa em situação de pobreza pode acreditar que não vive num meio de

exclusão. Portanto, a avaliação que se concentra apenas em métricas mentais subjetivas é insuficiente sem considerar se isso corresponde ao que um observador neutro perceberia como as suas circunstâncias objetivas.

Dado que, o alcance de um conjunto de capacidades representa a liberdade efetiva de um indivíduo viver uma vida que é valiosa em termos dos funcionamentos disponíveis para esse indivíduo, quando os funcionamentos disponíveis são melhorados, a liberdade do indivíduo também segue a mesma lógica (Sen, 2000). Dessa forma, verifica-se que a abordagem das capacidades é definida pelo seu foco no significado ético da capacidade dos indivíduos de alcançar o tipo de vida que desejam, concentrando-se exclusivamente nos meios para garantir a oportunidade de escolha.

Salienta-se que, a pobreza é resultante da situação genuinamente política. Tal concepção vigorou até o século XIX e tratava a pobreza como uma questão moral, indicando que o maior fator desse problema era de que a existência dos pobres era concebida por falta de atitudes e responsabilidades pelas pessoas de baixa renda sendo uma ética individual, isto é, ser pobre era responsabilidade de cada um (Freire, 2022).

Deste modo, o conceito de pobreza foi variando no decorrer dos anos, apontando a existência de várias formas. Assim, muitos estudiosos indicam que ela é multidimensional, não podendo ser definida somente em relação a ausência de recursos básicos como alimentação, domicílio e transportes, dentre outros. Por conseguinte, a compreensão acerca das condições de vida de um indivíduo tem como cerne o domínio de recursos e como ele controla os meios que possui para administrar suas condições de vida (Freire, 2022).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a pobreza se manifesta por meio da fome e da má nutrição, da acessibilidade limitada à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões (ONU, 1948). A pobreza tem sido baseada na premissa da cidadania tutelada e fortemente vinculada às relações de dependência das estruturas/instituições determinantes das ações e materialidades.

É incontestável que os estudos envolvendo a pobreza não são recentes, visto que, no decorrer do tempo, vem sendo marcada por uma diversidade de concepções e

adquirindo novos entendimentos e pluralidade metodológica. Assim, observa-se que, no âmbito do sistema capitalista foi compreendido enquanto objetivo, linear e mensurável para indicar o critério de ausência ou insuficiência de renda equivalentes aos níveis de subsistência.

Ao longo do tempo, o modo de controlar as condições socioeconômicas no mundo, tanto nos países considerados centrais, como nos países periféricos, trazem manifestações contraditórias nas diversas sociedades, combinado às questões ideológicas e interesses políticos. Atualmente, percebe-se que o tema da pobreza assume espaço prioritário na pauta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como o primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável. Com o propósito de contruir um mundo mais equitativo, justo e livre de desigualdades sociais, a Organização das Nações Unidas (ONU) concebeu em 2015, uma série de objetivos ambiciosos através de um Pacto Global. Este pacto envolve os seus 193 países membros, tendo por objetivo alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030, motivo pelo qual, o conjunto de metas ficou reconhecido como a Agenda 2030 (UNWTO, 2016).

Os ODS trazem um conjunto de metas a serem alcançadas, mediante a mobilização do apoio político e compromissos de cooperação com base nas agendas globais de desenvolvimento. Tal agenda conduz a consciencialização de vínculos para a busca de consenso que assegura um conjunto de parâmetros fundamentais para o desempenho de estratégias no âmbito da pobreza, questões socioeconômicas e ambientais.

Os ODS são esforços conjuntos de países, instituições e sociedade civil, em prol de garantir os direitos humanos, erradicar a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, dentre outros. Eles demonstram objetivos ambiciosos e tecnocráticos a serem alcançados (vide o apêndice, sobre as ODS). Neste contexto, os ODS vislumbram agir contra os problemas sociais que tanto tem assolado a humanidade. No entanto, é mediado por uma sequência de ajuda nas relações Norte e sul Global, representando uma promessa mundial de eliminar as questões que afligem a estrutura global, como o caso da redução da pobreza.

Basicamente, existem vários conceitos e critérios relativos à linha de pobreza. Por exemplo, o conceito de pobreza é classificado da seguinte forma: pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta é representada pelo mínimo de subsistência ou valores de consumo alimentar, enquanto a pobreza relativa é captada pelo rácio à mediana dos rendimentos ou consumo. Por conseguinte, em muitos países, o limiar de pobreza utilizado para prestar ajuda social é identificado com o mínimo de subsistência, ou seja, um limiar de pobreza absoluta (Ilo, 2012).

Não é por acaso que as estatísticas em todo o mundo apoiam a ideia de que as pessoas nascidas na pobreza têm muito mais probabilidades de permanecerem pobres. Algumas delas até podem escapar, mas para a maioria, o trabalho difícil não é a solução quando o sistema económico vai contra elas. Isto é o que constitui o ciclo da pobreza (Tomazelli, 2022). Portanto, não ter acesso a alimentos saudáveis, habitação digna, eletricidade e água, educação, cuidados de saúde, significa que se vive efetivamente em pobreza extrema e absoluta, pois o custo desses serviços básicos tem sido muito alto para se adquirir nas camadas das populações mais precarizadas. É por isso que encontrar uma definição de pobreza absoluta não é simples, uma vez que não envolve apenas a economia, mas também é afetada pela sociedade e pela política.

A pobreza absoluta ocorre quando o rendimento familiar está abaixo de um determinado nível. Isto torna impossível para a pessoa ou família satisfazer as necessidades básicas da vida. Neste estado de pobreza, mesmo que o país esteja a crescer economicamente, isso não tem qualquer efeito sobre as pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. A pobreza absoluta compara os agregados familiares com base num nível de rendimento definido. E este nível varia de país para país, dependendo das suas condições económicas globais (Habitat for humanity, 2018).

Já a pobreza relativa ocorre quando as famílias recebem 50% menos do que o rendimento médio familiar. Portanto, elas têm alguma renda, mas ainda não o suficiente para suprir com as necessidades básicas. Este tipo de pobreza é, por outro lado, mutável dependendo do crescimento económico do país. Salienta-se que as pessoas que se enquadram nesta categoria não vivem em pobreza total. Contudo, não desfrutam do mesmo nível de vida que todas as outras no país (Silva e Costa, 2017).

A pobreza relativa também pode ser permanente. Isto significa que certas famílias não têm qualquer possibilidade de desfrutar dos mesmos padrões de vida a que outras pessoas na mesma sociedade têm acesso. Eles estão basicamente aprisionados em uma situação de baixa renda relativa (Silva e Costa, 2017). De um modo geral, a pobreza tem a ver com exclusão. Na sua forma mais extrema, é a incapacidade de aceder o que se precisa para uma vida decente.

Desta forma, a pobreza relativa depende do nível de desenvolvimento do país. Trata-se de dar a todos a oportunidade de desfrutar dos mesmos padrões de vida, para que todos tenham oportunidades iguais de viver a sua vida em todo o seu potencial. Nesse sentido, combater a pobreza não consiste em libertar o enorme potencial econômico inexplorado de cada país (Rocha et al., 2019).

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (Rocha, 2006, p. 10).

A afirmação acima contida e contraditória, coloca a pobreza nas amarras do capital priorizando o padrão de vida ao invés de inicialmente considerar os meios. Assim, consideramos os meios, conforme Sen (2000) como uma função relevante para articular questões de pobreza e também fundamental para articular assuntos avaliativos de desenvolvimento.

Ao se verificar a fala de Amartya Sen observa-se que ele foi modificando a compreensão do mundo sobre a fome e a miséria, pois o pensamento econômico tradicional sempre inseriu a falta de comida como sendo a questão fundamental da fome, chegando à conclusão de que os alimentos não eram acessíveis para todos, já que os pobres não tinham condições para comprá-los ou adquiri-los. Deste modo, se faz necessária que a fome seja enfrentada por meio de políticas econômicas que ofereçam crescimento e oportunidades sociais para a população carente, a fim de que mais pessoas possam vir a ter uma melhor renda (Sen, 2000).

No contexto moçambicano, uma grande parte da população é rural e vive em vastas áreas protegidas em contato direto com os elementos de subsistência baseados na natureza. Embora os conservacionistas precisem permanecer conscientes às necessidades globais mais amplas de conservação, devem se concentrar nas áreas de alta biodiversidade, já que a sua valorização é uma prioridade contínua. Assim, nessas áreas torna-se essencial que as relações entre pobreza e conservação sejam compreendidas.

Há debates contínuos sobre essas ligações e sobre o papel potencial da conservação na contribuição para a redução da pobreza. Alguns sugerem que o combate à pobreza é uma ferramenta necessária para a conservação, pelo menos em algumas circunstâncias, enquanto outros argumentam que a conservação, devidamente gerida, pode contribuir para a redução da pobreza (Fisher et al., 2008).

No entanto, observa-se que nenhuma dessas posições é totalmente aceita por todos meios de subsistência, pobreza e conservação. Os meios de subsistência podem ser considerados como as formas pelas quais as pessoas ganham a vida e esse não é apenas uma questão dos pobres. Esses meios contribuem para o bem-estar humano, o que inclui valores espirituais e estéticos.

Por este lado, a pobreza pode ser pensada como um estado de redução ou oportunidades limitadas de subsistência. Obviamente, isso inclui bens tangíveis, como ativos e bens para consumo, mas também envolve vulnerabilidade e impotência para fazer escolhas significativas sobre meios de subsistência. Assim, de acordo com o mundo do Banco Mundial, a pobreza possui três dimensões. São elas: falta de bens, impotência e vulnerabilidade (Fisher et al., 2008).

A conservação dos recursos naturais pode ter importantes benefícios positivos sobre os meios de subsistência, especialmente os da população rural. Salienta-se que os recursos naturais são usados para consumo direto e para geração de renda. Quanto ao valor econômico dos recursos selvagens é frequentemente ignorado na quantificação da economia rural e dos meios de subsistência, mas pode ter um impacto considerável (Udrss/valeurs, 2002).

À vista disto, a conservação é essencial para a subsistência de diversas maneiras. Em países subdesenvolvidos, a manutenção de diversos recursos naturais

pode ser particularmente importante no fornecimento de segurança de subsistência em tempos de escassez sazonal, fornecendo alimentos alternativos e outros recursos, e em tempos de crise, como seca, fracasso das colheitas ou mesmo fracasso do mercado (Dechaineux, 2001).

Manter meios de subsistência diversificados é essencial para muitos dos pobres rurais. Percebe-se que a conservação dos recursos naturais é importante para fornecer serviços ambientais seguros. Também, fornece informações importantes contra riscos, incluindo quebra de colheita, falha de mercado e desastres. Embora seja claro que as espécies colhidas na natureza podem ser importantes para as populações, especialmente em tempos de crise, alguns economistas apontam que as famílias mais pobres, geralmente não têm outras opções de subsistência disponíveis, e que muitos não escolheriam depender dos recursos selvagens para a sua sobrevivência se lhes fosse dada uma escolha (Fisher et al., 2008).

É precisamente por serem se encontrarem em situação de pobreza que dependem de tal rede de segurança. Em vez disso, afirma-se que vincular os meios de subsistência e os objetivos de redução da pobreza à conservação dos recursos naturais cria uma espécie de armadilha da pobreza. Neste cenário, Wunder (2001), argumenta que o potencial das áreas de conservação para tirar as pessoas da pobreza é muito limitado, sendo pouco provável que a conservação conduza à redução da pobreza porque as comunidades autóctones residentes nesse contexto tendem apenas a ter direito a bens de baixo valor, pois sempre que os produtos se tornam valiosos, os pobres perdem o acesso (Dove, 1993).

Destaca-se que, na ausência de sistemas de segurança social funcionais e de redes de mercado nas áreas rurais, verifica-se que o uso sustentável de recursos é crucial para a subsistência segura das comunidades autóctones. Além disso, salienta-se que a redução da pobreza envolve o empoderamento na forma de acesso a recursos naturais valiosos, a fim de permitir que benefícios possam fluir para as comunidades autóctones.

É importante notar o reconhecimento emergente das complexas conexões entre pobreza e vulnerabilidade a desastres naturais, pois esses apresentam outro ângulo sobre a importância da conservação para a redução da pobreza. É cada vez mais claro

que as populações em situação de pobreza tendem a ser particularmente vulneráveis a desastres naturais (Kaewkunttee, 2006).

Kaewkunttee (2006) ressalta que esta vulnerabilidade é decorrente de uma série de fatores, pois as populações em situação de pobreza estão frequentemente localizadas em áreas vulneráveis a desastres naturais, além de, geralmente serem desprovidos de bens econômicos ou seguros e, em caso de catástrofes, muitas vezes perdem suas propriedades. Devido a extrema dependência dos recursos naturais, mudanças drásticas no ambiente também afetam drasticamente os seus sistemas de subsistência.

Outro fator é que os esforços de reconstrução após desastres naturais também podem ser um problema, uma vez que as comunidades locais perdem direitos à terra e aos recursos, às vezes porque não têm acesso formal aos direitos em primeiro lugar e às vezes, porque pessoas com maior domínio territorial, exercendo as suas relações de poder, tiram vantagem de uma situação.

Com efeito, uma vez que o uso dos recursos naturais constitui muitas vezes a principal fonte de rendimento das populações mais pobres, alguns autores defendem que os objetivos de conservação ambiental e de redução da pobreza são conflitantes e que não podem ser alcançados simultaneamente (Adams et al., 2004).

Neste universo, insere-se turismo como um meio de construção dos fundamentos de conservação e paz nas comunidades, e a sua idealização é vinculada a uma atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a sua conservação e buscando a formação de uma consciência por meio da interpretação do ambiente e articulação das comunidades, visando promover o bem-estar das populações envolvidas.

No âmbito de turismo, estudos indicam que, em meados do século XX, com a ascensão do desenvolvimento internacional, os governos e os novos agências de ajuda formadas promoveram o turismo como uma ferramenta para o avanço das sociedades tradicionais ou subdesenvolvidas. A integração do mercado através do turismo pretendia catalisar uma transição para novas sociedades e as economias eram percebidas como seguindo etapas de modernização, tendo o turismo como um indicador explícito do progresso nacional (Mowforth; Munt, 2015).

No domínio da conservação, o novo pensamento em torno do desenvolvimento sustentável levou a estratégias de conservação centradas na comunidade, destinadas a melhorar o bem-estar humano e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente. Assim, a sustentabilidade desafiou o crescimento como objetivo final do desenvolvimento e novas formas de turismo alternativo passaram a ser vistas como uma saída para o desenvolvimento (Smith; Eadington, 1992).

O turismo de grande escala, em particular, com atração de alto padrão de meios de hospedagens, hospitalidade, redes de transporte e de políticas públicas, foi anunciado com entusiasmo e muitas vezes sem crítica como embasamento para o desenvolvimento. E assim, as vantagens competitivas levaram as nações insulares, costeiras e portadoras de uma gama de recursos florestais do mundo, a se anunciarem como paraísos, promovendo sol, areia, mar e selva, pois esse conjunto de potenciais, possibilita a atração de investidores estrangeiros e multilaterais com incentivos fiscais, isenções de taxas e desvalorização moedas locais (Ferraro; Hanauer, 2011).

3 A ORDEM ESPACIAL: TURISMO E NEOLIBERALISMO EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

O turismo tem se destacado nos estudos contemporâneos das relações emergentes na dinâmica da sociedade, geralmente associado a uma ampla gama de fenômenos. Esses fenômenos mobilizam as relações entre Estado, organismos internacionais, ativismo, o público em geral, entre outros. De acordo com Flint e Zhu (2018), o turismo tem sido desenvolvido através de determinadas estratégias repletas de conectividade, cooperação e competição hegemônica. Portanto, cada momento da história gera sua ordem espacial, relacionada às ordens econômica e social, através dos laços de cooperação e de competição (Santos; Silveira, 2008). Esse fenômeno vem sendo intensificado por relações comerciais globais, materializado através de políticas econômicas e lógicas territoriais por via de entrada de novos projetos e infraestruturas. Isso tem resultado na transformação das relações em múltiplas escalas, oferecendo possibilidades de cooperação, ao mesmo tempo em que também suscita potenciais conflitos.

Outra perspectiva alternativa visualiza o turismo como fenômeno de politização, caracterizado pela ação associada a abordagem humanitária, que se manifesta como campo complexo de relações mediadas por discursos e práticas culturais, políticas, econômicas e sociais, abrangendo experiências que envolvem variados agentes. Pappas (2015) a identificação de aspectos como turismo vinculado as ações voluntárias e humanitárias emerge como conteúdo essenciais para uma discussão que procura apreender de modo abrangente as perspectivas críticas no contexto dos tempos neoliberais.

Também, Norum e Mostafanezhad (2016) mencionam que é necessário compreender as formas politizadas pelas quais temporalidades múltiplas e diversas mediam a prática, o discurso e a imaginação do turismo, fazendo com que três áreas dos discursos centrais para a prática do turismo sejam realçadas: autenticidade, capitalismo e ecologia.

Neste contexto, a autenticidade refere-se a experiências históricas, épocas políticas e discursos do passado baseadas na busca pela alternidade. O capitalismo

está vinculado a ideia de progresso e desenvolvimento. A conexão, o ritmo ou a desintegração ao capital global neoliberal atuando na noção de tempo-espço e flexibilização do consumo. E a ecologia relacionada à problemática da natureza comercializável e fruto do consumo turístico anexado a ideologias ambientais e políticas. Neste caso, agendas de conservação e desenvolvimento baseadas na comunidade tendem a incidir na dialética do desenvolvimento econômico da natureza *versus* proteção contra a degradação ecológica, ou mesmo no ideário da natureza virgem e imutável confluindo nos discursos globais.

Logo, processos históricos são incluídos no âmbito do fundamento relacional, das localizações estratégicas e nas mudanças de um conjunto de pessoas, ideias e das suas abordagens multifacetadas. Assim, é importante refletir sobre o turismo nas dimensões cotidianas do discurso e das práticas, considerando experiências e encontros através do qual o mundo é representado pela vivência do lugar e formações dialógicas (Gillen e Mostafanezhad, 2019).

Nos estudos críticos, o turismo contempla as dimensões cotidianas do discurso, das práticas e das relações de poder em micro e multiescala, ou seja, o contexto nacional, regional e global, abrangendo subjetividades, temporalidades e materialidades. Segundo Gillen e Mostafanezhad (2019), a visão do turismo pode refletir cotidianamente na formação das relações multiescalares. Assim, os sujeitos politizados do turismo se relacionam diante da emoção ou afeto, da mercantilização, da conservação ambiental, encontros, entre outras formas. Também, a apreciação do papel do turismo nas rápidas mudanças globais do panorama político se interlaça com a capacidade de confirmar e contestar imaginários preexistentes entre turistas e residentes, instituições e organizações como consequência da diferença relacional que instiga os desdobramentos da diferença, conflito, resolução e mecanismos poderosos de engajamento.

Portanto, o turismo possui inúmeras interações comuns, mas íntimas da vida cotidiana, onde superficialmente as interações podem parecer marginais em consequência das atividades de diplomatas e de governantes (Mostafanezhad e Norum, 2016 b; Gillen e Mostafanezhad, 2019). No entanto, o poder analítico desses

espaços de interação, experiências e narrativas se adapta às formas pelas quais a vida cotidiana é remodelada. As comunidades experimentam o rápido e intenso desenvolvimento do turismo, resultando na mudança ambiental generalizada e na reestruturação dos meios de subsistência vinculadas as pressões multifacetadas. A lógica das relações político-econômicas tende a propor projetos humanitários com foco na assistência e ajuda iniciadas pelo Estado com interesses no desenvolvimento ou conservação, diante do apoio distribuído ao terceiro mundo pelas instituições dominantes. Também, se visualiza o turismo como uma força geradora e agregadora que liga a compreensão que o turista tem sobre a política relacional de desigualdade entre o primeiro mundo *versus* terceiro mundo, facetas do turismo atreladas à lógica ambiental, no âmbito da formação de narrativas amplas.

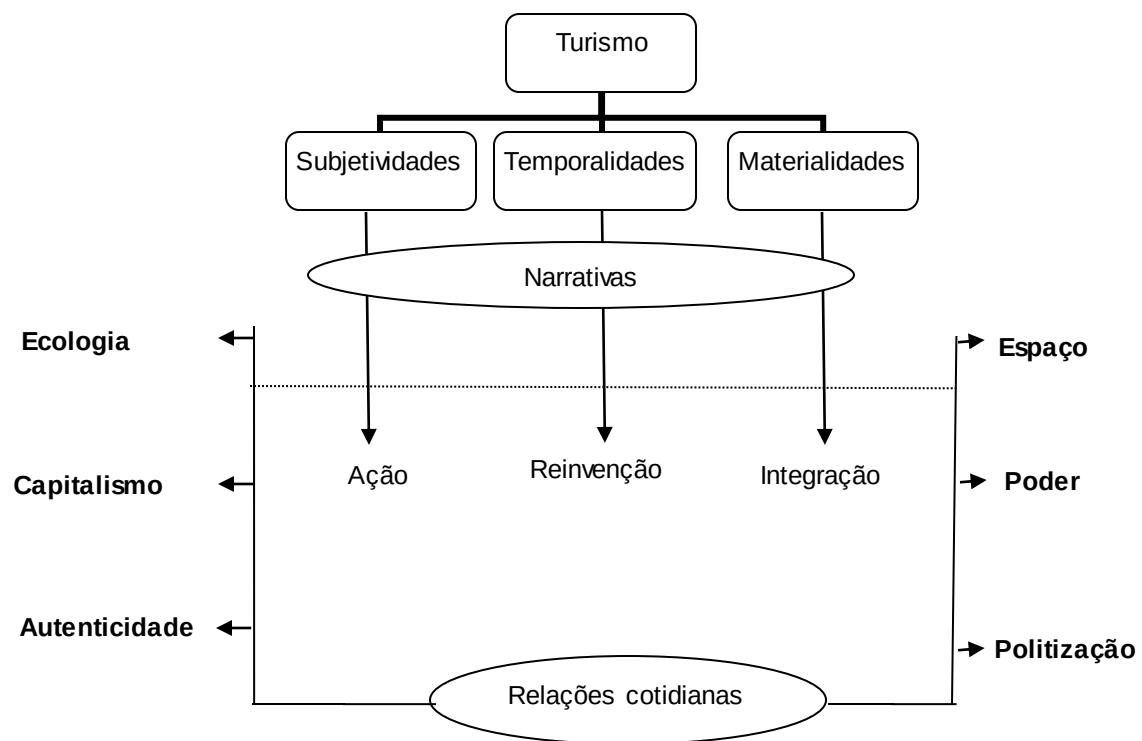
Norum e Mostafanezhad (2016a) ao ilustrar o papel das múltiplas e diversas temporalidades (discursivas, emprestadas e reinventadas) politizadas entorno do turismo, indicam a autenticidade, o capitalismo e a ecologia coincidindo com os debates emergentes que incidem nos discursos centrais para a prática do turismo. Essas são narrativas da modernidade, mas também são significados locais de desejos turísticos de constituir uma política ampla do turismo. Assim, imaginários do lugar construídos por diversos agentes medeiam realidades materiais. O turismo pode configurar amplamente as economias de lazer, infraestrutura, discurso político e ordem social.

No âmbito de atrações históricas determinados atores nacionais são moldados pela luta pelo poder regional e por um sentimento nacionalista originado pela percepção de ameaça, mostrando que a complexidade das relações políticas pode influenciar os projetos de desenvolvimento do turismo (Bhandari, 2019). A abertura ao investimento estrangeiro turístico é a tendência das relações dos destinos turísticos e está associada à ideia de integração global e ao discurso de sua incorporação ao capital global, assim como das ideias apresentadas nos meios de comunicação, contribuindo para a difusão e atração aos destinos, refletindo as conexões entre a temporalidade e as formas do discurso político no turismo (Norum e Mostafanezhad, 2016; Mayer, Bichler, Pikkemaat e Peters, 2021).

O estudo do turismo vai muito além das análises políticas tradicionais centradas no estudo do território físico, e incorpora um enquadramento discursivo do espaço (Mostafanezhad e Norum, 2016). O turismo atua como uma prática discursiva que representa a política internacional como uma paisagem social composta por constelações heterogêneas de pessoas e lugares. O discurso e a prática do turismo são mediados por processos políticos de representação que espacializam a política internacional e as realidades sociais. Assim, os lugares se tornam destinos carregados de múltiplos históricos e facilitam o entendimento das relações e práticas horizontais. Os processos políticos se articulam com o cotidiano, trazendo uma distinção entre representação e realidade. Assim, surgem inquietações de como e quais implicações vários destinos turísticos se constituem em discursos políticos, considerando assim as questões de territorialidade, representação e poder sobre os destinos que se tornam locais críticos de luta para fins econômicos e de soberania política, desvendando múltiplas agendas políticas e assuntos globais contemporâneos. Neste contexto, um processo ideológico é enraizado na construção de limites espaciais, políticos e culturais para demarcar o espaço doméstico como separado das ameaças, e também, como sendo uma forma de ordenar o mundo e compreender as múltiplas forças que influenciam os destinos (Mostafanezhad e Norum, 2016; Gillen e Mostafanezhad, 2019).

Su e Li (2021) abordam o turismo considerando a questão entre fronteiras, onde a operação de dinâmica de fronteira produz discursivamente uma ação que permite às agências estatais de promover e ordenar o turismo transfronteiriço. Indicam ainda que não importa o quanto possa contribuir para a economia local, se for a considerar o turismo como indústria, estará subordinado às preocupações causadas por atividades ilícitas e instabilidade política, especialmente quando os governos nacionais podem efetivamente exercer o poder perante o processo repleto de competição e compromisso.

Figura 6: Esquema de reflexão sobre a abordagem do turismo



Fonte: Elaboração própria, 2022

Pode-se constatar que dependendo da visão conceitual na qual o turismo for relacionado, traz consigo múltiplas concepções. Atualmente as análises tendem a considerar aspectos característicos das incidências entre a representação e as narrativas dos contextos sociais e da realidade concreta de ações e práticas.

O turismo desempenha um papel fundamental no âmbito das ações e práticas na estruturação dialógica cotidiana revelando-se como um elemento fundamental na formação de narrativas. Este fenômeno complexo é influenciado por diversos fatores, incluindo os mecanismos e fins da política internacional nas relações multiescalares no âmbito do turismo. Além disso, as ideologias vinculadas a atuação do Estado desempenham um papel significativo, deixando suas marcas na construção do ideário do turismo, no contexto das representações políticas face às realidades socioculturais.

Na mesma ótica, surgem desigualdades e pressões decorrentes do exercício do poder e da busca pela hegemonia dos territórios. Essas manifestações se entrelaçam com as narrativas, ações e práticas nos destinos turísticos, revelando um cenário multifacetado que demanda a análise crítica. Pois, o turismo introduz esferas de espaços do ócio ou lazer aparentemente desvinculados da política. No entanto, revelam-se várias maneiras pelas quais a política é moldada e influenciada por aspectos ideológicos na formação de narrativas cotidianas de territorialização e construção do Estado através do fenômeno turístico.

O turismo como uma área de conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanas, pode ser apreendida pela materialidade, subjetividade e temporalidade presentes nos discursos e práticas enquanto fenômeno e atividade turística. Um marco interessante para esta análise é a produção de consciência absorvendo uma possibilidade que preconiza o papel dos sujeitos mediante uma abordagem das relações cotidianas com ênfase na centralidade política e social do turismo.

Não se desconsideram os quesitos vinculados ao capitalismo e poder, uma vez que se presenciam na dinâmica da sociedade atual. Tanto que, se demarcam tendências para as análises sobre o contraditório entre a ecologia e o consumo dos espaços, a luta pela conservação da natureza para a manutenção de áreas idealizadas

como intocadas, a fuga e a alienação crescente do indivíduo dos grandes fluxos urbanos em busca do ambiente natural. Inclusive, as áreas de conservação são vistas como resistentes ao processo de integração global, pela falta de conexão aos aspectos das materialidades, ou seja, densidade de equipamentos, tecnologia entre instalações necessárias para a flexibilização do crescimento econômico e industrial, dando a noção de tempo estático necessário à reinvenção, imaginação e adequação ao ritmo.

O outro fato é que, a problemática do consumo mediado pelo capitalismo gera uma contradição entre conservação *versus* consumo, onde no âmbito do turismo, uma estrutura de reserva de áreas naturais é criada para a contemplação da natureza e desfrute de lazer perante um sistema produtivo mundial. Dependendo dos contextos das representações e realidades sociais, altera as liberdades individuais e grupais e o modo de vida das populações gerando tensões entre os turistas e residentes bem como das relações institucionais.

A transformação da visão do mundo natural constitui um marco incisivo na mercantilização da vida selvagem e do exótico. Assim, o exótico e selvagem é visto fora dos circuitos da dinâmica da acumulação capitalista, mas a politização tende a promover o contato entre os turistas e residentes de um determinado destino, criando um conjunto de experiências que advêm de uma idealização retratada na memória dos atores envolvidos, construindo assim narrativas. Afinal, as práticas e discursos cotidianos estabelecidos pelas relações identitárias e afetivas, definem os modos pelos quais a vivência se interlaça horizontalmente pela solidariedade, cooperação e vínculos para a concretização de planos, projetos e políticas gerando uma profunda contradição de visões do mundo.

Os vetores da integração global (as organizações não governamentais e agências financiadoras) assumem o papel cada vez mais político, mediante a construção de políticas globais e setoriais, as quais tendem a influenciar a agenda de diversos países (como é o caso dos países considerados periféricos). Também, as relações cotidianas interferem na construção do turismo, incorporando determinadas lógicas de pensamento, fruto da interação para o processo de apropriação e construção de narrativas.

3.1 ENTRE O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: O REFLEXO NA POLÍTICA DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE

[...] A prática do neoliberalismo acarreta mudanças importantes na utilização do território, tornando este uso mais seletivo do que antes e punindo, assim, as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos (SANTOS e SILVEIRA, 2014, p. 302).

Nas últimas décadas do século XX, as relações políticas e econômicas orientaram ajustes estruturais em Moçambique, incluindo a instituição dos novos usos do território baseada na lógica da globalização. Essa lógica constrói a visão de um “mundo único” que, ao mesmo tempo, é altamente “competitivo”, estimulando a transformação pontual e seletiva dos territórios, buscando adequação ao ritmo exigido pelas demandas dos tempos modernos sob a aceleração ao consumo. “A partir desse mito e do encurtamento das distâncias, também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos” (Santos, 2001, p. 9).

Então, diante do padrão ocidental, submeteu-se a ideia de mercado como via de desenvolvimento, sendo o subdesenvolvimento uma condição originária, caracterizada pelo atraso centrado na sobrevivência e pelo tradicionalismo, sem história e experiência de mudança e, por outro lado, a existência de um mundo avançado, considerado moderno devido a influência do mundo capitalista dotado de modelo linear de reprodução (Ngoenha, 2013).

A concepção linear e progressista da sociedade, perpassa pela relação espaço-temporal em defesa da estratégia de domínio tecnológico para o controle dos recursos naturais a fim de incrementar o crescimento econômico e influenciar na formação do Estado. Nesse contexto, um conjunto de práticas políticas passa a propagar a crença de que as liberdades e necessidades dos indivíduos estão relacionadas ao maior progresso econômico dos mesmos. Tais práticas incidem sobre a criação de estratégias, planos e programas orientados pelo BM e FNI, relativos aos reajustamentos estruturais como o PARPA I e II, entre outras diretrizes procedentes.

Importa referir que no período anterior a adoção de práticas e políticas neoliberais, em 1975, logo após a independência, Moçambique passou por profundas mudanças na estrutura econômica e social, caracterizada pela adoção do modelo socialista, com a nacionalização de vários setores da economia e da sociedade, e a

transição do controle privado para o controle estatal. O governo buscava consolidar o controle sobre os recursos e setores estratégicos. As ações incluíram a declaração da terra como propriedade do Estado, a nacionalização da educação e da saúde, bem como a proibição de atividades privadas nesses setores. Além disso, a habitação também foi submetida à nacionalização, e o mercado imobiliário passou a ser controlado pelo Estado. Para gerenciar as empresas que haviam se tornado propriedade do Estado, o governo nomeou comissões administrativas, responsáveis por supervisionar e administrar as entidades nacionalizadas (Mosca, 1996).

No entanto, fatores estruturais influenciaram a estagnação econômica e social em Moçambique. O país enfrentou uma deterioração em sua situação social, política e econômica, tendo se tornado extremamente vulnerável e dependente de ajuda humanitária para mitigar os efeitos adversos da guerra civil (que durou 16 anos – de 1976 a 1992), catástrofes naturais (como secas e inundações) e das dificuldades econômicas enfrentadas (Bellucci, 2008).

Além de desafios econômicos e administrativos, pelo fato de que, o país enfrentava um cenário em que o quadro de pessoal não era capaz de sustentar a estrutura, e se manifestou na escassez de profissionais especializados, a limitada capacidade de gestão das empresas, o acúmulo de dívida externa, juntamente com desafios no abastecimento interno e a baixa produtividade na indústria, levou à adoção de políticas econômicas neoliberais.

Em 1987, o país implementou um programa de ajuste estrutural, sob a orientação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Isso resultou na reconfiguração das relações econômicas e financeiras do país com as nações ocidentais (Mosca, 1996). Por esta via, é favorecida a iniciativa privada através da transferência do controle dos fatores econômicos do Estado para o setor privado. As políticas neoliberais dizem respeito ao funcionamento eficiente do capitalismo de mercado livre e centram-se na limitação dos gastos governamentais, da regulamentação governamental e da propriedade pública (Harvey, 2008). Portanto, diante dos variados pressupostos, o Estado moçambicano retira-se da administração direta das atividades econômicas, abandonando o controle centralizado das empresas. Em vez disso, promove a abertura de mercados, incentiva a iniciativa privada e a

atração de investimento estrangeiro, incentivando o livre comércio e a integração no cenário globalizado do capital.

Essas lógicas são internas aos setores globais e às empresas que as impulsionam. Por conseguinte, essa interconexão esclarece a gênese de situações de alienação que transcendem as regulamentações locais ou nacionais, ao mesmo tempo em que influenciam decisivamente os comportamentos em esferas local, regional e nacional em todos os domínios da vida. São lógicas exógenas que exercem impacto na moeda, no crédito, nos gastos públicos, no emprego e no consumo, abrangendo todas as dimensões, desde moradia até alimentação. Assim acontece a fragmentação do território, produzido por forças distantes, distantes do espaço de ação em questão, e pela sua inconformidade com o sentido preexistente das vidas na área, seja urbana ou rurais (Santos, 2006).

Diante disso, variados atores estabelecem a própria lógica de organização territorial, e conseqüentemente, ocorre a perda de controle das dinâmicas socioespaciais (Santos, 2001), gerando um campo propenso a contradições e interesses desiguais. Aquele que possui maior poder é quem desempenha um papel central no quesito produção e funcionamento do território e da economia, por intermédio da colaboração ou da omissão do Estado. Assim, as organizações influentes, as grandes empresas, ou aquelas que são as mais dominantes, é que passam a influenciar a atuação do poder público, e desse modo, pode-se afirmar que “não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” e organizações (Santos e Silveira, 2008, p. 291).

À vista disto, destaca-se que algumas organizações acabam ocupando o território a partir de lógicas globais. Então, existe uma apropriação da natureza e as ações e atividades apresentam uma maior dependência das virtualidades materiais e sociopolíticas do espaço. O processo de racionalização regido pela lógica da acumulação financeirizada, é uma nova racionalidade que atravessa o território e a sociedade e leva à homogeneização do consumo aliada à sobre-exploração. Neste sentido, as áreas nas quais as empresas se instalam funcionam como bases operacionais (Santos e Silveira, 2008).

Convém salientar que o território de interesse das organizações é composto por um conjunto de pontos primordiais ao exercício da sua atividade, e, no qual, essas Organizações maioritariamente lideradas pela essência do mercado, podem obter uma posição vantajosa em relação a sua localização. Pois, o capital é instalado no local onde há uma maior expectativa de lucros positivos e de longo prazo, já que é inegável que tais organizações formam uma base, sobre a qual um reduzido conjunto de benefícios para as comunidades locais se fixa.

Em contrapartida, uma boa parte do resultado oriundo da produção realizada, é exportada para outros locais do próprio país ou de estrangeiro. E assim, o baixo nível de vida que assegura a mão-de-obra barata e a baixa alfabetização preservará as usinas vindas do exterior de uma contestação emocional e política muito forte (Santos, 2006). Assim, é mantido o discurso hegemônico das organizações e empresas sobre a criação de emprego, o crescimento econômico e do rendimento da população (Hofstaetter e Azevedo, 2022).

A situação acima exposta gera um sistema perverso, baseado no mundo de exclusões, do agravamento da desproteção social e do apanágio do modelo neoliberal, trazendo inúmeras inseguranças no âmbito do discurso único de mercado (Santos, 2004), mantendo assim a sequência de dependência.

Para Santos e Silveira (2008), diante de tal fato, as organizações e empresas impõem suas exigências e acabam se instalando.

A presença numa localidade de uma grande empresa global incide sobre a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infraestruturas materiais e sociais, a composição dos orçamentos públicos, a infraestrutura do gasto público e o comportamento das outras empresas, sem falar na própria imagem do lugar e no impacto sobre os comportamentos individuais e coletivos, isto é, sobre a ética (Santos e Silveira, 2008, p. 293).

Diante do contexto, o restante do território, que não constitui o foco de recursos naturais, bem como da atualização do conhecimento técnico para as organizações e empresas, no sentido de operacionalização para sua existência, é simplesmente deixado de lado, e assim, têm-se uma supervalorização de determinadas áreas em detrimento de outras, ocasionando a desigualdade na expansão de políticas públicas. Conforme Hofstaetter e Azevedo (2022), trata-se de uma nova dinâmica territorial que

ocasiona múltiplas mudanças caracterizadas por alterações no modo de vida dos modos de vida da população autóctone, gerando mudança da função social da terra, privatização dos recursos e a circulação técnica e informacional das organizações e empresas que fazem o uso do território mediante a apropriação da natureza. Portanto, essa dinâmica torna inviável o investimento do Estado em políticas sociais e os territórios vulneráveis são iludidos com a ideia de que a economia vai ganhar dinamismo, garantindo a solução para a pobreza (Hofstatter e Azevedo, 2022).

Essa abordagem se opõe à expansão do poder governamental e ao estado de bem-estar, buscando minimizar o controle estatal sobre as indústrias e incentivando a propriedade privada de empresas e recursos. Também, fortalece o capitalismo, sustenta a concorrência e enfatiza a importância da responsabilidade individual no esforço empreendedor, promove mercado livre e a globalização em oposição a mercados excessivamente regulamentados e ao protecionismo. Além de diminuir a intervenção governamental para aprimorar o aumento do papel do setor privado na economia e reduz o poder dos sindicatos em prol da flexibilidade no emprego. Além disso, os governos validam as deliberações sobre a renda mínima vista como um problema contábil de interesses de firmas e não como fundamento de vida das populações (Santos, 2014). Contudo, apenas reconhece a necessidade de intervenção governamental quando esta é necessária para apoiar, manter e proteger as atividades do mercado livre, ou seja, não se opõe a toda intervenção governamental, pois seu propósito é o de vê-lo limitado apenas quando for necessário para apoiar os mercados livres e a livre iniciativa (Harvey, 2008; Marino e Santos, 2019).

Atualmente, percebe-se a ênfase do neoliberalismo na eficiência econômica onde as chamadas forças produtivas são simultaneamente entendidas como relações de produção e vice-versa. A interdependência entre as forças produtivas e as relações de produção está em constante ampliação, com suas influências tornando-se mais mútuas. Cada uma passa a definir e moldar cada vez mais a outra, estabelecendo uma relação de interconexão cada vez mais profunda (Santos, 2006).

Portanto, o espaço tem, como sistema, objetos cada vez mais artificiais, e é povoado por ações igualmente permeadas por artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins alheios ao lugar e aos seus habitantes. Na globalização, há uma

evolução desta tendência já técnica para o meio técnico-científico-informacional, que caracteriza o espaço contemporâneo, numa situação de extrema competitividade como a que vivemos, os lugares refletem os confrontos entre os vários atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com o destaque dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo conjunto de evolução territorial e impõe novas lógicas (Santos, 2001).

Assim, os territórios tendem a uma compartimentalização generalizada em que o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração colidem e associam-se permanentemente, promovendo uma dissolução do tecido social pela unicidade técnico-científica-informacional controlada pelo centro hegemônico e espalhado por todos os lugares, subvertendo sua própria lógica.

A combinação entre técnica e poder político promove o fortalecimento do mercado em detrimento de políticas sociais, gerando uma competitividade que agrava as diferenças de poder. Sob tais condições, não há regulação pública possível. Alguns atores produzem globalmente uma ordem que lhes é favorável e uma desordem para toda a estrutura social. Sendo esta ordem desordenada global, inerente ao próprio processo produtivo da globalização atual, ela não tem limites, pois, o novo poder das grandes corporações, exercido cegamente, é por natureza desagregador, excluindo, fragmentando, sequestrando a autonomia dos restantes atores (Santos, 2006).

Nestas circunstâncias, os espaços de interesse do mercado global, independentemente da sua dimensão ou localização, passam para o primeiro plano da análise política, econômica e social, porque é onde se desenvolvem as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos fragmentos do território. É o território de produção ativa de discursos e de relações sociopolíticas que se afirmam unitárias. No entanto, no longo prazo e mesmo no médio prazo, tais políticas acabam por revelar a sua fraqueza, a sua relatividade, a sua ineficácia, a sua inoperacionalidade, resultando nas profundas crises.

Desta forma, o processo de globalização capitalista corresponde à produção de novos totalitarismos e de um pensamento único, que transforma o consumo em ideologia, massificando e uniformizando a cultura. Um esmagador mercado dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as

diferenças locais são acentuadas. Existe uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo torna-se menos unido e a ideia de uma cidadania universal torna-se cada vez mais distante (Santos, 2001).

De acordo com Santos (2001), os novos totalitarismos produzem a “tirania do dinheiro” e a “tirania da informação”, sendo dois pilares do capitalismo contemporâneo, que conformam um novo mundo de relações sociais e interpessoais, de extrema competitividade na produção e no consumo. Daí o papel avassalador do sistema financeiro e o comportamento permissivo dos atores hegemônicos, que agem sem contrapartida, levando ao aprofundamento da situação, ou seja, da crise. Neste mundo globalizado, “a competitividade comanda as nossas formas de atuação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos obstrui a nossa compreensão do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de nós próprios” (Santos, 2001, p. 35).

No entanto, é necessário buscar as fontes de análise das contradições da construção da atual incógnita global, uma vez que, as condições de existência humana e as relações sociais são profundamente moldadas pelas formas de produção e consumo, refletindo como uma construção histórica que vai se aprimorando ao longo do tempo. A produção, nesse contexto, é direcionada à criação de mercadorias e a obtenção de lucro, impulsionando a acumulação de capital e os “proprietários” de recursos produtivos buscando expandir sua “riqueza”. E assim, a natureza torna-se uma mercadoria essencial para a garantia da sedução do neoliberalismo.

Essa dinâmica tem implicações profundas na organização da sociedade, reproduzindo aspectos como a desigualdade, a organização do trabalho, a distribuição de recursos, a alocação de renda e a estrutura de classes. Isso reflete nas condições de vida das pessoas, afetando na saúde, educação, disponibilidade de alimentos, moradia, emprego, questões de cidadania e outros aspectos essenciais para a existência humana. Análise crítica dessa conjuntura é essencial para compreender e abordar os desafios sociais decorrentes do sistema político e econômico específico.

E assim, como aconteceu em Moçambique e em certos quadrantes do mundo, vários setores foram privatizados. As elites utilizaram seu poder para se beneficiar do processo de privatizações, muitas vezes dependendo de ligações políticas que

favoreciam interesses individuais ou coletivos. Isso reflete a criação histórica de elites políticas e econômicas que se solidificam e fortalecem por meio de redes voltadas para o setor privado, especialmente investimentos em recursos naturais. Políticos com orientação empresarial estão interligados em uma rede de poder econômico, impulsionada pela acumulação de recursos. Este facto, contribuiu para o surgimento de elites políticas, aprofundando a manutenção e reprodução do poder para a constituição de grupos econômicos, o que contribui para a existência do aparelho repressivo do Estado (Bruna, 2017).

É, sem dúvida, possível afirmar que essa situação gera nepotismo, conflitos de interesse, corrupção e uma fraca probidade pública. Além disso, a capacidade das instituições moçambicanas em supervisionar e controlar, em geral, as empresas detentoras do avanço tecnológico, como as concessões turísticas e corporações multinacionais na exploração de recursos, é fraca. Esses desafios institucionais contribuem para um ambiente propício a situações controversas e afetam a efetiva “sustentabilidade” que prega pelas políticas sociais, cidadania e dignidade humana.

Diante dessa situação mantida pelo fraco domínio do Estado, ocorre a acumulação capitalista primitiva e é liderada por investidores nacionais com capital político, que obtêm vantagens tanto financeiras quanto de poder através do controle de recursos naturais. Além disso, antecipam projetos de exploração de recursos naturais e constituem alianças com investidores estrangeiros. Graças à sua capacidade de influenciar a tomada de decisões, muitas vezes usam suas conexões com organizações e instituições governamentais para promover seus interesses (Castel-Branco, 2010).

Portanto, no decorrer dos anos, certos tipos de conflitos contribuíram para estagnação dos aspectos econômicos, sociais e políticos, ao exemplo dos confrontos armados no centro do país ocorridos entre 2013 a 2016 que favoreceram a degradação da imagem do país. Além disso, a decadência de políticas sociais, a insurgência no norte do país e a “dívida secreta” julgada “dívida pública”, contribuíram para a precarização dos variados prismas da população moçambicana.

Em abril de 2016, a revelação de que em 2013-2014 tinham sido negociados empréstimos maciços secretos por elementos das estruturas da segurança do estado, em completo desrespeito pelas normas judiciais e democráticas em

vigor (a chamada “dívida secreta”). Em maio de 2016, assim que se descobriu a existência da dívida secreta, a comunidade internacional, dirigida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cortou uma parte significativa da sua assistência económica. (...) as relações entre a comunidade doadora e o Governo num impasse, o crescimento económico continua lento e o FMI vai mantendo as suas exigências de divulgação total da informação relativa a como foi negociada a dívida secreta, paralelamente a cortes na despesa do Governo e a uma reestruturação significativa das empresas estatais ineficientes existentes (Darch, 2018, p. 5).

Um dos cenários concretos são as chamadas dívidas ocultas, onde indivíduos em posições estratégicas e com influência política contraíram, de maneira ilícita, esses empréstimos, por meio da criação ou simulação de “empresas privadas”, com garantias do Estado. Essa situação não apenas levanta sérias questões éticas, mas também resultou na suspensão do financiamento ao país pelo FMI e pelo Banco Mundial. Esse episódio destaca a vulnerabilidade do sistema a manipulações que prejudicam a estabilidade política e socioeconómica, e a confiança internacional em Moçambique, mas também sublinham a urgência de fortalecer as instituições e promover a governação transparente e responsável no país.

É um processo complexo de acumulação de capital e poder em onde investidores nacionais desempenham um papel fundamental na reestruturação das relações de poder, na exploração de recursos naturais e formulação de políticas, leis e incentivos fiscais.

Portanto, hoje, vive-se às origens do mundo capitalista construído numa perspectiva atualizada, consoante as variadas agendas institucionais. As orientações neoliberais estão presentes na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035), visando melhorar as condições de vida da população por via da transformação estrutural da economia, expansão e diversificação da base produtiva. A estratégia além de ter um enfoque no extrativismo, elege a industrialização baseada no crescimento inclusivo e sustentável, permitindo que os atrativos naturais disponham de recursos e serviços ambientais dos quais depende o bem-estar e progresso contínuo do país. Dentre variados aspectos, considera dois propósitos: incentivos ao desenvolvimento do setor privado e mecanismos de financiamento do investimento público (Moçambique, 2014).

Assim, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique de 2016 a 2025 estabelece relações com a estratégia nacional de desenvolvimento, ao considerar ações de dinamização dos polos de turismo a partir da modernização da atividade turística. Portanto, a estrutura institucional vai sendo moldada de acordo com o estabelecimento de orientações políticas e estratégias de transição do “tradicional” para o “moderno”. A dinâmica dos territórios vai seguindo a lógica das raízes da doutrina do desenvolvimento como ato de conquista da racionalidade exclusivamente econômica.

Neste contexto, todas as ações são subordinadas ao fundamento de financeirização do território, e o turismo ganha relevância como um vetor econômico marcado pelo contexto de dependência relativa aos aspectos da globalização. As determinações para a atração econômica do espaço são realizadas por meio de um conjunto de objetos técnicos que garantem o funcionamento dos fluxos, sejam eles materiais e imateriais. E isso é motivado pela transferência da responsabilidade para o setor privado, abrangendo investimentos, concessão da construção, reabilitação e exploração da infraestrutura de energia, transporte, comunicação e saneamento tem sido realizadas por meio de parcerias-público-privadas (PPP) na modalidade de concessão (Moçambique, 2014).

Face ao exposto, os planos estratégicos de turismo basearam-se em perspectivas de zoneamento, da definição de polos de turismo e da criação de rotas. No atual Plano Estratégico de desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM II), foram identificados oito (8) polos divididos em prioritários e secundários. Os polos prioritários incluem: (1) Pemba/Quirimbas; (2) Nacala/Ilha de Moçambique; (3) Vilanculos/Bazaruto; (4) Gorongosa/Chimanimani; (5) Cidade de Maputo; e (6) Reserva Especial de Maputo/Ponta do Ouro. E os polos secundários são: (7) Inhambane/Tofo; (8) Parque Nacional do Grande Limpopo (Moçambique, 2015). Essa seleção foi feita de acordo com um inquérito realizado em 2014, pelo MITUR, com empresários do setor turístico, que elegeram esses destinos como os principais.

Sabe-se que o turismo é uma atividade econômica e um fenômeno socioespacial que desempenha um papel fundamental na geração de fluxos na contemporaneidade.

A combinação da técnica proporcionada pela ciência e a informação ampliam a sua dimensão de uma atividade globalizada, intensificando ainda mais o aumento dos fluxos. Essa globalização não se limita apenas aos serviços oferecidos pelo setor turístico, mas abrange uma diversidade significativa de fluxos econômicos e insumos que sustentam o funcionamento da infraestrutura técnica do setor. O turismo, assim, desempenha um papel crucial na conectividade espacial, atuando como um meio de transformação territorial.

As profundas transformações territoriais acontecem em razão do desenvolvimento da técnica. A técnica é um instrumento de produção espacial e de controle territorial e constituição de poder, e sua influência remota aos primórdios da humanidade, pois desde sempre o homem apropriou-se da técnica para dominar a natureza e controlar o território. Por isso, à medida que um determinado território se torna mais tecnificado, ele se torna mais propenso às influências geopolíticas, ao espaço de disputas políticas, econômicas, culturais, entre outros fatores.

A expansão das forças produtivas capitalistas em escala global, impulsiona a expansão das empresas e instituições multinacionais e o fluxo de capital tem aprofundado a influência do neoliberalismo nos territórios no qual se insere. Isso resulta de uma profunda interação entre a ciência, técnica e informação, todas sob a égide do mercado, aprofundamento das relações de poder hegemônico no processo de globalização. No desenvolvimento da sociedade capitalista, a compressão espaço e tempo tem um valor crucial no desenvolvimento das forças produtivas que envolvem o trabalho humano, transformação da natureza e produção material, inferindo na dinâmica produção do espaço e configuração territorial do turismo.

A política pública do turismo em Moçambique está intrinsecamente associada à implementação de fundos para o desenvolvimento de projetos de turismo, as ações de marketing e a formação de recursos humanos. Esses aspectos essenciais, juntamente com o financiamento adequado, a expansão de infraestruturas, articulação interinstitucional, o aproveitamento dos avanços da tecnologia para fomentar a pesquisa e competitividade do setor, bem como o desenho de programas

governamentais dedicados a garantia da promoção e integração ao mercado internacional, são tidas como principais intenções da estratégia nacional do turismo.

As principais metas da Estratégia Nacional do Turismo incluem o posicionamento internacional de Moçambique como um destino de destaque, a atração de visitantes de alta renda, o reforço da marca e imagem de Moçambique, o estímulo a investimentos nas áreas prioritárias de desenvolvimento do turismo, a arrecadação de receitas, crescimento da economia do país, bem como a formação e a criação de oportunidade de emprego (Moçambique, 2014).

Graças à extrema intencionalidade da sua produção do espaço para o consumo, aliados aos diversos fatores da localização de recursos naturais, são motivadas a implementação de infraestruturas, incluindo as concessões turísticas, entre outras ações e materialidades que serão decisivas para responder a demanda de mercado e viabilizar o crescimento econômico do turismo.

Entre os aspectos acima mencionados, o turismo é considerado como um dos instrumentos eficazes e viáveis para a redução da pobreza, (sendo a pobreza um dos pilares do desenvolvimento sustentável), enquanto setor que move o comércio mundial, para além de ser uma fonte de receitas de divisas de muitos países (UNWTO, 2015). Esses argumentos estão relacionados a visão global dos fluxos internacionais de turistas e receitas, conforme a figura abaixo.

Tabela:7 Chegada de turistas e receitas internacionais em Moçambique

Ano	Número de chegadas internacionais	Receitas (Dólar norte americano)
2008	1.815.000	190.000.000,00
2009	2.224.000	196.000.000,00
2010	1.718.000	108.000.000,00
2013	1.886.000	199.000.000,00
2014	1.661.000	207.000.000,00
2015	1.552.000	193.000.000,00
2016	1.639.000	108.000.000,00
2017	1.447.000	151.000.000,00
2019	2.019.000	252.000.000,00
2020	952.000	90.000.000,00

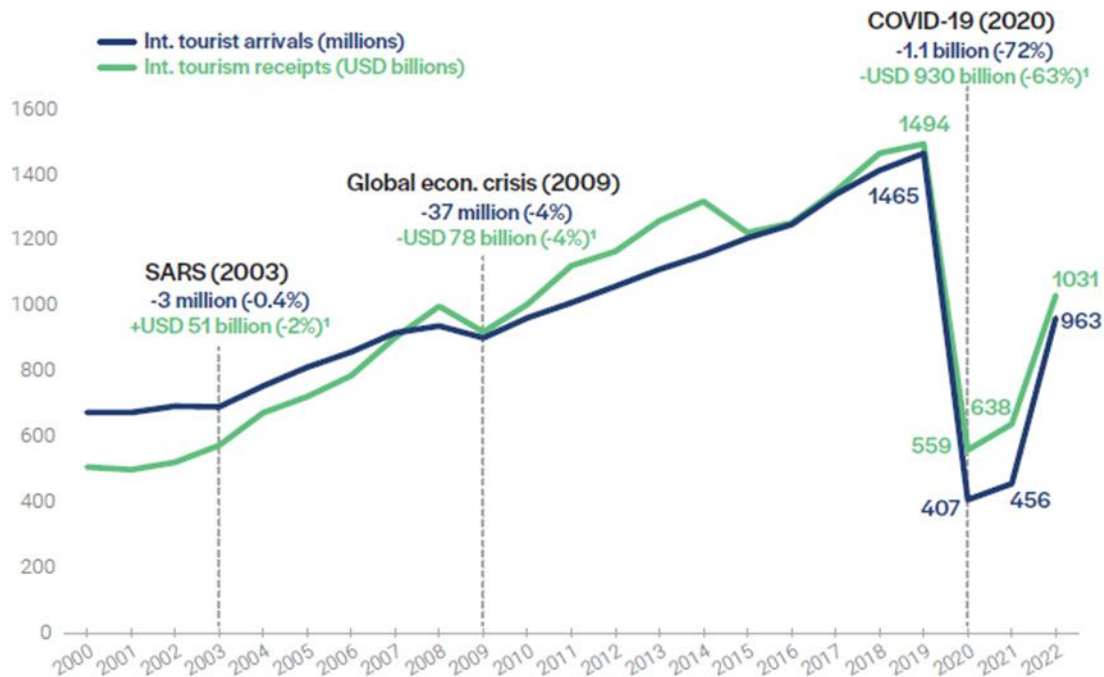
2021	492.000	127.000.000,00
2022	—	226.000.000,00

Fonte: Adaptado de UNWTO (2011 – 2012)

O turismo apresentava uma evolução crescente mediado pelo fluxo internacional, o que, de modo geral, confirma o crescimento em relação as receitas internacionais nos anos de 2008 a 2019. Nota-se que houve uma acentuada diminuição em 2010, tanto de número de chegadas, quanto de receitas, vincuada às situações de confronto político-militar que influenciaram a imagem do país e os reflexos da crise mundial que condicionam a vida social e econômica (Chiundila, 2019). Todavia, ao mesmo tempo que o número de turistas oscila, há um significativo decrescimento. Ao exemplo dos anos 2020 e 2021, tendo correspondendo as maiores quedas referente ao número de chegadas internacionais, embora a arrecadação de receitas apresente uma tendência ao restabelecimento dos fluxos.

Também, o turismo foi um dos sectores mais afectados pela grave crise sanitária, social e crise econômica com a pandemia de COVID-19 em 2020. Isso resultou na queda acentuada das viagens internacionais na sequência de um confinamento mundial, onde diferentes tipos de restrições de viagem, incluindo o encerramento de fronteiras, quarentenas, recolher obrigatório e testes obrigatórios foram implementados pela maioria dos destinos, impactando a mobilidade transfronteiriça (UNWTO, 2023).

Figura 7: Chegadas internacionais de turistas e receitas do turismo em nível mundial, nos anos de 2000 a 2022



Fonte: UNWTO (2022)

Conforme a figura supracitada, é possível notar que, embora os dados do gráfico acima demonstrem que o ano de 2020 apresentou uma crise profunda caracterizada pelo declínio de 72% que resultou em menos de mil milhões de registo de turistas internacionais, assim como, reduziu 63% de suas receitas equivalente a um decréscimo de 1,1 bilhões de dólares, resultando ainda, na queda da economia mundial sem precedentes, o turismo retoma a uma velocidade galopante a partir do ano 2022.

Assim, retoma-se as perspectivas dos anos anteriores face ao contexto das áreas de conservação, onde se reforça também o papel do turismo no combate ao crime contra a vida selvagem (tendo como os principais ocorridos, a caça furtiva e o comércio ilícito), com o apoio dos esforços internacionais para aumentar o conhecimento sobre o valor econômico da observação da vida selvagem e ambientais no geral (UNWTO, 2015). Além disso, a observação da vida selvagem representa 80% do total das vendas anuais de viagens a África, sendo o safari como o produto mais popular. As espécies mais ameaçadas pela caça furtiva, como os elefantes e os

rinocerontes, estão entre as mais populares nas viagens de observação da vida selvagem (UNWTO, 2019).

A partir desses processos conflitantes que ocorrem nas áreas de conservação, os termos “problema” e “ambiental” foram substituídos por “conflito” e “socioambiental”. Porém, é praticamente unânime entre os estudiosos de que os problemas ambientais são formas de conflitos sociais, que envolvem interesses, sentidos e fins, na relação entre o homem e o meio ambiente. Em outras palavras, o ambiente e os conflitos se configuram quando os atores sociais defendem lógicas diferentes para a gestão dos bens coletivos de interesse comum (Barbatini Jr., 2001).

Não se pode negar que o turismo é considerado uma das principais atividades econômicas do mundo e é altamente vulnerável a estresses internos e externos. Nas últimas décadas, o turismo, em todo o mundo, teve praticamente um crescimento ininterrupto, enriquecendo os países com investimentos, receitas em divisas, oportunidades de emprego (Abdula et al., 2021). Como resultado, atingiu valores superiores às atividades tradicionalmente estabelecidas. Todavia, apesar do seu papel econômico e social, o turismo enquanto setor de atividade é bastante vulnerável a crises, como é o caso das recessões econômicas, catástrofes naturais, terrorismo, conflitos e epidemias de saúde (Baker, 2014).

Neste sentido, estes problemas têm gerado intensos conflitos que por vezes atingem grandes proporções, entre as populações que vivem nestes locais e a sua sobrevivência depende da utilização dos recursos que se pretendem preservar (Guamba, 2021). Sendo assim, pesquisas indicam que os destinos turísticos associados a eventos adversos são percebidos como inseguros e, conseqüentemente, possuem uma imagem negativa que os impede de atrair turistas e desenvolver o turismo local, independentemente da variedade de atrações.

Por essa razão, Moçambique tem a ambição de se posicionar, até 2025, como um dos destinos mais vibrantes, dinâmicos e exóticos de África, prestigiado por suas praias e atrações costeiras notáveis, pelos produtos ecoturísticos sensacionais e uma cultura impressionante, e isso ocorre em consonância com o crescimento contínuo do setor turístico. Um dos vigores do PEDTM-II é promover firmemente Moçambique,

vinculando a ideia da “Costa das Descobertas Exóticas de África” (Moçambique, 2015, p.1).

Face aos anseios acima referidos, associa-se a ideia de um país paradisíaco e exótico traz consigo concepção de natureza intocada, aparentemente à espera da descoberta e sujeito as ações de exploração e consumo para aprimorar a valoração econômica.

A perspectiva exótica tem sido aplicada para despertar a expansão de capital em escala global, nos destinos considerados longínquos ou distantes da esfera de concentração de infraestruturas, das tecnologias e dos fluxos. A questão exótica, remete aos estereótipos associados a imagem distorcida que é vinculada aos países considerados do Sul global, como subdesenvolvidos, necessitando de civilização a partir da modernização.

Vejamos o quadro 5 inspirado em Sharpley e Telfer (2008), que busca visualizar algumas perspectivas teórico-conceituais de desenvolvimento, embora não obedeça uma visão sequenciada em reflexões atuais por se intercetarem, enquanto que ao mesmo tempo podem ser contraditórios.

Quadro 10: Abordagem teórico-conceitual de desenvolvimento

Concepção de desenvolvimento	Perspectiva
Modernização	Difusão do crescimento fomentado pelo crescimento industrial e a visão dualista – centro e periferia; moderno e tradicional; avançado e atrasado
Dependência	Dependência externa e a subordinação à exploração cíclica dos países subdesenvolvidos pelos agentes dominantes
Neoliberalismo econômico	Política de reestruturação econômica fomentadas pelo Manco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, domínio de mercado diante das forças de mercado foram impulsionadas pela privatização das empresas estatais, ocorre a mundialização dos sistemas financeiros e o enfraquecimento do Estado
Desenvolvimento alternativo	Impulsionado pelos atuais indicadores de desenvolvimento humano e a introdução ao desenvolvimento sustentável, centrado nos assuntos ambientais
Pós-desenvolvimento	Rejeição do conceito de desenvolvimento excludente, condução de ideias além do impasse verificado nos processos de modernização, dependência, neoliberalismo. Ocorre a busca de um novo paradigma de desenvolvimento. Exigência de um papel mais ativo do Estado, incluindo a articulação comunitária e a atuação da sociedade civil no trabalho de

	organizações voluntárias.
--	---------------------------

Fonte: elaborado com base em Sharpley e Telfer (2008), Sharpley (2020)

Neste âmbito, a modernização muita das vezes é associada aos modelos a serem implementados como fundamentais para a garantia de um progresso. Pode ser visualizada através das transformações sociais demandadas pelos padrões produtivos mundiais e/ou das alterações políticas e econômicas que ocorrem na expansão do mercado no geral, especificamente olhando para o mercado turístico mundial a partir da visão dualista do moderno e tradicional. Sharpley (2020) atualiza o debate sobre as questões de desenvolvimento trazendo uma abordagem que se opõe as imposições hegemônicas, pensando numa outra construção do turismo, uma outra possibilidade a partir da rejeição ao desenvolvimento excludente.

Diante de uma visão dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, Jafari e Ritchie (1989), mencionam que há uma tendência caracterizada pelos fatores sociofísicos que motivam a educação e profissionalização do turismo, assim como a visitação em um destino turístico. Essa combinação está relacionada ao nível de modernização dos países. No caso dos países denominados desenvolvidos, eles apresentam a mão de obra especializada firmada no processo de divisão internacional do trabalho e a detenção técnica e informacional, uma vez que, Jafari e Ritchie (1989) mencionam que, programas de turismo foram estabelecidos em países economicamente desenvolvidos, enquanto que os países subdesenvolvidos têm uma necessidade ainda maior sendo dependentes do turismo como mecanismo de promoção, para fornecer os fundos necessários para o desenvolvimento econômico.

A modernização é predominante nos discursos hegemônicos do desenvolvimento que pressupõe um caminho linear que envolve a transferência do tradicional ao moderno (Fazito, 2016). Além disso, de acordo com Hofstaetter e Azevedo (2022), essa referência de desenvolvimento não contempla adequadamente a situação da população local, sua cultura, seus hábitos e possíveis impactos socioambientais, e considera exclusivamente o crescimento econômico e a reprodução do sistema capitalista globalizado. Nessa situação, a prevalência do discurso hegemônico em territórios vulneráveis, na prática, não confirma o desenvolvimento

local como o melhoramento do sistema de saúde, do saneamento básico e, sobretudo, da educação, da distribuição do rendimento e a redução da pobreza, tornando evidente a necessidade de um planejamento estrutural, multisectorial e sócio-territorial, baseado em princípios participativos, democráticos e comunitários (Hofstaetter e Azevedo, 2022).

À lógica da modernização leva a exploração econômica, a padronização do espaço, alienação das comunidades e a presença de consumidores e ao contrário de cidadãos e a existência de espaço sem cidadãos, ou seja, da morte da cidadania (Santos, 2014).

No âmbito dos estudos do subdesenvolvimento, Santos (2010, 2014) traz a abordagem dialética para transmitir o entendimento crítico, enfatizando as formas pelas quais determinadas ações e objetos hegemônicos alienam as comunidades, despertando a consciência para a análise das racionalidades envolvidas nesse. Importa evidenciar que, o subdesenvolvimento não é uma questão relativa a civilização, mas sim, é consequência de um conjunto de fatores estruturais que perpetua e molda a exploração de recursos, inviabilizando oportunidades das populações marginalizadas num processo histórico.

É inevitável reconhecer as controvérsias que essas demandas significam, tanto pelo jogo de interesses que moldam as implicações de ordem econômica, tanto pelas relações sociais das comunidades nas quais se compõem. Os atores hegemônicos, fortemente influenciados pelas políticas das empresas, desfrutam de ampla liberdade de ação e as relações sociais das comunidades ficam sujeita à priorização do capital privado.

Ao limitar a visão do turismo aos seus impactos econômicos, omite-se as alternativas sociais e econômicas que se tornam vulneráveis diante do domínio do capital hegemônico. Além disso, mascara as forças e tensões peculiares que caracterizam a complexidade da realidade sociocultural. Nesse processo, as formas de conhecimento local e os modelos de compreensão da natureza são frequentemente sacrificados em prol das correntes positivistas que favorecem a razão instrumental de

governo, muitas vezes resultando na formulação de estratégias e programas de mercantilização do território.

Também, ao se exigir o posicionamento do turismo em Moçambique no mercado internacional, ao mesmo tempo que se busca a sustentabilidade, são projetadas as materialidades que configuram as relações de poder entre os atores/agentes envolvidos. Pois, atualmente, a sustentabilidade tem se tornado uma ideologia que permeia discursos e práticas, fomentando novas manifestações de reprodução desigual do capital. Essas dinâmicas agora se respaldam na noção de comportamentos ecologicamente corretos, embora, em muitos casos, não estejam alinhadas efetivamente com as premissas da sustentabilidade, e assim, muitas vezes, distanciando-se da busca pela equidade socioterritorial, contribuindo para a manutenção das disparidades existentes (Azevedo, Locatel, Silva; Gurgel, 2013).

O discurso de sustentabilidade tem sido criticado como sendo perigosamente vago e muitas vezes é bastante fragmentado e disfarçado alternativo para a manutenção da dominação das elites sobre a exploração dos recursos naturais (Fazito, 2016; 2017), assumindo a legitimação da neoliberalização do consumo in/consciente da natureza, em prol da reprodução de poder hegemônico.

O neoliberalismo promove uma drástica transformação nas relações de reciprocidade, onde o aspecto político é completamente absorvido pelo econômico, apresentando-se como o único pressuposto viável para as interações humanas e sociais (Ngoenha, 2013). A conexão global face a hegemonia de poder, ampliam o uso do território como recurso mercantil e, conseqüentemente, os fluxos que esses recursos sustentam, tendem a aprofundar contrariedades quando não estão alinhados com as características do território onde são implementados.

3.2 A INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE RESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

O histórico de áreas de conservação em Moçambique perpassa por delimitação de prestigiadas reservas de caça de animais com elevado interesse na caça amadorística para a aquisição de troféus sob a vertente das atividades cinegéticas. No final do século XX, determinou-se a visão de conservação baseada no manejo do uso dos recursos naturais como uma estratégia para conter os impactos da ocupação desordenada e o uso predatório dos recursos naturais, eliminando determinadas práticas e restringir o uso de determinados recursos naturais.

Face ao exposto, antes da independência nacional, Moçambique era considerado um destino memorável do turismo. Com cerca de 2.500 km de costa do Oceano Índico, bem como impressionantes coutadas de caça e locais históricos de uma longa história de colonização portuguesa, o país atraiu numerosos visitantes de toda a África Austral e da Europa. Entretanto, após a Independência o setor entrou em declínio devido à guerra civil e ao colapso econômico (Jones, 2010).

Devido à instabilidade socioeconômica e política, as áreas de conservação em Moçambique passaram por um processo de abandono onde muitas delas serviram como refúgio de comunidades e outras foram ocupadas pelos guerrilheiros, transformando-as em base durante o período da guerra civil (1976-1992). Esse cenário apenas contribuiu para a redução drástica da população de animais, destruindo a infraestrutura de apoio existente. Finalizados os conflitos, as áreas passaram a ser vistas com outro olhar, porém apresentavam problemas de infraestrutura e um número excessivos de pessoas que superando o número de animais, dificultava a prática do turismo.

O modelo de gestão aplicado através da filosofia ocidental, se apresentava inviável (política, econômica e socialmente), pois o número de população humana existente nas áreas era significativo, as comunidades haviam se apropriado das áreas (identificando-se com o lugar) e parte delas havia sido ocupada pelos guerrilheiros, dificultando um novo assentamento por questões políticas (Matos, 2011).

Na vertente internacional, a concepção da natureza protegida, numa dimensão política e estratégica foi impulsionada por atos internacionais ditando as relações de desenvolvimento coordenadas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Assim como as organizações mundiais como a *The Nature Conservancy* – TNC, *World Wide Fund for Nature* – WWF, *Conservation Internacional* – CI que contribuem para a materialização de agendas de proteção da natureza em nível internacional, conforme indica o quadro 6.

Quadro 11: Agentes externos

Instituições e Organizações Internacionais	Ano de criação	Finalidades
União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)	1948	Conservação da natureza
The Nature Conservancy – TNC	1951	Conservação da biodiversidade e do meio ambiente
World Wide Fund for Nature – WWF	1961	Preservação do meio ambiente
Conservation Internacional – CI	1987	Proteção da biodiversidade, áreas selvagens e/ou marinhas
Banco Mundial	1944	Condutor do processo global de desenvolvimento e financiamento de países subdesenvolvidos.
Fundo Monetário Internacional - FMI	1945	Estabelecimento de políticas de cooperação econômica e empréstimo internacional.
Banco Interamericano de Desenvolvimento	1959	Promover o desenvolvimento econômico, social e a integração comercial da América Latina e Caribe
Banco Africano de Desenvolvimento	1964	Desenvolvimento econômico e social na África
Banco Asiático de Desenvolvimento	1966	Alternativo do Banco Mundial com vista a desenvolver a integração e independência financeira

Fonte: elaboração própria (2021)

Alguns atos são vistos como referência, a exemplo da Conferência de Estocolmo (1972), da Eco-92 no Rio de Janeiro, da União Internacional para a Conservação da Natureza (1980), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso futuro comum (1986), da Convenção da Biodiversidade (1992), entre outros.

No final da década de 1980, especialistas em desenvolvimento começaram a rejeitar abordagens modernizadoras e de cima para baixo. Questionaram o valor e os

impactos do crescimento econômico e desafiaram a ideia que o turismo poderia fornecer o desenvolvimento efetivo aos países. Neste contexto, emergiram mais preocupações democráticas e holísticas para a dimensão humana e da natureza, criando um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, melhor resumido no Relatório da *World Commission on Environment and Development* (WECD), de 1987, “Nosso Futuro Comum” (também conhecido pelo Relatório Brundtland), que chamou grande atenção para as dimensões sociais e ambientais do desenvolvimento (WECD, 1987).

Essas ações mundiais tiveram embasamentos do seio acadêmico, das organizações governamentais e não-governamentais bem como dos movimentos ambientais, uma vez que se tornou visível a preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, o desequilíbrio dos processos ecológicos, o desmatamento, a poluição, a pressão do crescimento industrial e dos centros urbanos.

No domínio da conservação, o novo pensamento em torno do desenvolvimento sustentável levou a estratégias de conservação centradas na comunidade, destinadas a melhorar o bem-estar humano e, ao mesmo tempo, proteger o ambiente. Por conseguinte, a sustentabilidade desafiou o crescimento como objetivo final do desenvolvimento, e novas formas de turismo alternativo passaram a ser vistas como um passaporte verde para o desenvolvimento (Ferraro; Hanauer, 2011).

Diante ações pontuais concretizadas pela WWF como uma das principais organizações que lida com a instituição de áreas de conservação e proteção da biodiversidade, foi possível trazer uma contextualização sobre os efeitos resultantes (vide o apêndice 5). Notar-se que a ideia de sustentabilidade está presente na ótica do equilíbrio ecológico, combinação harmoniosa entre as ações humanas e conservação da biodiversidade, fomentando as infraestruturas sustentáveis, a conservação inclusiva, objetivos do desenvolvimento sustentável e combate a corrupção. No âmbito internacional, as organizações que lidam com a conservação contribuíram para o reconhecimento da biodiversidade e dos valores ecológicos das florestas tropicais e das ameaças que enfrentam. Percebe-se uma mudança de abordagem empregando instrumentos de valorização econômica como economia verde e a inventariação do

patrimônio verde como ferramentas para a atração de engajamentos governamentais dos países.

Embora num contexto mundial, a criação de unidades ou áreas de conservação tenha se efetivado num momento anterior aos eventos internacionais acima referidos, importa mencionar que mudanças estruturais referentes ao posicionamento e o papel de organizações internacionais foram fomentadas face a reorganização global das áreas de conservação e a consciencialização das comunidades no processo de ajuste aos modos de vida, procurando a adequação às novas realidades. Nesse contexto, realça-se o conceito de desenvolvimento que assume um papel fundamental na formulação de políticas e agendas globais e locais de proteção da natureza e a incorporação dos direitos fundamentais humanos associado aos princípios ideológicos influenciados pela ordem global.

Sendo assim, o processo de construção das áreas de conservação determinou-se como uma estratégia importante para conter os impactos da ocupação desordenada e o uso predatório dos recursos naturais. Esse processo foi impulsionado com as abordagens sobre a proteção da natureza diante dos enfoques face à ação antrópica ao mundo natural, em virtude das concepções preservacionistas e conservacionistas.

Por um lado, a imprescindibilidade de manter a natureza em seu estado natural sem interferência humana, por outro lado a indissociabilidade e inclusão do ser humano como parte integrante desse meio natural, uma vez que as comunidades inseridas num processo de organização social lidam com o manejo de forma tradicional. Diegues (2008) sustenta que a característica fundamental das populações inseridas em áreas de conservação é uma harmonia com a natureza e a detenção dos conhecimentos tradicionais e práticas de manejo dos ecossistemas no qual residem.

Portanto, a noção da racionalidade humana possui uma versão quando encara a natureza como recurso, permeando as abordagens preservacionistas e conservacionistas. Os pensadores conservacionistas Gifford Pinchot, Aldo Leopold e o preservacionista Jonh Muir foram fundamentais para a emergência dessas correntes ideológicas (Colchester, 2000; Diegues, 2008), sendo que as suas distinções se

materializaram com a repercussão nos movimentos ambientais, estudos científicos e conferências internacionais ditando as visões sobre as concepções ambientais com viés ecodesenvolvimentista.

O conservacionista Gifford Pinchot baseou-se na conservação da natureza seguindo três princípios: “o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos” (Diegues, 2008, p. 31). O conservacionista Aldo Leopold se engaja com os avanços científicos da ecologia, inserindo-se numa visão abrangente sobre o meio ambiente.

Numa orientação preservacionista, Jonh Muir chama atenção a ética ambiental protegendo a natureza contra o desenvolvimento moderno, urbano e industrial (Diegues, 2008), considerando a natureza enquanto vida selvagem, o sentido contemplativo, estético e espiritual. A corrente preservacionista pauta pelo valor intrínseco da natureza independentemente do interesse utilitário de seus elementos e a conservacionista integra o ser humano às áreas naturais protegidas.

Dessa forma, a concepção preservacionista considera o fato da proteção da natureza associada a intocabilidade dos recursos naturais face a intervenção humana. Embora, o ser humano seja um ser biológico e parte integrante da natureza, é destacado como um ser racional dotado de domínio de manejo dos recursos naturais e responsabilizado pela devastação do meio ambiente.

Assim, as áreas de conservação com objetivos de manutenção da natureza em seu estado puro, selvagem e “intocado”, derivam da visão preservacionista, que interdita o fluxo humano e modera a demanda de visitação, liberando apenas para fins de estudos científicos. Em certas circunstâncias quando há assentamentos humanos tende-se a pressionar a separação do ser humano ao meio envolvido, motivando a remoção. Neste âmbito, inibe-se a descaracterização das peculiaridades do meio ambiente e em alguns contextos apenas dispõem-se reservas de espaços naturais para a visualização e apreciação da beleza cênica.

E a conservacionista tem como fundamento a ecologia social, considerando que todo o meio é susceptível a uma moderada ação antrópica e engloba a interferência humana mediante o manejo sustentável e racional dos recursos naturais. Considera que a condição biótica do ser humano, concebe a consciência de que há uma união indissociável do ser humano com a natureza. Neste caso, ao assumir a indissociabilidade do ser humano com a natureza, supõe uma harmonia nos objetivos de conservação diante de um processo de planejamento e de consciencialização sobre inter-relação dos variados fatores e a necessidade de manter um processo equilibrado.

Diante disso, essas comunidades que preservam os seus conhecimentos e as práticas de manutenção de ecossistemas, estabelecem nos seus modos de vida, a organização cultural, social, política, econômica e financeira sem causar danos e deteriorações radicais no meio em que residem. Há um vínculo entre o passado, presente e o futuro em suas crenças, a relação com os seus ancestrais, diante de suas heranças e passado histórico, assim como da relação com a natureza, retroalimentando, repassando de gerações em gerações.

As áreas de conservação concentram-se na ideia de proteção de locais, muitas delas com um histórico que remonta às antigas coutadas (áreas destinadas à caça). Essas áreas não apenas representam uma tradição valiosa para as comunidades locais, que as consideram como áreas sagradas para usos culturais, recursos de subsistência e de abrigo, mas também foram historicamente exploradas por indivíduos com maior mobilidade, recursos e privilégios.

Inicialmente, esses locais eram destinados às atividades recreativas e de caça daqueles que detinham maior poder de locomoção e possuíam meios necessários para tais empreendimentos assim como na posse de instrumentos para o exercício da caça. No entanto, a crescente mobilização passou a demarcar interesse para a atenção na reserva de recursos naturais, onde se redirecionou-se o foco dessas áreas para a conservação e preservação da natureza, tornando-se prioridade na sociedade, assim como nas agendas nacionais e internacionais.

Com a dinâmica da sociedade, transformações globais vão ocorrendo, alterando os modos de vida das populações residentes nas áreas de conservação. O sentimento de perda, as disputas territoriais e as construções tendenciais à modernização no processo de instituição de áreas de conservação, geram um campo de desafios quanto a legitimidade das relações grupais e organizacionais, dando ênfase aos princípios e aos efeitos de uma transformação autóctone e à necessidade contínua de visualizar o processo de desenvolvimento que é intencionado.

A idealização dos destinos Africanos, Sul-Americanos e do Sudeste Asiático comercializados pela vida selvagem, comunidades arcaicas, e escassos processos de desenvolvimento enquanto que os destinos Europeus e Norte Americanos trazem a visão do mundo industrializado, mão de obra especializada, a urbanização e as grandes redes de empreendimentos ao nível do mundo desenvolvido, mesmo quando o cenário de áreas de conservação é vinculado aos antecedentes vivenciados nos países do Norte do mundo (vertente ocidental) no qual, especialmente os parques possuíam comunidades autóctones.

Essas áreas, especificamente aquelas que possibilitam atividades econômicas, a exemplo dos parques nacionais (conforme o apêndice 7 sobre as especificidades das áreas de conservação em Moçambique), são reverenciadas através da disseminação da atividade econômica compatível com objetivos de conservação, motivada pela privatização. E a delimitação de espaços no interior e arredores das áreas de conservação engajados num processo de desenvolvimento na perspectiva neoliberal, às vezes oposta ao reconhecimento efetivo da especificidade das comunidades autóctones.

Fletcher (2010) entende que o neoliberalismo dentro de uma política de recursos naturais pode ser entendido como a expressão do meio ambiente neoliberal, aplicado a uma conservação ambiental dominante dos ecologistas políticos que são capazes usar e incorporar a equidade social e justiça ambiental. Também, pode ser aplicado em certos posicionamentos dominantes que servem para conservar o *status quo* de uma elite regional (Fazito, Scott e Russell, 2016).

Certos posicionamentos possuem uma determinada dimensão social, econômica e de industrialização, uma encarada como avançada e outra como atrasada, no entanto as medidas entre o crescimento econômico e a expansão dos serviços essenciais que favorecem os níveis de profissionalização e especialização são desproporcionais a um ideário de desenvolvimento face à visão do mundo.

Em relação ao progresso, a demanda crescente por benefícios da industrialização levaria à interferência contínua sobre a natureza, cujos efeitos seriam irreversíveis para a biosfera. Se, na visão tradicional, a interferência significava à chave para o progresso, passou a ser vista como uma ameaça à qualidade de vida do planeta, principalmente das nações desenvolvidas, devido ao risco de esgotamento ambiental (Fonseca, 1998).

Muitos conservacionistas expressaram preocupação com a necessidade de levar em conta os meios de subsistência e a pobreza nas atividades de conservação. Desde a década de 1970, os movimentos que defendiam projetos integrados de conservação e desenvolvimento (*Integrated Conservation and Development Project* – ICDPs) e a conservação baseada na comunidade e gestão de recursos refletiram estas preocupações. Contudo, apesar do trabalho estimulante, os ICDPs têm sido criticados pela falta de um quadro claro e pela fraca ou fragmentada implementação (Mcshane e Wells, 2004).

Como parte da preocupação com a redução da pobreza na conservação, os direitos humanos e a justiça social surgiram como questões fundamentais. Os direitos dos povos aos recursos naturais, especialmente em áreas de conservação, foram reconhecidos por muitos anos e estão encapsulados em uma série de publicações e declarações políticas (Mackay, 2002).

Outros defenderam uma abordagem baseada em direitos mais forte para a conservação, argumentando que toda conservação deve começar com uma preocupação com os direitos humanos. Entretanto, ressalta-se que muitos pesquisadores não apontam que os direitos humanos devam ser, necessariamente, a principal preocupação de conservação. Assim, embora a conservação seja justificável por si só, as abordagens sobre o assunto também devem ser socialmente justas, no

sentido de que evitam ou mitigam o real, como os aspectos e custos de oportunidade de conservação para a população em situação de pobreza (Mackay, 2002).

Sob este aspecto, a justiça social pode ser usada como um princípio operacional, uma medida para avaliar um mínimo padrão para a conservação em áreas onde persistem altos níveis de pobreza. Desse modo, o padrão mínimo deve ser combinado com um forte compromisso ético de apoiar a redução da pobreza como um direito humano fundamental e objetivo de desenvolvimento (Fisher et al., 2008).

A discussão sobre os direitos na conservação muitas vezes gira em torno do conceito de direitos ambientais, entendidos como o direito a um ambiente seguro e saudável. Isto é muitas vezes limitado, pois na prática, há uma preocupação com os direitos como por exemplo, água limpa e o privilégio de desfrutar de um ambiente esteticamente agradável. Assim, no contexto da redução da pobreza, pensar em termos de mais direitos fundamentais, como o direito à alimentação, ao abrigo, à saúde, o de gozar de identidade cultural (um direito que é particularmente relevante para muitos povos) e até mesmo o direito ao desenvolvimento, que é reconhecido em vários documentos jurídicos internacionais (Scanlon et al, 2004).

À vista disto, as questões culturais e aquelas relacionadas com a população autóctone são importantes nas discussões envolvendo pobreza e ambiente, em parte porque esses povos são, muitas vezes, especialmente vulneráveis a mudanças ambientais e perda de direitos ambientais, em parte porque a própria identidade está frequentemente ligada a ambientes específicos e em parte porque as pessoas que perdem a identidade cultural são mais propensas a cair na pobreza (Scanlon et al, 2004).

Isto significa que, o monitoramento e a avaliação de todas as atividades de conservação precisam levar em conta o impacto social, particularmente no que tange aos impactos das atividades sobre as pessoas em situação de pobreza. Nos casos em que programas ou projetos vislumbrem manter ou melhorar os meios de subsistência, as metodologias tendem a avaliar diretamente os impactos em termos de custos e benefícios para os pobres (Fisher et al., 2008). Neste contexto, percebe-se que existe um imperativo ético para que a conservação tenha em conta as questões da pobreza. Muitas vezes existem razões práticas para o fazer, porém, a questão não é promover a

redução da pobreza em detrimento da conservação, mas reconhecer que tanto a redução ou eliminação da pobreza e a conservação são objetivos importantes. Sendo assim, muitas vezes é necessário abordar ambos.

O valor da conservação para a gestão integrada de riscos de desastres naturais e a necessidade associada de considerar a vulnerabilidade específica das populações em situação de pobreza, são cada vez mais reconhecidos mundialmente, assim como também as ameaças aos meios de subsistência provenientes do desenvolvimento. Nota-se que os recursos naturais são muito importantes para a segurança dos meios de subsistência da população rural. Políticas de desenvolvimento econômico ineficazes e práticas seguidas pelos governos, pelo desenvolvimento setorial e pelos projetos de infraestruturas e a reforma macroeconômica colocam muitas vezes em risco os meios de subsistência das pessoas em situação de pobreza, destruindo a base de recursos (Cunha; Augustin, 2014).

Igualmente, o desenvolvimento de infraestruturas, muitas vezes desempenha uma contribuição significativa para o crescimento de serviços, mas os custos de garantir os benefícios têm sido muito elevados e distribuídos de forma desigual, com populações em situação de pobreza e grupos vulneráveis susceptíveis de suportar uma parcela desproporcional dos problemas sociais e ambientais (Fisher et al., 2008). Numa abordagem de avaliação dos custos e benefícios, sem olhar para a forma como são distribuídos, é cada vez mais visto como inaceitável em termos de equidade e como um meio deficiente de avaliar os melhores projetos (Fisher et al., 2008).

Por conseguinte, as práticas mundializadas de conservação, externas a certas realidades, podem ter sérios efeitos negativos sobre os meios de subsistência, limitando o acesso aos recursos necessários para segurança, segurança de subsistência ou geração de renda. Uma das principais maneiras pelas quais a conservação tem sido prejudicial para as populações em situação de pobreza, é excluir as pessoas das áreas de conservação ou limitar o seu acesso aos recursos dentro dessas áreas. Tais práticas de exclusão têm resultados negativos graves e bem documentados especialmente quando as pessoas residentes são reassentadas em outros locais (Cunha; Augustin, 2014).

Em contrapartida, há muito poucos casos documentados em que o reassentamento forçado constitui uma alternativa adequada para os meios de subsistência e, as pessoas reassentadas, frequentemente, colocam pressão adicional sobre aqueles que já vivem em áreas de reassentamento. Isto aplica-se ao reassentamento forçado resultante tanto de projetos de desenvolvimento em grande escala, como as barragens, quanto da criação de áreas de conservação (Fisher et al., 2008).

Convém salientar que, nos últimos anos, muitos projetos e programas de conservação tentaram abordar alguns dos efeitos negativos das práticas exclusivas sobre as pessoas com programas integrados de conservação e desenvolvimento. Essas iniciativas visam essencialmente fornecer alternativas aos recursos relacionados com os meios de subsistência provenientes de áreas de conservação (Fisher et al., 2008).

Porém, não é a conservação em si o problema da população rural em situação de pobreza, cuja subsistência depende dos recursos naturais. Em vez disso, as abordagens de conservação, muitas vezes, não levam em conta os impactos adversos das atividades de conservação sobre as populações rurais. A conservação tem sido muitas vezes interpretada de forma estrita como exigindo exclusão de pessoas do uso de recursos. Assim, as áreas de conservação são expostas aos variados usos da terra e determinados projetos, na qual chama-se a atenção aos efeitos que podem minar ou afetar a segurança dos meios de subsistência das pessoas em situação de pobreza. A questão é que as intervenções muitas vezes nem sequer reconhecem que os custos das compensações planejadas em áreas de conservação, são suportados pelos pela população pobre rural, quanto mais lidar com a questão de forma equitativa (Cunha; Augustin, 2014).

Há uma forte tendência em tentar demonstrar ligações unidirecionais sobre a pobreza com vários fatores, e afirmações muitas vezes contraditórias são feitas frequentemente apoiadas em evidências relevantes. Dentre elas, Fisher et al. (2008) afirma que a pobreza leva ao aumento da degradação ambiental, seja porque nas áreas rurais as pessoas não têm oportunidades de escolha a não ser apenas o uso dos recursos naturais. Igualmente, as populações residentes em zonas urbanas têm um

impacto severo nos recursos naturais porque tendem a ser mobilizadas pelo consumo exacerbado. Outro fato é que, as comunidades autóctones que dependem de recursos para a sua subsistência provavelmente protegem-nos com mais cuidado, e por outro lado, a conservação tende a agravar a pobreza ao excluir as pessoas dos recursos, enquanto certos defensores acríticos mobilizam a conservação como contribuidor de uma melhor qualidade de vida porque garante disponibilidade de recursos.

Diante disto, percebe-se que todas estas afirmações podem ser interpretações como sendo válidas em casos específicos, mas nenhuma delas é plenamente verdadeira. As tentativas de compreender as ligações causais devem estar relacionadas com o contexto de situações específicas, uma vez que os fatores específicos que governam causas e efeitos precisam ser cuidadosamente identificados e adequadamente compreendidos, sendo um processo que muitas vezes apresenta bastante complexidade (Sutherland et al., 2004).

Para a conservação, Sutherland et al., (2004) argumentam que essa prática é, muitas vezes, baseada em mitos, e não na avaliação sistêmica da evidência. Eles argumentam que os conservacionistas podem aprender com os resultados e aplicar a abordagem baseada em evidências. Os autores fazem uma particular referência a vinculação do desenvolvimento à conservação, pois, um grande impulso do recente trabalho de conservação tem sido incorporar o desenvolvimento socioeconômico, mas muitas das práticas parecem baseadas na fé e uma agenda política e não sobre os benefícios que fornecem alternativas como a redução da necessidade de exploração dos recursos naturais (Sutherland et al., 2004).

Portanto, qualquer abordagem à conservação ou ao desenvolvimento precisa ser confirmada por comprovações e, nesse sentido, o apelo por uma abordagem baseada em evidências demonstra completa compreensão do contexto, mas há dificuldades inerentes em assumir que existe uma única resposta clara e consistente à questão da percepção do conjunto de relações demandam a propriedade dos recursos e do acesso a um conjunto de fatores nas áreas de conservação. Assim, destaca-se que os direitos de propriedade de cada área resultam em desenvolvimento sustentável a longo prazo ou numa superexploração.

Em alguns casos, dependendo de toda uma série de medidas adicionais e situações estruturais, o estudo das áreas de conservação é ser altamente complexos, pois, uma mudança nos fatores contextuais (como acordos em vários níveis) podem levar a resultados muito diferentes (Sutherland et al., 2004).

Por conseguinte, os esforços para integrar a conservação e o desenvolvimento têm sido por vezes baseado em suposições irrealistas sobre a obtenção de soluções vantajosas para todos. Obviamente isso nem sempre é possível e pode ser mais realista procurar soluções de compromisso que possam fornecer os melhores resultados realisticamente possíveis. Apesar de que as suposições sobre soluções perfeitas podem ser excessivamente otimistas, não se deve pensar que a redução da pobreza e a conservação estarão sempre em conflito (Sutherland et al., 2004).

Deste modo, a população rural, e especialmente os pobres, podem ter boas razões para apoiar a restauração da biodiversidade em áreas onde ocorreu degradação grave, proporcionando apoio institucional adequado a fim de que se possa estabelecer reparações pertinentes. Neste sentido, observa-se que a restauração de terras degradadas proporciona considerável oportunidades para melhorar a conservação e a redução da pobreza (Fisher et al., 2008).

Neste sentido, abordar a conservação implica procurar proativamente oportunidades para analisar a pobreza e os meios de subsistência, enquanto as atividades de desenvolvimento são concentradas ativamente em apoiar a melhoria da gestão ambiental sempre que possível. Não se trata de diminuir o impacto das atividades de conservação ou de mudar o foco, pelo contrário, trata-se de encontrar soluções mais adequadas, mais equitativas e mais formas realistas de alcançar a conservação (Fisher et al., 2008). Considerar a redução da pobreza mais a sério na conservação tem uma série de implicações. São elas (Fisher et al., 2008).

- Todas as iniciativas de conservação devem se esforçar por garantir que não estão ampliando o empobrecimento do lugar, mas sim buscar a emancipação das comunidades autóctones que geralmente são vítimas de transformações territoriais;

- Os custos da conservação não devem ser impostos e sim atendidos geralmente pelo governo do país e a comunidade internacional, pois esses também consideram a conservação como uma prioridade;
- Medidas destinadas a compensar o impacto das atividades de conservação devem manter, se não expandir, as opções de desenvolvimento, em vez de deixar as pessoas na armadilha da pobreza ou uma condição de pobreza sustentável;
- A conservação integrada e desenvolvimento pode não resultar em soluções perfeitas, mas em um equilíbrio equitativo, o compromisso ainda levará a melhores resultados de conservação do que poderia ter sido alcançado de outra forma;
- Fortalecer ou garantir o acesso aos recursos naturais contribuirá para assegurar meios de subsistência para as pessoas que deles dependem. Isso implica que a população rural terá um controlo mais descentralizado sobre os recursos que utiliza.

No âmbito do rápido desenvolvimento urbano, com vista a responder à destruição dos povos e culturas aborígenes, passa-se a adotar a valorização da natureza, e reservando espaços naturais, ao exemplo de parque nacionais para a garantia da harmonia entre povos nativos e meio ambiente, mas também da relação do homem com a natureza no uso público, recreação e lazer. Tal fato aconteceu também no âmbito internacional, com a criação do primeiro parque nacional, que surgiu em 1872, com a dedicação de Yellowstone por lei dos Estados Unidos como parque público ou local de lazer para benefício e gozo do povo. Curiosamente, a criação de Yellowstone não permitiu o tratamento simpático dos povos nativos e do seu ambiente (Eagles, McCool, Haynes, Phillips, 2002).

Importa referir sobre certa especificidade que favorece a manutenção da biodiversidade, é a presença de comunidades autóctones que exercem uma relação com um território circunscrito, seja em proximidade litorânea, lacustre, florestal, rural, entre outras e seus interesses são pautados no uso dos recursos da natureza de forma

tradicional para os meios de subsistência como o extrativismo, a pesca, a caça, a agricultura familiar, a edificação de suas moradias, o que se difere do processo inerente o avanço industrial.

Quando atendemos às comunidades autóctones passando por tensões entre as formas tradicionais e modernas de vida, assim como da pressão do crescimento urbano-industrial que vincula o processo de reserva de espaços naturais à manutenção da natureza assimilada ao seu estado intocável, também esses espaços protegidos exprimem a perspectiva de lazer, do aspecto cénico, da intocabilidade, reprodução da biodiversidade e manutenção de ecossistemas que induzem a um movimento de resistência cosmopolita impulsionado pelos incentivos e recursos políticos internacionais apresentando razões para o desígnio progressista no panorama de vida ambiental.

Essa abordagem tende a deixar a percepção sobre os estereótipos que podem passar subentendidos em uma tendência padronizada e projetada às populações inseridas em áreas de conservação, como necessitadas de certos anseios perante uma concepção racionalista de progresso linear sob efeitos de modernização.

Diante da construção social do turismo sustentável, Fazito, Scott e Russell (2016) indicam a tendência do desenvolvimento incorporando diferentes origens e interesses capazes de contribuir para a modernização do desenvolvimento. A modernização contribui para a ótica hegemônica de desenvolvimento (Sharpley; Telfer, 2008; Fazito, Scott e Russell, 2016).

Face ao exposto, a velocidade das mudanças e transformações que ocorrem no mundo, tornam contraditórias as características distintivas de certos aspectos, das relações entre os indivíduos em sociedade, que vai difundindo certas ideias que fundamentam a razão universal como fundamentais para promoverem o progresso moral, a justiça e a felicidade do ser humano.

Assim, o desenvolvimento de formas racionais de organização social e dos modos de pensamento, assegurava a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, da libertação do uso arbitrário do poder, bem como do lado

sombrio da nossa própria natureza humana (Harvey, 1993), considerando o progresso da humanidade, a ascensão de um novo modelo de sociedade. Essas abordagens parecem ter sido superadas, mas estabelecem uma relação funcional nos processos filosóficos e históricos de estruturas políticas, sociais e econômicas ditando as relações sociais em determinado tempo e espaço, sustentando um caráter efêmero e instável nos modos de vida em sociedade.

4 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: ORIGENS E ATUALIDADE EM QUESTÃO

O termo participação cidadã provém do latim, das palavras *participatio* (participação) e *civis* (cidadã) que designa partilha, associação pela noção de pertencimento, onde os indivíduos agem em prol de interesse comum, possibilitando que os mesmos possam interferir e assumir responsabilidade na tomada de decisões políticas. Entender o sentido amplo da participação envolve a ideia fundamental de fazer parte ou tomar parte, seja numa comunidade, sociedade ou processo. Portanto, tomar parte significa não apenas estar presente, mas também envolver-se ativamente, contribuindo com opiniões, ações e influenciando as decisões de maneira crítica e consciente, garantindo que estas reflitam as necessidades e valores da comunidade (Bordenave, 1987).

Assim, a cidadania se configura na participação do cidadão nas decisões políticas da sociedade (Solimani; Lehfeld, 2017). A participação cidadã vai além da simples presença, ela implica em assumir responsabilidade e agir de maneira informada e reflexiva. Isso significa que o cidadão que faz parte de um processo participativo deve estar ciente das questões em jogo, avaliar as informações disponíveis de maneira crítica e tomar decisões com base em um entendimento sólido (Bordenave, 1987).

A participação é construção da realidade social. Ela é fonte da ação relacional e suas bases sociais transformam-se, variando em conformidade com o processo histórico. A cidadania envolve a compreensão enquanto conceito, exercício construído socialmente e depende dos contextos sociais (Costa; Ianni, 2018). Recorrendo às origens,

a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida (Marshall, 1967, p. 76).

Pensar na cidadania remete ao contexto político e histórico de uma realidade, especialmente no que se refere à participação ativa dos indivíduos no sistema de direitos e responsabilidades que é o destino dos cidadãos nas suas comunidades. As

tradições e abordagens vinculadas à cidadania variam ao longo da história e em todo o mundo, de acordo com os diferentes contextos, histórias, sociedades, culturas e ideologias.

A origem da cidadania remonta à Grécia Antiga, quando cidadãos eram aqueles que tinham o direito legal de participar nos assuntos do Estado. Contudo, nem todos eram considerados cidadãos: escravos, camponeses, mulheres ou estrangeiros residentes eram meros súditos, visto que o status de cidadão se limitava a um pequeno grupo (Costa; Ianni, 2018). Para aqueles que tinham o estatuto privilegiado de cidadãos, a ideia de virtude cívica ou de ser um bom cidadão era uma parte importante do conceito, uma vez que a participação não era considerada apenas um direito, mas também, e antes de tudo, um dever. Um cidadão que não cumprisse com as suas responsabilidades era considerado socialmente perturbador.

Na antiguidade, onde a economia era predominantemente agrícola e artesanal, os cidadãos eram essencialmente aqueles que participavam da vida da cidade, seja como comerciantes ou como figuras políticas que determinavam a organização da sociedade. Essa cidadania era permeada pela noção de pertencer à própria comunidade, principalmente pelas qualificações sociais e de gênero, já que nem todos tinham o direito de participar. Nesse caso, os homens estavam aptos a participar da vida pública, enquanto os escravos eram propriedade e as mulheres faziam parte da família (Pinsky, 2008).

O conceito evoluiu à medida que as relações sociais se tornaram mais complexas e foi influenciado pelo surgimento da democracia, que na época, era tão alheia à noção de representação quanto as democracias modernas. Não obstante, “a ordem natural é o fundamento inerente a este mundo e, uma vez que seus princípios básicos sejam conhecidos, essa ordem pode formar a base da ordem social humana” (Châtelet, 2009, p. 14).

Como afirma Dallari (2016), as democracias modernas nasceram da luta contra o autoritarismo. Foi nesse contexto, com a introdução do Estado Democrático de Direito, que as relações de poder que justificavam o comportamento dos governantes foram radicalmente alteradas, pois, o poder deixou de ser indiscutível, sagrado,

absoluto ou hereditário, para se tornar um poder temporário e contestável, concedido pelo povo, que poderia ser utilizado sem prejuízo de seus interesses.

Carvalho (2018) aponta que o caminho para a cidadania plena é inverso, pois, antes de se ter a consolidação dos direitos civis e políticos, já se tem a ampla disseminação dos direitos sociais. É importante ressaltar que não se trata de uma questão de emergência, embora a formalização dos direitos políticos e civis tenha precedido os direitos sociais, sua consolidação e efetividade na sociedade não ocorreram na mesma ordem.

Ainda que a perspectiva inicial de cidadania fosse restrita e elitista, incluía alguns elementos participativos, no qual o espaço da *Polis*, ocasionava o autogoverno e a rotatividade de poder. Tanto a democracia representativa quanto a participativa tiveram o seu início no contexto grego. Contudo, mostrou o perigo do populismo e as consequências perversas da retórica, desvendando como a manipulação da vontade popular pode perverter a democracia (Soares, 2019).

Entende-se que a cidadania é associada ao avanço da luta pelos direitos humanos e pela emancipação das pessoas e dos povos, assim como, reflete um processo social, não imposto pelas minorias e tampouco pelas oligarquias (Ferreira e Castellani Filho, 2012). O pensamento marxista sobre a cidadania liberal critica a burguesia pelo fato de usar seus direitos para dominar e tornar grupos sociais alienados. Nela, os indivíduos constroem coletivamente todos os bens sociais, mas não são capazes, dada a divisão da sociedade em classe antagônicas de se reapropriarem efetivamente desses bens por eles mesmos criados, compromete a democracia e a conquista de uma sociedade mais justa (Lima, 2018).

O mundo ocidental rompeu com as formas clássicas de participação, baseando-se na racionalidade individualista. No decorrer dos séculos XIX e XX, o consenso burguês apoiou-se numa tirania da razão economicista, rejeitou a ideia marxista de revolução e utopia socialista. Alicerçado no princípio mercantilista e mais adiante ancorado na ação estatal, a partir dos meados do século XX, promoveu um contrato social que resultou na moderação dos conflitos trabalhistas e instituição da democracia representativa, o qual tornou-se um modelo universal, principalmente como o triunfo do Estado de bem-estar social europeu. Posteriormente, concretamente na década 1960

emergem novos movimentos sociais criticando as democracias do respectivo sistema de representação (Santos, 2001; Soares, 2019). Paralelamente, os meados do século XX, foram marcados pelo fortalecimento dos movimentos anticolonialistas com objetivos únicos em prol de uma revolução africana para a independência dos países africanos do regime colonial.

Nas últimas décadas do século XX, nota-se uma crise de credibilidade das instituições democráticas no mundo ocidental, levando à necessidade de repensar o seu funcionamento e apurar novas soluções para o exercício da cidadania (Soares, 2019). A participação cidadã remete a liberdade dos direitos políticos e civis. E esteve sempre associada às relações de poder entre atores/agentes sociais face a adequação às lógicas do uso do território. Na prática, ela é uma complexa interação ou mesmo confronto entre privilegiados e não privilegiados em processos formais ou informais de tomada de decisão (Arsten, 1969; Carpentier, 2016). A participação cidadã envolve a consciência da sociedade na qual o indivíduo está inserido, envolve a construção da liberdade participativa dos indivíduos enquanto agentes sociais/políticos diante da convivência coletiva e requer mecanismos para exposição de ideias e dos meios que apoiam na tomada de decisões dos interesses comuns.

Neste cenário, insere-se o pensamento neoliberal que envolve a centralidade do mercado e a mínima intervenção do Estado. Para Harvey (2008), deve haver uma luta política a fim de criarem-se alternativas às ações hegemônicas, isto é, aquelas nas quais alguém exerce o domínio sobre outrem. Deste modo, o autor se refere a luta contra a antidemocracia do neoliberalismo que apoia o autoritarismo prejudicando a liberdade do cidadão. Assim, o neoliberalismo acaba por coibir as políticas sociais e, conseqüentemente, prejudicando a vida das pessoas. A política neoliberal, além de excluir a relevância da mobilização de massas e da ação coletiva para o desenvolvimento de uma cidadania genuína, contribui também para a fragilizar os mecanismos de representação, manipulando a opinião do interesse público para validar os interesses dos dominantes do poder.

Ressalta-se que, o neoliberalismo se caracteriza como sendo os termos utilizados para designar um novo tipo de Estado, com uma doutrina transformadora que afirma que os mercados são mais versáteis e eficientes que as estruturas burocráticas

do Estado. Neste âmbito, a narrativa do Estado socialmente fraco, organizacionalmente lento e financeiramente incapaz é desenvolvida para fortalecer a visão dominante de que, a política neoliberal responde rapidamente às mudanças em relação à técnica, ciência e informação e em demanda social que o Estado. Por este motivo, o neoliberalismo é apontado como mais eficiente e econômico no fornecimento de serviços em detrimento do setor público (Torres, 2010).

Á vista disto, ocorre justamente a exploração da atividade econômica, por meio da perseguição pelo lucro de curto prazo e pela exploração da força de trabalho intensificada por esta ideologia. Chama-se a atenção à necessidade de refletir sobre o espaço do cidadão através da indagação da tendência maior da submissão da sociedade ao modelo econômico ao invés da valorização da perspectiva cívica. Resgatar a noção de bem público, requer uma consciência crítica entorno das desigualdades e da dinâmica do uso do território (Santos, 2014).

Sob um prisma geral, observa-se que o neoliberalismo acaba ocasionando efeitos nocivos no cenário mundial, acentuando ainda mais a pobreza, segregação, desigualdades e conflitos socioterritoriais. Salienta-se que o neoliberalismo interfere no cotidiano, pois, a população empobrecida tem o uso dos recursos naturais sua única opção para sobreviver (Menchise et al., 2023), restringindo-se assim na resolução das necessidades diárias de subsistência. Importa referir que, as necessidades de uma sociedade não estão limitadas apenas aos aspectos econômicos. Os elementos políticos, educacionais, culturais e sociais, também, desempenham papéis cruciais nesse contexto. A participação ativa surge como um pré-requisito essencial, uma vez que é responsabilidade da própria comunidade identificar e articular suas necessidades (Irving, 2002).

A redução das desigualdades é resultado de um processo árduo de participação, uma conquista legítima que se manifesta na defesa de interesses contra adversidades (Demo, 2001). Portanto, percebe-se que para que a participação seja exercida na plenitude, envolve também a “politicidade” que pode ser definida como a habilidade do ser humano de, em dadas circunstâncias, “tomar o destino em suas mãos e construir a autonomia relativa possível como sujeito” (Demo, 2006, p.10).

Assim:

[...] o lado mais interessante da politicidade é a gestação de sujeitos críticos e criativos, capazes de construir cidadanias organizadas e influentes, de elaborar contraideologias efetivas, de oferecer alternativas com base na arte de bem argumentar. Mas há também o lado negativo da politicidade: esta pode promover também a imbecilização na medida em que ela pode depredar a autonomia dos outros (Demo, 2006, p.10).

À vista disto, numa dimensão política, indivíduos com insuficiências de capacidades, incluindo as participativas não exercem a plena ação política. Esses indivíduos caracterizam-se por ignorar que são pobres e são coibidos de saber o que são; são grupos de manobra e objetos de manipulação; não são cidadãos, porque não se organizam politicamente para obrigar que hajam mudanças; são aniquilados como sujeitos, restando-lhes estar na condição de objeto, pois não sabem que possuem direitos e vivem de cidadania tutelada e, no máximo, assistida (Demo, 1995; Possani, 2007).

Segundo Demo (1995), há três tipos de cidadania: a cidadania tutelada, a assistida e a emancipada (Quadro 7). A tutelada é aquela marcadamente cultivada, ou suportada, pela elite econômica e política, em que não ocorre suficiente consciência crítica e competência para abalar a tutela, resultando na reprodução indefinida da mesma elite histórica (Demo, 1995).

Quadro 7 – Tipos de cidadania

Tipos	Característica
Cidadania Tutelada	É aquela marcadamente cultivada, ou suportada, pela elite econômica e política, em que não ocorre suficiente consciência crítica e competência para abalar a tutela.
Cidadania Assistida	É aquela no qual o direito requisitado e defendido é a assistência e não a emancipação. Essa forma de cidadania também age na reprodução da pobreza política e da desigualdade de oportunidades.
Cidadania Emancipada	É aquela que defende o “sujeito” impedindo o indivíduo a aceitar-se como objeto. Promove a consciência crítica e autorreflexão.

Fonte: Adaptado de Demo (1995)

Neste universo, a cidadania tutelada que é fruto de uma abordagem paternalista, mascara a construção de uma cidadania plena, obtida por meio da mobilização dos

próprios indivíduos. Ao longo da história, observa-se frequentemente a sequência de dominação precedendo a oportunidade de participação. Afirmar que, a ausência na participação se deve a impedimentos externos não constitui exatamente o problema, mas sim o ponto inicial a ser confrontado. Caso contrário, corre-se o risco de construir uma ilusória mentalidade assistencialista, na qual a participação seria condicionada à concessão externa de oportunidades (Demo, 2001).

Em contraposição a abordagem paternalista, que apenas oferece assistência sem capacitar as pessoas a se tornarem protagonistas de suas vidas, a questão emancipatória reconhece o objetivo principal de capacitar os indivíduos para superar as desigualdades, permitindo-lhes controlar as condições de acesso e conquista dos seus direitos. A emancipação não pode ser imposta, mas deve ser um esforço colaborativo no qual os indivíduos desiguais são agentes ativos na construção dos próprios interesses, ou seja, é vista como um processo histórico no qual os sujeitos sociais/os membros da sociedade, são capazes de formular e realizar planos e projetos (Demo, 2001).

À vista disto, ao analisar os indivíduos na condição de cidadão tutelado, sugere-se a emancipação dos sujeitos submissos aos espaços monopolizados e dominados de atuação política formal, buscando cidadãos capazes de exercer suas ações de forma crítica, influenciando ativamente nos processos que os afetam em prol da coletividade e autonomia. Refere-se ao exercício da política condizente com a busca de interesse social, engajados na defesa do interesse da massa popular, a partir da existência de um dinamismo próprio, autêntico, endógeno e resistente (Santos, 2001). Também, uma concepção participativa demanda a livre condição de agente, desempenhando o papel ativo do sujeito na promoção e êxito dos objetivos intimamente relacionados a natureza do bem-estar (Sen, 2012). Por isso, essas ideias e propostas encontram-se voltadas para o sujeito, no sentido de educar, emancipar e oferecer a ele as condições para que possa se tornar um cidadão, reduzindo o “aspecto social e coletivo da cidadania enquanto condição relacionada e fundamentada na luta de classes” (Ferreira e Castellani Filho, 2012, p. 142).

Por conseguinte, a pobreza política é o fenômeno considerado em sua complexidade não linear e está associada com a incapacidade de estabelecer vínculos

de cidadania, de possuir consciência política e de se organizar para defender seus direitos. Entretanto, esse tipo de pobreza encontra-se intrinsecamente associado com a pobreza socioeconômica, viabilizando a tendência de que o indivíduo economicamente pobre também é pobre politicamente, o que não é totalmente correto (Demo, 2006). A participação é uma atividade política, mas também social, um dever cívico e um direito individual e coletivo. Na verdade, é um indicador de bem-estar político e uma condição *sine qua non* de uma democracia (Dowse e Hughes, 1986).

Diante do contexto, existe um amplo consenso sobre a importância do envolver os cidadãos na elaboração de políticas, uma vez que a participação dos cidadãos pode trazer muitos benefícios. Por um lado, permite que os decisores políticos encontrem respostas às reais necessidades e expectativas de uma comunidade, e por outro lado, ajuda a legitimar os procedimentos de tomada de decisão, tornando certa de que as pessoas afetadas tenham vozes ativas (Oliveira e Campolargo, 2015).

O conceito de cidadania se reflete também no entendimento da relação jurídica entre o indivíduo e o Estado. Na perspectiva de Estado-nação conferir aos cidadãos certos privilégios ou direitos. De modo tradicional, ser cidadão impõe certos deveres em termos do que o Estado espera dos indivíduos sob a sua jurisdição. Assim, os cidadãos cumprem certas obrigações para com o seu Estado e, em troca, podem esperar a proteção dos seus interesses vitais. Contudo, o conceito de cidadania tem muito mais camadas de significado do que o sentido restrito jurídico. Atualmente, a cidadania é muito mais do que uma construção jurídica e relaciona-se, com o sentimento pessoal de pertença a uma comunidade que se pode moldar e influenciar diretamente.

Essa comunidade pode ser definida através de uma variedade de elementos, por exemplo, código moral partilhado, um conjunto de direitos e obrigações, lealdade a uma civilização de propriedade comum ou um sentido de identidade. Portanto, a comunidade é normalmente definida em dois níveis principais, diferenciando entre a comunidade local, na qual a pessoa vive, e o estado, ao qual a pessoa pertence. Ademais, de acordo com Bordenave (1994) duas esferas são consideradas fundamentais para a construção de uma sociedade participativa: a *microparticipação*, que se refere à associação voluntária de duas ou mais pessoas em colaboração,

fortalecendo os laços sociais e a coesão comunitária em níveis locais, com o propósito de comprometer-se com objetivos compartilhados e coletivos, que não visam apenas benefícios pessoais imediatos; e a *macroparticipação*, que envolve a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou moldam a sociedade, na qual implica que os indivíduos não estejam apenas envolvidos em atividades cotidianas, mas também desempenhem um papel ativo na influência e na transformação dos sistemas e estruturas sociais (Bordenave, 1994).

A participação comunitária constitui um microcosmo político e social, complexo e dinâmico, capaz de representar a sociedade, pois o envolvimento das pessoas em suas comunidades serve como uma preparação fundamental para cidadania em níveis mais amplos da sociedade global. Ao participar ativamente em questões locais, os indivíduos desenvolvem habilidades e compreensões cruciais que os capacitam a contribuir de maneira significativa para o bem-estar coletivo em contextos mais amplos. A participação comunitária emerge como uma escola vital para a formação de cidadãos informados, comprometidos e capacitados a enfrentar os desafios complexos da sociedade global contemporânea (Bordenave, 1994).

Na relação entre o indivíduo e a sociedade perpassa pelo reconhecimento: da dimensão política da cidadania, referindo-se aos direitos e responsabilidades políticas. O desenvolvimento desta dimensão deverá passar pelo conhecimento do sistema político e pela promoção de atitudes democráticas e competências participativas e requer alguma medida de lealdade e solidariedade. Destaca-se que as competências política e o conhecimento das relações sociais na sociedade são necessários para o desenvolvimento da consciência coletiva. Essa relação é alcançada através de processos de socialização que ocorrem na escola, nas famílias, nas organizações cívicas, nos partidos políticos, bem como através de associações, meios de comunicação social, vizinhança e grupos social formal ou informal. Ao fazer parte de uma comunidade, pode-se influenciar, participar no seu desenvolvimento. Portanto, a cidadania também é entendida como uma prática – a prática de desempenhar um papel ativo na sociedade.

O exercício dessa prática é vinculado às questões motivacionais. De acordo com Bordenave (1994), existem fatores motivacionais para a participação em atividades

coletivas e podem ser agrupados em duas perspectivas: a participação afetiva e a participação relacionada à eficácia e eficiência da ação coletiva. A *participação afetiva* refere-se à motivação impulsionada pelo prazer coletivo. Envolve a satisfação emocional derivada da interação social e o senso de pertencimento a um grupo. Indivíduos motivados afetivamente participam de atividades coletivas porque desfrutam da companhia dos outros membros e encontram significado emocional na participação. Já a motivação relacionada à *eficácia e eficiência da ação coletiva* está centrada na percepção de que a atividade em grupo é capaz de atingir metas específicas de maneira eficaz. Os participantes são impulsionados pelo desejo de alcançar objetivos, resolver problemas e realizar tarefas de forma eficiente, confiando na capacidade do grupo de obter resultados significativos. Essas perspectivas de motivação não são mutuamente exclusivas e podem interagir na decisão de participar em atividades coletivas. Uma pessoa pode estar motivada tanto pelo prazer das relações interpessoais quanto pela crença na eficácia do grupo em atingir seus objetivos. Compreender esses fatores motivacionais é crucial para criar ambientes que incentivem uma participação mais significativa e duradoura em contextos coletivos.

Além dos fatores motivacionais, da participação da cidadã, mencionados por Bordenave (1994), Amman (1977) enfatiza quatro motivos fundamentais influenciam a motivação: o *biológico*, que instiga os indivíduos a produzirem e desfrutarem dos bens da sociedade; o *ético*, que motiva a interação e associação com outros sujeitos; o *lógico*, que impulsiona a busca por informações sobre os mecanismos e formas de participação; e o *amoroso*, que estimula a projeção e intervenção do sujeito em seu ambiente, facilitando a gestão da sociedade.

Esses elementos de motivação não apenas fomentam a participação individual, mas também desempenham um papel crucial na ação transformadora da sociedade dentro do contexto das relações sociais. Além disso, a motivação surge como um requisito fundamental para a participação ativa dos indivíduos, proporcionando a liberação do ser em relação ao tempo e espaço. Essa liberação, por sua vez, propicia o desenvolvimento da criatividade, originalidade e projeção global do sujeito-objeto, contribuindo assim para a evolução e gestão eficaz da sociedade (Amman, 1977).

Igualmente, as condições subjetivas são fundamentais para compreender a consciencialização de grupo Amman (1977). Estas condições são caracterizadas por três situações: além da motivação, já mencionada, na qual sugere a compreensão e identificação das razões que impulsionam um sujeito a se engajar no processo participativo, é necessário a informação, e a educação.

A informação desempenha um papel crucial na capacitação das pessoas para participar ativamente na sociedade, nos processos decisórios e em diversas atividades, uma vez que depende do nível de esclarecimento das pessoas. Isso permite que a população não se acomode ou legitime decisões e ações que não sejam de seus interesses. A população informada é dotada de capacidades para analisar a validade das oportunidades, permitindo que faça escolhas esclarecidas e utilize efetivamente os instrumentos disponíveis. Ao compreender completamente as oportunidades, a população pode rejeitar aquelas que consideram ineficientes ou inadequadas.

Portanto, a educação constitui a base para a participação. A educação move conscientemente a massa pensante e reflexiva mediante o exercício da participação. É necessária uma aprendizagem que engloba a aquisição de conhecimento para o exercício da cidadania, capacitando o indivíduo para uma compreensão crítica da realidade e uma participação consciente no espaço social (Irving, 2002). A aprendizagem pode ser observada em várias situações, como quando as pessoas reivindicam seus direitos, assumem responsabilidades, aprimoram suas profissões, geram mais conhecimento, participam em organizações e exercem a prática associativista, elaboram e executam planos, desempenham funções políticas, e fazem escolhas conscientes no exercício do voto e da representatividade (Amman,1977).

A noção de cidadania enfatiza a crença de que a cidadania deve basear-se em princípios e valores democráticos como o pluralismo, o respeito pela dignidade humana e o Estado de direito. Desta forma, a participação, na vida política e cultural, é um direito humano fundamental reconhecido em vários tratados internacionais de direitos humanos, como a Carta africana dos Direitos Humanos e dos Povos para a proteção das liberdades fundamentais da África e também pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê o direito de participar no governo e em eleições livres, o direito de participar na vida cultural da comunidade, o direito à reunião e associação

pacíficas e o direito de aderir a sindicatos. A participação é também um princípio fundamental dos direitos humanos e é também uma condição para uma cidadania efetiva.

Sem todo o espectro dos direitos humanos, o acesso à participação torna-se difícil, se não impossível. A saúde precária, os baixos níveis de educação, as restrições à liberdade de expressão, e assim por diante, têm impacto na capacidade dos indivíduos de participar nos processos e estruturas que os afetam e aos seus direitos. Da mesma forma, sem participação, muitos direitos humanos são de difícil acesso. É através da participação que se discutem e constrói-se uma sociedade baseada nos direitos humanos para desenvolver a coesão social, fazer ouvir as vozes para influenciar a tomada de decisão, alcançar a mudança e, eventualmente, ser o sujeito e não o objeto das próprias vidas.

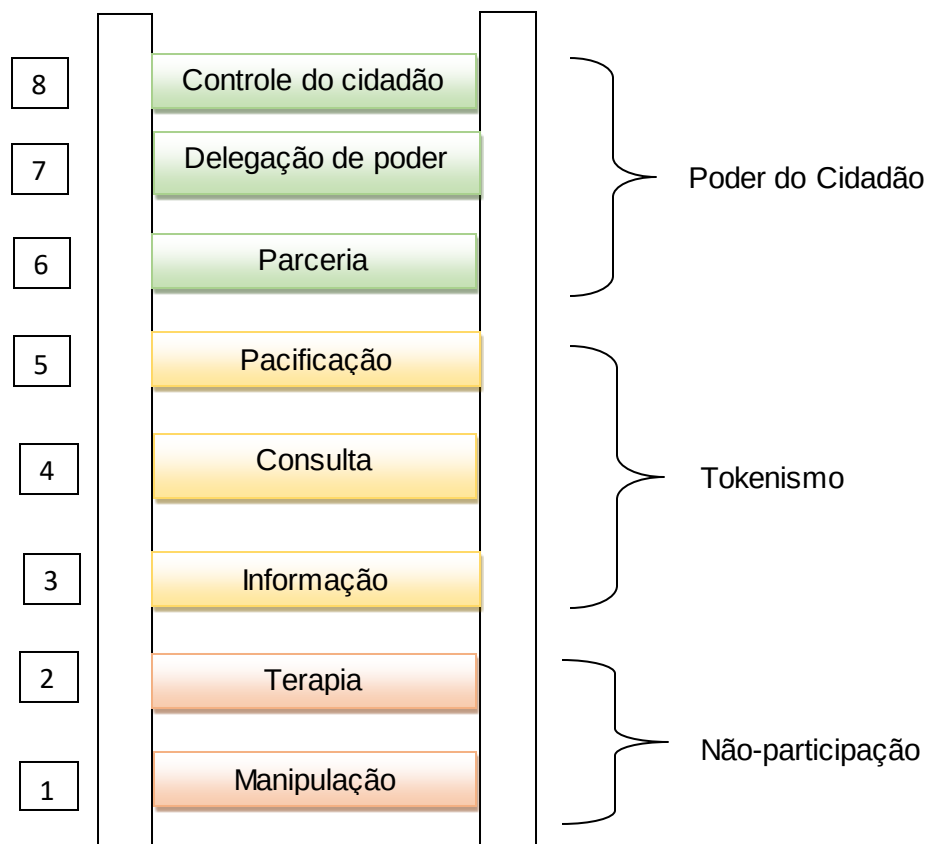
Grande parte da discussão relativa à cidadania centra-se no problema do aumento do envolvimento e da participação dos cidadãos nos processos da sociedade democrática. Cada vez mais se percebe que a votação periódica dos cidadãos é insuficiente, quer em termos de responsabilização total daqueles que governam, quer na promoção de sentimentos de empoderamento entre os cidadãos comuns. Além disso, a baixa participação eleitoral indica níveis de apatia política entre a população, o que prejudica gravemente o funcionamento eficaz da democracia (Gorczewski, 2018).

No entanto, a participação cidadã não se restringe aos pleitos eleitorais, ela envolve convivência, pertencimento, solidariedade e articulação. Por conseguinte, a participação cidadã é considerada a pedra angular da democracia e pode ocorrer através de diferentes mecanismos e formas. Vários modelos de participação foram desenvolvidos, sendo destacada a escada de participação de Arnstein (1969, 2002) que determina as formas de envolvimento dos cidadãos nas decisões e ações políticas e administrativas. No entanto, os níveis de participação podem desenrolarem-se de forma sincrónica.

Arnstein (1969, 2002) identificou oito níveis de participação, cada um correspondendo a um degrau da escada, com pouca ou nenhuma participação dos cidadãos num extremo e uma forma totalmente liderada pelos cidadãos no outro. Quanto mais alto for o degrau, mais poder terá para determinar o resultado. Os dois

degraus inferiores – manipulação e terapia – não são participativos e devem ser evitados. Os próximos três – informação, consulta e pacificação – são simbólicos; não permite a participação significativa. Permite que os cidadãos tenham voz e sejam ouvidos, mas as suas opiniões não são devidamente consideradas pelos que estão no poder. As três etapas finais – parceria, delegação de poder e controle do cidadão – constituem o verdadeiro poder do cidadão e é a forma mais plena de participação cidadã.

Figura 8: escada da participação



Arnstein (1969)

Os níveis de participação cidadã refletem as relações de poder que a população possui no processo de decisão e concretização dos seus interesses coletivos. Esse

processo evidencia desde a perspectiva da obediência e aceitação submissa dos cidadãos sem poder aos poderosos tomadores de decisão, até ao envolvimento ativo dos cidadãos que passam a ser detentores do poder para determinar as ações, prioridades e escolhas dos destinos de suas comunidades. Importa referir que embora a escada de participação cidadã se apresente na forma de evolução linear, diversas escadas podem acontecer de modo inverso, ou mesmo em simultâneo, devido a complexidade do processo participativo e da intensidade de participação poder variar no decorrer do tempo.

Certamente que existem questões que inibem o exercício da cidadania, apresentando-se no modo perverso de participação, a exemplo da manipulação e terapia. Mesmo no âmbito do nível mais alto de participação, segundo Arnstein (1969, 2002), os participantes não detêm de poder absoluto, uma vez que não se estabelecem blocos homogêneos. Pois, cada grupo/indivíduo possui opiniões com divergências significativas revestida de interesses que propiciam a existência de subgrupos. Este modelo não traz alternativas para alcançar a legítima participação cidadã. Contudo, o modelo é importante para fazer uma análise crítica da participação cidadã e contribuir para situar determinados contextos e grupos sociais.

Nessa ordem de ideias, importa compreender como determinados processos de participação determinam o nível do envolvimento das pessoas. À vista disso, o nível relacionado a manipulação refere-se à capacidade que os detentores do poder têm para forjar a ideia da participação, tornando-a ilusória, a partir da persuasão dos indivíduos.

Santos (2014) denomina cidadania mutilada/subalternizada, intencionada para precarizar os direitos dos indivíduos. Esses indivíduos são vistos pela visão hegemônica ou pelos dominantes das decisões, como pessoas com limitada compreensão das diferenças de classes presente entre elas. Embora esse cenário aconteça em vários contextos sociais, é mais suscetível em contextos onde há fragilidade de articulação política e dos níveis de instrução dos indivíduos de uma comunidade. O indivíduo distancia-se da consciência coletiva, o seu estado é da não-cidadania. “O direito real de escolher é deferido a um outro, (...) há uma renúncia

efetiva à responsabilidade. O indivíduo emudece e empresta sua voz, tornando-se paralelamente ventríloquo daquele que fala em seu lugar” (Santos, 2014, p. 95).

Também, os indivíduos tornam-se alvos da distorção e dependência, não possuem acesso a informação e validam as racionalidades dos protagonistas dos interesses hegemônicos. Portanto, através de um conjunto de abordagens participativas, como conselhos consultivos, comitês participativos, coletivos de direção, entre outros, os indivíduos são convidados a fazer parte de debates, mas não possuem o poder de tomada de decisão.

No âmbito de terapia, trata-se da terapia de grupo disfarçada de participação popular. Os cidadãos desconhecem as causas dos problemas ou os conflitos que lhes afetam. Os profissionais dos órgãos públicos ocultam informações e fomentam o encontro em grupo, fazendo com que a população acredite que contribui para o desenvolvimento das políticas públicas. Acontece uma terapia de grupo onde não há distribuição de poder, mas sim, partilha de responsabilidades dos problemas.

No nível da informação, a população é informada a respeito de seus direitos e deveres. É considerado o elo aproximado à essência da autêntica participação cidadã, porém, as relações são apoiadas em bases colonialistas, onde não há oportunidades para diálogos. As informações partilhadas são superficiais e muitas vezes instrumentalizadas pelos meios de comunicação apresentando informes, respostas evasivas e um sistema de dissuasão de questionamentos. Portanto o nível de esclarecimento da população referida por Amman (1977), é fundamental para determinar a avaliação das oportunidades. Além disso, indivíduos munidos de liberdades de escolha, têm a capacidade de utilizar, rejeitar ou opinar sobre instrumentos, como políticas governamentais, dependendo do nível de informação da população (Sen, 2012).

A consulta consiste em colher ideias e posicionamentos sobre planos de interesses coletivos e é o meio primordial para a participação dos cidadãos. Nesse processo, os indivíduos responsáveis pela tomada de decisão, ou seja, os participantes não possuem garantia de que as suas opiniões serão consideradas, podendo ter acontecido uma utopia de participação. A consulta nem sempre reflete a concretização de ações ou projetos.

Em relação a pacificação, o nível de pacificação depende do nível de organização da comunidade e da capacidade de assessoria técnica para a definição de prioridades. Geralmente, os indivíduos em situação de pobreza, que possuem uma relação de confiança nas comunidades, são escolhidos para legitimar a voz popular. Esses indivíduos selecionados têm poder limitado de influenciar nos processos decisórios. No entanto, as comunidades devem reconhecer a representação do indivíduo escolhido, sob o risco do representante incorrer à perda de aceitação e as comunidades terem os seus direitos subjugados.

A parceria é eficaz quando há uma legítima organização social e política na comunidade que assegura as lideranças que tem consciência sobre a prestação de contas. Portanto, existe de fato um acordo coletivo, onde há redistribuição do poder entre os cidadãos, partilha de direitos e responsabilidades e deliberação de planos e meios de resolução de conflitos.

No que concerne à delegação de poder, os cidadãos dominam as instâncias decisórias por meios de estratégias que asseguram que planos, projetos e ações garantam os interesses coletivos da comunidade. O cidadão tem o poder participativo de modo ativo na expansão da política pública e não se submete a pressão de grupos que geralmente têm agido de forma dominante. Na última etapa denominada controle do cidadão, os cidadãos assumem responsabilidades pela implementação, monitoria e controle da gestão dos interesses públicos.

Arnstein (2002) destaca a importância da participação não apenas como um meio de correção de problemas, mas também como uma fonte de formação e aprendizado. A participação cidadã tem efeitos formativos, contribuindo para a melhoria do funcionamento das instituições democráticas e da administração governamental, bem como a interação entre cidadãos e instituições, e a participação ativa na vida pública e nos assuntos que afetam a vida privada.

A participação é um direito fundamental da cidadania, porque é a forma de aprender o que significa ser cidadão e como sê-lo (os modos de ação e de pensamento). A participação também pode ser vista como uma forma de cooperação e diferentes graus de envolvimento entre os indivíduos, em seus projetos, organizações ou comunidades. Existem diferentes graus em que os indivíduos podem estar

envolvidos ou assumir a responsabilidade, dependendo da situação local, dos recursos, das necessidades e do nível de experiência (Hart, 1992).

Neste universo, entende-se que participação e cidadania ativa significam ter o direito, os meios, o espaço e a oportunidade e, sempre que necessário, o apoio para participar e influenciar decisões e envolver-se em ações e atividades de modo a contribuir para a construção de uma sociedade melhor (Hart, 1992).

A participação em Moçambique não é um fenômeno isolado, mas está enraizada em amplas transformações que ocorreram tanto a nível constitucional quanto político, como organizativo das comunidades locais. Com base em Simione e Ckagnazaroff (2017), no âmbito dos estudos sobre a democratização da administração pública e do processo de tomada de decisão das políticas públicas locais, é possível identificar, três transformações significativas que marcaram o contexto político moçambicano. A primeira dessas mudanças ocorreu com o fim do regime político monopartidário, marcando a transição para a adoção dos princípios da democracia pluripartidária. Esse marco histórico desencadeado pela reforma Estatal introduzida na Constituição da República de Moçambique (CRM) em 1990, também implicou a alteração do modelo de planejamento centralizado da economia para o sistema baseado na livre concorrência. Além disso, as competências decisórias para a implementação de políticas públicas foram descentralizadas, sendo atribuídas aos governos provinciais e distritais. Essa transição política abriu caminhos para a diversidade das vozes e perspectivas políticas na arena pública moçambicana, propiciando o espaço para a emergência de narrativas e práticas que enfatizavam a necessidade da participação ativa dos cidadãos.

A segunda transformação crucial refere-se à perspectiva da estabilização política e social, no âmbito da busca pela distribuição do poder político, conforme concebido teoricamente pelo acordo geral de paz em 1992. Assim como, destaca-se a imperativa necessidade de reorganização das estruturas do aparelho do Estado. Este momento reflete a virada da década 1990, quando foram introduzidos modelos e mecanismos de gestão com vista a assegurar o desempenho dos serviços públicos, além disso, promover a inclusão de cidadãos comuns e grupos de interesses nas decisões administrativas. Portanto, a ênfase da governança centrou-se na introdução de arranjos

que propiciassem a participação da sociedade e na adoção de práticas de prestação de contas.

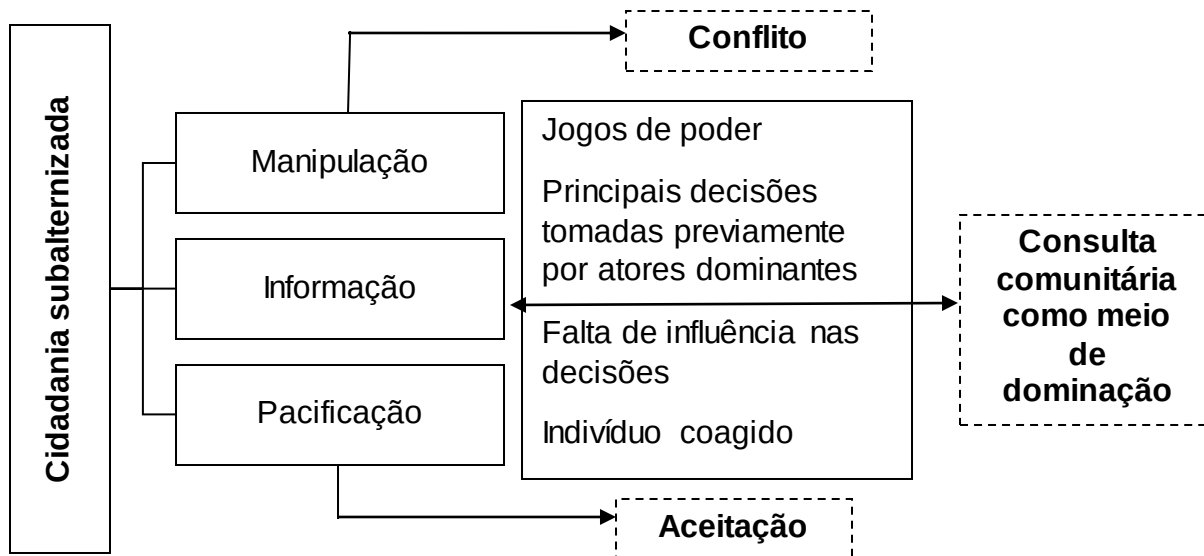
O terceiro cenário está ligado aos desdobramentos da Emenda Constitucional de 1996, que impactou a alteração da estrutura político-administrativa do Estado. A reforma se desdobrou na organização em três esferas governamentais, nomeadamente: os Órgãos Centrais, representados pelos ministérios e agências nacionais; os Órgãos Locais do Estado, representados pelos governos provinciais e distritais e os Órgãos do Poder Local, pelos municípios.

Essas estruturas de participação pública foram implementadas nos primeiros anos da década de 2000, inspiradas pela governança participativa e concebidas com a intenção de envolver os cidadãos em processos decisórios, promovendo uma abordagem inclusiva e democrática na gestão pública e a participação na formulação de políticas públicas (Simione; Ckagnazaroff, 2017).

A estrutura dos órgãos locais referente as localidades, no seio das comunidades locais, existem três níveis distintos de liderança. O primeiro é o Régulo, nomeado com base em linhas de parentesco familiar e herança. O segundo nível de liderança representa o chefe de grupo de povoações e o terceiro indica o chefe de povoação. Estes últimos níveis são designados no âmbito das estruturas políticas governamentais. As responsabilidades do régulo incluem, dentre outras, a facilitação na distribuição de terras e a resolução de conflitos relacionados. Nos níveis abaixo, a assistência é direcionada para os processos de tomada de decisão que impactam diretamente a população sob sua responsabilidade (PNL, 2021).

O processo de participação cidadã nas comunidades locais implica uma estrutura de articulações e jogos de poder, dado os interesses e o processo ao qual estão vinculadas, conforme aponta a figura abaixo.

Figura 9: esquema de participação, considerando os dados empíricos do Parque Nacional do Limpopo



Fonte: autora (2024)

Diante do esquema acima, é necessário perceber as possibilidades de transformação. Ao mesmo tempo que os totalitarismos acima descritos se generalizam, emergem os espaços de liberdade para o movimento popular, como espaço de solidariedade na luta dos “de baixo” contra a escassez produzida por aqueles “de cima”. É importante destacar a crença da necessidade de entrar numa nova era, ao que Santos (2001) destaca em “globalização como possibilidade ou uma outra globalização”, onde a sociedade seria mais justa e igualitária, na qual se intensifica o fortalecimento da cidadania, a política e os interesses seriam adequados às necessidades das pessoas e dos lugares. E assim, Santos (2014) nos chama a atenção em sua obra *o espaço do cidadão*, à salvaguarda dos direitos civis e a manifestação da vontade popular coincidindo com a existência da cidadania. Reflete-se sobre a construção do espaço do cidadão, recuperando a lógica de pensar a mudança, pois, há uma efervescência que não se consegue captar na totalidade, mas existe, uma possível convergência com a produção de ideias para a emergência de outros caminhos possíveis.

Essa transformação se fundamenta, necessariamente, em um pensamento produzido a partir das horizontalidades. Assim, para produzir uma nova globalização, há necessidade de se empenhar na construção de um conhecimento que tenha como

base e razão de ser, as pessoas e os lugares, as necessidades humanas em oposição ao capital, a solidariedade em oposição a competição, a cidadania em oposição ao individualismo, já que existem possibilidades e este é o caminho para o futuro (Santos, 2001; 2014).

No entanto, numa análise crítica do sistema político moçambicano, Bussotti (2014), refere que há uma abordagem repressiva da gestão do risco político, aplicando-se dos meios disponíveis sem infringir explicitamente a Lei ou através de meios possivelmente próximos a legalidade, prejudicando assim, a democracia. O autor destaca que os cidadãos vivem na convicção da existência de uma democracia plena, no entanto, as classes dominantes entendem absolutamente o sistema e lhes é favorecido pela atuação da comunicação social, cuja função é difundir a utopia de uma democracia mais madura e aberta. O risco político torna impossível a alternância na governação. O sistema representa uma democracia bloqueada, tornando mais intensa a tendência crescente de cenários de semi-ditadura. A situação estrutural do país funda-se num autoritarismo competitivo com o aval das instituições legais que se encontrando numa circunstância de impasse, não atuam sobre os diversos fatores que afligem a base democrática (Bussotti, 2014).

É importante realçar que a participação é uma prática educativa. “A prática da participação envolve a interação entre as pessoas, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e ainda a valorização de si mesmo pelos outros” (Bordenave, 1994, p. 16). Portanto, é fundamental estabelecer mecanismos de intervenção que vinculam a atuação governamental diretamente aos cidadãos, por meio de espaços deliberativos que visam envolver não apenas os cidadãos, mas também movimentos sociais e diversos grupos de interesse na esfera pública, o que visa assegurar uma legitimidade mais robusta às iniciativas governamentais, reforçando a participação e a representação legítima dos variados setores da sociedade no processo decisório (Simione, Ckagnazaroff, 2017).

A experiência democrática em Moçambique é recente, relativamente desigual e muitas vezes contraditória, confrontados com um conjunto de desafios seja no âmbito eleitoral, de espaço de exercício de cidadania plena, seja no processo de planeamento de políticas públicas. Os governos a todos os níveis demonstram cada vez mais

contrariedades ao conduzir e implementar políticas, pelos impasses da descentralização, fragmentação, mecanismos subdesenvolvidos de participação pública, falta de profissionais altamente qualificados. Também, os esforços tornam-se insuficientes se os seus cidadãos forem excluídos, os mecanismos de envolvimento da população mostrarem-se fragilizados, as instâncias de participação pública forem inadequadas e a administração pública se demonstrar clientelista.

Então, o envolvimento dos cidadãos no processo de elaboração de políticas, escolhas de vida, começam na comunidade local. A participação efetiva é, portanto, de vital importância para a democracia. Cada cidadão de uma comunidade local deve ter a oportunidade de praticar a cidadania ativa e ganhar a experiência necessária para a participar e desenvolver uma cultura política democrática. Contudo, é necessário estar ciente de que às vezes é impossível alcançar um compromisso ou consenso, porque o a prontidão dos participantes, a sua abertura a outros pontos de vista, varia de acordo com contexto. Mas, o diálogo público é também uma escolha de democratização de espaços, onde os cidadãos, através da praxis participativa, aprendem a desempenhar os seus papéis no exercício da cidadania.

4.1 O PAPEL DO ESTADO NAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO: TURISMO, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O uso de práticas inovadoras, tende a atribuir ao Estado o papel inteligente-mediador-indutor, o que requer democracias sólidas; direcionadas para a eficiência, a eficácia, a competência, a busca pela excelência, a criação de valor público e a abordagem gerencial (Matias-Pereira, 2010). Diante disso, entende-se que o “Estado é o elemento condutor das ações e iniciativas do turismo, podendo influenciar de forma direta nas decisões, por meio de políticas públicas, ou de forma indireta, em ações transversais, ou ainda, por meio de organizações no novo contexto social” (Coutinho; Nóbrega, 2019, p. 61).

Novos espaços de interação vão possibilitando refletir sobre a complexidade de conexões face a compreensão mundo social. Questões de interesse público, justiça

social, equidade, transparência e responsabilidade tornam-se inquietações como resultado do crescente reconhecimento de que as deliberações, o planejamento e a política do turismo não ocorrem apenas dentro das instituições do governo (Dredge; Jenkins, 2011).

Refere-se o Estado, à soberania e à existência de um povo regulado por mecanismos que buscam a primazia dos interesses coletivos num território circunscrito. Realça-se a abordagem multifuncional do Estado, ou seja, o papel do Estado orientador, coordenador, regulador, estabelecendo um relacionamento vinculativo entre o público (instituições estatais, comunidades e sociedade civil), privado (empresários) e atores parceiros (Organizações não governamentais). Isso envolve a articulação entre corporações, organizações governamentais, organizações não governamentais e indivíduos, indicando uma intervenção ativa do Estado na salvaguarda da ordem e defesa do interesse coletivo. Pode-se referir que a função do Estado no turismo se torna indissociável da política do turismo quando possui dimensões cotidianas sobre as variadas abordagens política e econômica, e dos focos sociais de discussão por representações simbólica e institucionalizada/ formalizada.

A participação popular está se tornando cada vez mais proeminente na mudança acompanhada da responsabilidade (individual e comunitária), vencendo a (antiga) concepção do Estado como principal responsável pelo desenvolvimento econômico e social percepção (Gorczewski, 2014). Quando se utiliza o modelo gerencial para superar o modelo burocrático na administração pública, percebe-se que ele se caracteriza pela ampliação da participação do cidadão na tomada de decisões administrativas por meio da cidadania ativa, bem como pelo controle efetivo do cidadão sobre os resultados da gestão (Nunes; Souza, 2018). É necessário superar a situação em que a administração pública desde o início utilizou a organização burocrática como principal estratégia para a alocação de recursos e a produção de bens públicos e, no modelo subsequente, também se baseia em propostas centradas na burocracia como referência para a produção de serviços públicos, e o mercado como distribuidor ótimo de bens públicos (Salm; Menegasso, 2019).

Osborne e Gaebler (2015) afirmam que, há mais de cem anos, o termo burocracia tinha uma conotação positiva, pois se referia a métodos racionais e

eficientes de organização que substituíam a arbitrariedade das autoridades autoritárias e traziam a lógica da linha de montagem dos processos industriais para a esfera pública. A origem desse conceito remonta ao sucesso das organizações burocráticas que sempre decorreu de sua superioridade técnica em relação a qualquer outro modelo. É evidente que, ao longo da história, cada um dos modelos adotados pela administração pública foi importante e útil, e que eles podem e devem ser analisados de modo a demonstrar sua complementaridade (Dubow *et al.*, 2017).

Secchi (2019) aponta que todos os modelos de administração pública têm um ponto em comum: o foco no controle, tanto do aparato administrativo quanto dos resultados das políticas públicas. As mudanças também podem ser observadas em nível nacional, um grande número de esforços de mudança organizacional pode ser observado na história da administração pública. Sob diferentes rótulos, como reforma ou modernização administrativa, diferentes líderes governamentais tentaram, a seu modo, tornar as organizações públicas mais flexíveis e eficazes.

No entanto, novas formas de atuação modelo na administração pública, passam a colocar o ser humano como fundamento epistemológico, como um ser político que atua efetivamente na sociedade. Como afirmam Salm e Menegasso (2019), quanto mais organizada e politicamente conectada for uma sociedade, maior será a participação dos cidadãos nas ações da administração pública.

Esse modelo se caracteriza pelo fato de que a administração pública tem de estar a serviço do cidadão, e não a serviço do consumidor, um serviço que não se limita a controlar ou dirigir a sociedade, de modo que as ações devem servir ao interesse público. O eixo de valor se desloca da mera produtividade para o foco nas pessoas (Prieto-Martín, 2012). Prieto-Martín (2012) propõe um novo modelo de Estado, que ele chama de Estado de Direito na democracia participativa, no qual o direito à participação ativa e direta na administração pública é incorporado, proporcionando direitos civis e políticos iniciais, para formar novos direitos.

Assim, os outros (e novos) privilégios civis e políticos dos cidadãos foram legitimados. Pois, os governos procuram cumprir suas responsabilidades para com os cidadãos ao garantir a existência de procedimentos eficazes para assegurar que o governo opere de acordo com os procedimentos democráticos, tais como eleições,

instrumentos de representação popular, devido processo legal, participação em órgãos consultivos, pedidos de informação às autoridades públicas e reclamações sobre o comportamento de agentes políticos ou servidores públicos (Denhardt e Catlaw, 2017).

Portanto, o serviço público deve dar um valor maior à cidadania do que ao empreendedorismo, bem como ao pensamento estratégico e à ação democrática. Além disso, a aceitabilidade não é uma tarefa simples, é claramente uma proposta de administração pública, considerada como uma administração pública emergente, cujo foco principal é o espaço democrático existente na sociedade. Nesse sentido, a sociedade, como uma entidade policêntrica que reflete a natureza multifacetada das pessoas que dela participam, deve ser articulada politicamente (Silva; Soares, 2019).

Dessa forma, Salm e Menegasso (2019) argumentam que o novo serviço público propõe a coprodução de serviços públicos: 1) por meio de organizações burocráticas em que há gestão participativa por meio de estruturas de consentimento; 2) por meio de organizações sociais com características isomórficas; 3) por meio de comunidades envolvidas na produção de bens públicos; 4) por meio da responsabilidade social das empresas, quando elas produzem bens públicos, um fato amplamente ignorado pelos estudiosos da administração pública; e (5) por meio do papel dos cidadãos como seres políticos.

Assim, é a participação dos cidadãos em seu espaço social mais ativo, a comunidade, que se torna um fator-chave para despertar a atenção dos administradores públicos, que se dão conta de que são responsáveis pela criação do bem público, que, portanto, também pertence às pessoas da comunidade (Denhardt; Catlaw, 2017).

Dado que, a gestão conjunta de parques envolvendo comunidades locais, organizações não governamentais e autoridades governamentais na tomada de decisões e na gestão de recursos naturais conduzem a uma abordagem eficaz no âmbito da gestão governativa (Denhardt; Catlaw, 2017), é necessário considerar medidas de longo prazo para fortalecer a transparência das instituições públicas, desenvolver a educação combinada com o conhecimento cívico e incentivar a população a participar desde as questões comunitárias até as instituições públicas (Nunes; Souza, 2018). A democracia só se torna eficaz e livre quando se percebe que

tanto o poder público quanto a administração pública está de fato abertos a todos os cidadãos, e em igualdade de condições (Taylor, 2012).

Essa é uma sociedade democrática baseada na livre participação dos cidadãos na vida pública e social. Aqueles que participam, portanto, são aqueles que superaram a apatia inicial e a autoindulgência enraizadas na identidade cultural de nossa sociedade. Falando sobre a falta de participação da grande maioria das pessoas em uma determinada sociedade, Gorczewski (2014) aponta para a denegação da política, que se torna ainda mais pronunciada no contexto em que a pessoa reside, pois ela nem mesmo sabe como funcionam os fóruns de discussão de sua localidade, mas nutre uma rejeição e insatisfação com o sistema político.

As condições para o exercício da cidadania proporcionam a energia de interação que alimenta a dinâmica institucional dessa dimensão. O exercício legítimo da cidadania deve ser realizado de forma concreta e transparente, garantindo que as aspirações de todos por qualidade de vida, dignidade, respeito e moralidade sejam efetivamente atendidas (Nunes; Souza, 2018).

Também, a adoção de práticas neoliberais com intervenções da prossecução do poder e do prestígio (Hirschman, 1961), a intensificação do domínio de mercado, o estímulo as capacidades empreendedoras para a acumulação de capital (Harvey, 2005), é uma construção artificial ativamente criada e mantida na contemporaneidade (Fletcher, 2010). A abordagem sobre o neoliberalismo em áreas de conservação tem sido levada a cabo pela propensão à união monetária e processos de controle e manejo face a proteção da natureza enquanto foco de apropriação política.

Há uma tendência crescente dentro da prática da conservação contemporânea, de aplicar não apenas a estrutura econômica neoliberal, mas também, de adotar uma estratégia para governar a ação humana (Fletcher, 2010). Assim, é orientada a mercantilização⁴ e a tendência é engajada pela privatização de recursos naturais, incremento de mercado de comercialização da natureza e pelos processos de

⁴O mercantilismo significa a transferência do empreendimento aquisitivo capitalista para a área política. Trata-se o Estado como se compusesse exclusivamente de empresários capitalistas (...) o mercantilismo significa a formação de uma potência estatal moderna, e isto diretamente mediante o aumento de receitas principescas e indiretamente ao aumento da capacidade tributária da população (Weber, 2004, p. 523).

articulação das autoridades locais e atores não estatais com o empenho das organizações não governamentais.

Diversas corporações e agências junto as estruturas locais, orientam, articulam e estabelecem controle sobre os recursos naturais. Em vista disso, num enfoque neoliberal, as corporações privadas vão sendo difundidas com vista a manter operacionais as áreas de conservação, diante das atividades econômicas como a bioprospecção, o ecoturismo e o pagamento de serviços ambientais.

Dependendo da forma como essa perspectiva for construída, pode fortalecer a influência das empresas e agências internacionais a expandir a estrutura de mercado, enfraquecer o acesso dos recursos as comunidades locais, bem como alterar os valores locais e declinar o comando centrado no Estado (Fletcher, 2010).

Então, o Estado precisa determinar os critérios de funcionamento e condições do mercado, controlando seus resultados e ajustando esses critérios para obter os resultados ideais, em conexão com a ação regulatória que garante a estabilização dos preços por meio do controle da inflação, e a organização de ações que dispõe as condições que cercam o mercado, a exemplo do sistema legal e a educação (Fletcher, 2010).

Toda a estrutura direcionada e dedicada as transações de mercado, e reflexos da mercantilização e outras tendências contemporâneas são visualizadas no âmbito da política do turismo em áreas de conservação. A partir das relações cotidianas, o turismo envolve a construção de estruturas de incentivos para fomentar ações e materialidades diante do consenso coletivo.

No processo de articulação tem se denotado a falta de unanimidade na definição de problemas bem como prioridades, uma vez que existem variados interesses e as camadas da população “mais organizadas” tendem a expor com facilidade os seus anseios (Velasco, 2015). Embora alguns aspectos aqui são considerados nos estudos da governança, esta investigação não pretende problematizar os fóruns de discussão, mas usar como contribuições para análises que procuram perceber as relações no sentido do turismo como transformador no âmbito da participação cidadã, buscando captar o que está omissa no processo de reestruturação do território e as narrativas que estão presentes.

Nesta ordem de ideias, o turismo, como um fenômeno complexo, abrange múltiplas esferas perante a ação dos indivíduos e essa estrutura institucionalizada promove a responsabilidade dos mesmos através de mecanismos que asseguram a prestação de contas quantitativas e qualitativas sobre as ações e decisões que são encadeadas em prol do interesse público. Portanto, diante de um contexto de conservação podemos verificar uma gama de arranjos institucionais que são proporcionados para mediar as demandas da sociedade contemporânea, conforme aponta o quadro a seguir.

Quadro 7: Tipologia de arranjos institucionais

Autores	Arranjos institucionais	Característica
Glover e Burton (1998)	Acordos governamentais	Uma agência pública fornece um serviço público
	Alianças intersetoriais	Relações contratuais entre um órgão público e uma organização com ou sem fins lucrativos
	Monopólios regulamentados	Uma organização recebe o monopólio para fornecer serviços públicos
	Alienação	Serviços públicos, terrenos ou instalações são vendidos ou alugados para fins lucrativos ou não.
More (2005)	Modelo totalmente público	Uma agência governamental opera em todos os serviços
	Modelo de utilidade pública	Uma agência governamental opera como uma empresa privada
	Terceirização	Contratação de serviços a empresas privadas
	Propriedade privada sem fins lucrativos	Propriedade e operação por uma empresa não governamental
	Propriedade privada com fins lucrativos	Propriedade e operação por uma empresa privada
Graham, et al (2003)	Gestão governamental	Dimensão Nacional, Provincial, Municipal ou gestão delegada do governo a algum outro equipe de gestão
	Gestão de múltiplas partes interessadas	Gestão colaborativa ou gestão conjunta
	Gestão privada	Pode ocorrer por indivíduos, organizações sem fins lucrativos ou corporações com fins lucrativos
	Gestão comunitária tradicional	Pode ocorrer por povos indígenas ou comunidade locais

Fonte: Adaptado de Eagles (2009)

Os arranjos institucionais descritos no quadro acima, levam a refletir sobre uma perspectiva da expansão da construção de processos horizontais e verticais que compõe um contexto complexo, onde os variados participantes envolvidos, modelos

associados e tratados buscam produzir contribuições e estratégias de interesse primordial para a coexistência numa ampla visão politizada do turismo.

Três aspectos funcionais estão associados aos arranjos institucionais em áreas de conservação. O primeiro aspecto considerado é a propriedade da terra e os recursos associados – agência governamental, organizações com fins lucrativos, organizações sem fins lucrativos e comunidades; o segundo é a fonte da receita – mediante os subsídios do Governo, taxas e encargos e doações; e o terceiro trata do tipo de órgão de administração – organização governamental, paraestatal, organização com fins lucrativos, organizações sem fins lucrativos e comunidade (Eagles, 2009).

A coordenação dos variados níveis de governo ocorre tanto horizontalmente – através da construção horizontal de um processo participativo – como verticalmente – com base em estratégias colaborativas inter e extras organizacionais, ou seja, as participações e instrumentos externos. Portanto, o turismo em áreas de conservação compreende os aspectos territoriais e as suas especificidades políticas considerando questões externas e internas do Estado.

Essas questões institucionais e organizacionais proporcionam recursos analíticos para a política do turismo demarcando a necessidade de articulação intersetorial, de cooperação entre a esfera pública e privada, de envolvimento das comunidades reunindo efeitos nas tomadas de decisões e concretização de planos e agendas que espelham as necessidades cotidianas.

Enfim, se posicionar como um ator com voz e critérios no desenho de ações públicas para o turismo depende do sistema político, o grau de desenvolvimento econômico geral e o grau de desenvolvimento do turismo do país, por isso, a situação financeira, tendências políticas e história dos países levam a diferentes abordagens para a gestão de parcerias (Eagles, 2008; Velasco, 2016). A monitoria das ações e materialidades selecionadas, diante de uma operacionalização poderá prever um processo de prestação de contas, isso permite que diversos anseios, sejam selecionados a partir do que for considerado prioritário.

As questões de concessões e parcerias público-privadas têm sido demarcadas pelas relações de poder, mas também pelos laços de cooperação. De acordo com o

Centro de integridade pública⁵, a falta de transparência tem prejudicado o Estado moçambicano, uma vez que não há relatórios que evidenciam as ações desempenhadas e a descrição sobre as modalidades de concessão de certos projetos.

No âmbito das áreas de conservação, o turismo tem sido usado como mecanismos de mercado de organizações políticas e sociais e inclui a perspectiva de apreciação da natureza, apoio orçamental e às comunidades (conforme relata o quadro abaixo).

Quadro 13: Mecanismos de financiamento das áreas de conservação

Fluxos externos	Mecanismos de mercado	Mecanismos de administração
Orçamentos governamentais; Doações bilaterais e multilaterais; Fundo de negócio de biodiversidade; Impostos e subsídios para o meio ambiente; Multas ambientais; Transferência tributária entre setores; Dedução fiscal para doações; Doações individuais; Doações corporativas; Compensação por esforços de conservação; Pagamento de dívida por proteção da natureza.	Taxas de turismo: Taxa de entrada; Taxa de concessão; Taxa de atividades; Impostos de turismo; Impostos de acomodação; Taxa de embarque e desembarque.	Cogestão com o setor privado e organizações não governamentais; Parcerias público-privadas e comunitária; Colaboração com voluntariados e estagiários.
	Uso extractivista dos recursos: Produtos florestais e madeireiros, pesca, caça e agricultura.	
	Serviços de ecossistemas: regulação de processos ecológicos, qualidade da água e estoques de carbono.	
	Compensações em biodiversidade: extração de petróleo/gás, minérios, infraestrutura, danos ambientais	

Fonte: adaptado de Rylance e Barois, 2016 *apud* Leung et al (2019)

Denota-se que o turismo se identifica como uma agregação da relevância intrínseca da natureza e o uso racional, comprometendo-se com a manutenção e financiamento das áreas de conservação. Um mundo natural é idealizado, dispondo de determinados aspectos de atratividade que incluem as peculiaridades da natureza enquanto um indicador panorâmico visual aparentemente genuíno.

⁵Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/cip-pede-mais-transpar%C3%Aancia-nas-parcerias-p%C3%BAblico-privadas/a-50389773>

Portanto, o uso turístico das áreas de conservação, está vinculado ao gerenciamento de fluxos, instalação de equipamentos, infraestruturas e de pessoal, e aos processos de articulação local, da promoção ambiental e socioeconômica. Dependendo da especificidade da área de conservação (vide o apêndice 7), das quais algumas são direcionadas para a atividade turística e outras com outros enfoques, podemos verificar que os mecanismos de mercado incluem uma gama de fonte de financiamento, dentre as quais podemos observar o manejo racional de recursos diante do uso extractivista em áreas de conservação.

As atividades extractivistas (produtos florestais e madeireiros, caça, pesca e agricultura) são permitidas às comunidades locais para os meios de subsistência. Para os casos de recreação, a exemplo da caça desportiva que é uma atividade própria das coutadas e fazendas de bravio e é admitida em outras áreas de conservação de uso sustentável (como: áreas de proteção ambiental, parque ecológico autárquico, área de conservação comunitária, reserva especial e santuário) somente quando as instruções são determinadas no plano de manejo. E a caça comercial é permitida apenas em fazendas de bravio.

Outra vertente refere-se aos mecanismos de administração que dependem da tipologia dessas áreas e de um conjunto de fatores que implicam nas formas de colaboração e envolvimento do setor público, privado, comunidades e voluntários assim como estagiários.

No contexto moçambicano, as áreas de conservação podem incluir as atividades turísticas como dinamizadora das mesmas, inclusive, sob uma perspectiva institucional, a Lei n.º 89/2017 de 29 de Dezembro sobre a Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, Moçambique (2017), prevê no âmbito da estrutura orgânica dos parques e reservas nacionais, das áreas de conservação tuteladas institucionalmente pelo Estado moçambicano em termos de verbas públicas visadas a manter na estrutura de recursos humanos, ao exemplo do departamento do turismo. No âmbito da condição de administração das áreas de conservação, tanto nas comunidades autóctones ou no setor privado, é enfatizado o turismo como uma atividade econômica, baseado no seu potencial para contribuir diretamente para os

esforços de conservação, a partir da observação da vida selvagem, bem como na sua importância na criação de oportunidades de emprego para a população local.

Conforme aponta a implantação e investimento de uma concessão turística articulou o processo de constituição do PNL, no qual culminou com a privatização e arrendamento de áreas comunitárias.

Primeiro já fizemos muitas atividades do parque, inclusive participamos da vedação do parque, arrendamos este lindo espaço das comunidades e disponibilizamos água para o consumo humano, para as comunidades. Foi muito custoso porque tivemos que investir em toda infraestrutura, a partir de aquisição de geradores para bombear água, energia e construção das casas, yahhh é muito, muito caro. Não tenho ideia de quanto mais ou menos custou.... Os maiores gastos, custos aqui tem haver com manutenções, seja de abastecimento de água, seja de rotina.... Temos contratos faseados, o primeiro contrato foi de 7 anos e expirou em maio, mas agora fizemos outro contrato com a comunidade e esse é de 20 anos. Só daqui a 20 anos voltaremos a fazer revisão dos contratos. Arrendamos o espaço das comunidades está em torno de 5 milhões de meticais em 6 anos se perguntar o que eles fazem com o dinheiro. Não sei...muita coisa não sabemos. Mas quando eles fazem alguma atividade de pesca aqui também tiram um pouco daquele dinheiro (E1, Concessão turística).

Neste cenário, serve-se do turismo como um meio para estimular a conservação dos recursos naturais e culturais, mas também como fonte de arrecadação de receitas (Moçambique, 2004; 2015; 2017; 2018) para garantir a diversificação de fontes de renda e a redução da pressão ou do uso de práticas degradadoras da natureza por parte das comunidades residentes e visitantes dessas áreas. O Estado pode estabelecer parcerias em forma de contrato de concessão de direitos ao setor privado e às comunidades locais, com fins de geração de rendimentos (Moçambique, 2017). Dos rendimentos provenientes das áreas de conservação, um valor não inferior a 20% das taxas de acesso e utilização de recursos naturais é direcionado às comunidades locais (Moçambique, 2015 e 2017).

Existem três abordagens de parcerias em áreas de conservação moçambicana:

- 1) Gestão através das parcerias público-privadas realizada entre setor público e privado e envolve uma teia de compromissos entre as comunidades, setor empresarial e o Estado. Pode possibilitar a permuta de saberes e a partilha de capacidades. Destaca-se ser um modelo complexo para a geração de consenso uma vez que abarca indivíduos com visões diferentes e por vezes altamente

divergentes. Esse modelo potencializa a captação e angariação de recursos para a conservação.

- 2) Gestão pelo setor privado e organização não governamental, onde o Estado transfere a gestão das áreas de conservação a uma outra entidade mediante certas condições que são estabelecidas através de contrato, acordo ou outro instrumento legal assinado pelas partes. Existe uma concessão feita pelo Estado que permite o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com o objetivo da área de conservação. Um dos aspectos é que amplia fontes de doações/mobilização de recursos, publicitação e angariação de visitantes. O fato das Organizações não governamentais não serem induzidas pelo lucro, pode permite-lhes atuar em áreas de conservação localizadas em zonas remotas, de difícil acesso ou com pouco potencial para o turismo, geração de receitas ou desenvolvimento do setor privado.
- 3) Gestão comunitária é a gestão delegada ou transferida às comunidades locais com finalidade de conservação de fauna e flora através da assistência técnica, treinamento, capacitação e parcerias com o setor privado. Uma vez que são fundadas visando também a arrecadação de receitas, destaca-se a falta de organização e de conhecimento de recursos para a gestão de áreas de conservação numa escala comercial (Moçambique, 2015).

No contexto moçambicano as modalidades de parcerias público-privadas são baseadas em concessões turísticas, contrato de arrendamento de uma instalação da área de conservação e contrato de gestão de um empreendimento turístico podendo alcançar até 25 anos renováveis, exceto o contrato de gestão com a duração do máximo de 5 anos. E as formas de colaboração são relacionadas à gestão delegada, cogestão integrada entre 20 a 25 anos renováveis e apoio técnico e financeiro com a durabilidade de 10 anos renováveis (Moçambique, 2013; 2018).

Portanto, há que se considerar a participação pública, a orientação de consenso, a visão estratégica, a capacidade de resposta às partes interessadas, a eficácia, a eficiência, a transparência, o patrimônio, o estado de direito e a prestação de contas ao público e as partes interessadas (Eagles, 2008). De igual modo, envolve uma adaptabilidade em situações imprevisíveis, a construção de relacionamento e de novas

visões, a permuta de saberes, o comprometimento e a aproximação entre os autores, o planejamento participativo e o monitoramento contínuo das ações (Bramwell e Lane, 2011).

Em todos os contextos de parcerias e a articulação de planos e projetos turísticos a serem instalados ou em funcionamento em áreas de conservação, está previsto um conselho de gestão participativa das áreas de conservação, considerado órgão consultivo presidido pelo administrador da área de conservação, construído por representantes das comunidades locais, do setor privado, das associações e dos órgãos locais do Estado que, sob supervisão do órgão implementados da administração das áreas de conservação, apoia a gestão e manejo da referida área, mas também, os processos de auscultação da comunidades locais são considerados (Moçambique, 2015; 2016; 2018).

No entanto, as concessões turísticas (Vide em anexo 7) e as parcerias público-privadas constituem uma forma de condução de estruturas adotadas no processo de intervenção do Estado (na interação com diversos agentes), de modo a garantir determinadas transformações em planos e projetos que são do interesse da sociedade, face a regulamentação de contextos socioeconômicos e ambientais diante da perspectiva desenvolvimentista.

No turismo, sublinha a importância do envolvimento comunitário de base para garantir o empoderamento e, assim, propor melhorias na vida das comunidades locais. Dentro do paradigma de desenvolvimento alternativo, o turismo tornou-se uma opção atraente para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente nos países considerados subdesenvolvidos (Tosun, 2006). Numerosos estudos de caso em todo o mundo demonstram que o turismo pode melhorar significativamente a subsistência das comunidades e contribuir para a proteção sociocultural e ecológica se for devidamente planejado e desenvolvido através de uma participação comunitária abrangente (Tosun, 2006).

Ao refletirmos sobre o planejamento turístico nas áreas de conservação, a compreensão dos parques nacionais tem idealizada como recursos de vida selvagem, ratificadas como heranças culturais exóticas. A ideia do exótico é contestada por associar a imagem do que é estranho na perspectiva do mundo ocidental. Além disso,

está relacionada a visão de atraso face às questões de modernização, conforme abordamos nos capítulos anteriores. É necessário referir que o turismo não elimina a pobreza num contexto em que a projeção do turismo está vinculada a atração de investimento tendo como um projeto para o consumo internacional, sem o prevalecimento das questões de liberdade e bem-estar das comunidades locais, tornando a ideia do turismo excludente e ilusória e assim, reproduzindo a pobreza e o assistencialismo e não a efetiva participação das comunidades. Pois, um produto das relações comerciais e sociais do turismo é exposto à espera que seja consumido pelo mundo desenvolvido. Dessa forma, o consumo é delimitado pela esperança de atrair turistas de classe média alta, conforme analisamos na visão da política de desenvolvimento do turismo em Moçambique.

O PEDTM e os instrumentos conexos, indicam que Moçambique tem um enorme potencial de beneficiar do turismo enquanto setor de atividade. Variadas crenças são nelas articuladas, dão um novo ímpeto à estrutura de modernização turística, onde o sistema está suscetível a injeção de projetos hegemônicos, mas também ao alcance da política pública. O prisma político na arena pública do turismo em Moçambique difunde a ideia de envolvimento de indivíduos consumidores do produto turístico ao articular espaços de consumo e a convicção à atração de turistas de classe média ao mesmo tempo que legitima o impulso do turismo para a partilha de uso recursos naturais.

A perspectiva progressista do turismo continua a difundir o turismo como um impulsionador de crescimento económico, particularmente num cenário onde existem menos alternativas para combater a pobreza e reduzir o desemprego, gerando a “fábula” dos vários benefícios económicos, incluindo o desenvolvimento de pequenas e médias empresas turísticas, oportunidades de emprego para residentes locais, injeção de novos rendimentos nas economias locais e outros benefícios não económicos.

A visão determinista domina a arena pública e considera que o turismo no país pode contribuir significativamente para programas de redução da pobreza, se for apoiado pelas políticas de desenvolvimento e pelo compromisso político necessários. Diante deste cenário, enfatiza-se o papel do turismo na luta contra a pobreza, todavia esse fato está enraizado na perspectiva da exploração para garantir renda o que gera um fetiche, pois, consiste na divulgação de potencialidades inexploradas mais

responsivo às necessidades de sua crescente contribuição para o desenvolvimento econômico do país. E assim a modernização passa a ser uma marca principal da ordem política do turismo.

Devido à presença de uma ligação existente entre as comunidades e as áreas de conservação, é profundamente importante garantir o envolvimento ativo da mesma em políticas, planos e projetos que desempenhem um papel vital na construção de um senso de pertencimento e identidade comunitária, abordando questões específicas, promover interesses comuns e melhorar a qualidade de vida na comunidade. Como a maioria das comunidades que residem em torno dos parques nacionais dependem predominantemente da agricultura, a sua subsistência está fortemente interligada com a natureza, influenciando diretamente a existência de áreas de conservação.

Neste sentido, a mitigação de tais desafios crônicos exige ênfase nas interações, interesses e desejos das comunidades locais frente a outras partes interessadas do turismo (Chiúre, 2019). Um exercício que articula as vozes horizontais na transição efetiva da política governamental de “cima para baixo” para a abordagem de “baixo para cima”, gerando o espaço para a emergência de narrativas e práticas que salientam a participação ativa das comunidades na tomada de decisões.

Sendo assim, o planejamento do turismo sugere uma evolução significativa nos paradigmas de desenvolvimento que passaram de preocupações deterministas para abordagens mais abrangentes e participativas. Esta evolução procura sustentar o turismo como agente de desenvolvimento participativo. Acredita-se que a abordagem de desenvolvimento participativo facilitaria a implementação dos princípios do desenvolvimento sociocultural, criando oportunidades para a população local obter benefícios mais equilibrados do desenvolvimento do turismo que ocorre nas suas localidades (Tossun, 2006).

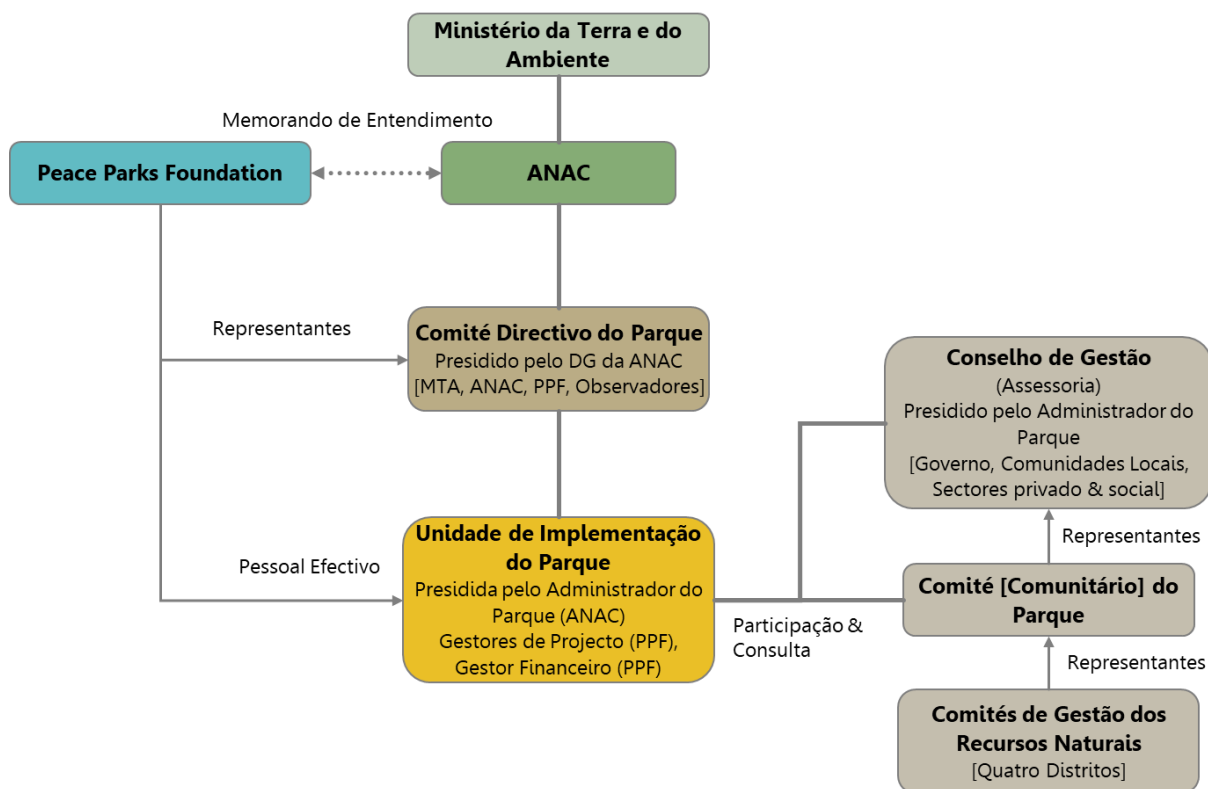
4.2 A ESTRUTURA DO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO E COMUNIDADES LOCAIS

O PNL possui uma estrutura institucional com fins de monitorização, gestão e implementação de estratégias, que envolvem atores de níveis central, provincial e distrital. A Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) é responsável pelas áreas de conservação do país, juntamente com o Ministério da Terra e do Ambiente (MTA), em cogestão mediante o memorando de entendimento com a *Peace Parks Foundation* (PPF), formam em si o Comité Diretivo do Parque.

Por sua vez, a Unidade de Implementação do Parque (PIU), conta com o pessoal efetivo/executivo e, é composto pelo administrador do parque (ANAC), gestor de projeto (PPF), gestor financeiro (PPF) e outros doadores denominados observadores.

A Unidade de Implementação do Parque (PIU) tem a responsabilidade de gerenciar diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento do PNL. Isso inclui a elaboração e execução de planos de trabalho, assim como a produção de relatórios técnicos e financeiros detalhados para acompanhar o progresso do projeto. Entre outras ações, desempenha um papel crucial na supervisão da implementação técnica e financeira, garantindo que as atividades estejam alinhadas com os planos estabelecidos e que os recursos financeiros sejam utilizados de maneira eficiente. A unidade também tem a tarefa de materializar as principais recomendações estratégicas formuladas pela Comissão Diretiva, convertendo essas recomendações em ações concretas, visando assegurar uma colaboração institucional, assim como manter relações com entidades governamentais e outras partes interessadas, ou seja, dos diversos atores que compõem o processo, conforme pode-se verificar a estrutura de envolvidos na figura abaixo

Figura 10: organização institucional do PNL.



FONTE: PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO (2021)

A estrutura é associada a participação e consultas ao Conselho de Gestão (CG), Comité Comunitário do Parque (CCP) e Comité de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) dos Quatro distritos (Chicualacuala, Massingir, Mabalane e Mapai) que abrangem o PNL. Constitui um modelo de gestão institucionalizada, integrada por representantes de variadas esferas – governo, administradores distritais, comunidades locais, setor privado e social.

O CGRN é uma estrutura organizacional comunitária composta por pelo menos dez membros locais, uma exigência legal para cada comunidade que reside próxima a uma área de conservação. Sua função principal é atuar como uma plataforma de representação comunitária na gestão dos recursos naturais. Quando não existem outras instituições adequadas para representar a comunidade, os CGRNs tornam-se essenciais, proporcionando um meio de interação eficaz entre o parque e as comunidades locais. A interação ocorre principalmente por meio de um Comité

Comunitário do Parque (CCP), que inclui dois representantes de cada CGRN. Isso garante uma representação direta das comunidades no mais alto nível de decisões do Parque, ao mediar a comunicação e colaboração entre as comunidades e o parque.

De acordo com o plano de manejo do PNL, a responsabilidade geral do administrador do parque é desenvolver e implementar o referido plano e o plano operacional de negócios do parque, incluindo a supervisão e coordenação dos variados departamentos do parque.

Um dos fundamentos para a criação do PNL está associado ao processo migratório de espécies, à minimização da pressão sobre os recursos naturais, que se denota pela proteção da natureza. No entanto, em concordância com alguns autores (Diegues, 2008; Diegues, 1994 *apud* Sansolo e Cruz, 2018), o elemento que se considera na proteção da natureza é a relevância da natureza como recurso.

Nas áreas de conservação, especificamente aquelas que possibilitam a prática do turismo enquanto gerador de receitas, a exemplo dos parques nacionais, são reverenciadas através da disseminação da atividade econômica compatível com objetivos de conservação, motivada pela privatização numa perspectiva neoliberal, às vezes oposta ao reconhecimento efetivo da especificidade da vida das populações em situação de pobreza.

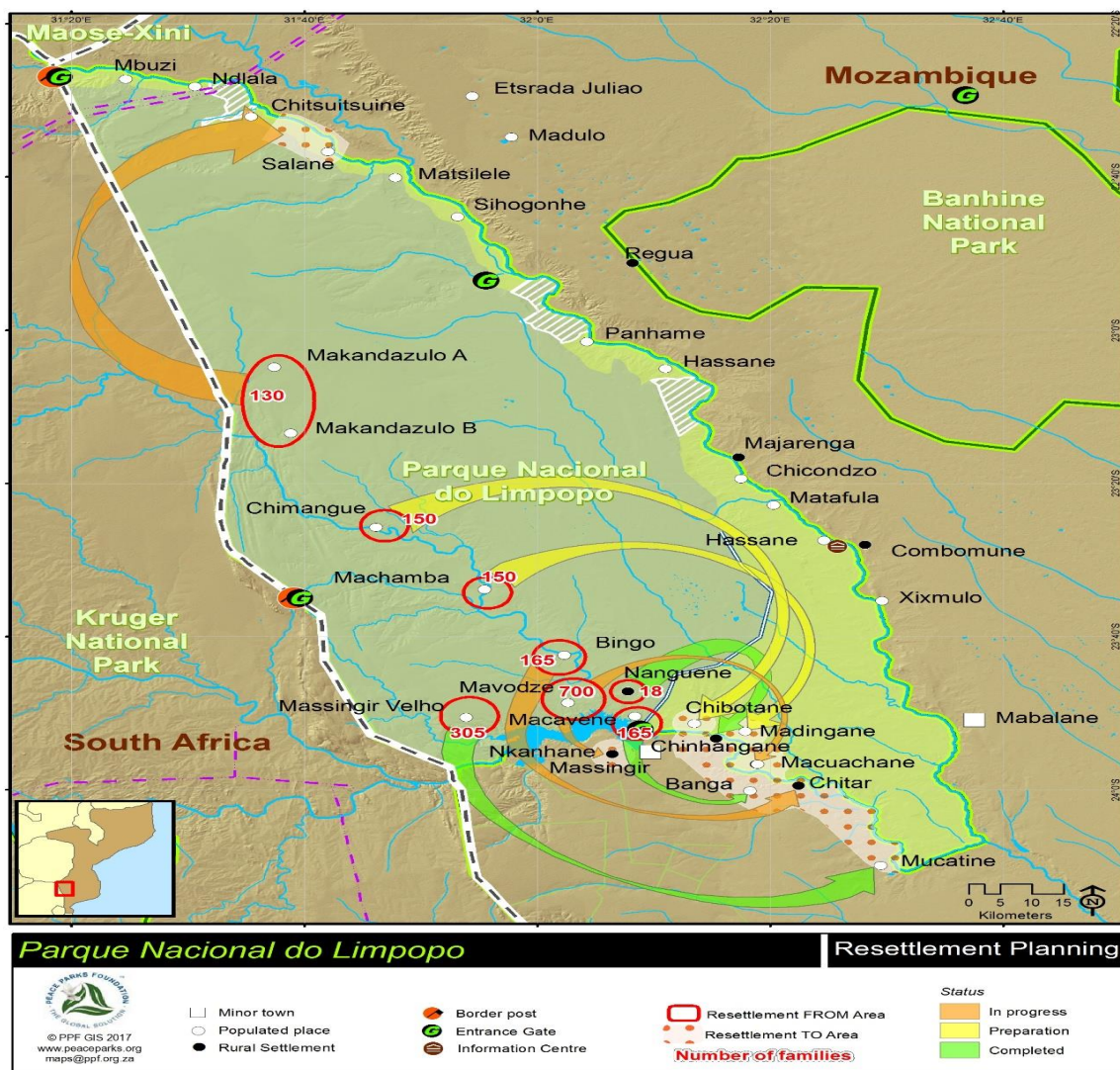
Neste âmbito, muita das vezes, modelos são implementados como fundamentais para a garantia de um progresso e são visualizados através das transformações sociais demandadas pelos padrões produtivos mundiais e/ou das alterações políticas e econômicas que ocorrem na expansão do mercado no geral, gerando pressões de abordagens associadas a pobreza e as terras ancestrais das comunidades.

Cerca de 8 comunidades correspondentes a 7 mil habitantes residiam na zona do vale do rio Shingwedzi e foram removidas para outras áreas dentro e fora do PNL para o privilégio do turismo e conservação. Estas comunidades vivem à base dos recursos naturais como fonte de extração de lenha, produção de carvão e de material de construção (MITUR, 2003). Entretanto, a agricultura de sequeiro, a criação de gado doméstico, a caça para consumo local, e a pesca nos rios Limpopo, Elefante,

Shingwedzi e na área da Barragem de Massingir constituem as principais atividades de subsistência. Não obstante, o acesso ao emprego pela comunidade autóctone é limitado ao PNL e arredores, o que motiva a migração de homens jovens para a capital moçambicana – Maputo ou para África do Sul (MITUR, 2003).

Conforme a figura abaixo, pode-se obter uma visão espacial do processo de reassentamento das comunidades do interior do parque para a zona tampão do PNL.

Figura 11: Parque Nacional de Limpopo – demonstração do reassentamento das comunidades



Fonte: Dados de pesquisa. Peace Parks Foundation (2022)

O processo de assentamento e reassentamento é um procedimento realizado pelo poder público e parceiros como a Peace Parks Foundation, em prol das aldeias que vivem no PNL, assegurando questões de ordenamento de terras comunitárias e de novas perspectivas de moradia. Neste cenário, de acordo com a figura acima, das oito aldeias identificadas para reassentamento, cinco foram reassentadas. Foi efetuado o reassentamento das aldeias localizadas ao longo do vale do Rio Shingwedzi, nomeadamente Makandazulo A e B, Nanguene, Macavene, Massingir Velho e Bingo, e estão em processo de reassentamento as comunidades de Mavoze, Machamba e Chimangue.

A comunidade de Nanguene (Chinhangane) foi a primeira comunidade a ser assentada, no ano de 2008 e a última comunidade reassentada no ano de 2022, foi a comunidade de Makandazulo B atualmente designada Makandazulo-Salane. Ressalta-se que o processo de reassentamento do PNL segue as diretrizes do Banco Mundial, bem como as práticas internacionais em observância das questões aprendidas dos Planos de Reassentamentos (PARs) anteriores.

Dada a complexidade e o risco de reputação associado ao programa de reassentamento, o Centro Terra Viva (CTV), uma organização da Sociedade Civil (OSC), foi contratada desde 2018 para auxiliar no engajamento com o Governo, PNL, Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil de Massingir (PLADISCIMA) e estruturas das comunidades locais visadas, para garantir que o reassentamento seja realizado dentro da legislação e padrões nacional e internacional (República de Moçambique, 2021, p. 3).

O quadro 14, descrito a seguir, apresenta o estágio do processo de reassentamento, indicando as comunidades reassentadas e as comunidades por reassentar. Os dados foram fornecidos pela administração do PNL, em junho de 2022.

Quadro 14: estágio do processo de reassentamento das comunidades locais no Parque Nacional do Limpopo

COMUNIDADE REASSENTADAS				
N	Comunidade afectada	Ano de Reassentamento	Comunidade hospedeira	Famílias Reassentadas
1	Nanguene	2008	Chinhangane	18
2	Macavene	2015	Tihovene	54
	Macavene	2014 -2016	Banga e Mucatine	111
3	Massingir Velho	2015 -2016	Mucatine	292
	Massingir Velho	2015 – 2016	Tihovene	10
4	Makandazulo A e B	2021	Salane	140
5	Bingo	2021	Chitar	225
TOTAL				850
COMUNIDADES POR REASSENTAR				
N	Comunidade afetada	Ano de reassentamento	Comunidade Hospedeira	Famílias por Reassentar
6	Mavodze	2024	Canhane e Macuachane	850
7	Machamba	Por definir	Por definir	210
8	Chimangue	Por definir	Por definir	205
TOTAL				1265

Fonte: PNL (2021)

O reassentamento total das famílias de Mavodze está planificado para o ano de 2024, se o desafio de *déficit* orçamental for ultrapassado, enquanto o das aldeias de Machamba e Chimangue ainda irá depender da obtenção de financiamento adicional (República de Moçambique, 2021). O reassentamento das comunidades é dependente da disponibilidade orçamental doado por um conjunto de financiadores, conforme mencionamos anteriormente quando abordamos das principais agências que promovem recursos financeiros para a materialização de planos do PNL.

As instituições e organizações traçam planos e programas para a reestruturação do território a partir de retórica de conservação da natureza, desenvolvimento sustentável e garantia de planeamento territorial para aliviar situações de pobreza,

projetando a atividade turística como uma forma de reproduzir suas intencionalidades ao comando da privatização como lógica do funcionamento do mercado.

Importa salientar que a pauta da sustentabilidade de conservação, do consumo do turismo e o tópico financeiro está presente nos anseios de gestão e uso dos recursos naturais.

A Lei da Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, Lei n.º 5/2017 que altera a Lei da Conservação para as áreas de conservação, Lei n.º 16/2014 define, através do n.º 3 do artigo 16, que nos Parques Nacionais admite-se a presença do Homem sob condições controladas previstas no plano de manejo, desde que não constitua ameaça à preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica contudo, à luz da mesma legislação o Governo decidiu, em 2003, reassentar as populações residentes no interior do PNL, para fora da área totalmente protegida, por ter constatado ser incompatível a coabitação destas com as espécies faunísticas ali existentes devido ao conflito Homem fauna bravia resultante da crescente competição por recursos naturais (Moçambique, 2021, p. 1).

O uso do PNL funda-se no seu plano de manejo, dispondo de um conjunto de ações e medidas a serem realizadas, com vista a agregar, a conservação, o turismo e o envolvimento das comunidades locais, fomentando a integração do PNL na vida social e económica das mesmas. Associando a perspectiva do plano de manejo à entrevista com um dos gestores Sênior do Parque Nacional do Limpopo, o parque é norteado por três pilares prioritários, nomeadamente: a criação de infraestruturas, o reassentamento humano e o desenvolvimento do turismo, e foi possível constatar o seguinte:

- (1) Estabelecimento de infraestrutura que respeita as condições de conservação. Criar base de organização e funcionamento do parque, escritórios, postos de fiscalização estabelecidos, entre outras, para controlar, ou seja, para garantir a conservação e monitoria da diferente biodiversidade.
- (2) Reassentamento das comunidades que estão ao longo do rio Swinguedzi, para permitir que as ações de desenvolvimento do turismo aconteçam. Mas também, o reassentamento que permite mitigar impactos de conflito homem e fauna bravia. A presença das comunidades conflitua com os animais do parque. Onde as comunidades buscam os seus meios de subsistência, gera conflito do uso do espaço com os animais. O governo notou a necessidade de reassentar as comunidades e estabelece-las para áreas fora do parque, neste caso, a zona

tampão. Assim, pretendendo um desenvolvimento mais acentuado, um ordenamento do território e a providência serviços básicos, acesso a infraestrutura de administração pública, acesso a água e a terra arável.

- (3) O pilar principal seria o turismo. Era análise primordial e visão do parque. Mas com tempo percebeu-se que este pilar, tem que ser o terceiro, pela existência das comunidades ao longo das áreas onde se pretende desenvolver o turismo de alta qualidade, então houve a necessidade de reassentar essas pessoas.

A abordagem reflete a intenção de reconstruir um conjunto de infraestruturas para o funcionamento administrativo do parque, tornando-o mais flexível as questões organizativas e institucionais. A ausência das comunidades locais no interior do parque, constitui umas das prioridades para alavancar o turismo enquanto atividade econômica e o gerenciamento de conflitos existentes entre homem-fauna bravia.

Diante da reflexão exposta, um dos departamentos⁶ fundamentais no processo de transferência das comunidades locais para a zona *tampão* do PNL, é o departamento de reassentamento. O departamento de reassentamento tem o propósito de lidar com a transferência de famílias do interior do parque para a zona *tampão*, além de gerenciar todas as atividades relacionadas a essa mudança. Durante o processo de realocação, a comunidade de origem enfrenta impactos, uma vez que possui costumes específicos e fontes de renda ligadas aos recursos naturais.

O processo de articulação com as comunidades, no sentido reassenta-las na zona *tampão* do parque, foi um processo longo e complexo. Embora a deliberação tenha sido definida no ano de 2003, este processo foi faseado e se materializou primeiramente no ano de 2014. Esse intervalo de tempo entre a deliberação e a materialização, consistiu em incutir na comunidade local a razão do reassentamento humano, na negociação de acordos, identificação as áreas de reassentamento em colaboração com outras comunidades anfitriãs, mobilização de recursos junto aos

⁶ Além do departamento de (1) reassentamento, o PNL possui departamentos que se articulam, nomeadamente: de (2) desenvolvimento do Turismo, (3) de Proteção, (4) de Apoio à Comunidade, (5) de Conservação, incluindo Investigação e Monitorização ou Acompanhamento, (6) de Administração e Finanças, incluindo Recursos Humanos e (7) de Desenvolvimento de Infraestruturas.

doadores financeiros, incluindo visitas constantes às comunidades e construção de residências.

De acordo com a entrevista ao departamento responsável pelo reassentamento humano, foi possível rebuscar peculiaridades que envolveram o processo de transferência das comunidades:

Primeiro para dizer o seguinte, esse reassentamento, não é involuntário, não é obrigatório, é um processo negocial e por ser negocial há um processo em volta do engajamento. O engajamento que estamos a dizer é fazer com que a comunidade perceba primeiro a razão e o porque do processo de reassentamento. Depois disso há identificação das áreas por onde as comunidades vão se estabelecer. As áreas estamos a referir os locais por onde elas querem ser reassentadas. A identificação dos locais passa necessariamente pela existência de área para habitação, para agricultura, e áreas para pastagem. Esses três fatores são muito importantes para as comunidades acederem ao processo de reassentamento. Porque nessas comunidades, os seus principais recursos são: é o Homem, depois tem a terra e tem os seus animais – a criação de animais. Elas não cedem a nenhum outro tipo de processo sem observar estes elementos todos. Então o processo é negocial, mas passa necessariamente pela identificação das áreas ou opções de reassentamento, onde essas comunidades a serem reassentadas, elas é que dizem onde querem ir. O processo todo de engajamento vai ser influenciado principalmente pelo fato de as comunidades serem reassentadas e serem elas a definirem as opções ao reassentamento. Significa que são elas que escolhem onde querem ser reassentadas. Mas o processo é negocial e passa por um processo muito longo de engajamento, de fazer perceber as comunidades, porque do reassentamento comunitário (E4, 2022).

A abordagem acima evidencia o caráter não involuntário do reassentamento, destacando-o como um processo negocial e envolvente para as comunidades afetadas, reforçando relevância do engajamento comunitário, argumento pelo qual indica a necessidade das comunidades perceberem a razão por trás do processo, mas também das comunidades envolvidas possuírem a oportunidade de escolha e definição das zonas que atendam às suas necessidades, neste caso, habitação, agricultura e áreas de pastagem.

Apesar do engajamento comunitário ser mencionado como parte do processo, são omissos os detalhes concretos de estratégias de engajamento ao longo do tempo. Além disso, o engajamento pode ser usado como ferramenta para influenciar ou manipular o pensamento das comunidades. Diante dessa perspectiva, valida-se aqui a manipulação referida por Arnstein, ao não-cidadão mencionado por Santos 2014 quando se refere, ao indivíduo alienado validando os interesses não próprios do lugar,

mas também da privação de liberdades (Sen, 2012). Portanto, o engajamento comunitário pode ser subestimado por estereótipos associados a provisão de bem-estar, incorporada como uma característica funcional de legitimação do sistema. Nas circunstâncias da hegemonia para a compreensão do reassentamento humano, as relações de poder vão dinamizando os processos decisórios das comunidades e não concretamente, no impacto do processo no cotidiano e nas relações sociais das comunidades afetadas.

Inicialmente o processo que contribui para a reestruturação da vida das comunidades, é o referente a atribuição de residências (vide a figura 12 na página seguinte) em um contexto de reassentamento comunitário. O processo obedeceu o Plano de Ação de Reassentamento, no qual define quais são as características das comunidades, de acordo com o agregado familiar, composição das famílias ao considerar o número de esposas – tratando-se de famílias majoritariamente poligâmicas, bem como o ativo das comunidades, determinada pela quantidade de *machambas* – terra para cultivo ou hortas comunitárias e quantidade de animais domésticos.

A distribuição das casas é realizada com base nessas características documentadas das famílias, no âmbito do processo de planejado da área reassentada. Há uma regra específica contexto de famílias poligâmicas do PNL, podendo as famílias serem concentrada no mesmo terreno ou dispersas, dependendo das preferências individuais. De acordo com o departamento do reassentamento humano, destaca-se a importância de conservar a organização social existente na área de reassentamento, procurando manter a estrutura social encontrada nas aldeias de origem. Embora tal manutenção seja complexa e toda a mudança envolva a alteração das relações sociais e da dinâmica de funcionamento do próprio território.

Figura 12: Residência para o reassentamento humano



Fonte: autora (2022)

O processo de reassentamento enfrenta consideráveis desafios, também no âmbito da gestão financeira. A complexidade emerge da necessidade de lidar com a dependência orçamental proveniente de diversos fundos do doador, tornando o procedimento intrinsecamente complicado.

Além disso, a responsabilidade governamental sobre o processo não se estende aos recursos financeiros, limitando-se à gestão. Essa lacuna contribui para a onerosidade crescente e prolongamento do processo de reassentamento. De acordo com um dos gestores do projeto do PNL, a demora inerente ao reassentamento agrava a situação, com promessas feitas há muitos anos ainda pendentes devido à lentidão do procedimento. neste cenário, a rotatividade de participantes ao longo do tempo

adiciona complexidade, uma vez que novos envolvidos podem não tomar conhecimento de determinados aspectos ou não estar comprometidos com as promessas anteriores.

Esse cenário impacta negativamente as negociações e coloca em risco o financiamento externo, transformando o reassentamento em refém de reviravoltas e prolongadas discussões. O governo detém responsabilidades cruciais, como delimitação de terra e atribuição de Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) nas áreas de reassentamento. Contudo, a falta de recursos financeiros governamentais resulta na intervenção dos doadores nessas questões. Essa interdependência entre responsabilidades governamentais, limitações financeiras e tempo prolongado cria uma dinâmica que torna o processo de reassentamento mais dispendioso, complexo e demorado do que o ideal.

O acesso aos recursos sob o controle e a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos proprietários, muitas vezes em detrimento de pequenos agricultores, limitam o acesso das populações mais vulneráveis aos recursos produtivos. No contexto moçambicano, ao abrigo da Lei de Terras – Lei n.º 8/2003, a terra é propriedade do Estado, não pode ser vendida e nem alienada. A população detém do seu Direito de Uso e Aproveitamento de Terras (DUAT), bem como o título de propriedade das benfeitorias.

Segundo o acordo com os objetivos determinados no Quadro da Política de Reassentamento, que são previstos nos requisitos do Banco Mundial para os projetos de reassentamento, devem ser providenciadas as seguintes medidas de compensação e assistência ao desenvolvimento para as famílias reassentadas:

Quadro 15 – Restauração de Meios de Vida

Medidas	Do que trata cada uma
1	Compensação imediata e efectiva ao custo total de compensação pela perda de bens;
2	Terra de substituição em que uma combinação do potencial produtivo, vantagens da localização e outros factores seja pelo menos equivalente a da terra da comunidade de origem;
3	Recursos alternativos ou similares para compensar pela perda do acesso aos recursos comunitários (tais como áreas para pesca, áreas de pastagem, combustível ou alimentos para animais);

4	Medidas para assistência às famílias deslocadas nos seus esforços para melhorar as suas vidas, ou pelo menos restaurá-las, particularmente durante o período crítico de transição. Essas medidas incluem a preparação da terra, facilidades de crédito e formação.
---	--

Fonte: Adaptada do Manual Operacional do Banco Mundial (2001), Dados de pesquisa de campo (2022).

Por sua vez, verifica-se que, o PNL, na observância desta diretiva, elaborou diversas atividades com o propósito não somente de restauração, mas também gerar melhorias dos meios de vida das populações afetadas. Se tratando de infraestruturas sociais (conforme o anexo 10), elas são “repostas na vila de reassentamento e estas, ao nível do programa de reassentamento do PNL são identificadas como sendo compromisso do Governo”. Entre elas, pode-se citar escolas, unidades sanitárias, fornecimento de água, de energia e as vias de acesso (República de Moçambique, 2021, p. 9). No entanto, essas infraestruturas não são implementadas na íntegra, dada a fragilidade de acesso e disponibilidade de serviços públicos nessas áreas, assim como a falta transparência, falta de prestação de contas e inexistente movimento popular que inspecione ações governamentais.

Conforme o exposto, após a realização do reassentamento e as devidas compensações, a administração do projeto do PNL, incluindo os parceiros de gestão, concentram-se em proporcionar a restauração dos meios de vida das famílias por um período de dois anos. Portanto, as comunidades são impulsionadas por projetos assistencialistas, visando melhorar progressivamente o padrão de vida. Ao longo de dois anos, o financiamento é fornecido, durante os quais as comunidades são organizadas em associações, para garantir o sustento, enquanto as vendas buscam arrecadar fundos para serem reutilizados ou reservados temporariamente como fundo de garantia para o próprio financiamento dos planos e ações das comunidades.

A premissa é que, após dois anos, cada comunidade seja autossuficiente, permitindo que cada projeto seja desenvolvido em prol das associações. Após o prazo, as ações estabelecidas de suporte às comunidades do projeto não darão continuidade, presumivelmente porque se assume que a comunidade local tenha atingido autossuficiência. A autonomia financeira é buscada, destacando a narrativa da sustentabilidade do programa a longo prazo. No entanto, torna-se contraditória a abordagem que visa capacitar comunidades reassentadas através de projetos

respaldados por apoio financeiro, uma vez que as questões sobre a abordagem emancipatória e transformadoras de mentes autocríticas não são claramente observadas.

Contudo, destaca-se a implementação de programas de apoio às comunidades reassentadas, visando tratar de projetos de subsistência com ênfase em meios de vida. Esses projetos são personalizados para atender algumas necessidades de cada comunidade, como agricultura de conservação, produção de avícola, entre outros. A iniciativa recebe apoio da KFW, um banco alemão para a política de desenvolvimento e cooperação internacional, com o objetivo de restaurar a capacidade produtiva das comunidades e torna-las autosuficiente.

No âmbito do diálogo com o departamento de meios de vida, na justificativa da transição de atribuições, findo o prazo acordado na moratória (caso não haja prorrogatória ou acordo), a assistência às comunidades locais perpassa por apoio da instituição internacional como a KWF, e são materializadas pelo Governo, ou seja, posteriormente, a responsabilidade sobre a comunidade é transferida para o governo.

Parte-se do princípio de que o processo de reassentamento tem um documento chamado de moratória. A moratória define que a aldeia X, Y vai ser apoiada até o período de 2 anos. Depois desse período, as ações do projeto não terão mais impactos da comunidade. Porque se assume que a comunidade já é autossuficiente. Os processos de monitoria só ocorrem ao longo do processo de reassentamento e ao longo da implementação do projeto meios de vida. Depois disso, a responsabilidade é do Governo sobre a comunidade (E6, 2022).

A ideia de autossuficiência é estritamente associada ao processo estruturado, com apoio inicial, monitoramento contínuo e uma transição planejada para a responsabilidade governamental. Esse processo envolve a monitoria da comunidade local e o processo de incutir a autossuficiência das comunidades. Durante esse tempo, o foco está em ensinar e apoiar as famílias na produção de alimentos para o próprio sustento. A ênfase é na agricultura como um pilar essencial para garantir a segurança alimentar.

[...] nós temos garantido a restauração dos meios de vida durante 2 anos que é para mais ou menos eles aprenderem novas formas de vida, comecem a produzir para o seu autossustento. Um dos pilares tem sido a agricultura, logo que se muda para uma nova zona, o nosso foco tem sido agricultura para garantir que a família tenha alimentos. Depois da mudança para o novo local de reassentamento, o nosso foco tem sido agricultura, nós sabemos muito bem

que na zona rural, a base de sobrevivência é agricultura para garantir a segurança alimentar. E para além do consumo, acabam também vendendo a sua colheita, portanto esse é nosso foco. Mas depois, para além disso, temos implementado alguns projetos de geração de renda, se calhar já deve ter visto alguns, em termos de produção de ovos, criação de frangos de corte. Neste momento são esses dois que podemos destacar mais... para além da agricultura. Mas tudo isso para garantir que a comunidade de fato aprenda a produzir para si própria e tenha esse autossustento (E3, 2022).

A pobreza, segurança alimentar e a fome tem sido pauta relatada tanto pelas comunidades locais como pelo departamento que lida com assuntos comunitários. Essas pautas, levam-nos a entender que ao invés de apenas abordar as questões de fome como uma questão de escassez de alimentos, torna-se relevante visualizar como um problema estrutural e político, pois são relações de poder e dominação que perpetuam a pobreza e fome. A fome não é causada pela falta absoluta de alimentos, mas sim por desigualdades sociais e econômicas que impedem o acesso dos empobrecidos à alimentação e técnicas que possibilitam a dita produção necessária para as comunidades (Castro, 1961). A causa primária e mais óbvia da fome é a pobreza e está relacionada com problemas ecológicos, causas do subdesenvolvimento, paz mundial e cidadania, bem como do debate alternativo (Castro, 2003).

Diversos fatores que contribuem para a perpetuação da fome, Castro (1961) menciona a necessidade de mudanças estruturais para enfrentar eficazmente esse desafio global que é uma questão de apelar pela promoção da justiça social, da redistribuição de recursos e o acesso equitativo aos alimentos como medidas essenciais para combater desigualdades.

No contexto das áreas de conservação, as comunidades partilham geralmente o objetivo de salvaguardar recursos de interesse comum, tais como terras agrícolas, florestas, fontes de água ou sítios de importância cultural (Moçambique, 2021, p. 14). No entanto, diante de estudos da fome e da pobreza no âmbito global, Castro (2003), chama atenção ao uso de ferramentas de dominação política como sistemas econômicos desiguais que favorecem a acumulação de riqueza, enquanto a maioria da população sofre com a pobreza e tem vivido de forma precária e à margem da subalimentação.

Outro aspecto está relacionado as políticas governamentais inadequadas para responder, a longo prazo, a demanda de subsistência das comunidades locais. A pobreza não é resultante da improdutividade da população que opta pelo ócio, mas é uma questão política que reverbera na tendência de não priorização da segurança social e alimentar para a população mais vulnerável, seja por negligência ou por favorecimento de interesses específicos. Esses enfoques constituem bases para reproduzir a inacessibilidade aos recursos e controle sobre a produção agrícola, a dependência econômica e a questão da técnica e dos métodos de cultivo eficientes, a precariedade de infraestruturas básicas (fornecimento de serviços públicos, como saúde e educação) e infraestruturas necessárias para a produção de alimentos como a fragilidade ou ausência do sistema transporte e de distribuição.

As condições de trabalho desumanas, neste caso específico, trabalhadores rurais são submetidos a condições de trabalho precárias, salários baixos e falta de acesso aos benefícios sociais, perpetuando a pobreza e a fome. Portanto, a fome pode ser usada como um vínculo de conflitos, gerando bloqueio do acesso a alimentos como forma de pressão ou controle. De acordo com Azevedo, Lima, Silva (2012), a fome permite a alienação do homem através do falseamento da realidade social, prevalecendo interesses hegemônicos gerando a desvalorização do homem e a negação de direitos pactuando com lógica de atuação das políticas do Estado, assim como, com a falta de um desenvolvimento econômico e social que se ocupe com a erradicação dos problemas estruturais da pobreza.

Assim como a corrupção e a má gestão de recursos públicos podem resultar na falta de investimento em políticas de segurança alimentar e distribuição justa de recursos, ou resultar na aplicação de políticas para promover a agricultura e simultaneamente o desvio de recursos. A fome é muitas vezes causada e exacerbada para manter estruturas de desigualdade e controle (Castro, 1992).

Eventos climáticos extremos, como secas prolongadas ou enchentes, impactam nas colheitas e podem prejudicar a produção agrícola, resultando em escassez de alimentos. No período chuvoso, as comunidades locais ficam em situação de vulnerabilidade perdem as suas hortas e privados de circulação, uma vez que as vias que dão acesso às comunidades locais ficam bloqueadas, seja por derrubamento de

árvores, seja por enchentes. Acredita-se que uma forma de remediar este problema é aumentar o investimento na agricultura e nas formas participativas de agricultura familiar. Ao estabelecer infraestruturas adequadas, cultivar adequadamente a terra, gerir a utilização da água e garantir que as instalações de armazenamento são utilizadas de forma eficaz, as consequências das catástrofes naturais podem ser tratadas com muito mais facilidade (Hoffmann, 1995). Esse ciclo complexo de desigualdades e desafios precisam ser abordados através de políticas e ações coordenadas em níveis local, nacional e global. No entanto, a fome coletiva é um fenômeno que depende não somente de condições climáticas, mas concretamente dos sistemas do Estado (Castro, 1992).

Apesar da fome se um problema que tem assolado a humanidade, é considerada como uma espécie de tabu para os antigos pesquisadores que preferiam nada dizer sobre o tema, e em virtude de nada ter sido feito anteriormente, hoje nos deparamos com o espectro terrível da fome e os quadros mais sombrios se apresentam (Castro, 2003). Portanto, observa-se que as necessidades alimentares jamais foram satisfeitas de um jeito permanente, senão para uma pequena parte da humanidade (Castro, 1961, 2003).

A pobreza é frequentemente usada como armadilhas para conflitos (Mabucanhane, 2022). Frequentemente há uma intenção de se resolver questões de pobreza e não efetivamente ação para eliminar ou aliviar o sofrimento que lhe está associado ao âmbito mundial. Contudo, um alívio significativo da fome a longo prazo está enraizado no alívio da pobreza, uma vez que ela leva à fome. Embora existam alimentos suficientes para alimentar o mundo, uma parte significativa da população ainda vive numa pobreza tão extrema que não consegue comprar nem mesmo os alimentos mais básicos (Hoffmann, 1995).

Num mundo de abundância, uma grande quantidade de pessoas ainda passa fome. A fome é mais do que apenas o resultado da produção de alimentos e do atendimento às demandas e suas causas estão relacionadas a pobreza, que é o seu principal fator. A fome mundial é um sintoma terrível da pobreza. Se os esforços se destinassem apenas ao fornecimento de alimentos ou à melhoria da produção ou distribuição de alimentos, então as causas estruturais que criam a pobreza e a

dependência continuariam a existir. E assim, embora esforços contínuos, recursos e energias sejam mobilizados para aliviar a fome através destas medidas técnicas, também exigem soluções políticas (Castro, 1992).

De acordo com o departamento de reassentamento humano, transformações foram verificadas nas comunidades locais no processo de reassentamento. Inicialmente, as comunidades eram caracterizadas pela falta de organização territorial, com povoamento disperso e ausência de serviços básicos, como água canalizada e eletricidade, entre outros. A prática agrícola dependia das condições sazonais, resultando em variações na produção. No entanto, após o reassentamento, as comunidades passam a estar organizadas em associações, adotando a agricultura de conservação e utilizando equipamentos para o abastecimento de água. A perspectiva do PNL é que as comunidades estejam inseridas no estabelecimento de uma cadeia de produção e comercialização, orientada para o mercado.

Além disso, a redução do conflito entre humanos e fauna bravia na área de reassentamento é destacada. A projeção idealizada do reassentamento é que as comunidades possam ter acesso a serviços do Estado, incluindo reconhecimento de documentos, saúde, educação e eletricidade, bem como a presença de infraestrutura governamental e serviços de apoio à governação. No entanto, esse leque de aspectos considerado para o planejamento da estrutura estatal e melhorias nas condições de vida das comunidades, não são fornecidos por privação de um conjunto de capacitário das comunidades.

A administração do PNL, aborda a eficácia dos modelos participativos e de comunicação no contexto da gestão do Parque Nacional do Limpopo. Embora aborde positivamente a presença desses modelos e de estruturas como comitês de gestão, destaca uma falha crucial na implementação. Apesar da comunicação fluir, o parque enfrenta desafios que comprometem sua capacidade de resposta aos problemas das comunidades.

Um exemplo dado pelo departamento de reassentamento humano, envolve conflitos frequentes durante períodos de chuvas, quando animais selvagens invadem áreas agrícolas, gerando reclamações das comunidades. No entanto, a resposta do

parque é limitada devido à escassez de recursos. A capacidade de resposta do PNL é severamente restrita, com poucos fiscais e meios de transporte para uma área extensa. Além disso, destaca-se a falta de recursos para manter as vias de acesso na zona tampão do parque, afetando o desenvolvimento das comunidades. A sugestão é que a distribuição de prioridades poderia ser uma solução, ressaltando a necessidade de recursos financeiros para fortalecer a capacidade de resposta do parque.

Na visão do PNL, o problema central não está nos modelos em si, mas na capacidade financeira insuficiente para lidar com os desafios, destacando a importância de investimentos financeiros para garantir uma implementação eficaz e aborda a necessidade de priorização para enfrentar questões urgentes.

Embora hajam os esforços estratégicos na gestão da concepção do parque, a perspectiva neoliberal faz parte do pensamento político. Tal pensamento se materializa pelos planos de atração de iniciativa privada, a exemplo da política de negócios do parque. Sob a ideia do desenvolvimento sustentável é direcionado um plano de comercialização do turismo integrado ao plano de desenvolvimento de infraestruturas, planejamento do turismo e plano de ação de reassentamento humano. O plano define o mercado turístico e as rotas e as formas de captação de fluxos, exigindo a implantação de objetos pontuais como pista de aterragem e vias de acesso para o estabelecimento da forte conexão entre os três destinos transfronteiriços, África do Sul, Zimbábue e Moçambique.

A corrida para a adequação ao mercado regional instiga a introdução de produtos (visitas autoguiadas, safaris, excursões, campismo, *chalets*, concessões turísticas) que gerem uma imagem global para a atração de turistas e investimentos, fazendo com que o uso dos recursos naturais embora associados aos objetivos de conservação possa gerar desenvolvimento e manutenção de infraestruturas, partilhas de receitas e criação de oportunidades de emprego e diferenciação de mercado.

De acordo com o Plano Estratégico de Comercialização do Turismo de 2011, o aumento do número de turistas poderá trazer dupla vantagem, o aumento de receitas e o apoio para a conservação (Peace Parks Foundation, 2011).

Figura 13: A perspectiva do turismo do PNL



Fonte: Peace Parks Foudation (2011)

Embora a estrutura da pirâmide apresente, visualmente, uma base na qual coloca as comunidades locais no epicentro, a abordagem da sustentabilidade determina o uso de recursos naturais que possam suprir o desenvolvimento econômico, usando-se da conservação para forjar a importância do desenvolvimento humano incisivo das comunidades reassentadas e em processo de reassentamento.

Atrasos no tempo do reassentamento tem tornado o processo oneroso, devido ao crescimento da população com famílias elegíveis adicionais, entrando no sistema que necessitam de compensação total. Atrasos também afetam o desenvolvimento do turismo e a realização do plano de negócios de 20 anos, destinado a cobrir os custos operacionais do PNL (República de Moçambique, 2021, p. 3).

Na fase inicial denota-se a fraca efetivação dos planos e materialização das atividades promocionais devido aos atrasos observados no quadro do processo de deslocação voluntária das populações da zona central do parque e à pressão em caça furtiva (Bazin; Quesne, 2016). Os autores afirmam diversos embates como a falta de transparência e desvios na utilização dos fundos, falta de manutenção de equipamentos, a má organização, os conflitos internos e o processo de retirada da população que gerou um atraso no desenvolvimento das infraestruturas de transporte (estradas e campos de aviação internacional e pistas de pouso local) e turismo (atraso na criação das concessões turísticas).

A beleza cênica, riqueza natural e estética única da natureza selvagem constituem os atrativos irreversíveis que tornam as áreas de conservação locais de visitação (conforme atestam as figuras abaixo).

Figura 14: Atrativos do PNL



Fonte: PNL (2015)

Em conformidade com as imagens acima, no âmbito institucional e de promoção para a implementação da visitação às áreas de conservação, a observação da vida selvagem é um dos segmentos turísticos mais importantes de África, sendo necessário alertar para a grave ameaça da caça furtiva e do comércio ilícito para este segmento fundamental, que pode ter um impacto grave no futuro do desenvolvimento socioeconômico (UNWTO, 2015). Além disso, a UNWTO (2015) refere sobre a necessidade de aproveitar o potencial do turismo para criar riqueza e distribuir os seus benefícios aos membros mais vulneráveis da sociedade, através da prestação da assistência técnica e reforço das capacidades, proporcionando às comunidades locais oportunidades para crescer e prosperar através do turismo. Assim, é vinculado turismo a ideia de rápido progresso das comunidades locais nas áreas de conservação.

Nesse âmbito, a implementação de programas tem sido apontada de forma acrítica para aumentar a conscientização das comunidades locais sobre a importância da conservação e os benefícios dos parques (Benedicto *et al.*, 2020). Incluindo a disponibilidade de emprego e treinamento relacionadas às operações do parque, como guias, guardas florestais e equipes de conservação, é vista como oportunidades de emprego, mas também como um estímulo ao senso de pertencimento e responsabilidade com a terra. Além disso, os programas de desenvolvimento comunitário, como o apoio ao desenvolvimento de pequenos agricultores e o fornecimento de serviços de saúde e educação, são idealizadas para beneficiar diretamente as comunidades locais nas áreas de conservação (Salm; Menegasso, 2019).

Essas áreas contemplam um conjunto de recursos naturais, prevendo diante da relação homem-natureza, a racionalidade no uso público e privado, demandando um conjunto integrado de equipamentos e serviços turísticos. Nesse âmbito, a infraestrutura turística do PNL está em processo emergente, apresentando atividades de safaris, passeios de barco e trilhas associadas a cerca de 7 empreendimentos turísticos no interior do PNL, nomeadamente: (1) Albufeira Chalets, (2) Estância Turística Águia, (3) Campismo de Machapane, (4) Campismo de Nhampfule, (5)

Campismo de Sandalo, (6) Campismo Mbona Kaya e (7) Giryondo e Massingir Safaris (vide em anexo 8).

De certa forma, as áreas de conservação, especialmente os parques, exprimem a perspectiva de lazer, do aspecto cénico, da intocabilidade da natureza, que induzem ao movimento impulsionador de incentivos e recursos políticos, apresentando razões para o desígnio progressista da vida das comunidades, compreendendo as populações em situação de pobreza e também os processos para a atração de projetos e planos.

Com a dinâmica da sociedade, transformações globais vão ocorrendo, alterando os modos de vida das comunidades autóctones. O sentimento de perda, as disputas territoriais e as construções tendenciais à modernização no processo de instituição de áreas de conservação, gera um campo de desafios quanto à legitimidade das relações grupais e organizacionais, dando ênfase aos princípios e os efeitos de uma transformação autóctone e à necessidade contínua de visualizar o processo no ideário de turismo que é intencionado.

Na concepção de mercado global, as comunidades locais são tornadas parte do produto turístico, enquanto anfitriãs relativas ao simulacro de uso comercial, ocultando a vida das mesmas. Há falta de evidências da comunidade local como plano do processo de um planeamento participativo, no qual elas se tornam parte ativa do processo, uma vez que se trata de um território genuíno das comunidades. Também, a narrativa que está à vista da sustentabilidade presente no plano estratégico de comercialização do turismo, é de cunho neoliberal e caracteriza na sua matriz, o turismo como indústria. Esta visão institucional está associada ao uso de recursos e o crescimento acentuado do turismo como setor de atividades, não havendo políticas integradas de desenvolvimento humano e objetivos claros sobre o engajamento comunitário.

Essa perspectiva remete a preocupação nacional do contexto de guerra e pós-guerra civil, da devastação de reservas e parques nacionais e infraestruturas gerais, e dos ajustamentos estruturais políticos e económicos condicionadas pelas agências internacionais financiadoras de empréstimos. Por exemplo, logo no início da década de

1990, foi instituído o Fundo Nacional do Turismo – FUTUR (atualmente designado Instituto Nacional do Turismo – INATUR e passa, além de financiamentos, a abranger marketing, capacitações de curta duração e classificação de empreendimentos) com intuito de mobilizar e financiar projetos turísticos, assim como, no mesmo período foi aprovada a Lei de investimentos para simultaneamente efetivar determinados tipos de incentivos aos investimentos.

Embora o turismo tenha se tornado uma das prioridades nos planos governamentais, é notável que as estratégias estejam orientadas para o mercado global, legitimando o setor privado como o principal impulsionador do crescimento econômico, baseando-se nisso para promover o aumento do emprego e nutrir a visão de alívio a pobreza. simultaneamente, busca-se assegurar o envolvimento das comunidades, ainda que estejam submetidas às armadilhas impostas pelo mesmo mercado, visando apropriar-se de diversas formas de maximização de lucro (Chiundila, 2019).

A dinamização de espaços conforme os ditames do consumo, muitas vezes, está à concessão de benefícios fiscais e à privatização de áreas, frequentemente com fraca promoção de canais de democráticos de diálogo e estratégias para incentivar o exercício do pleno da cidadania, resultando num cenário tenso das questões sociais (Vico, Chiundila, 2019).

As políticas neoliberais, normalmente, apoiam a privilégios fiscais sobre os grandes investimentos, a desregulamentação, o comércio livre, a privatização e uma redução nas despesas públicas. O neoliberalismo é frequentemente vinculado às intervenções hegemônicas ocidentais que visam a acelerada adequação estrutural, dos países considerados subdesenvolvidos, à política econômica global, atingindo áreas consideradas longínquas ao progresso tecnológico, incutindo a industrialização tradicional como garantia a saída do “atraso”. O quesito econômico tende a tornar ilusória a ideia de que os países subdesenvolvidos poderão atingir os níveis de industrialização dos países desenvolvidos e assim, são desviadas as atenções sobre as ações de liberdade civis, necessidades fundamentais e empoderamento de uma coletividade (Chiundila Vico, 2019).

Neste sentido, há muitas críticas ao neoliberalismo, incluindo o seu perigo potencial para a democracia, os direitos das populações e o direito das nações soberanas à autodeterminação. Também foi caracterizado por atribuir demasiado poder às ações hegemônicas e de agravar a desigualdade econômica. Portanto, as iniciativas neoliberais relativas ao comércio livre, à desregulamentação da indústria e à redução dos impostos sobre ganhos de capital refletem no enfraquecimento da atuação social do Estado.

Face ao exposto, diversas forças modificam o uso do território, causando instabilidades e contradições e, assim, as políticas sociais tornam-se desapropriadas e são adequadas segundo as regras do mercado e intencionalidades dominantes. Os detentores do poder passam a alegar os efeitos perversos da crise fiscal e a redução dos direitos das populações, prescrevendo uma mínima de interferência governamental nas questões econômicas dos indivíduos e da sociedade.

4.3 A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES LOCAIS NO PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano estabelece uma relação intrínseca com a salvaguarda dos recursos naturais, mediante o contexto histórico influenciado por ideologias e posicionamentos que geram contrariedades sobre a proteção da natureza diante de uma sociedade tradicional e sociedade de consumo. A sociedade de consumo foi atacada pela miséria da vida cotidiana, urbanismo concentrador, alienação crescente do indivíduo pelos valores econômicos, comunicação mediatizada, solidão na multidão e individualismo (Diegues, 2008). Por isso, o Homem se distancia dos grandes fluxos urbanos em busca do ambiente natural.

A admiração pelo ambiente natural consta das particularidades expostas na literatura das viagens a partir de relatos referenciados pelos acontecimentos de viajantes naturalistas do Ocidente para os países do Sul, expondo anseios do ser humano em relação à curiosidade aos aspetos paisagísticos, a apreciação da

dimensão e diversidade da flora e fauna, e da cultura dos povos (Kury, 2001; Figueiredo e Ruschmann, 2004).

O outro fato é que a estrutura da reserva de áreas naturais para a contemplação da natureza e desfrute de lazer perante um sistema produtivo mundial, altera as liberdades grupais e tende a padronizar a vida das comunidades autóctones, e se constitui como elementos de debate no processo de planejamento, delimitação e operacionalização das áreas de conservação. Esse processo associa-se à repercussão de vida da sociedade, face à subsistência e ao conjunto de crenças e rituais vinculados às comunidades autóctones, mas também ao marco do crescimento urbano e industrial como um vetor incisivo na transformação da visão do mundo natural.

As áreas de conservação, como o Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique, apresentam desafios à pobreza e ao bem-estar das comunidades locais. O reassentamento das comunidades locais e os seus impactos passam a ser preocupações sérias face ao envolvimento dos cidadãos que desempenham um papel fundamental no âmbito de desenvolvimento de projetos que assegurem benefícios, a longo prazo, aos nativos.

Pois, parafraseando Santos (2014), os espaços públicos (rios, montanhas, etc.) têm sido impunemente privatizados. Embora Santos (2014) aborda processos de alienação e a socialização invertida enquanto instrumento de política de manipulação do significado, no contexto do estudo das cidades, a nossa análise traz uma similaridade ao âmbito da alienação rural cumprindo um papel dos efeitos da globalização enquanto fábula, mediador do “mercado cego” onde se criam espaços de privatização e publicitação, justificando a proteção.

Essas racionalidades sugerem a presença de lógicas desconectadas da realidade dos lugares, ampliando a introdução de práticas alheias à experiência cotidiana das populações locais.

O conteúdo político dos lugares se rarefaz, ao tempo todo que se revela cada vez mais a desnaturalização do espaço, o que amplia, em virtude da exigência de abstração para entendê-lo, a possibilidade de expansão e aprofundamento de ideologias espaciais distanciadas da realidade vivida pelas populações. Tudo isso contribui para que se afirme racionalidades alienígenas e alienadas,

cuja difusão é facilitada por uma superposição, em cada lugar, de âmbitos e contextos de expressão diferente. Trata-se, na verdade, de outra forma de reconhecer a oposição entre o que é, até certo ponto, irredutível e o que é fluido ou que, até certo ponto, se deixa dissolver (Santos e Silveira, 2014, p. 305).

Cada lugar está sujeito a transformações diante da complexidade de diversas influências e realidades. A desnaturalização do espaço reforça a possibilidade de expansão e aprofundamento de ideologias espaciais controversas com a dinâmica social e política. No âmbito da perspectiva de conservação, intensificou-se a designação de reservas de extensões territoriais com vistas a proteção da vida selvagem, diante da pressão do crescimento dos centros urbanos. Embora as comunidades autóctones possuam conhecimentos tradicionais e práticas de controle e manejo dos recursos naturais têm sido vistas como parte dominante da natureza.

Considerando a condição humana e social, as comunidades autóctones são vulneráveis às mudanças ecológicas e as mesmas mantêm continuamente os recursos naturais para a sobrevivência quando as suas relações não são influenciadas pela expansão e acumulação flexível de capital (Diegues, 2008). Então, constituem ações contraditórias, a invasão de autonomia privada sob argumentos de prevalência do público sobre o privado; a criminalização de práticas culturais e cisão de patrimônio cultural pela exclusão das comunidades autóctones da dinâmica do “negócio” das áreas de conservação (Sousa, 2011).

Essas comunidades possuem suas práticas cotidianas estabelecidas pelas relações identitárias e afetivas, nas quais rituais e crenças nos seus modos de vivência se interlaçam horizontalmente pela solidariedade orgânica e vínculos de produção e consumo familiar para a subsistência. Também, as comunidades locais enfrentam desafios relacionados à disponibilidade de serviços essenciais e aquisição de bens considerados indispensáveis para a subsistência. Além disso, as relações de convivência comunitária fundamentam-se na solidariedade, configurando um meio no qual os indivíduos interagem e organizam seus modos de vida (Vico, Azevedo, Vico, 2022). Deste modo, as formas de organização das populações tradicionais se divergem do avanço tecnológico, científico e informacional apropriado pelo Homem moderno, o que gera uma profunda contradição na visão do mundo.

O turismo em áreas de conservação tem sido fomentado como uma alternativa para benefícios aplicáveis aos valores que se opõem à exploração radical no uso dos recursos naturais. Razão pela qual, a harmonia do turismo ao meio ambiente, principalmente em áreas de proteção da natureza, tem sido associada aos variados termos como ecoturismo, turismo de natureza, turismo responsável, turismo sustentável. O que camufla a ideia sobre a possibilidade de um outro turismo, uma vez que outros adjetivos são usados como dissociados do turismo de massa, intenso, veloz, característico dos efeitos do consumo exacerbado, da aceleração e acumulação de capital com preocupações dissimuladas em relação ao meio ambiente principalmente com os ecossistemas frágeis e as comunidades nelas estabelecidas.

Realmente, os ditames do neoliberalismo mercantilizando o fluxo e os padrões de compra em massa perante a noção de tempo e espaço comprimido (Harvey, 1993 e Maccannell, 2003), em uma operação flexível para acumulação de capital, vão intensificando o desenrolar das viagens. Neste âmbito, vai se identificando como as mesmas influenciam o ser humano, evidenciando o desejo de mudança e as suas variadas razões que o levam a descobrir o mundo novo.

O turismo é relacionado ao advento da sociedade moderna, uma vez que no seio do capitalismo, as viagens se intensificam para o domínio de uma sociedade de consumo (Figueiredo; Nóbrega, 2015). Diante das facilidades criadas entorno da concepção do turista associada ao modelo do Homem moderno inserido numa sociedade moderna, é caracterizada a ascensão de uma classe social com direito a férias e dias de descanso decorrente da lógica dual: tempo livre e tempo de trabalho – capital e trabalho –, que se constituem como relações de produção capitalista. Portanto, de acordo com Boyer (2003), o processo histórico demarca o desenvolvimento do turismo ligado diretamente à configuração das relações de trabalho no modo de produção capitalista, mas também, conforme Maccannell (2003), Figueiredo e Ruschmann (2004), ao surgimento de uma classe ociosa e à emergência do turismo como uma forma de viagem exclusiva da modernidade e pilar da pós-modernidade.

E assim, a viagem é observada como uma necessidade fundamental do ser humano, a partir do momento que permite a busca por experiências inéditas, e pelo desconhecido além da esfera habitual. Esta exposição estabelece relações com Krippendorff (2016) quando aborda sobre *uma nova compreensão do lazer e das viagens*, reconhece o turismo como uma atividade inserida na sociedade industrial, da alienação do Homem e a sua relação de trabalho e moradia necessitando dessa fuga da rotina diária para o seu restabelecimento. Nesse processo de fuga, o ser humano vai adotando comportamentos que lhes são próprios da sociedade industrial. E assim, os ambientes naturais, caracterizados por aspectos paisagísticos deslumbrantes pela visualização estética – seja de áreas denominadas ou não de proteção da natureza, do interior ou litorânea – passam a constituir focos de usufruto do tempo livre para o lazer e consumo exacerbado.

De acordo com Uriely (2005), a ideia de muitos teóricos foi unificada em sua noção do turismo como um fenômeno moderno, por um lado o debate assumiu a forma de crítica social, em que o turismo foi percebido como um exemplo de decadência cultural nas sociedades capitalistas modernas. Isso incidiu numa reversão aos fatores resultantes da modernização turística e vetores da perspectiva de industrialização. Fazito, Scott e Russell (2016) trazem a designação do turismo pós-moderno aproximado às questões relativas ao processo tendencial de adoção de variadas práticas contemporâneas que envolvem uma mudança no modo de abordagens sobre a proteção ambiental, diversidade cultural, justiça social, bem como o conhecimento tradicional local.

Neste contexto há uma percepção de que as comunidades autóctones reúnem seus conhecimentos, práticas e costumes, os quais demandam reconhecimento em meio a um processo histórico frequentemente negligenciado e invisibilizado. Consequentemente, muitas vezes, as populações tradicionais sofrem mais quando os sistemas naturais são danificados. As pressões decorrentes de abordagens insustentáveis à mineração, exploração do petróleo, agricultura, pesca e silvicultura estão gradativamente corroendo as paisagens selvagens, incluindo as terras ancestrais e sagradas dessas comunidades. Essas atividades quando prejudiciais não apenas

comprometem a integridade ambiental, mas também afetam os laços culturais e sociais que ligam essas comunidades às suas terras, ameaçando assim a preservação de legados ancestrais e valores sagrados (WWF⁷).

Portanto, refletir sobre a participação torna-se crucial para proporcionar às comunidades locais uma participação ativa nas decisões que afetam não apenas o rumo de seus destinos, mas também a nas decisões relacionadas a conservação e o turismo. Essa reflexão desempenha um papel fundamental ao assegurar que benefícios sejam distribuídos de forma justa e ao garantir que as preocupações das comunidades sejam levadas em conta. Em outras palavras, implica engajar as comunidades no desenvolvimento de políticas, na formulação de cotas de pesca e caça, e na resolução de conflitos e desafios, como disputas de terras e restrições de acesso a recursos naturais (Nunes; Souza, 2018).

Também é importante encontrar maneiras de garantir que os benefícios do turismo sejam sustentáveis a longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. É fundamental levar em conta a dinâmica local específica e promover iniciativas de engajamento cívico no Parque Nacional do Limpopo (Stoner; Freeman, 2014).

No âmbito dos estudos sobre conservação, Eagles (2009) menciona que os modelos de gestão que sustentam as parcerias de lazer e turismo em áreas de conservação, caracterizado por um intenso envolvimento em organizações sem fins lucrativos, tiveram uma classificação elevada em termos de ideias. E a relevância política e social de longo prazo, assim como a gestão eficaz, estão intrinsecamente ligadas aos resultados de processos inerentes a articulação dessas parcerias. Um estudo elaborado por Eagles (2014) menciona sobre o caso bem-sucedido das mudanças de financiamento governamental da gestão do parque para as operações financiadas pelo próprio usuário dos sistemas de parques como uma tendência contemporânea. Neste contexto, as áreas de conservação buscam não apenas um

⁷ Disponível em <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/about-us.html>

retorno financeiro que seja mensurável, mas também alinham seus objetivos aos indicadores de uma biodiversidade e aos retornos econômicos tangíveis.

As áreas de conservação em Moçambique, tal como, o Parque Nacional de Limpopo, apresentam um número considerável de comunidades autóctones no seu interior. Estas comunidades naturalmente dependem da natureza e desenvolvem as suas atividades consoante as fontes de subsistência, a pesca, a criação de gado, coleta de frutos silvestres, entre outros. No entanto, a natureza como recurso em seu estado quase intacto, tem estimulado o fluxo de pessoas provenientes de diversos destinos. Esse fato não apenas contribui para a emergência do turismo enquanto um notável fenômeno socioespacial, proporcionando uma outra perspectiva sobre o funcionamento dessas áreas, mas também expõe cenários preocupantes de exploração e atividades prejudiciais, como o abate ilegal de animais, mineração ilegal, desmatamento irregular para fins agrícolas, extração ilegal de combustíveis lenhosos, materiais de construção e de outros produtos florestais, tanto madeireiros e não madeireiros.

A realidade referida anteriormente, manifesta-se nas diversas formas de relação social que se reproduzem desde o seio familiar, escolar, comunitário, entre outros, realçando as relações simbólicas que se concretizam e se objetivam nas diferentes classes sociais, de forma consciente ou inconsciente. Sem descartar as disposições subjetivas, é relevante salientar que um dos aspectos objetivos é a influência dos efeitos dos vetores modernos que vão sendo implementados, tais como: a inserção laboral nos *Chalets*, a imigração ilegal para África do Sul, as práticas da agricultura e a introdução de culturas com fins comerciais, entre outras.

Por conseguinte, as formas de pensar o turismo estão presentes de acordo com a visão do mundo e o domínio apropriado que as comunidades possuem. O Parque Nacional de Limpopo é apreendido como fonte de vivência das comunidades autóctones, mas também, enquanto fundamental para lazer e trabalho. Portanto, um conjunto de interações é socializado no âmbito da organização social das comunidades locais, incluindo o trabalho, lazer e produção de processos sociais. As comunidades autóctones são definidas pelos laços vinculativos de grupos que partilham os modos de

vida em sociedade, na salvaguarda de um conjunto de experiências simbólicas demarcadas por um universo significativo à atenção de suas crenças, fortalecendo os sentimentos de pertencimento.

Assim, estabelece-se um vínculo entre uma época atual e uma longínqua caracterizada pela inseparabilidade no que diz respeito à produção do sentido da tradição e modernidade, incorporados no processo de sociabilização moldados pelas práticas e condições sociais. Esse processo é mediado pela estrutura familiar que permeia a esfera social do indivíduo. Tanto a experiência individual quanto a coletiva se manifestam de maneira introjetada no campo de atuação de diversos agentes intercessores responsáveis pela formulação de orientações acerca da organização social das comunidades. Portanto, conforme figura a seguir, há um processo identitário na dimensão subjetiva de um determinado grupo em relação ao seu espaço de convivência, refletindo a divisão social do trabalho

Figura 5: construção de habitação



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Diante da perspectiva da organização social, as comunidades locais destacam-se como um universo socialmente construído, utilizando suas práticas para estabelecer e manter os seus usos e as suas vivências cotidianas. Neste âmbito, torna-se evidente a essencialidade do trabalho feminino na constituição da estrutura familiar e social.

A figura acima indica uma mulher na comunidade de Makandazulo no Parque Nacional de Limpopo, construindo a sua casa a base de “pau a pique”. Comumente, as mulheres desempenham atividades de preenchimento de construções a base de argila, atividades domésticas e a prática da agricultura para a subsistência, muitas vezes, atendendo ao consumo familiar. Então, A divisão social do trabalho é determinada pelo género e faixa etária (Vide a imagem abaixo).

Figura 16: atividade pastorícia



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

A imagem acima retrata algumas práticas individuais que refletem o contexto socialmente construído. Geralmente as crianças e adolescentes atuam na pastagem de gado, o que impede de alguma forma o acesso das mesmas a educação (vide o apêndice 14). E os adultos na pesca, desmatamento e colocação de estacas para as construções de habitações tradicionais. O gado é visto como tesouro no seio da

comunidade e está associado a um *status* que permeia variados significados simbólicos e materiais.

Embora as famílias normalmente possuam consideráveis quantidades de animais domésticos, estes não são destinados ao consumo diário, pois, o consumo de animais denominados de caça ou selvagens⁸ era prática comum e aceita antes da sua criminalização. O gado, em particular, além de desempenhar um papel crucial na determinação do *status* de cada família, é considerado uma reserva de capital e tem a perspectiva de ser utilizado para trocas simbólicas e comerciais pelas comunidades locais.

Portanto, o gado é considerado um tesouro que simboliza o poder de estabelecer uma família, representando um conjunto de valores e propriedades que são transmitidos de geração em geração, especialmente nas comunidades poligâmicas, como as encontradas no PNL. A magnitude do rebanho de uma família reflete diretamente na prática do casamento tradicional (denominado *lobolo*) e na quantidade de esposas que um homem pode ter. Quanto maior o número de esposas, mais influência e poder o homem detém na tomada de decisões dentro da comunidade. Este aspecto não apenas destaca a subjugação da participação da mulher, mas também delinea os vínculos horizontais presentes nos processos de determinação dos destinos comunitários.

Desta forma, a organização social é influenciada por todas as ações determinadas por um conjunto de símbolos derivados da arte, religião, língua, entre outros e através da produção simbólica da construção da realidade compreendendo uma ordem social. Assim, as comunidades possuem formas de agir, regras e modos pré-estabelecidos pelo que está introjetado na ação dos indivíduos.

⁸ Durante o diálogo com membros das comunidades locais sobre as necessidades e desafios do reassentamento, um dos aspectos enfatizados foi a questão da fome, com destaque para a caça e o consumo de carne (a fome aqui se refere a falta de alimentos habituais para o consumo e a adequação aos novos formas de vida, como a caça e sua relação com a subsistência e as tradições locais). Especificamente, foi mencionado o consumo de animais selvagens, como cudos, impalas, entre outros, sendo uma prática atualmente criminalizada por questões de proteção da natureza.

Neste contexto, há uma percepção de que as comunidades reúnem o seu conhecimento autóctone, suas práticas e seus costumes que necessitam de um reconhecimento diante de um processo histórico. Segundo Carvalho (2010), o espaço de sociabilidade é determinado por relações simbólicas, elos de reciprocidade, compartilhamento de experiências humanas e pela ação dos agentes locais como definidores da identidade de grupo. O processo histórico está nos modos de vida em sociedade, pois as comunidades têm uma demarcação espacial de pertencimento a um grupo social e ao território circunscrito pelos aspectos físicos e relacionais.

Diante do vivenciado entre os autóctones considera-se as origens históricas sobre a contradição nos aspectos que se associam à privação de liberdades, consenso de grupos, reprodução de processos que geram problemas fundamentais como o acesso ao alimento, criminalização de práticas costumeiras (como a caça de animais selvagens para o consumo, a extração de lenha, etc.) e sobre a conservação ou imposição de interesses.

Figura 17: Encontro comunitário



Fonte: arquivo pessoal (2022)

Por outro prisma, a visão ideológica da figura do líder enquanto uma ordem, por si exerce um poder de decisão e de ordenamento das ações políticas e econômicas, no qual transpõe a auscultação comunitária, a validação da voz popular, o rumo das associações comunitárias, a estrutura de diálogo e a aplicação de fundos. E assim, torna-se necessário indagar, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo e por que dispõem nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional profunda, e da naturalização da dominação. Este aporte torna-se fundamental para investigar empiricamente assuntos relacionados aos processos históricos de dominação.

Considerar as dimensões sociais como base para estabelecer relações comunitárias, fundamentadas na articulação coletiva que respeita a gestão popular, inclui as dimensões éticas e políticas como noções que desempenham papéis cruciais na formação dos sujeitos e iniciativas populares por meio de processos interativos.

No entanto, a comunidade poligâmica possui outras formas de articular os seus problemas e os seus desafios cotidianos, especialmente diante do sistema patriarcal que permeia desde a estrutura familiar até a liderança comunitária. Neste contexto, a voz preponderante é a masculina (que também obedece uma estrutura hierárquica na comunidade), que determina as regras, pois esta figura é detentora de privilégios sociais, políticos assim como do controle sobre propriedades e da autoridade sobre as mulheres e crianças.

A condição da mulher resume-se no âmbito familiar em questões domésticas a partir das regras pré-determinadas com base na estrutura poligâmica. “Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes dá amargura da forma como pensam e sentem, ninguém o fará da forma como elas desejam” (Chiziane⁹, 2013, p. 5). A mulheres não

⁹ Paulina Chiziane é renomada escritora moçambicana e o cerne do seu tema é inspirado na condição social da mulher. Ela relata ter redescoberto, por meio da escrita, uma sensação de plenitude diante do vazio e da incompreensão que a cercavam, dedicando-se a colocar no papel as aspirações da mulher no campo afetivo, para que o mundo possa não apenas vê-las, mas também compreendê-las e refletir sobre as complexidades que as envolvem (Chiziane, 2013).

expõem as suas opiniões nos processos comunitários, havendo a validação dos pensamentos do outrem.

No encontro comunitário, foi evidente a disparidade na capacidade de participação entre os membros, pois, certos membros demonstravam maior engajamento enquanto outros se mostravam oprimidos. O sistema de conceder a palavra a cada membro para expressar seus pensamentos é limitado pelos aspectos socioculturais vigentes. Neste âmbito, a fala dos nativos revelou uma perspectiva peculiar: “um homem que possui uma esposa não é capaz de lidar com os problemas da comunidade” e, adicionalmente, “aquele que consegue gerenciar muitas mulheres, muitas casas e muitos filhos certamente é capaz de gerenciar o mundo”. Essa fala revela não apenas a distribuição desigual de poder, mas também as normas que reforçam a hierarquia de gênero na comunidade poligâmica, levantando questões sobre as percepções dos contextos participativos e de organização comunitária.

As comunidades locais percebem o homem polígamo como alguém dotado de responsabilidade, atribuindo-lhe a capacidade de gestão. A associação entre poligamia e poder é evidenciada pela visão positiva de ser patriarca e exercer domínio, refletindo uma perspectiva em que a poligamia é considerada benéfica. Enquanto que os monógamos têm a participação restrita, pois, ser monógamo na aldeia é associado a um homem sem responsabilidade, imaturo e sem condições de influenciar as decisões da comunidade (Chiziane, 2004).

Os problemas remetidos às mulheres têm raízes profundas que remontam aos primórdios da existência humana, conforme narrado por várias mitologias que exploram a criação do mundo. Na mitologia Bantu, após a formação do homem e da mulher, não há registro de maldição ou pecado original. Contudo, é crucial notar que, segundo essa narrativa, o homem surgiu primeiro, conquistando assim uma posição hierarquicamente superior, conferindo-lhe o papel de governante sobre o destino da mulher (Chiziane, 2013).

Essa hierarquia inicial estabelecida pela ordem mitológica implica que a difícil condição da mulher foi, desde o início, concebida por uma ordem divina e

posteriormente aceita pelos homens. Desta forma, as diversas mitologias, revelam-se como ideologias que, muitas vezes, refletem e perpetuam estruturas de poder sob a Máscara da criação divina (Chiziane, 2013).

Portanto, todas as ações podem influenciar na demanda dos posicionamentos dos agentes em condutas ideológicas, fazendo com que, por exemplo, certos processos sejam viabilizados ou impossibilitados e assim, representando e remanejando os interesses distintos.

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos. O cimento regional obtém-se tanto via solidariedade orgânica, quando o essencial da divisão do trabalho é praticado na área, como da solidariedade funcional regulada, isto é, quando a coesão das pessoas – por intermédio da produção social, provimento de bens e serviços sociais e da circulação social – exige a interferência de dados especificamente institucionais, que se superpõem aos dados socialmente produtivos e asseguram o posicionamento social (Santos, 2014, p. 82).

Consequentemente, refere-se ao conjunto de atividades que contemplam determinados valores de usos e os valores de troca que orientam a vida produtiva e social (Santos, 2014). No campo social, abordagens inovadoras mobilizam a capacidade em interagir com diferentes lógicas de ação, criando uma dinâmica própria, assim como, contribuindo para o desenvolvimento de soluções concretas para demandas e necessidades sociais, que se originando diretamente da sociedade, se conectam a outras instâncias como os órgãos públicos, resultando em arranjos organizacionais distintos (França Filho, 2013).

Há necessidade de considerar as experiências associativistas e cooperativistas, em sua essência, pois elas são trazem uma dinâmica comunitária interna, enquanto simultaneamente se apresentam como agentes abertos ao espaço público. Neste contexto, essas iniciativas tanto fortalecem as relações dentro da comunidade, como se voltam para a resolução de questões públicas locais (França Filho, 2013).

Certas decisões são tomadas ou consentidas perante uma estrutura institucionalizada ou não, e os indivíduos compõem os vetores de participação em

ideias, debates e anseios que se fazem constar na construção de um pensamento coletivo em um comprometimento. Há necessidade em se comprometer em agendas e mediá-las até torná-las uma responsabilidade em que todos possuem deveres, obrigações e direitos sobre uma determinada ação ou materialidade.

É evidente que o encontro com as mulheres da comunidade, maioritariamente agricultoras, destacou-se várias questões cruciais relacionadas à subsistência. A necessidade de expandir as áreas de cultivo mostra a importância de garantir recursos suficientes para atender às demandas alimentares da comunidade. A adaptação ao sistema de abastecimento de água implementado pelo parque é vital para garantir uma produção agrícola consistente e sustentável.

Além disso, a ênfase na busca por conhecimentos técnicos essenciais para a manutenção e fornecimento de combustível destaca a importância do domínio de práticas agrícolas modernas e sustentáveis. Isso não apenas contribui para o pleno funcionamento das atividades agrícolas, mas também promove a eficiência e a preservação ambiental.

A preocupação com o escoamento da produção para fins comerciais revela a busca por oportunidades econômicas que possam impulsionar o desenvolvimento da comunidade. A discussão sobre a distribuição em áreas de comercialização mostra uma abordagem estratégica para garantir a rápida circulação dos produtos, maximizando os benefícios econômicos para as agricultoras.

A consideração do financiamento direcionado aos meios de subsistência das comunidades indica um esforço para capacitar as mulheres agricultoras, promovendo a autossuficiência e uma gestão eficaz dos lucros partilhados.

As economias populares, sociais e solidárias têm sua gênese e sustentação firmadas nos lugares. Diferentemente dos impulsos que dinamizam a reprodução ampliada do capital, as forças propulsoras das economias sociais e solidárias são inatas à constituição dos lugares. Não há práxis econômica solidária que despreza a dinâmica do lugar e a organização sociopolítica estabelecida entre os cidadãos que dele fazem parte e lhes atribuem sentido (Silva e Azevedo, 2022, P. 16).

Isso não apenas fortalece a comunidade local, mas também contribui para a construção de uma base econômica e social dos autóctones. No entanto, essas articulações apenas garantem os meios de subsistência, num contexto dominado por ações assistencialistas e não emancipatórias. O encontro comunitário destaca a importância da colaboração, do conhecimento técnico e da busca por oportunidades para fortalecer as comunidades locais, promovendo envolvimento das mesmas.

Quadro 16: Associações das comunidades locais em Salane – PNL

Designação do Grupo	Nome da associação	Número de membros
Grupo de poupança	<i>Wamani e Hulani</i>	26
Grupo de cerâmica	<i>Yamukelani</i>	13
Grupo de apicultura	<i>Ndjombo</i>	13
Grupo de corte e costura	<i>Sasseka</i>	13
Grupo de artesanato	<i>Tsakane</i>	11
Grupo de agricultura	Em definição	30 (o número varia por se considerar que a agricultura é uma das principais atividades das comunidades e na sua maioria os membros participam de outras associações)

Fonte: Dados empíricos (2022)

Face ao exposto, um conjunto de elementos é incorporado no processo de construção de laços identitários horizontais, que estabelecem determinados elementos de significação e indicam o pluralismo resultante da homogeneidade, mas também da fragmentação da identidade grupal, através dos aspectos que possibilitam a constante mutação. Dessa forma, o espaço social é moldado historicamente pelas relações políticas, culturais, religiosas, entre outras.

Neste âmbito retoma-se a necessidade da perspectiva do engajamento cívico. O engajamento cívico é um conceito fundamental da democracia e das sociedades abertas. Ele se refere à participação ativa e direta dos cidadãos na tomada de decisões governamentais, políticas e sociais, o que inclui a participação em eleições, protestos, petições, reuniões com autoridades governamentais, consultas públicas, grupos de defesa, ação direta, ativismo, grupos de trabalho e assim por diante (Salm; Menegasso, 2019). Em última análise, o engajamento cívico é essencial para a construção de sociedades inclusivas e responsáveis, nas quais os cidadãos têm a oportunidade de influenciar as decisões que os afetam (Benedicto *et al.*, 2020).

A participação cidadã desempenha um papel fundamental na governança democrática, pois permite que as vozes e as preocupações dos cidadãos sejam ouvidas e consideradas. Ela contribui para a transparência, a responsabilidade e a legitimidade das instituições governamentais. Além disso, o envolvimento do cidadão é eficaz para resolver problemas locais e nacionais e desenvolver políticas públicas que afetam a vida das populações (Denhardt; Catlaw, 2017).

Uma alternativa é realização de reuniões comunitárias regulares e consultas públicas nas quais as comunidades possam discutir políticas de conservação, gerenciamento de recursos naturais e desenvolvimento do turismo. Além disso, a criação de grupos de discussão e comitês locais pode servir como fóruns de diálogo entre os membros da comunidade, representantes do parque e outras partes interessadas, facilitando a troca de informações e a cooperação na tomada de decisões (Denhardt; Catlaw, 2017).

A cidadania é um conceito com conotações coletivas, pois se refere a todo o grupo de cidadãos dotados de direitos e deveres, o que é identificado como a perspectiva da participação política (Abrucio, 2017). Moraes e Nascimento (2018) afirmam que a cidadania representa conceitualmente a noção de ter direitos. Essa definição é o resultado de uma longa história de construção dentro dos limites geográficos e políticos da própria nação. Pelo fato de ter começado como uma luta política nacional, a cidadania moderna se desenvolveu à medida que as pessoas começaram a se sentir parte de uma nação e de um Estado.

A cidadania, portanto, não está relacionada apenas a direitos, mas também a responsabilidades, de modo que, ao agir como cidadão, o indivíduo precisa desempenhar um papel proativo para que o resultado seja favorável à melhoria da sociedade como um todo, o chamado bem comum. Nesse contexto, há três valores importantes que são considerados os pilares centrais de todo o sistema político: igualdade política, participação social e justiça (Denhardt; Catlaw, 2017).

Desta forma, a cidadania é congruente com a democracia, pois esse sistema político tem como premissa a participação igualitária dos cidadãos. Assim, Andrade *et al.* (2014) vinculam a cidadania à democracia porque a democracia se baseia na

garantia pelo Estado de uma série de direitos sociais, civis e políticos a todos os indivíduos. Por extensão, o reconhecimento e a garantia desses direitos constituem a segurança dos próprios cidadãos, pois eles têm todas as condições necessárias e indispensáveis para manter e reproduzir sua participação na sociedade política. A cidadania deriva do vínculo entre os dois fundamentos da autonomia social e da liberdade de ação política, dos quais representam uma condição de reciprocidade e garantia em relação ao outro. Assim, a participação é também um meio de controle social do Estado e, portanto, de controle social e político (Teixeira, 2018).

No cenário e no contexto da cidadania democrática, os cidadãos precisam ir além do interesse próprio e enxergar o bem público mais amplo de forma holística e de longo prazo (Denhardt; Catlaw, 2017, p. 279). Portanto, estamos vivendo um momento único e sem precedentes, no qual estão sendo feitos esforços para transformar o Estado em um instrumento eficaz para o exercício e a realização da cidadania (Mayer, 2014). A chamada de cidadania ativa é realizada por meio da participação política efetiva dos cidadãos. Essa cidadania é completa e não pode ser concedida a ninguém, ela está incorporada em todo aspirante que se compromete, luta e participa da vida da sociedade, ou seja, é baseada na participação como conquista de direitos assim como na emancipação (Demo, 1996; Gorczewski, 2014).

Desse modo, de acordo com Lettieri e Maciel (2016), essa cidadania ativa implica desempenhar um papel ativo na sociedade, inclusive em relação às ações do Estado, fato que constitui um direito do cidadão individual ou do ente coletivo e, ao mesmo tempo, um dever do cidadão. Essa obrigação é essencialmente de natureza moral e constitui uma contribuição para a sociedade (Sen, 2012).

Portanto, a participação significa estar envolvido em algo, pertencer a algo, mas também simboliza praticar, conhecer, ser informado e se comunicar. Participação na sociedade ou participação popular significa estar envolvido na política e na sociedade e expressar suas opiniões claramente. Portanto, o compartilhamento pode ser alcançado por meio da participação de todos, e o compromisso de todos precisa gerar um senso de luta para sobreviver na sociedade e continuar aprendendo. A participação é uma via de mão dupla, tanto como um direito que os cidadãos devem exercer quanto como um dever que eles têm para com as comunidades em que vivem (Teixeira, 2018).

A esse respeito, Prieto-Martín (2012) enfatiza a importância de tornar as informações mais acessíveis por meio do acesso facilitado (às informações fornecidas pelas instituições públicas) ou por meio do fortalecimento da educação, o que leva a um desejo maior de participar. Esse último fator, a educação é crucial para a evolução do pensamento social e, como resultado, para a conscientização dos membros da sociedade sobre os valores sociais que são o resultado da evolução dos processos históricos da sociedade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES

O turismo enquanto politização e ação associada ao olhar humanitário como campo de relações mediadas por discursos, práticas sociais e políticas abrange a atuação de variados agentes. Nos estudos críticos, ele contempla as dimensões cotidianas do discurso, das práticas e das relações de poder em micro e multiescala. A complexidade das relações do turismo está embutida de interação e narrativas pelas formas de remodelação da vida cotidiana. Neste contexto, acredita-se que a importância das dimensões cotidianas do discurso na prática do turismo, reflete o mundo representado pela vivência horizontal e por formações dialógicas, pois três noções são essenciais para a análise do discurso em torno do turismo. São elas: autenticidade, capitalismo e ecologia.

A autenticidade refere-se a experiências históricas, épocas políticas e discursos do passado baseadas nas práticas sociais, identidade cultural e busca pela alternidade. O que se percebe é que o capitalismo está vinculado à ideia de progresso e desenvolvimento, à conexão, ao ritmo ou desintegração, ao capital global atuando na noção de tempo-espaço e flexibilização do consumo. Também, a ecologia está relacionada ao dilema da natureza comercializável e fruto do consumo turístico anexado a ideologias ambientais e políticas, onde agendas de conservação e desenvolvimento baseadas no apoio das comunidades autóctones tendem a incidir no desenvolvimento econômico da natureza *versus* proteção contra a degradação ecológica, ou mesmo no ideário da natureza virgem e imutável confluindo nos discursos globais.

Destaca-se que as narrativas e a prática do turismo são mediadas por processos políticos de representação que espacializam a política e as realidades sociais. Assim, os lugares se tornam destinos carregados de múltiplos históricos e exprimem o entendimento das relações e práticas do lugar, onde os processos políticos se articulam com o cotidiano trazendo uma distinção entre representação e realidade. Foi possível levantar uma análise baseada nas formas como certos discursos, ao longo do tempo, moldaram não apenas a percepção global, mas também influenciaram as políticas governamentais internas. Observou-se uma tendência na incorporação dessas

ideias nos pensamentos das elites políticas, cujos interesses muitas vezes convergem para objetivos baseados na materialização de planos de mercantilização, marketing, emprego direcionado ao turismo enquanto mercado atraente do capitalismo.

É crucial reconhecer o turismo como um fenômeno dinâmico que envolve a interação entre sujeitos e contextos. Importa analisar elementos que transcendam a visão convencional, promovendo a compreensão da complexidade da dinâmica do turismo e a tendência que demarca as transformações socioterritoriais, através da construção da realidade e vivências. Desta forma, refletir sobre o turismo, implica analisar os destinos turísticos não como meros pontos de chegada, uso e partida, mas como espaços de vivência, valorização de diversidade de contexto e a reflexão sobre os territórios.

Também, práticas hegemônicas baseadas na ideia da modernização, contribuem para a construção de uma visão dicotômica do mundo. Certas ações persistem e influenciam a formulação e execução de agendas políticas em países subdesenvolvidos. Outra questão é que, narrativas se infiltram no pensamento das elites políticas, refletindo interesses geralmente individualistas e baseados na política de exploração de recursos naturais. Muitas vezes, a justificativa de racionalidade econômica, promovida como parte de um processo de industrialização, prevalece sob a perspectiva da sustentabilidade, assumindo a legitimação da neoliberalização do consumo da natureza, em prol da reprodução de poder hegemônico.

Ao se exigir o posicionamento do turismo em Moçambique no mercado internacional, ao mesmo tempo que se busca a sustentabilidade, são projetadas as materialidades que configuram as relações de poder entre os atores/agentes envolvidos. Pois, atualmente, a sustentabilidade tem se tornado uma ideologia que permeia discursos e práticas, fomentando novas manifestações de reprodução desigual do capital.

Neste caso, associa-se a estratégia do turismo, a ideia de um país paradisíaco que exótico traz consigo concepção de natureza intocada, aparentemente à espera da descoberta e sujeito as ações de exploração e consumo para aprimorar a valoração econômica. A perspectiva exótica tem sido aplicada para despertar a expansão de capital em escala global, nos destinos considerados longínquos ou distantes da esfera

de concentração de infraestruturas, das tecnologias e dos fluxos. A questão exótica, remete aos estereótipos associados a imagem distorcida que é vinculada aos países considerados do Sul global, como subdesenvolvidos, necessitando de civilização a partir da modernização.

Neste âmbito, a modernização muita das vezes é associada aos modelos a serem implementados como fundamentais para a garantia de um progresso. Pode ser visualizada através das transformações sociais demandadas pelos padrões produtivos mundiais e/ou das alterações políticas e econômicas que ocorrem na expansão do mercado no geral, especificamente olhando para o mercado turístico mundial a partir da visão dualista do moderno e tradicional.

Ao limitar a visão do turismo aos seus impactos econômicos, omite-se as alternativas sociais e econômicas que se tornam vulneráveis diante do domínio do capital hegemônico. Além disso, mascara as forças e tensões peculiares que caracterizam a complexidade da realidade territorial. Nesse processo, as formas de conhecimento local e os modelos de compreensão da natureza são frequentemente sacrificados em prol das correntes positivistas que favorecem a razão instrumental de governo, muitas vezes, resultando na formulação de estratégias e programas de mercantilização do território.

Os estudos do turismo como uma área de conhecimento no âmbito das ciências sociais e humanas, podem ser apreendidas pela materialidade, subjetividade e temporalidade presentes nos discursos e práticas enquanto fenômeno e atividade turística. Um marco interessante é a produção de narrativas absorvendo uma possibilidade que preconiza o papel dos sujeitos mediante uma abordagem das relações cotidianas com ênfase social no turismo.

Por sua vez, a função do Estado, no turismo, assume dimensões sobre as variadas abordagens políticas e econômicas, que tendem a ser indagadas a exemplo do neoliberalismo e da modernização e também dos focos sociais de discussão por representações simbólicas e institucionalizadas/formalizadas. A abordagem sobre o neoliberalismo em áreas de conservação tem sido levada a cabo pela propensão à união monetária e processos de controle e manejo face a proteção da natureza

enquanto foco de apropriação política. Assim, é orientada a mercantilização engajada pela privatização de recursos naturais, incremento de mercado de comercialização da natureza e pelos processos de articulação de diversos agentes.

Por conseguinte, o turismo tem sido usado como mecanismo de mercado e de organizações políticas e sociais em áreas de conservação e inclui a perspectiva de apreciação da natureza e apoio orçamental para as comunidades. Todavia, diante das concessões e parcerias público-privadas, têm se levado em consideração não somente as relações de poder, mas também os laços de cooperação. Portanto, múltiplos agentes coexistem em um processo de mobilização de mecanismos de articulação entre diferentes escalas estabelecendo continuamente, capacidades vinculadas às novas dinâmicas da sociedade.

No âmbito da crítica social, a ideia de muitos teóricos é unificada em sua noção do turismo como um fenômeno moderno, ou seja, de decadência das sociedades capitalistas modernas. Isso porque diante dos variados adjetivos, ele tem sido associado aos termos como ecoturismo, turismo de natureza, turismo responsável e turismo sustentável, como uma reversão das ações radicais resultantes da modernização, neoliberalismo e vetores da globalização.

No entanto, essas perspectivas tendem a trazer uma versão utópica de refutação a um turismo de massa, intenso, veloz, característico dos efeitos do consumo exacerbado e da aceleração e acumulação de capital com preocupações dissimuladas com a conservação ambiental e as comunidades autóctones. Entretanto, segue-se a ideia sobre a possibilidade de um outro turismo que se vincula à perspectiva humana, relativa às questões que se opõem às imposições hegemônicas, pensando numa outra construção do turismo, uma outra possibilidade a partir da rejeição ao desenvolvimento excludente, preconizando as horizontalidades. Há necessidade de aprofundamento de estudos relacionados a geopolítica do turismo, Economia solidária, associativismo, exercício da cidadania, planejamento e desenvolvimento territorial, emancipação da população autóctone e ativação de vozes populares.

Neste universo, inclui-se o PNL que foi institucionalizado em uma área habitada, inicialmente com contraditória consulta e envolvimento das comunidades locais. Deste modo, a questão da participação desses indivíduos determinou a precarização de

diálogos envolvendo a gestão e o desenvolvimento do local. Assim, percebe-se que inúmeros habitantes agem de modo subalternizado com as relações de poder no parque e com a diversidade existente.

Neste cenário, observa-se que o reassentamento surge como uma oportunidade na qual a comunidade possa rever sua decisão de permanecer na aldeia e evitar o conflito entre o homem e a natureza. Ressalta-se que este processo ocorre desde a criação do parque, dando uma ideia de que a população humana se encontra ausente. Por esse motivo, é permitido o acesso de concessões turísticas e rotas de observação da natureza.

O processo de construção das áreas de conservação determinou-se como uma estratégia importante para conter os impactos da ocupação desordenada e o uso predatório dos recursos naturais. Esse processo foi impulsionado com as abordagens sobre a proteção da natureza diante dos enfoques face à ação antrópica ao mundo natural, em virtude das concepções preservacionistas e conservacionistas. Por um lado, a imprescindibilidade de manter a natureza em seu estado natural sem interferência humana, por outro lado a indissociabilidade e inclusão do ser humano como parte integrante desse meio natural, uma vez que as comunidades inseridas num processo de organização social lidam com o manejo de forma tradicional.

Assim, as áreas de conservação com objetivos de manutenção da natureza em seu estado puro, selvagem e “intocado”, derivam da visão preservacionista, que interdita o fluxo humano e modera a demanda de visitação, liberando apenas para fins de estudos científicos. Em certas circunstâncias quando há assentamentos humanos tende-se a pressionar a separação do ser humano ao meio envolvido, motivando a remoção. Neste âmbito, inibe-se a descaracterização das peculiaridades do meio ambiente e em alguns contextos apenas dispõe-se reservas de espaços naturais para a visualização e apreciação da beleza cênica.

E a conservacionista tem como fundamento a ecologia social, considerando que todo o meio é susceptível a uma moderada ação antrópica e engloba a interferência humana mediante o manejo sustentável e racional dos recursos naturais. Considera que a condição biótica do ser humano, concebe a consciência de que há uma união

indissociável do ser humano com a natureza. Neste caso, ao assumir a indissociabilidade do ser humano com a natureza, supõe uma harmonia nos objetivos de conservação diante de um processo de planejamento e de consciencialização sobre inter-relação dos variados fatores e a necessidade de manter um processo equilibrado.

As áreas de conservação concentram-se na ideia de proteção de locais, muitas delas com um histórico que remonta às antigas coutadas (áreas destinadas à caça). Essas áreas não apenas representam uma tradição valiosa para as comunidades locais, que as consideram como áreas sagradas para usos culturais, recursos de subsistência e de abrigo, mas também foram historicamente exploradas por indivíduos com maior mobilidade, recursos e privilégios.

Inicialmente, esses locais eram destinados às atividades recreativas e de caça daqueles que detinham maior poder de locomoção e possuíam meios necessários para tais empreendimentos assim como na posse de instrumentos para o exercício da caça. No entanto, a crescente mobilização passou a demarcar interesse para a atenção na reserva de recursos naturais, onde se redirecionou-se o foco dessas áreas para a conservação e preservação da natureza, tornando-se prioridade na sociedade, assim como nas agendas nacionais e internacionais.

Á vista disto, a visão do turismo no PNL encontra-se relacionada ao comércio, tanto que foi criado um plano estratégico de comercialização do turismo. Também, as narrativas tendem a ser produzidas e vinculadas à perspectiva da natureza como recurso que tende a ser a opção viável de negócio compatível com os objetivos de conservação. Tal pensamento se reflete tanto nos planos e documentos institucionais, quanto nas entrevistas realizadas.

Diante do contexto, observa-se que a visão do parque, ou seja, a alternativa de reassentamento, inicialmente, foi vista como derrota associada ao sentimento de perda de bens e de uma mudança, quase que brusca, dos modos de vida. A vida habitual destas comunidades se resumia ao contato direto com a natureza e o sustento através do seu entorno, mas, certamente, várias práticas que eram meramente autóctones, são criminalizadas como por exemplo, o consumo de carne de caça, dentre outros.

Atualmente, as comunidades desconhecem as ações das concessões turísticas uma vez que esse processo ainda é incipiente/recente, levando-se em consideração que o parque foi criado em 2001 e a primeira fase de atuação do mesmo está associada ao reassentamento humano, acreditando assim na ideia de planejamento do turismo de classe média alta.

Isto posto, os novos modos de subsistência têm sido implantados para as comunidades como por exemplo, a ideia do associativismo. O que se constata é que após o reassentamento são criadas associações comunitárias, a fim de que as comunidades possam se organizar e juntar esforços para a geração de renda. Portanto, a ideia é de que as comunidades se tornarão autossustentáveis em termos econômicos. Em contrapartida, o que se verifica é que a comunidade local continua num círculo vicioso onde a questão da cidadania tutelada é visível no processo de tomada de decisão. Quem decide, como se decide, que instituições são responsáveis, definem que a ideia de “alguém” agir em nome do outro tem sido constante. Logo, os membros da comunidade autóctone geralmente acreditam que as decisões sobre os seus futuros sejam deferidas por questões divinas e pelas possíveis instituições de tutela.

Observa-se que, por se tratar de comunidades de pequenos grupos, a articulação é flexível, mas o processo decisório um tanto questionável, visto que a ausência da voz comunitária, acesso à informação e a tomada de decisões cruciais para os seus destinos dependem das relações de poder construídas historicamente. Assim sendo, acredita-se que a narrativa envolvendo a pobreza chega nos parques nacionais fazendo uso do turismo como sendo uma opção associada a ideia da conservação e sustentabilidade dentro de uma perspectiva do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ABDULA, M. A.; BREDÁ, Z.; EUSÉBIO, C. *Image and Risk Perception of Mozambique as a Tourism Destination: A Segmentation Study*. **African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure**, v. 10, n. 6, p. 1828-1847, dez. 2021.

ADAMS, W. et al. *Biodiversity conservation and the eradication of poverty*. **Science**, v. 36, p. 1146–1148, 2004.

ADMINISTRAÇÃO NACIONAL DAS ÁREAS DE CONSERVAÇÃO (ANAC). **Grande Limpopo**. 2017. Disponível em: < <https://www.anac.gov.mz/parques/grande-limpopo/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

AGRAWAL, A.; REDFORD, K. *Poverty, Development, and Biodiversity Conservation: Shooting in the Dark?* New York: **Wildlife Conserv Soc**, 2006.

AGUIAR JÚNIOR, P. R. F.; BARROS, J. R. Geoturismo e ecoturismo: uma compreensão dos segmentos turísticos para melhor elaborar um produto turístico – caso do Parque Estadual Terra Ronca (GO). **Rev. Geogr. Acadêmica** v. 16, n. 2, p. 38-53, 2022.

ALLEN, C. D. et al. *A global overview of drought and heat-induced tree mortality reveals emerging climate change risks for forests*. **Forest Ecology and Management**, v 259, n. 4, p. 660-684, 2010.

ALLENDORF, F. W. et al. **Conservation and the genomics of populations**. 3rd ed. Oxford (UK): *Oxford University Press*; 2022.

ALVES, Y. R. **Segurança alimentar e nutricional: do macro às instituições sociais em Brasília**. 91 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

AYMATTH. **Greater Limpopo Transfrontier Park sketch map.svg**. 2011. Disponível em: < https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Greater_Limpopo_Transfrontier_Park_sketch_map.svg>. Acesso em: 10 out. 2023.

AZEVEDO, F.; LIMA, F.; SILVA, R. **A fome e a escassez no período técnico-científico-informacional: revisitando o pensamento de Josué de Castro em relação ao Brasil e ao nordeste**. Caminhos de Geografia. Uberlândia v. 13, n. 42 jun, 2012.

AZEVEDO, F., LOCATEL, C., SILVA, R. E GURGEL, E. **A internacionalização do turismo no mundo subdesenvolvido (Brasil e Moçambique):** problematizando a sustentabilidade turística. Observatório Geográfico da América Latina, EGAL, Perú, 2013.

AZEVEDO, F. **Desenvolvimento regional e potencial turístico no seridó potiguar.** Natal: EDUFRN, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Actualidade económica de Moçambique moldando o futuro:** O papel dos serviços no crescimento económico e geração de empregos. Washington, 2023.

BAKER, D. *The effects of terrorism on the travel and tourism industry.* **International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage**, v. 2(, n. 1, p. 58–67, 2014.

BARBATINI, J. R. O. Conflitos Socioambientais: Teoria e Prática. In **ANPPAS**, Indaiatuba, São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS**, v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

BAZIN, F.; QUESNE, G.; NHANCALE, C.; ABERLEN, E. **Ex Post Written and Audiovisual Evaluation of the Limpopo National Park Development Project.** France: Agence Française de Développement, 2016.

BHANDARI, K. *Tourism and the geopolitics of Buddhist heritage in Nepal.* **Annals of Tourism Research**, n. 75, p. 58–69, 2019.

BLANKE, J.; CHIESA, T. **The Travel & Tourism Competitiveness Report 2007.** Switzerland: World Economic Forum, 2007.

BONFIM, E. L.; CAMARGO, C. F.; LAMBERTI, E. análise do pensamento de Amartya Sen sobre pobreza como privação de capacidade, e sua relação com o Brasil atual. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça/RJDSJ**, v. 9, n. 13, p. 49-60, jan./jun./2022.

BORBA, A. A.; LIMA, H. M. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOYER, M. **História do turismo de massa.** Bauru. SP: Edusc, 2003.

BRAMWELL; B.; LANE, B. *Critical research on the governance of tourism and sustainability. Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n. 4–5, mai./jun., p. 411–421. 2011.

BRANDON, K. E.; WELLS, M. *Planning for people and parks: design dilemmas. World Dev*, v. 20, n. 4, p. 557– 70, 1992.

BRITO, L. Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais. II Conferência do IESE, Dinamicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique. Maputo, 2009.

BROCKINGTON, D.; IGOE, J. *Eviction for conservation: A global overview Conservation and Society*, v. 4, n. 3, p. 424–470, 2006.

BUCKLEY, R. *Tourism and environment. Annu. Rev. Environ. Resour*, v. 36, n. 1, p. 397–416, 2011.

BUCKLEY, R. C. et al. *A population accounting approach to assess tourism contributions to conservation of IUCN-Redlisted mammal species. PLOS ONE*, v. 7, n. 9, 2012.

BUSSOTTI, L. A gestão do “risco político” na democracia moçambicana. *Análise e perspectivas. Est. Soc. [online]. vol. 2, n. 20, 2014.*

CAMPODÓNICO, R.; CHALAR, L. *Una propuesta teórica y metodológica para los estudios del turismo desde la perspectiva de la complejidad. Estudios y Perspectivas en Turismo*, v. 26, p. 461-477, 2017.

CARVALHO, C. **Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável.** CULTUR, v. 4, n. 1, 2010.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

_____. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 1992.

_____. **Fome: um tema proibido.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. *Tourism, Ecotourism, and Protected Areas: The State of Nature-Based Tourism Around the World and Guidelines for its Development.* Cambridge, UK: IUCN, 1996.

CHIÚRE, C. A. M. **A Importância das áreas de conservação para o desenvolvimento local sustentável através do turismo na zona tampão do Parque Nacional do Limpopo**. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola Superior de Educação, Coimbra, 2019.

CHIZIANE, P. **Niketche. Uma história da poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Eu, mulher... por uma nova visão de mundo**. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africanas da UFF, v.5, vol.10, Rio de Janeiro, 2013.

COATES, D. J.; BYRNE, M.; MORITZ, C. *Genetic diversity and conservation units: dealing with species-population continuum in the age of genomics*. *Front. Ecol. Evol*, n. 6, p. 165, fev. 2018.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, A. C.(Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: UCITEC, 2000.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Minutes of the meeting of the bureau of the conference of the parties to the convention on biological diversity held in Montreal on 14 October 2007**. 2007. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/meetings/cop-bureau/cop-bur-2007/cop-bur-2007-10-14-en.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

CORRÊA, L. S. L. **Num espaço geográfico cada vez mais rico, há melhor qualidade de vida para todos?** 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1133-4.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2023.

CORREIA, D. M. et al. *Participatory methodology guidelines to promote citizens participation in decision-making: Evidence based on a Portuguese case study*. **Cities** 135, 2023.

COSTA, F. Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 2, n. 7, jul./dez. 2016.

COSTA, I. M. F. **Correndo de volta para casa: a busca pela identidade autóctone em House Made of Dawn, de N. Scott Momaday**. 71 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M. Governança em destinações turísticas: desafios na sociedade moderna. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n.3, p. 55–70, 2019.

COWEN, M. P.; SHENTON, R. W. ***Doctines of development***. London and New York: Routledge, Taylor e Francis Group, 2005.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. In: **Revista RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2. São Paulo: FGV, 2002.

DARCH, C. **Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica**. Moçambique Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018

DE LACY, T. et al. ***Public/private partnerships for sustainable tourism***. Gold Coast: CRC for Sustainable Tourism, 2002.

DESFORGES, J. E. et al. *The alarming state of freshwater biodiversity in Canada*. **Canadian Journal of Fisheries and Aquatic Sciences**, v. 79, p. 352–365, 2022.

DECHANEUX, R. *Role of forest food resources in village livelihood systems: A study of three villages in Salavan Province, Lao PDR*. **NTPF Project, IUCN/ NAFRI**, Vientiane, Lao PDR, 2001.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DEMO, P. **Pobreza política (pobreza humana)**. 2006. Disponível em: <<http://www.fundacaosintaf.org.br/arquivos/File/Pobreza%20Politica%20-%20Pedro%20Demo.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2023.

_____. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

_____. **Cidadania menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza**. Petrópolis: Vozes, 1992.

DOVE, M. *A revisionist view of tropical deforestation and development*. **Environmental Conservation**, v. 20, n. 1, p. 17–24, 1993.

DOWLING, R. K. *Global Geotourism – An Emerging Form of Sustainable Tourism*. **Czech Journal of Tourism**, v. 2, n.2, p. 59-79, 2013.

DREDGE, D.; JENKINS, J. *New spaces and tourism planning policy. Tourism planning and policy: historical development and Contemporary Challenges. Stories of Practice: Tourism Policy and Planning. England: Ashgate*, p.1-12, 2011.

EAGLES, P. F. *Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. Journal of Sustainable Tourism*, v. 17, n. 2, p. 231-248, 2009.

FAZITO, M.; SCOTT, M.; RUSSELL, P. *The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. Annals of tourism research*, v. 57, p. 1-17, 2016.

FAZITO, M.; RODRIGUES, B. N.; NASCIMENTO, E. P.; PENA, L. C. S. O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do NAEA (UFPA)*, v. 372, p. 1-21, 2017.

FERRARO, P.; HANAUER, M.; SIMS, K. *Conditions associated with protected area success in conservation and poverty reduction. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 108, n. 34, p. 13913–13918, 2011.

FERRARO, P. J.; HANAUER, M. *Advances in measuring the environmental and social impacts of environmental programs. Annu. Rev. Environ. Resour*, v. 39, p. 495–517, 2014.

FERRARO, P. J.; HANAUER, M. M. *Protecting ecosystems and alleviating poverty with parks and reserves: “win-win” or tradeoffs? Environ. Resour. Econ*, v. 48, n. 2, p. 269–86, 2011.

FERREIRA, F. C.; CASTELLANI FILHO, L. *Escola e Formação para a cidadania: qual o papel da Educação Física. Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 135-154, out./dez. 2012.

FIGUEIREDO, S.; RUSCHMANN, D. *Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. Novos Cadernos NAEA*, v. 7, p. 171-203, 2004.

FIGUEIREDO, S.; NOBREGA, W. *Turismo e desenvolvimento regional, conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S.; NOBREGA, W.; AZEVEDO, F. Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo. 1 ed. Belém: NAEA, 2014.*

FISHER, R. et al. *Linking Conservation and Poverty Reduction. New York: Earthscan*, 2008.

FITZGERALD, L. A.; STRONZA, A. L. *In defense of the ecotourism shield: a response to Geffroy et al. Trends Ecol Evol*, v. 31, n. 2, p. 94–95, 2016.

FLETCHER, R. *Ecotourism discourse: challenging the stakeholders theory. J. Ecotourism*, v. 8, n. 3, p. 269–85, 2009.

FLETCHER, R. *Neoliberal environmentalism: Towards a poststructuralist political ecology of the conservation debate*. **Conservation and Society**, v. 8, n. 3, p. 171-181, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLINT, C.; ZHU, C. *The geopolitics of connectivity, cooperation, and hegemonic competition: The Belt and Road Initiative*. **Geoforum**, v. 99, p.95-101, 2018.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referencia para a justiça social no terceiro mundo: Evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.** vol. 24, n. 1, São Paulo, jan./jun. 1998.

FOREIGN INVESTMENT ADVISORY SERVICE (FIAS). **The Tourism Sector in Mozambique: A Value Chain Analysis**. Washington, DC: FIAS, World Bank Group, 2006.

FRANÇA, T. H. P. M. **Deficiência e pobreza no Brasil a relevância do trabalho das pessoas com deficiência**. 336 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2014.

FRASER, D. J.; BERNATCHEZ, L. *Adaptive evolutionary conservation: towards a unified concept for defining conservation units*. **Mol Ecol**, v. 10, n. 12, p. 2741–2752, 2001.

FREIRE, B. A. **A interligação da erradicação da pobreza com a agenda 2030: efetivação das metas da ODS 1**. 31 f. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022.

FREUDENSTEIN, J. V. et al. *Biodiversity and the species concept—lineages are not enough*. **Systematic Biology**, v. 66, n. 4, p. 644–656, 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ATIVIDADES POPULACIONAIS (UNFPA). **Mundos distantes: saúde reprodutiva e direitos numa era de desigualdades. Suplemento do Relatório sobre o Estado da População Mundial**. Moçambique: UNFPA, 2017.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Há 32 milhões de crianças e adolescentes na pobreza no Brasil, alerta UNICEF**. 2023. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>>. Acesso em: 5 out. 2023.

GARDNER, B. **Selling the Serengeti: The Cultural Politics of Safari Tourism**. Athens, GA: Univ. Georgia Press, 2016.

GARNET, S. T. CHRISTIDIS, L. Taxonomy anarchy hampers conservation. **Nature**, v. 546, p. 25-27, 2017.

GEFFROY, B.; SAMIA, D. S. M.; BESSA, E.; BLUMSTEIN, D. T. *How nature-based tourism might increase prey vulnerability to predators*. **Trends Ecol. Evol.** v. 3, n. 12, p. 755–765, 2015.

GERHARDT, T. E. A construção da pesquisa. In: Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GILLEN, J.; MOSTAFANEZHAD, M. *Geopolitical encounters of tourism: A conceptual approach*. **Annals of Tourism Research**, v. 75, p. 70–78, 2019.

GONÇALVES, C. **O desafio ambiental: os porquês da desordem mundial, mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GORCZEWSKI, C. **Cidadania, democracia e participação política**. Os desafios do século XXI. 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2018

GILMANT, H. Progresso na África Oriental e Meridional. **JL Fida**, n. 16, 2020.

GORDON, J. E. *Rediscovering a sense of wonder: Geoheritage, geotourism and cultural landscape experiences*. **Geoheritage**, n. 4, p. 65-77, 2012.

GÖSSLING, S. *Ecotourism: a means to safeguard biodiversity and ecosystem functions?* **Ecol. Econ**, v. 29, n. 2, p. 303–20, 1999.

GREEN, D. **Da pobreza ao poder. Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Oxfam international e Cortez editora, 2009.

GUAMBA, J. M. E. **Management of conservation areas with participation of communities in Mozambique**. International Journal of Research -GRANTHAALAYAH, v. 9, n. 1, p. 189 – 201, jan. 2021.

GUEBUZA, A. **Descentralização: promovendo a cidadania, a boa governação e a luta contra a pobreza**. Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, à Nação e ao Mundo, por ocasião da cerimónia da sua investidura. Maputo, 2009.

GUIMARÃES, V. O. S. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais**. Cientific@-Multidisciplinary Journal. Goianésia, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.

HABITAT FOR HUMANITY. **What is Poverty?** 2018. Disponível em: <<https://www.habitatforhumanity.org.uk/blog/2018/09/relative-absolute-poverty/>>. Acesso em: 5 out. 2023.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

_____. **A brief history of Neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2005.

HIGGINBOTHAM, P. **Workhouses: the story of an institution**. 2012.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: fundo de cultura, 1961.

HOFSTAETTER, M.; AZEVEDO, F. **Viento, sol y mar: impactos socioambientales del turismo y parques eólicos en territorios vulnerables de Brasil**. In: ORTIZ, G.; ALEDO; A. DOMINGUEZ-GÓMEZ, J. Impacto Social y Desarrollo. Contribuciones y retos desde la experiencia iberoamericana. Universidad de Alicante, 2022.

HOSE, T. A.; VASILJEVIĆ, D. A. **Defining the nature and purpose of modern geotourism with particular reference to the United Kingdom and South-East Europe**. *Geoheritage*, v. 4, p. 25-43, 2012.

HOSE, T. A. *Selling the Story of Britain's Stone*. *Environmental Interpretation*, v. 10, n. 2, p. 16-17, 1995.

_____. *3G's for modern geotourism*. *Geoheritage*, v. 4, p. 7-24, 2012.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **The Methodologies of the Subsistence Minimum Determination in Kazakhstan: the ways and approaches to improve**. Moscow. ILO, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Resultados definitivos do censo 2017: IV Recenseamento geral da população e habitação**. Maputo: INE, 2019.

INE, UFPA. **Educação em Moçambique**. Fundo das Nações Unidas para a População. INE: Maputo, 2023.

ISAAC, N. J. L. et al. *Mammals on the EDGE: conservation priorities based on threat and phylogeny*. **PLoS ONE**, v. 2, n. 3, 2007.

JAFARI, J.; RITCHIE, J. *Toward a framework for tourism education: problems and prospects*. **Annals of tourism research**, v. 8, n. 1, p. 13-34, 1981.

JONES, S. *The economic contribution of tourism in Mozambique: Insights from a Social Accounting Matrix*. **Development Southern Africa**, v. 27, n. 5, p. 679-696, nov. 2010.

KAEWKUNTEE, D. *Land tenure, land conflicts and post tsunami relocation in Thailand. Mekong Update & Dialogue*, v. 9, n. 2, p. 2–5, 2006.

KING, G; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. ***Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research***. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.

KRIPPENDORF, J. ***Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens***. São Paulo: Aleph, 2006.

KORSTANJE, M. ***Cooperativismo e Turismo: a pobreza como eixo discursivo da agenda neoliberal***. *Rev. Latino-Am. Turismologia / RELAT*, Juiz de Fora (Brasil), e-ISSN 2448-198X, v.6, n. único, pp.1 – 9, Jan./ Dez., 2020.

KRÜGER O. *The role of ecotourism in conservation: panacea or Pandora's box?* ***Biodivers Conserv***, v. 14, n. 3, p. 579–600, 2005.

KUHN, T. ***A estrutura das revoluções científicas***. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KURY, L. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. ***História, Ciências, Saúde, Manguinhos***, v. 8, p. 863-880, 2001.

LACERDA, F. C. C. ***A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações***. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

LAMBERT, T. ***Poverty in the Middle Ages***. 2021. Disponível em: <<https://localhistories.org/a-history-of-poverty-2/>>. Acesso em: 3 out. 2023.

LANGHOLZ, J. *Exploring the effects of alternative income opportunities on rainforest use: insights from Guatemala's Maya Biosphere Reserve*. ***Soc. Nat. Resour***, v. 12, n. 2, p. 139–49, 1999.

LAYTON, K. K. S. et al (2021). *Genomic evidence of past and future climate-linked loss in a migratory Arctic fish*. ***Nature Climate Change***, v. 11, p. 158–165, 2021.

LEE, T. H. *Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development*. ***Tourism management***, v. 34, p. 37-46, 2013.

LEPP, A.; GIBSON, H.; LANE, C. *Image and perceived risk: A study of Uganda and its official tourism website*. ***Tourism Management***, v.32, n. 3, p. 675–684, 2011.

LEVIN, D. A. *Intraspecific lineages as focal points in the extinction and persistence of species*. ***Plant Systematics and Evolution***, v. 305, n. 9, p. 719–726, 2019.

LEUNG, Y.; SPENCELEY, A., HVENEGAARD, G.; BUCKLEY, R. *Gestión del turismo y de los visitantes en áreas protegidas: directrices para la sostenibilidad. Serie Directrices sobre Buenas Prácticas en Áreas Protegidas*, n. 27, Gland, Suíza: UICN, 2019.

LIMA, V. C. **Psicologia da pobreza e pobreza da psicologia: um estudo sobre o trabalho de psicólogos(os) na política pública de assistência social**. 631 f. Dissertação (mestrado em Psicologia Social) – PUCSP, São Paulo, 2014.

LOBATO, R. C. Meio Ambiente e a Metrópole. Geografia e Questão ambiental. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 1993. Disponível: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/geografiaequestaoambiental.pdf/>. Acesso em 02 nov. 2021.

MACCANNELL, D. *El Turista, una nueva teoria de la clase ociosa*. Barcelona: Ed. Melusina, 2003.

MACHLIS, G.; FIELD, D. *National Parks and Rural Development: Practice and Policy in the United States*. Washington, DC: Island Press, 2000.

MACKAY, F. *Addressing Past Wrongs. Indigenous Peoples and Protected Areas: The Right to Restitution of Lands and Resources. Forest Peoples Programme, Moretonin-Marsh*, UK, 2002.

MACLEAN, I. M. D.; WILSON, R. *Recent ecological responses to climate change support predictions of high extinction risk*. **PNAS**, v. 108, n. 30, p. 12337-12342, jul. 2011.

MANHIQUE, T. A. A. Reassentamento e direitos sociais das comunidades locais em Moçambique. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 5, n. 02, p. 1-19, 2022.

MANUAL OPERACIONAL DO BANCO MUNDIAL. OP 4.12 **Políticas Operacionais**, p. 1-12, dez. 2001. acesso em: 13 out. 2023. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/ReassentamentoInvoluntario/Reassentamento_Involuntario.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

MARCUZZO, S. B. **Métodos e espécies potenciais à restauração de áreas degradadas no Parque Estadual Quarta Colônia, RS**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

MARCUZZO, S. B.; VIERA, M. Ecological restoration in conservation units. In: LO, Y. H.; BLANCO, J. A.; ROY, S. *Biodiversity in Ecosystems: linking structure and function*. InTech, 2015.

MARETTI, C. C. et al. **Áreas protegidas: definições, tipos e conjuntos: reflexões conceituais e diretrizes para gestão**. 2002. Disponível em: <

https://www.researchgate.net/profile/Claudio-Maretti/publication/271842251_Areas_Protegidas_Definicoes_Tipos_e_Conjuntos_-_reflexoes_conceituais_e_diretrizes_para_gestao/links/54d3efe10cf246475804791a/Ar-eas-Protegidas-Definicoes-Tipos-e-Conjuntos-reflexoes-conceituais-e-diretrizes-para-gestao.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATIAS-PEREIRA; J. Governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **APGS**, Viçosa, v. 2, n.1, p. 109-134, jan./mar. 2010.

MATOS, E. A.; MEDEIROS, R. M. V. Conservação e desenvolvimento de comunidades Tradicionais: o caso de Chimanmani no centro de Moçambique. **Geo-UERJ**, v. 1, n. 22, 2011.

MCKERCHER, B. *Towards a classification of cultural tourists*. **International Journal of Tourism Research**, v. 4, n. 1, p. 29–38, 2002.

MCSHANE, T.; WELLS, M. **Getting Biodiversity Projects to Work: Towards More Effective Conservation and Development**. New York: Columbia University Press, 2004.

MEKSENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2002.

MENON. A. et al. *Mozambique marine and coastal resources market assessment: a reference guide*. **USAID**, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1996.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MITUR). **Plano de manejo e desenvolvimento do Parque Nacional de Limpopo 2003-2007**. Moçambique: MITUR. 2003.

MOÇAMBIQUE. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento**. 2015-2035. Maputo, 2014.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 5/2017 de 11 de maio de 2017. **Lei de Proteção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica**. Moçambique: Conselho de Ministros, 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (2004-2013)**. Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros de 12 de outubro de 2004. Maputo, 2004.

_____. Ministério da Cultura e Turismo. **O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2015 a 2024**. Maputo: MICTUR, 2015.

_____. **Conferência internacional do turismo baseado na natureza**. Maputo: Governo de Moçambique, 2018.

_____. Lei nº 6/2013 de 20 de dezembro de 2013. **Regulamento de parcerias público-privada e concessões empresariais, de pequena dimensão**. Moçambique: Conselho de Ministros, 2013.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. ***Tourism and Sustainability: Development, Globalisation and New Tourism in the Third World***. New York: Routledge. 4th ed, 2015.

MULLOR, E. E BLÁZQUEZ, C. *Turismo Placebo: Nueva colonización turística: del Mediterráneo a Mesoamérica y El Caribe. Lógicas espaciales del capital turístico*. Managua: Edisa, 2011.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Moçambique**. S.d. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mocambique.htm>>. Acesso em: 9 out. 2023.

NATIONAL GEOGRAPHIC. ***Geotourism Charter***. 2005. Disponível em: <http://www.nationalgeographic.com/travel/sustainable/pdf/geotourism_charter_template.pdf>. Acesso em: 7 out. 2023.

NGA, V. T. Q et al. *The Development of Community-Based Tourism in Dien Phuong District from Core Attractiveness of Destination*. University of Danang. ***Journal of Science and Technology***, v. 20, n.2, p. 36-43, 2022.

NGHI, N. Q.; LANH, T. N.; CHAU, N. T. B. *Factors affect the decision to participate in community-based tourism Organizations of the community in an Giang Province*. ***Can Tho University Journal of Science***, v. 23, p. 194-202, 2012.

NIQUICE E PATIA. **Avaliação longitudinal da desistência escolar em Moçambique**. Resultados da Avaliação de 2021. Análise profunda dos fatores da desistência escolar no ensino primário em Moçambique. ALDE, UNICEF, Maputo, 2022.

NORUM, R.; MOSTAFANEZHAD, M. *A chronopolitics of tourism*. *Geoforum*, n. 77, p. 157–160, 2016.

NUNES, M.; SANTOS, K.; AZEVEDO, F. Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual. ***Pasos-Revista de Turismo y Patrimonio Cultural***, v. 2, p. 443-452, 2014.

OLIVEIRA, A.; CAMPOLARGO, M. *From smart cities to human smart cities. In 48th Hawaii International Conference on System Sciences*, 2015.

OLIVEIRA, L. M. G. T. **Ensaio sobre desigualdade de renda no nordeste brasileiro à luz das hipóteses de Kuznets e do n nos anos de 1991, 2000 e 2010.** 45 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque, ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Mais 122 milhões de pessoas foram empurradas para a fome desde 2019 devido a múltiplas crises, revela relatório da ONU. FAO no Brasil, 2023. Disponível em: < <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1644602/>>. Acesso em: 7 out. 2023.

_____. **FAO apela para maior disponibilidade de alimentos na África.** 2021. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2021/07/1755412>>. Acesso em: 7 out. 2023.

PAPPAS, N. *Volunteer tourism: Popular humanitarianism in neoliberal time. Book Reviews /Annals of Tourism Research*, v. 54, p. 222–242, 2015.

PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO (PNL). **Plano de Maneio.** Ministério da Terra e Ambiente. 2021.

PEACE PARKS FOUNDATION. **Parque Nacional de Limpopo: plano estratégico para a comercialização do turismo.** Moçambique: *Peace Parks Foundation*, 2011.
PEARCE, D. G.; BUTLER, R. **Desenvolvimento em turismo: Temas contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, R. R. C. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Moçambique.** 2015. Disponível em: < <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique>>. Acesso em: 9 out. 2023.

POSSANI, L. F. Pobreza política. **Pensam Real**, v. 10, n. 20, p. 172-176, 2007.

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO (PRT). **Regionalização, sensibilização e mobilização.** 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-final.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação. **Boletim da República**, v. 1, n. 18, p. 132 – 141, 2003.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Administração Nacional das Áreas de Conservação. Parque Nacional do Limpopo**. Ponto de Situação do Processo de Reassentamento, 2021.

REZENDE FILHO, C. B. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.

RIBEIRO, L. S. **A relevância dos patrimônios naturais da humanidade e das reservas da biosfera para a conservação da biodiversidade - o caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. 95 f. Monografia (Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado) – Alto Paraíso, GO, 2018.

RISSIN, A. **Desnutrição em crianças menores de cinco anos no estado de Pernambuco: uma análise relações causais hierarquizadas**. 200 f. Tese (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal de que se trata**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

ROCHA, J. M. et al. As relações entre pobreza e exclusão social: uma análise das vulnerabilidades no município de São Gabriel/RS. **Desenvolvimento Regional: Processos, Políticas e Transformações Territoriais**, p. 1-21, set. 2019.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, 1997.

SANSOLO, D.; CRUZ, R. Biodiversidade, geopolítica e turismo na África Austral: uma análise centrada no Grande Parque Transfronteiriço do Limpopo (África do Sul, Moçambique e Zimbábue). **ANPEGE**, v. 14, n. 23, p. 59-79, jan./abr. 2018.

SANTOS, E. M. **Diagnóstico da geodiversidade e potencial geoturístico do município de Bonito, agreste de Pernambuco**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6 ed. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: USP, 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **O espaço do Cidadão.** 7 ed. São Paulo: USP, 2014.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: EDUSP, 2013.

_____. **Pobreza urbana.** São Paulo: EDUSP, 2013.

SCANLON, J.; CASSAR, A.; NEMES, N. *Water as a Human Right? **Environmental Policy and Law Paper***, n. 51, IUCN, Gland, 2004.

SCHINDLER, D. E. et al. *Population diversity and the portfolio effect in an exploited species. **Nature***, v. 465, p. 609–612, 2010.

SCHWARTZ, M. K. et al. *Landscape Genomics: A Brief Perspective. **Spatial Complexity, Informatics, and Wildlife Conservation***, 165–174, 2010.

SHANNON, G. et al. *Ecological consequences of ecotourism for wildlife populations and communities. In **Ecotourism's Promise and Peril**. Blumstein et al. Switz: Springer Int, 2017.*

SHARPLEY, R. *Tourism, sustainable development and the theoretical divide: 20 years on. **Journal of Sustainable Tourism***, v. 28, n. 2, p. 1-15, 2020.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. **Tourism and Development in the Developing World.** Oxon: Routledge, 2008.

SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, R. C. S. Política social: de sua gênese ao contexto brasileiro. **Acta Sci. Educ.**, v. 42, p. 1-10, 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEQUEIRA, N.; NUNES, P. *Does tourism influence economic growth? A dynamic panel data approach. **Applied Economics***, v. p. 2431–2441, 2008.

SHARIF, M. *The Concept and measurement of subsistence: A survey of the literature. World Development*, v. 14, n. 5, p. 555-577, mai. 1986.

SHARPLEY, R.; TELFER, D. *Tourism and Development in the Developing World*. Oxon: Routledge, 2008.

SILVA, R. P.; AZEVEDO F. F. **A necessária (re)construção do futuro: a economia solidária e o lugar como fundamentos**. Sociedade e Território, Natal, v. 34, n. 1, p. 7, jan./abr. de 2022.

SILVA, G. C. **CIP pede mais transparências nas parcerias público-privadas**. 2019. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-002/cip-pede-mais-transpar%C3%A7%C3%A3o-nas-parcerias-p%C3%BAblico-privadas/a-50389773>>. Acesso em: 8 out. 2023.

SILVA, E.; MENEZES, E. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, L. M. P. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – a Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2011.

SILVA, A. M.; COSTA, M. B. Aspectos conceituais sobre pobreza: o Brasil no prisma da observação. **VIII Jornada Internac Polít Públ**, ago. 2017.

SIMIONI, A. M. C.; LEFÈVRE, F.; PEREIRA, I. M. T. B. **Metodologia Qualitativa nas pesquisas em Saúde Coletiva: considerações teóricas e instrumentais**. Série Monográfica, nº 2. São Paulo: USP, 1996.

SIMS, K. (2010). *Conservation and development: Evidence from Thai protected areas. Journal of Environmental Economics and Management*, v. 60, n. 2, p. 94–114, 2010.

SIMIONE, A. A. E CKAGNAZAROFF, B. I. Governança Participativa em Moçambique: **Dinâmicas do Envolvimento dos Cidadãos na Gestão Municipal em Xai-Xai**. Administração pública e Gestão social. APGS, Universidade Federal de Viçosa. Brasil, 2017 <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5025/html>

SKINNER, L. F.; AZEVEDO, M. A. M. conservação *in situ* e *ex situ* da biodiversidade brasileira. **Diversidade e Gestão**, v. 2, n. 2, p. 47-51, 2018.

SMITH, V. L.; EADINGTON, W. R. *Tourism alternatives: potentials and problems in the development of tourism*. Philadelphia: Univ. PA Press, 1992.

SOARES, A. S. **Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania**. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

SOLIMANI, C. H.; LEHFELD, L. S. A cidadania tutelada: uma forma de ofensa à dignidade da pessoa humana. **V Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, n. 5, p. 214-237, out. 2017.

SORRE, M. Geopolítica da fome: economia e humanismo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 367-371, mai./ago. 2003.

SOUSA, M. Deslocamento forçado de posseiros e pequenos proprietários do parque nacional da serra da capivara – estratégia de proteção ambiental ou violação de direitos humanos? **RVMD**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 410-429, jul./dez. 2011.

SOUSA, V. P. Geografia e meio ambiente: reflexões acerca das práticas socioculturais na concepção de sustentabilidade. **Diversidade e Gestão**, v. 1, n. 2, p. 178-188, 2017.

STRONZA, A. L.; HUNT, C. A.; FITZGERAALD, L. A. *Ecotourism for Conservation? Annual Review of Environment and Resources*, n. 44, p. 229-253, jul. 2019.

STRONZA, A.; GORDILLO, J. *Community views of ecotourism. Ann. Tour. Re*, v. 35, n. 2, p. 448–468, 2008.

SOTTILI, L. A. **A proteção social no Brasil: entre o individualismo e o solidarismo social**. 86 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.

SU, X.; LI, C. *Bordering dynamics and the geopolitics of cross-border tourism between China and Myanmar. Political Geography*, v. 86, n. 102372, 2021.

SUDMEIER-RIEUX et al. *Ecosystems, Livelihoods and Disasters: An Integrated Approach to Disaster Risk Management, Ecosystem Management Series*, n. 4, IUCN, Gland and Cambridge, 2006.

SULLIVAN, B. K. et al. *Conservation and management of polytypic species: The little striped whiptail com-plex (Aspidoscelis inornata) as a case study. Copeia*, v. 3, p. 519–529, 2014.

SUTHERLAND, W. J. et al. *The need for evidence-based conservation. Trends in Ecology and Evolution*, v. 19, n. 6, p. 305–308, 2004.

TASCI, A. D. S.; SEMRAD, K. J.; YILMAZ, S. S. **Community-based tourism finding the equilibrium in Setting the Pathway for the Future**. Ankara: COMCEC Coordination Office, 2013.

THE WORLD BANK. **Fact sheet: an adjustment to global poverty lines**. 2022. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/fact-sheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines>>. Acesso em: 5 out. 2023.

THE WORLD BANK. **Moçambique: aspectos gerais**. 2023. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview#:~:text=A%20sua%20extensa%20costa%20do,e%20trabalham%20em%20zonas%20rurais.>>. Acesso em: 9 out. 2023.

THOMAS, M. F. *A geomorphological approach to geodiversity – its applications to geoconservation and geotourism*. *Quaestiones Geographicae*, 3v. 31, n. 1, p. 81-89, 2012.

TOMAZELLI, I. Filhos de famílias pobres têm só 2,5% de chance de chegar ao topo no Brasil. **Jornal Estado de Minas**, 10 de out. 2022.

TOSUN, C. *Expected nature of community participation in tourism development*. *Tourism Management*, v. 27, n. 3, p. 493-504, jun. 2006.

TRIBE, J.; LIBURD, J. J. *The tourism knowledge system*. *Annals of tourism Research*. v. 57, p. 44-61, 2016.

UDRSS/VALEURS. The economic value of wild resources in Senegal: A preliminary valuation of non-timber forest products, game and freshwater fisheries. **Synthesis report**, UDRSS/VALEURS, 2002.

UNDP and OPHI. United Nations Development Programme and Oxford Poverty and Human Development Initiative. **Global Multidimensional Poverty Index 2022. Unpacking deprivation bundles to reduce multidimensional poverty**. USA, 2022.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human development report 2021/2022. Uncertain times, unsettled lives: shaping our future in a transforming world*. New York, 2022.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **Census Detailed Operational Plan for: 11. Integrated Partnership and Communications Operation (IPC)**. 2020. Disponível em: <https://www2.census.gov/programs-surveys/decennial/2020/program-management/planning-docs/IPC_detailed_operational_plan.pdf> Acesso em: 6 out. 2023.

URIELY, N. *The tourist experience, conceptual developments*. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n. 1, p. 199-216, 2005.

VEAL, A. K. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

VELASCO, M. *Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo*. **Revista Pasos**, v. 14, n. 3, p. 577-594, 2016.

VERFLE, G.; ALMEIDA, N. Atividades humanas são as maiores causas da extinção de espécie. **Íntegra UFSM**, fev. 2022.

VICO, V. C. **Turismo, território e desenvolvimento: um olhar a partir do Arquipélago de Bazaruto, Moçambique**. 147 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

VICO, V. C. C.; AZEVEDO, F. F.; VICO, R. P. A internacionalização do turismo e a dinâmica territorial no Arquipélago de Bazaruto em Moçambique. *Para Onde!? Edição Especial - Geografia(s) do Turismo*, v. 16, n. 02, p. 93-113, 2022.

VIEIRA, C. A. et al. **Pobreza multidimensional: um estudo de caso das privações básicas na região nordeste de Santa Maria/RS**. 2019. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/533/2019/05/POBREZA_MULTIDIMENSIONAL.pdf. Acesso em: 3 out. 2023.

WAPLES, R. S. et al. *Implications of large-effect loci for conservation: A review and case study with Pacific Salmon*. **Journal of Heredity**, 113, 121–144, 2022.

WEST, P.; CARRIER, J. *Ecotourism and authenticity: getting away from it all?* **Curr. Anthropol**, v. 45, n. 4, p. 483–98, 2004.

WILKINSON, R. G. **Pobreza e progresso: um modelo ecológico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WILSON, E. O. *Biodiversity research requires more boots on the ground*. **Nat Ecol Evol**, v.1, p. 1590-1591, 2017.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WECD). *Our Common Future (The Brundtland Report)*. New York: Oxford Univ. Press, 1987.

_____. *Ecotourism and economic incentives—an empirical approach*. **Ecol Econ**, v. 32, n. 3, p. 465–479, 2000.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. UNWTO **Tourism highlight** 2011 Edition. Madrid: UNWTO, 2011a. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284413935>

_____. **2010 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2011b.

_____. **Annual report 2011**. Madrid: UNWTO, 2012. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284415366>

_____. **Annual report 2012**. Madrid: UNWTO, 2013. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284415373>

_____. **Annual report 2013**. Madrid: UNWTO, 2014. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416110>

_____. **2014 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2015. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284416905> acessado em

_____. **2015 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2016. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418039>

_____. **2016 Annual report**. Madrid: UNWTO, 2017. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284418725> acessado em

_____. **Annual report 2017**. Madrid: UNWTO, 2018. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284419807>

_____. **UNWTO Tourism highlights 2017 edition**. Madrid: UNWTO, 2019. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>

_____. **UNWTO Tourism highlights 2018 edition**, UNWTO, Madrid, 2018. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419876>

_____. **UNWTO Tourism highlights 2019 edition**, UNWTO, Madrid, 2019. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284421152>

_____. **International Tourism Highlights 2020 Edition** UNWTO, Madrid, 2021. Disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284422456>

_____. **2023 Edition International Tourism Highlights. The impact of COVID-19 on Tourism (2020-2022)** UNWTO, Madrid, 2023. <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284424504>

WUNDER, S. *Poverty alleviation and tropical forests: What scope for synergies?* **World Development**, v. 29, n. 11, p. 1817–1833, 2001.

XI, Z. et al. *Phylogenomics and a posteriori data par-titioning resolve the Cretaceous angiosperm radiation Malpighiales*. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 109, n. 43, 2012.

YANG, L. et al. *Phylogeny and polyploidy: Resolving the classification of cyprinine fishes (Teleostei: Cypriniformes)*. **Molecular Phylogenetics and Evolution**, v. 85, p. 97–116, 2015.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA AO DEPARTAMENTO DE REASSENTAMENTO HUMANO

Esta entrevista enquadra-se na pesquisa que está sendo desenvolvida por Verónica Cecílio Chiundila Vico, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientada por Prof. Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo. O objetivo desta entrevista é obter informações a articulação dos diversos agentes nas áreas de conservação em Moçambique com intuito de perceber o turismo e a relação com as populações em situação de pobreza. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Data: ____/____/____

Função: _____

Local: _____

Contacto: _____

Parte 1: sobre o quadro político de reassentamento

Quais são funções do departamento?

Quais são as bases legais do processo de reassentamento?

Quais são as fases do processo de reassentamento?

Como se concretizou, que ações preparatórias foram desenvolvidas e quais foram os atores envolvidos?

Que fóruns foram usados para a articulação com as comunidades?

Quantas comunidades existem no interior do parque e quantas eram antes do processo de reassentamento?

Qual é o número total da população reassentada?

Parte 2: sobre as compensações

O que motivou o reassentamento das comunidades?

Quando iniciou o processo de reassentamento?

Como foi inventariado o patrimônio das comunidades?

Parte 3: sobre os meios de subsistência

Quais são os meios de subsistência das comunidades?

Quais as infraestruturas foram planejadas no âmbito do reassentamento?

Que investimentos são e são realizados atualmente?

Na sua opinião, que dificuldades são enfrentados pelas comunidades?

Quais são desafios são enfrentados pelo parque?

Parte 4: sobre as obrigações do parque

Quais são as responsabilidades do parque?

Quais são as principais demandas das comunidades?

Que benefícios e oportunidades foram criadas para as comunidades reassentadas?

Existem acordos de curto e longo prazo firmados com as comunidades? Qual periodicidade, os objetivos e perspectivas?

Parte 5: sobre as parcerias

Quais são as organizações parceiras e financiadoras?

Que tipo de parcerias foram firmadas?

Que ações são desenvolvidas no âmbito do reassentamento?

Qual é a periodicidade da parceria?

Parte 6: sobre a monitoria

Os objetivos do reassentamento têm sido alcançados?

Quais são os principais avanços e melhorias após o reassentamento?

Quais são os obstáculos do âmbito da implementação das ações relativas aos planos de reassentamento?

Quais são as principais perspectivas, no âmbito do futuro do parque?

Na sua opinião, quais são as demandas das populações em situação de pobreza e como supri-las?

- Considerações e sugestões?

Agradeço pela atenção e por contribuir para o propósito deste estudo!

Verónica Chiundila Vico

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA À COMUNIDADE REASSENTADA (PARQUE NACIONAL DE LIMPOPO)

Esta entrevista enquadra-se na pesquisa que está sendo desenvolvida por Verónica Cecílio Chiundila Vico, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientada por Prof. Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo. O objetivo desta entrevista é obter informações sobre a articulação dos diversos agentes nas áreas de conservação em Moçambique com intuito de perceber o turismo e a relação com as populações em situação de pobreza. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Data: ____/____/____

Local: _____

Contacto: _____

Parte 1: sobre o pré-reassentamento

Como a vossa vida antes do reassentamento?

Que atividades desenvolviam?

Como foi o processo negociação? Quanto tempo durou a negociação?

Quem foram os intervenientes?

Que aspectos foram acordados?

Parte 2: sobre as expectativas e compensações

Que expectativas tiveram sobre o processo de reassentamento?

Que mudanças têm verificado nesse processo?

O processo de reassentamento contribuiu para a melhoria de vida da comunidade?

Quais são os benefícios adquiridos? Que compensações tiveram nesse processo?

Parte 3: sobre as articulações

Como tem sido a articulação entre o parque e as comunidades?

De que forma as comunidades se organizam para expor as preocupações e planos? Quais são as suas preocupações?

Há conflitos entre homem e fauna bravia nas áreas reassentadas?

Conhecesse alguma concessão turística dentro do parque? Que relações são desenvolvidas entre elas e as comunidades?

Conhece alguma Organização Não-Governamental que apoia nos assuntos comunitários? Que ações tem desenvolvido?

Parte 4: sobre os meios de subsistência

Como é sua vida atualmente?

O que entendem por turismo?

Tem conhecimento das taxas de turismo destinadas as comunidades? Acreditam que essas taxas trazem benefícios? De que forma?

Que necessidades tem enfrentando? E como suprir?

Parte 5: sobre a monitoria

Foram cumpridos todos os acordos relacionados ao reassentamento?

Quais os desafios no processo de reassentamento?

Que oportunidades você tem/teveno processo de reassentamento?

Parte 6: sobre as perspectivas

Como você se observa no futuro?

O que pretende ser e onde pretende estar?

Na sua opinião, que implicações o processo de reassentamento tem ou terá na sua comunidade?

- Considerações e sugestões?

Agradeço pela atenção e por contribuir para o propósito deste estudo!

Verónica Chiundila Vico

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA À CONCESSÃO TURÍSTICA

Esta entrevista enquadra-se na pesquisa que está sendo desenvolvida por Verónica Cecílio Chiundila Vico, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientada por Prof. Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo. O objetivo desta entrevista é obter informações sobre a articulação dos diversos agentes nas áreas de conservação em Moçambique com intuito de perceber o turismo e a relação com as populações em situação de pobreza. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Data: ____ / ____ / ____

Função: _____

Local: _____

Contacto: _____

Parte 1: sobre as diretrizes das parcerias e concessões turísticas

Qual é o papel da concessão turística?

Que relações estabelece com o parque?

Quais são os objetivos da concessão turística?

Que acordos foram estabelecidos?

Como se deu o processo da atribuição da concessão e a articulação com os atores envolvidos?

Qual é o período de renovação da concessão?

Parte 2: sobre as atividades desenvolvidas

Quando iniciou atividade?

Atua em rede?

Onde se localiza a central de reservas?

Qual foi o capital investido?

Capacidade de alojamento?

Número de trabalhadores locais e estrangeiros?

Como se estabeleceu essa concessão turística?

Qual é o tempo permanência dos hóspedes (estadia média)?

Que perfil de turista tem visitado a sua concessão?

Onde adquire os produtos (roupas de cama, produtos alimentares, material de construção)?

Parte 3: sobre as parcerias com as comunidades

Que ações tem realizado com a comunidades?

Como tem sido a articulação com as comunidades locais?

Que relações são estabelecidas com o PNL?

Na sua opinião, quais são as demandas das populações em situação de pobreza e como supri-las?

Parte 4: sobre as perspectivas e desafios

Quais são dificuldades? Quais são as oportunidades?

Quais são as principais perspectivas, no âmbito do futuro do parque e da concessão turística?

Quais são os desafios das atividades desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento do parque?

Na sua opinião, que benefícios e implicações tem processo de reassentamento das comunidades?

- Considerações e sugestões?

Agradeço pela atenção e por contribuir para o propósito deste estudo!

Verónica Chiundila Vico

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Esta entrevista enquadra-se na pesquisa que está sendo desenvolvida por Verónica Cecílio Chiundila Vico, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e orientada por Prof. Doutor Francisco Fransualdo de Azevedo. O objetivo desta entrevista é obter informações sobre a articulação dos diversos agentes nas áreas de conservação em Moçambique com intuito de perceber o turismo e a relação com as populações em situação de pobreza. As informações coletadas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Data: ____/____/____

Organização: _____

Função: _____

Local: _____

Contacto: _____

Parte 1: sobre as parcerias estabelecidas

Qual são os objetivos da organização?

Qual é o papel da organização no processo de gestão do parque?

Que relações estabelece com o parque?

Que relações estabelece com as comunidades?

Que acordos foram estabelecidos?

Parte 2: sobre os planos e projetos

Quais são os planos e projetos que a organização possui?

De que forma tem articulado o planeamento das ações do parque?

Como a organização tem articulado a agendas do parque, de modo a se tornarem concretas?

Quais são as fontes de financiamento para a materialização de atividades?

Quais são as principais perspectivas, no âmbito do futuro do parque?

Parte 3: sobre os reassentamentos humanos

Como a organização participa no processo de reassentamento das comunidades?

A instituição possui projetos/planos associados ao processo de reassentamento? Quais?

Quais as principais dificuldades que o parque tem enfrentado?

Quais são os desafios das atividades desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento do parque?

Na sua opinião, que benefícios e implicações tem processo de reassentamento?

Na sua opinião, quais são as demandas das populações em situação de pobreza e como supri-las?

- Considerações e sugestões?

Agradeço pela atenção e por contribuir para o propósito deste estudo!

Verónica Chiundila Vico

APÊNDICE 5

Ações realizadas pela WWF uma das organizações que lida com a instituição das áreas de conservação e a proteção da biodiversidade

Período	Ação	Efeito
Década 1960	Angariação de mais de 5,6 milhões de Dólares	Financiamento a pesquisa da vida selvagem e a esforços contra a caça furtiva
1962	Estação de pesquisa estabelecida nas Ilhas Galápagos – Arquipélago de Colon - Equador	Instituição científica com fins de conservação
1963	Abertura da primeira escola para a gestão de parques –Tanzânia	Treinamento de guardas florestais e de gestores de vida selvagem em áreas protegidas
1965	Extensão do rinoceronte branco do Sul (da África do Sul ao Quênia)	Introdução e Reintrodução de rinoceronte branco do Sul em vários países
1996	Pesquisa da vida selvagem na América do Sul	Levantamento da situação de urso de óculos, esforços de conservação com o tamanho da população, distribuição e ecologia de espécies particulares, bem como o status do habitat e ameaças
1969	Compra de terreno nos pântanos do Delta do Guadalquivir na Espanha	Estabelecimento do Parque Nacional Coto Doñana, uma das primeiras reservas de pântanos do mundo e um importante local para aves migratórias
Década 70	Mudança de abordagem: de ações individualizadas para esforços de conservação abrangentes face aos biomas.	Envolvimento com os governos em tratados ambientais internacionais
1971	Tratado intergovernamental para zonas húmidas	Convenção de <i>Ramsar</i> sobre zonas húmidas de importância internacional
1972	Conservação de tigres em grande escala	Realização de campanhas e projetos de povoação e recuperação de tigre
1975	Conservação da floresta tropical	Arrecadação de fundos para novas áreas protegidas de floresta tropical na África Central e Ocidental, Sudeste Asiático e América Latina.
1976	Regulamento do comércio de espécies ameaçadas de extinção	Redução da caça furtiva na África e recuperação de populações após os declínios enfrentados nas décadas 1970 e 1980
Década 1980	Difusão da ideia de desenvolvimento sustentável permeando a conservação, o desenvolvimento e as estratégias corporativas	Promoção de ideias de conservação integrada ao desenvolvimento
1981	Pesquisa em produtos químicos tóxicos	Conscientização pública sobre substâncias tóxicas
1982	Moratória da caça comercial de baleias	Proteção dos cetáceos (baleias, golfinhos e botos)
1986	Integrando a conservação com o	Inclusão da população local no

	desenvolvimento	processo de planeamento e plano de gestão com praticas sustentáveis de uso da terra e desenvolvimento rural nas comunidades locais. Geração de renda e gestão de recursos do parque e treinamento contra na vigilância contra a caça ilegal
1989	Adoção de novos mecanismos de financiamento da conservação	Troca de dívida de uma nação por natureza para o estabelecimento de novas áreas protegidas, construir a capacidade de gestão do parque, promover o uso sustentável dos recursos naturais do país e envolver as comunidades locais na gestão florestal e costeira. Outros financiamentos a longo prazo como o de carbono e fundos fiduciários de conservação e pagamentos por serviços ambientais
1989	Concretização do Plano nacional de conservação do panda gigante	Estabelecimento de uma paisagem de panda conectada. Apoio de projetos comunitários para encorajar o uso e manejo florestal sustentável entre as pessoas que vivem em habitat do panda na China
Década 90	Aceitação ampla dos vínculos globais entre o meio ambiente, as atividades humanas e o bem-estar humano como o valor da biodiversidade e a ameaça emergente das mudanças climáticas	Desenvolvimento da estratégia de conservação global em seis eco regiões mais críticas do mundo – espécies, florestas, conservação marinha e água doce, mudanças climáticas e produtos químicos. Envolvimento de empresas e outros parceiros para promover a gestão sustentável de recursos
1992	Tratado para conter perda de biodiversidade	Estabelecimento da convenção sobre diversidade Biológica. Contabilização do valor da biodiversidade em ativos nacionais a introdução da economia verde
1993	Gestão de recursos naturais com base na comunidade	Capacitação de comunidades rurais a gerenciar ativamente os recursos naturais. As comunidades têm direitos legais sobre a vida selvagem em suas terras e beneficiam-se de seus recursos naturais por meio do turismo, caça gerenciada e outras atividades
1993	Certificação de <i>commodities</i> sustentáveis	Esquema de certificação (<i>Forest Stewardship Council</i> e <i>Marine Stewardship Council</i>) para produtos florestais colhidos de acordo com critérios ambientais, sociais e econômicos estritos e para frutos do mar capturados na natureza
1997	Esforços globais para reduzir as emissões de carbono	Desempenho de um papel fundamental na ratificação e entrada em vigor do protocolo de Kyoto, com vista a limitar

		as emissões de carbono em países industrializados
1998	Primeiro relatório do planeta vivo	Realização de publicações sobre análises baseadas na ciência da saúde da biodiversidade e da pressão da humanidade sobre a natureza. Em colaboração com a <i>Zoological Society of London</i> e a <i>Global Footprint Network</i> e o <i>Living Planet Report</i>
1999	Declaração inovadora para as florestas do Congo	Elaboração do primeiro tratado regional da África sobre gestão florestal sustentável e expansão de rede de áreas protegidas e certificação de florestas (extração ilegal da matéria em grande escala, o manejo florestal deficiente e a caça ilegal de animais selvagens)
Década 2000	Mudanças transformacionais que levam a conservação duradoura, desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis	Realização de experiências combinadas de sua rede global para criar parcerias inovadoras que integram a conservação local, política e defesa de alto nível e a aliança estratégica com setor privado
2002	Iniciativa em grande escala para salvar a Amazônia	Conservar a Bacia Amazônica por meio da combinação de boa governança, posse clara da terra, produção de <i>commodities</i> sustentável, desenvolvimento de infraestrutura em harmonia com a floresta e conservação da biodiversidade. Expansão da extensão da Área Protegida de Região Amazônica. Ameaças crescente e contínua de desmatamento, pecuária insustentável e expansão agrícola
2003	Mostrando o valor econômico da natureza	Estimada que os recifes de coral forneceram quase 30 bilhões de Dólares em benefícios líquidos a cada ano por meio do fornecimento de bens e serviços às economias mundiais, incluindo o turismo, pesca e proteção costeira. Além do valor estimado em 3,4 bilhões de Dólares por ano vindos por meio de fornecimento de alimentos água potável, material de construção serviços de tratamento de água e serviços de controle de erosão. Isso contribuiu para convencer os governos e comunidades locais sobre o verdadeiro valor dos ecossistemas e espécies
2008	O óleo de palma sustentável certificado entra no mercado	Apoio no desenvolvimento de práticas e padrões de produção sustentáveis sendo <i>commodities</i> em florestas tropicais

2009	Garantindo um futuro para o <i>hotspot</i> marinho mais rico do mundo	Estabelecimento de uma rede regional de áreas marinhas protegidas, alcance de uma abordagem ecossistêmica para a gestão das pescas, melhorar a renda, meios de subsistência e segurança alimentar para as comunidades costeiras, garantir a exploração sustentável de estoques de atum compartilhados e implementar estratégias de adaptação climática
2010	O maior evento de ativismo ambiental no mundo	Convencendo os líderes mundiais a garantir um sucessor efetivo para o protocolo de Kyoto e começar a fazer cortes necessários nas emissões de gases de efeito de estufa.

Fonte: realizado com base nas ações da WWF¹⁰

¹⁰Disponível em <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/about-us.html>

APÊNDICE 6

Capacidades governamentais em turismo

Ações	Essência
Legitimidade implícita	Procedimentos democráticos na dinâmica da tomada de decisão coletiva e escolha de prioridades dentro das diversas demandas encontradas
Alocação de recursos	Incorporação de princípios ou defesa de ideias diante da disponibilidade de orçamento, recursos humanos, tecnológicos, etc., para cada ação e programa (como e quais recursos serão usados, por qual propósito)
Administração de objetivos como um todo coerente	Coordenação de um conjunto de ações para evitar contradições entre as prioridades promovidas e resultados
Imposição de limites	Adaptabilidade às crises e incorporação de valores como qualidade ou novas formas de trabalhar, limitação de crescimento e eliminar negócios que causam impactos totalmente negativos, pois, existem grupos com interesses específicos que podem impor modelos de turismo desequilibrados que pode gerar grandes perdas para uma camada da população
Representação de interesses difusos e desorganizados	Promoção de novas redes de atores; criação de órgãos nacionais de gestão de turismo; informação a sociedade, incorporação espaços de discussão e decisão dos atores da comunidade não representada, uma vez que nem todos os atores têm a mesma capacidade de gerar estruturas de diálogo bem organizados e coordenados

Fonte: adaptado de Velasco (2016)

APÊNDICE 7

Especificidades das áreas de conservação em Moçambique

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO EM MOÇAMBIQUE					
Áreas de Conservação Total					
Nº	Categoria	Característica	Finalidade	Atribuição	Formas de uso
1	Reserva Natural Integral	Apresentar processos ecológicos intactos ou condições de habitat propensas para o rápido desenvolvimento ecológico.	Preservar a natureza, manter processos ecológicos.	Estado ou através de parcerias público-privadas.	Estudos científicos, monitoramento e educação ambiental.
2	Parque Nacional	Conter exemplos representativos de grandes regiões naturais, e características biológicas, ambientais ou paisagísticas, e possuir qualidade ecológica.	Proteger a flora e fauna, paisagens ou formações geológicas.	Estado ou por parcerias público-privadas.	Estudos científicos, educação ambiental, recreação e turismo.
3	Monumento Natural e Cultural	Área inferior a 100 hectares que, conter um ou mais elementos com valor natural, estético, geológico, religioso, histórico ou cultural pela sua singularidade.	Proteger elementos naturais ou culturais específicos;	Estado (ou Autarquia); público-privada; setor privado; instituições de ensino ou de natureza científica ou organizações da sociedade civil; comunitária.	Turismo, recreação, educação e investigação científica.
Áreas de Conservação de Uso Sustentável					
1	Reserva Especial	Conter populações importantes de espécies de flora e/ou fauna, ou seja, ecossistemas de relevância nacional, regional ou internacional;	Proteger uma determinada espécie de fauna ou flora raras, com valor cultural e econômico reconhecido.	Gestão pelo Estado; Gestão através de Parcerias público-privadas.	Educação ambiental e sensibilização pública.
2	Áreas de Proteção Ambiental	Constituir uma ou várias áreas chave, destinadas à proteção integral da natureza, também possuir uma ou várias zonas de desenvolvimento econômico,	Assegurar a proteção e preservação dos componentes ambientais, bem como a manutenção e	Gestão pelo Estado; Gestão através de Parcerias público – privadas.	Lazer e turismo

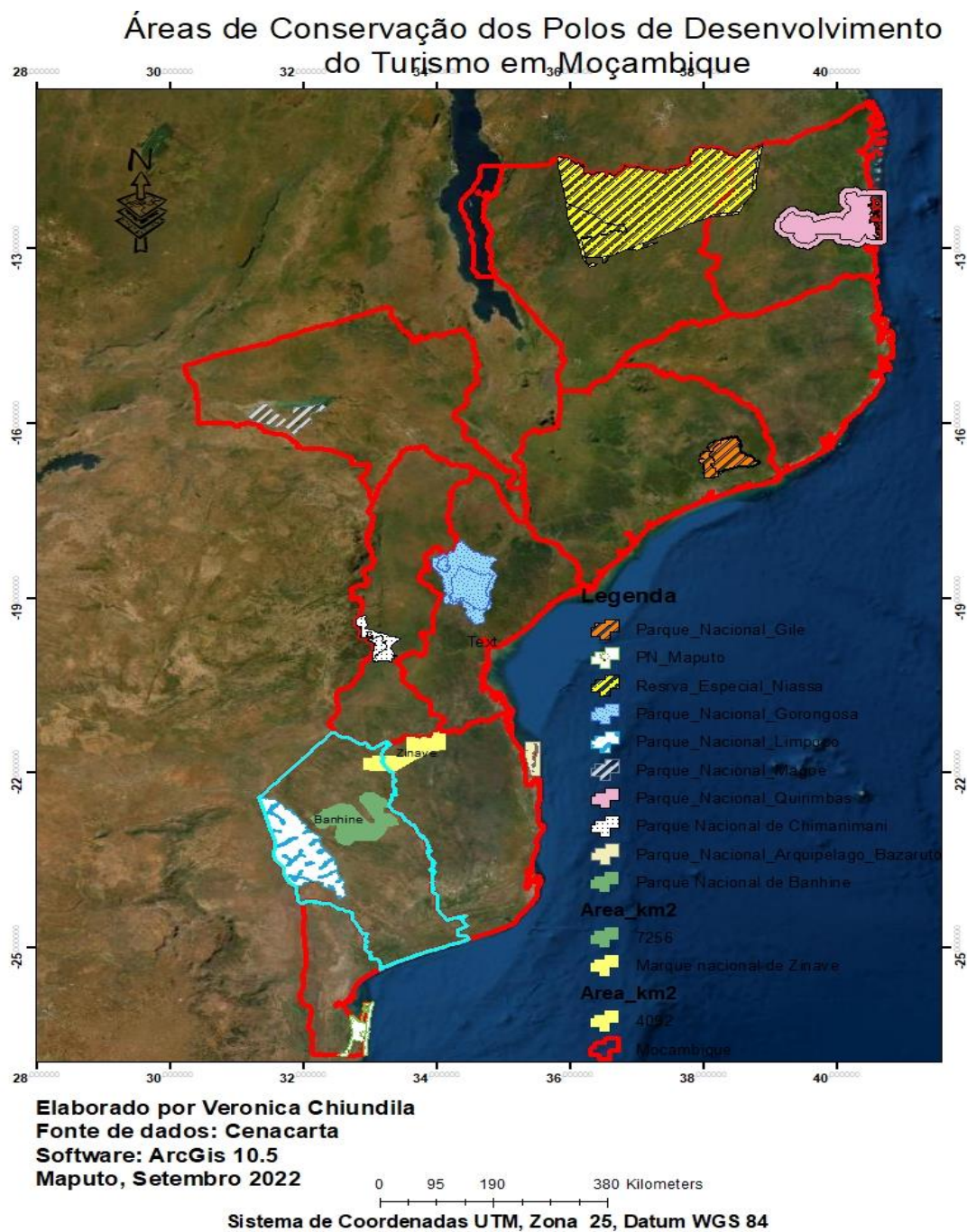
		onde só sejam admitidas atividades de que não resultem em danos para as áreas chave.	melhoria dos ecossistemas		
3	Coutada Oficial	Dispor de ecossistemas que propiciem a diversidade e conectividade da paisagem e do habitat de reconhecido valor ecológico, social, cultural ou econômico.	Realizar atividades cinegéticas e a proteção das espécies e ecossistemas.	Gestão pelo setor privado	Atividades cinegéticas
4	Área de Conservação Comunitária	Área com ecossistemas conservados e com utilização múltipla dos recursos naturais principalmente pelas comunidades locais seguindo as normas e práticas costumeiras.	Proteger e conservar os recursos naturais existentes na área do uso consuetudinário da comunidade, incluindo conservar os recursos naturais, florestas sagradas.	Gestão comunitária; Gestão através de Parcerias entre a Comunidade Local e o sector privado ou organizações da sociedade civil.	Uso medicinal religiosa, espiritual e de uso cultural investigação científica
5	Santuário	Possuir populações representativas de espécies de flora e fauna e condição natural dos habitats para salvaguarda das áreas inalteradas ou áreas pouco alteradas sem habitação humana permanente ou significativa no meio.	Reproduzir, abrigar, alimentar e investigar determinadas espécies de fauna e flora.	Gestão pelo Estado; público-privadas; Setor privado, instituições de ensino ou de natureza científica e Organizações da sociedade civil; Gestão comunitária; Gestão através de Parcerias entre a Comunidade Local e o sector privado ou organizações da sociedade civil.	Investigação científica
6	Fazenda do Bravio	Área vedada exclusivamente privada, contendo condições para a reprodução e conservação da fauna e flora, mas também para a realização de caça mediante a legislação em vigor.	Assegurar a reprodução de animais em lugares vedados, com fins de conservação e repovoamento de outras áreas de conservação, venda de animais vivos e ovos para fins de conservação ou não e extração de carne e troféus.	Gestão pelo sector privado; - Gestão por organizações da sociedade civil.	Atividades cinegéticas
7	Parque Ecológico	Dispor de elementos da natureza cruciais para o equilíbrio ecológico da	Proteger e conservar de ecossistemas sensíveis no	Gestão pelo Estado (Autarquia);	Educação ambiental,

	Autárquico	autarquia local, incluindo terras húmidas, mangais, encostas, dunas, áreas florestais.	contexto urbano e de povoação.	Gestão através de Parcerias público-privadas; Gestão por Organizações da sociedade civil.	recreação, lazer e ecoturismo, pesquisa científica.
--	------------	--	--------------------------------	--	---

Fonte: adaptado de Moçambique (2017)

APÊNDICE 8

Figura: Principais Áreas de Conservação com fins turísticos em Moçambique



Apendice 9: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

N	ODS	Objetivos
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água limpa e saneamento	Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
7	Energia limpa e acessível	Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9	Trabalho decente e crescimento econômico	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10	Redução das desigualdades	reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Cidades e comunidades sustentáveis	tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12	Consumo e produção responsáveis	assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13	Ação contra a mudança	tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus

	global do clima	impactos;
14	Vida na água	conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15	Vida terrestre	proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16	Paz, justiça e instituições eficazes	promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17	Parcerias e meios de implementação	fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de UNITED NATIONS (2016)

Apêndice 10: Chegadas (fluxos) internacionais de turistas

Ano	África	América	Ásia e Pacífico	Europa	Médio oriente	Total
2008	44.4milhões	147.8 milhões	184.1 milhões	485.2milhões	55.2 milhões	916.7 milhões
2009	46 milhões	140.6 milhões	180.9 milhões	461.5milhões	52.9 milhões	881.9 milhões
2010	49 milhões	150 milhões	204 milhões	477 milhões	60 milhões	940 milhões
2011	50 milhões	156 milhões	217 milhões	504 milhões	55 milhões	982 milhões
2012	53 milhões	163 milhões	234 milhões	534 milhões	52 milhões	1.036 milhões
2013	56 milhões	169 milhões	248 milhões	563 milhões	52 milhões	1.088 milhões
2014	56 milhões	182 milhões	263 milhões	584 milhões	50 milhões	1.135 milhões
2015	53 milhões	191 milhões	278 milhões	609 milhões	54 milhões	1.185 milhões
2016	58 milhões	200 milhões	309 milhões	615 milhões	54 milhões	1.236 milhões
2017	63 milhões	207 milhões	324 milhões	671 milhões	58 milhões	1.323 milhões
2018	67 milhões	216 milhões	348 milhões	710 milhões	60 milhões	1.401 milhões
2019	69.1 milhões	219.3 milhões	360.1 milhões	743.9 milhões	73 milhões	1.465 milhões
2020	18.7 milhões	69.6 milhões	59.1 milhões	239.6 milhões	19.8 milhões	407 milhões
2021	19.6 milhões	81.5 milhões	24.8 milhões	304.9 milhões	24.9 milhões	456 milhões
2022	46.5 milhões	155.6 milhões	100.5 milhões	594.5 milhões	65.6 milhões	963 milhões

Fonte: Adaptado de UNWTO (2010 – 2023)

Apêndice 11: Receitas internacionais do turismo (Dólar norte americano)

Ano	África	América	Ásia e Pacífico	Europa	Médio oriente	Total
2010	30.4 bilhões	215.5 bilhões	254.4 bilhões	422.8 bilhões	52.2 bilhões	975,3 bilhões
2011	33 bilhões	199 bilhões	289 bilhões	463 bilhões	46 bilhões	1.030 bilhões
2012	34 bilhões	215 bilhões	323 bilhões	457 bilhões	47 bilhões	1.076 bilhões
2013	34 bilhões	215 bilhões	323 bilhões	356 bilhões	36 bilhões	964 bilhões
2014	36 bilhões	274 bilhões	377 bilhões	509 bilhões	49 bilhões	1.218 bilhões
2015	36 bilhões	274 bilhões	372 bilhões	468 bilhões	51 bilhões	1.201 bilhões
2016	33 bilhões	313.7 bilhões	370.8 bilhões	468.1 bilhões	59 bilhões	1.244,6 bilhões
2017	37.3 bilhões	326.2 bilhões	389.6 bilhões	519.2 bilhões	67.6 bilhões	1339,9 bilhões
2018	38 bilhões	334 bilhões	435 bilhões	570 bilhões	73 bilhões	1.450 bilhões
2019	38.9 bilhões	330.6 bilhões	441.2 bilhões	584.3 bilhões	99.2 bilhões	1.494 bilhões
2020	14.9 bilhões	125.4 bilhões	126.2 bilhões	249.3 bilhões	43.5 bilhões	559 bilhões
2021	17.5 bilhões	140.3 bilhões	90.6 bilhões	327.4 bilhões	62.5 bilhões	638 bilhões
2022	31.6 bilhões	243.9 bilhões	131.4 bilhões	548.6 bilhões	75.9 bilhões	1.031 bilhões

Fonte: adaptado de UNWTO (2011 a 2023)

Apêndice 12: Material de entrevistas digitadas com base em recortes de unidades de registro e contexto pertinentes ao tema e aos objetivos da investigação.

Entrevistas
Entrevistado 1 concessão turística
Primeiro já fizemos muitas atividades do parque, inclusive participamos da vedação do parque, arrendamos este lindo espaço das comunidades e disponibilizamos água para o consumo humano, para as comunidades.
Foi muito custoso porque tivemos que investir em toda infraestrutura, a partir de aquisição de geradores para bombear água, energia e construção das casas, yahhh é muito, muito caro. Não tenho ideia de quanto mais ou menos custou...Os maiores gastos, custos aqui tem haver com manutenções, seja de abastecimento de água, seja de rotina...
Temos contratos faseados, o primeiro contrato foi de 7 anos e expirou em maio, mas agora fizemos outro contrato com a comunidade e esse é de 20 anos. Só daqui a 20 anos voltaremos a fazer revisão dos contratos.
Arrendamos o espaço das comunidades está em torno de 5 milhões de meticais em 6 anos...perguntando o que eles fazem com o dinheiro. Não sei... muita coisa não sabemos. Mas quando eles fazem alguma atividade de pesca aqui também tiram um pouco daquele dinheiro.
Temos agências para reservas em varias partes do mundo (Africa do sul, Swazilandia, Moçambique, Marroco, Australia, América, Europa, e outros lugares).
A principal dificuldade é que as fronteiras encontram-se fechadas, constitui a maior dificuldade.
Tem tipo de turistas que vem aqui. Tem turistas sul africanos, europeus e os fisherman. Os que vem da África do Sul ficam 1 noite, os europeus 2 noites e os fisherman 1 semana.
As licenças de pesca, especificamente ligadas ao turismo, são muito caras. De um ano para este subiu por aí 86%. Essa subida é exuberante. Isso faz com que os turistas que estão ligados a isso, que metem dinheiro não vem mais para esta zona, enquanto que a pesca é um dos importantes catalizadores da atividade turística em Moçambique. Mas há trabalhos que estão sendo feitos ao nível da Província de Gaza, que diminui um pouco esta pressão, com outros parceiros daqui, que são exploradores turísticos. Então qualquer um que tem dificuldade ou tem desafios, vamos lá e discutimos. E depois tem uma organização que intervem a liderança com o governo de modo a reduzir os impactos da exploração turística. (associação de turistas – <i>Tourism Unioin</i> - AGINO).
No início a relação com a comunidade local não estava muito boa, era um pouco de guerra, mas agora, as coisas estão boas porque trabalhamos juntos, acabamos resolvendo problemas da comunidade e eles perceberam que não, afinal aqui há comprometimento. Quando tenho problemas com os trabalhadores da comunidade, ligo para o líder da aldeia. Quando alguém rouba algo aqui também ligo e sentamos e digo este fez isto e isto aqui... Tenho tido reuniões também com a comunidade...
E2 Comunidade local
Para nós ainda não temos nada por dizer que temos algum apoio do parque. Estamos a viver só, na verdade o que existe, só faz mal para nós e é o que acontece com os animais. Nós com o parque não vivemos bem porque sempre há um conflito entre nós. Assim como os animais que nós criamos, estamos a falar de gado bovino e não só também as nossas machambas são os maiores problemas. Então o parque não tem uma explicação muito clara sobre o que existe de apoio, nós sempre vemos as dificuldades que encaramos.
Sempre temos reuniões, mas não tem avançado numa resposta clara para nós. Não tem dado uma situação boa para nós. Na verdade, nós reclamamos quando são os animais que entram nas machambas e começam a destruir suas culturas. Mas sempre há esse tipo de informações que passam para o parque, mas o parque também não tem tido uma boa resposta. A invasão dos animais começa agora que os animais começam a encher ... a se

reproduzirem mais, porque tem muitos animais agora. Quando a invasão dos animais começa, nós vamos às machambas, procuramos umas latas e começamos a bater como forma de afugentar ... aquele barrulho cria um espanto para alguns animais e eles fogem. Mas nem sempre fogem. O que acontecem com alguns animais, como bois e cabritos, não conseguimos superar quando é comido por leões e leopardos, mas nós sempre informamos o parque a pensarmos que vão nos pagar. Levamos informação para o parque e o parque faz um registo de alguns animais perdidos. Então registamos os animais e exigimos o pagamento.
Outro problema as salas de aula não têm janelas, também as crianças estudam de baixo da árvore, não tem água para as crianças e os professores...
Não há benefício com o parque, é só ver como estamos aqui próximos ao hospital e a escola, conseguimos ver que o hospital está sem janelas, a escola também não tem janelas, então o benefício no tanto que benefício não acontecem. Até deveriam ter tendas, mas estão ali a estudar ao ar livre, quando chove é um problema, é por isso que não estou a ver o apoio.
Antes da COVID tinham pessoas que passavam aqui, mas agora já não passam porque também fecharam a fronteira. Agora aparece um e outro.
Se nos darem os nossos direitos, não tem nenhum problema. Só que o que acontece, nós temos assistido aqueles que foram reassentados, que passam mal, colocam num espaço onde não está próximo da água e nas condições inadequadas, e também não ficamos felizes por isso. Os maiores problemas temos falado para o administrador do parque assim como do distrito para colocar essas questões.
Acontecem encontros quando é para resolver problemas. E administradores do distrito e do parque aparecem nesse momento para ouvirem esses problemas...
E3 Departamento do turismo
O acesso depende muita das vezes das reservas feitas. O cliente dá uma informação de onde pretende chegar até ao parque, já que temos o espaço de campismo, temos o acesso da entrada até a fronteira com África do Sul ou com Zimbábwe. Então, tem dependido de como são as entradas dos turistas. Os pagamentos são efetuados nos portões principais, temos o portão de Macavene, chamamos portão principal de entrada para o parque. Tem outro acesso da entrada do lado da África do Sul para Moçambique que é Giriondo, já que se trata de parque transfronteiriço e o portão de Pafuri que também faz fronteira com Zimbábwe que é o Gonarezhou. Então eles efetuam o pagamento nesses portões de entrada e seguem para o parque, dependendo das suas necessidades.
Existe e-mail e números dos gestores do turismo, ele por sua vez recebe as informações e são distribuídos pelos gestores dos campismos sobre onde os turistas irão pernoitar. Por exemplos eles pernoitam ou estão de passagem. Temos casos de alguns que pagam para passagem para outras margens lá da fronteira ou mesmo do lado de Moçambique, passam vão para as praias ou para outros locais.
O parque só tem serviços de acomodação, dar espaço ao turista estar acomodado, que são os chalés que contem duas camas casa de banho e a cozinha. Temos espaços de campismo onde é possível esticar a sua tenda, e nesses lugares tem casa de banho e cozinha. Então aí só trás os seus mantimentos, o que chamamos de self catering, o turista vem com os seus mantimentos. Nós oferecemos espaço. Serviços de guia, o parque não tem serviços diretos de guia de turismo profissionais. Mas existe, já que estamos numa área de protegida, temos os nossos fiscais, delegamos alguns colegas fiscais, junto com um técnico/gestor, eu mesmo, por vezes, tenho acompanhado alguns turistas para passear pelo parque todo, para ver algumas espécies que talvez lhes interesse.
De principio logo na reserva falamos com o cliente das condições que o parque oferece. E nós também falamos acerca das viaturas que são necessárias que o turista tenha para deslocar para o parque. E nós como não temos serviços de guia, por vezes mesmo é difícil de termos uma viatura para acompanhar o turista, mas acontecem situações que aparecem ou alguém ou um estudante que queira passar por lá. Como uma forma de facilitar, podemos criar

condições para chegar num ponto onde também queira aproveitar, conhecer alguma coisa que lhe interessa. Mas também dependemos muito do que nós vamos lá tratar. Muita das vezes, não tem sido diretamente que nós disponibilizamos as viaturas para se deslocar.
O parque ainda é novo. Tendo em conta o tempo da sua existência e o trabalho que está sendo feito dentro do parque, é que faz com que não tenhamos vias de acesso porque os lugares estratégicos para o desenvolvimento do turismo é lá onde a comunidade está inserida. Então o parque faz de tudo para primeiro evitar o conflito com a comunidade que vive no interior do parque, reassentando. Primeiro a atividade principal agora, é reassentar a comunidade, pelo menos para descongestionar aqueles lugares estratégicos para o desenvolvimento do turismo.
Muita das vezes, primeira curiosidade é a imagem do parque em si, a própria localização com a fronteira. Uns quando chegam, moçambicanos neste caso, a curiosidade é que estamos no parque Nacional do Limpopo, mas ligado a África do Sul e é perto. A segunda ideia é aquela de estamos a ver animais que nunca tínhamos visto, quando chegam aqui vê os elefantes, vê impalas, por vezes encontram-se com leões, leopardos, por aí, para além de búfalos mais para a espécie dos big five. Como o leão que é um animal caçador muita das vezes não tem sido muito fácil ver porque sempre é um animal que quando está ali, está escondido para poder caçar. Muitas vezes é difícil de ver. A própria natureza do parque, mas mesmo para a própria biodiversidade, da diferença que existe entre este parque e outras áreas de conservação. Portanto, isto é que mais atrai o turista e quando chegam aqui as casas onde nós alojamos alguns turistas, admiram esses espaços. A forma como as casas aqui foram feitas e a cultura em si da comunidade local então quando chegam, chegam com um espanto. Muitos chegam com a ideia que pelo menos vimos coisas diferentes.
A curiosidade maior, estou falando daqueles que saem do lado da África do Sul para cá, esperam as mesmas condições que tem do lado da África do Sul, chegam a Moçambique e tudo é diferente. A facilidade de ver os animais é diferente e não tem vias de acesso. Então são esses problemas. Os mesmos desafios que o parque está tendo com a comunidade, são os desafios que fazem com que tenhamos esses questionamentos todos. Porque que é assim, porque tem muito gado aqui, então temos que explicar que temos a comunidade que vive no interior do parque. Então são essas questões que nós temos deparado. Mas porquê? É possível os animais viverem com as pessoas dentro do parque? Como vocês tem gerido essa situação? Então são esses questionamentos por aí que nós temos. Qual é o benefício que vocês dão para a comunidade local? Então tem essas questões.
Temos campismo de albufeira, temos a aguia pesqueira, Machampane (inoperacional), para o norte temos Mamba camping, Nhanpfule. 4x4 camping, Mbona Kaya.
Sobre lodge comunitário... hummmm...Não estão bem oficializados para o turismo em si acontecer. São espaços muito reconhecidos, onde nós levamos os nossos turistas para apresentar isso como para a contar. São espaços de herança cultural. Heritage Site, vai se definir assim com o tempo. Ainda não temos muita informação com a relação da definição do nome. Por isso que ainda não temos nas nossas brochuras.
Os desafios são de criar espaço para o alojamento dos nossos visitantes. Encaramos situações em que há falta de fundos para melhorar alguns espaços de campismos. As próprias vias de acesso, por vezes nós temos tido muitas de dificuldades, as vezes porque não há fundo, porque alguns fundos estão alocados a outros programas outros setores, então o próprio turismo ainda não tem receitas declaradas que suportam o turismo, neste caso. para questões de manutenção, nos só dependemos da própria administração do parque, quando é alocado alguns fundos para desenvolver uma e outra atividade. Não tem sido muito assim, só para fazer manutenção, mexida de algumas casas, ou vias de acesso degradados, espaços já degradados, etc.
Sobre a experiência daqui do Parque Nacional do Limpopo, muita coisa mudou. A renovação da própria biodiversidade, quero falar acerca de tudo da própria natureza, aquilo que era antes, o devassamento que naquela altura acontecia, dos próprios recursos naturais, havia muita caça furtiva na altura, então quando se declara o parque como sendo um parque

nacional, foi quando começaram-se a traçar as ideais para a proteção. Então houve uma restituição da própria vegetação. Muitos lugares tinham sido destruídos, começaram já a recuperar, restituir algumas áreas. E a percepção das próprias comunidades já foi diferente. Aquilo que eles imaginavam antes, em relação a aquilo que é atualmente. As pessoas não tinham consciência do que é conservar a natureza. Então muitos caçavam por falta de consciência sobre o que era a conservação.
Na verdade, quando nós entramos, tivemos que consciencializar as pessoas... saber o que é cuidar dos animais, o que é cuidar das plantas, o que é cuidar de tudo no seu real, dos recursos naturais. E quais são os benefícios depois, porque alguns foram tendo, emprego. Na verdade, a consciencialização era essa, se nós conservamos, é que na verdade teremos um benefício. Primeiro é o emprego, primeiro é o restaurar a própria terra e para os nossos turistas poderem ver os nossos animais, eles depois vão pagar por isso, isso vai ser sustentável para nós. Então as pessoas foram acatando essas ideias, foram mudando, fomos tendo pessoas com conhecimento, muitos já trabalha aqui, sendo residentes no parque nacional, de zonas circunvizinhas. Para além de gente de fora que também acabaram ganhando emprego. E agora o parque está grande e já temos muitas infraestruturas aqui o turismo é este que está a acontecer. Embora dentro do turismo quando isso acontece, depois temos aqueles problemas, quando as pessoas vão desenvolvendo a sua mentalidade, descobrem que o que acontece já agora, já não está beneficiando diretamente a própria comunidade, mas vão vendo alguma diferença em relação a aquilo que era antes e o que é agora. Porque já que se definiu o parque transfronteiriço, já passam para África do Sul, facilmente entram para África do Sul. Então essa ligação faz com que as pessoas já fiquem atentas e vejam o benefício do que é o parque.
Embora tenhamos esse problema de conflito fauna-bravia, por onde as pessoas têm suas machambas, os animais, vão aumentando, quando passam por lá os animais destroem as suas culturas, então sempre tem se gerado esses conflitos dentro do parque e a comunidade da zona tampão, porque é lá onde os animais frequentam, passam, estou a falar de elefantes, búfalos esses que entram nas machambas e destroem as culturas, os leões mesmo que até acabam devorando o próprio gado, então sempre há problemas com a comunidade local porque acabam percebendo aquilo que era antes. Na altura quando isso acontecesse, eles procuravam a sua forma de protegerem-se para evitar que não invadam as suas culturas. Mas agora já tem outra educação, que não é só por abater que podemos evitar, mas sim tem outras técnicas que podemos usar para evitar esses problemas todos de devastar as nossas culturas. As pessoas vão tendo o exemplo de vida enquanto vivem mesmo com essa vida difícil. Quando o parque na verdade luta em reassentar as comunidades. Por isso, outras zonas que o parque reassentou, já esta a se restituir, é lá onde os animais passam, e você quando vai para lá verá que passam animais, porque é lá onde tem rios e eles bebem água. E na altura não conseguiam chegar por lá, porque é lá onde tinham as suas machambas. Depois da comunidade sair dali são os animais que vão ocupar aqueles espaços. Então isso é muito bom em relação ao tempo passado.
E4 Departamento de reassentamento
Como o termo diz reassentamento, o âmbito de criação deste departamento foi mesmo na previsão que seja um departamento que estaria ligado todas atividades que tem haver com a transferência das famílias do interior do parque para fora ou para a zona tampão, este tem sido o principal trabalho deste departamento.
E sabendo que nesse processo de mudança, de um certo meio para o outro, também tem seus impactos, que na comunidade de origem a comunidade tinha certos costumes, já tinha outras fontes de renda. Sabemos que no parque tem muitos animais e de alguma forma esses animais serviam, tanto de fonte de rendimento ou então para o consumo. Apesar de ser ilegal, nós sabemos muito bem que a comunidade tem aproveitado do que está a sua volta. Então, olhando para isso, depois do reassentamento, e depois das compensações devidamente feitas, nós temos garantido a restauração dos meios de vida durante 2 anos que é para mais ou menos eles aprenderem novas formas de vida, começar a produzir para o seu autossustento. Um dos pilares tem sido a agricultura, logo que se muda para uma nova zona,

o nosso foco tem sido agricultura para garantir que a família tenha alimentos.
Depois da mudança para o novo local de reassentamento, o nosso foco tem sido agricultura, nós sabemos muito bem que na zona rural, a base de sobrevivência é agricultura para garantir a segurança alimentar. E para além do consumo, acabam também vendendo para a sua colheita, portanto esse é nosso foco. Mas depois, para além disso, temos implementado alguns projetos de geração de renda, se calhar já deve ter visto alguns, em termos de produção de ovos, criação de frangos de corte. Neste momento são esses dois que podemos destacar mais para além da agricultura. Mas tudo isso para garantir que a comunidade de fato aprenda a produzir para si própria e tenha esse autossustento. Tirar a comunidade para a zona tampão ou fora da zona tampão
Esse processo já leva muito tempo desde as primeiras consultas, o parque foi estabelecido em novembro de 2001, 3 anos depois, já começaram as consultas com as comunidades para poder perceber se estariam de livre e espontânea vontade, disponíveis para sair do interior do parque, nesta altura, foram apenas auscultações e não consultas públicas para reassentamento como tais. Mas temos conhecimento que a partir de 2005, já começaram as consultas públicas um pouco mais direcionadas ao processo de reassentamento, e também a construção de algumas casas de reassentamento. Então, em 2008 foi reassentada a primeira comunidade, uma comunidade pequena de 18 famílias em 2007/2008, a comunidade de Nanguene, neste caso, a comunidade que está perto da vila de Xinhangane. Em 2015 transferimos a comunidade de Macavene, foram 54 famílias. E no mesmo período 2015/2016, uma parte também da comunidade de Macavene, foi reassentada, 111 famílias. No mesmo período 2015/2016, foi reassentada grande parte da comunidade de Massingir velho, fora 292 famílias, e essas comunidades foram reassentadas em Mucatine e na altura tinha ficado umas poucas famílias, umas 10 que foram reassentadas no final de 2016. Em março do ano passado, reassentamos 140 famílias de Macandazulo para Salane, a comunidade é nova. Este ano a partir de finais de abril, meados de maio, reassentamos a comunidade de Bingo, cerca de 225 famílias e Xitar. Então esses são os números desde que o reassentamento começou, e registamos como caso de sucesso, mas temos ainda 3 comunidades que estão no interior do parque que são: Mavodze, Machamba e Ximangue, serão os nossos próximos passos.
Quando se decidiu que, tinha que se estabelecer o parque, porque antes era coutada e depois viu se que tem condições para ser parque, depois dos estudos, o desafio que se encontrou foi mesmo que, a presença das comunidades no interior do parque, seria mais ou menos, isso que podia criar de alguma forma alguns conflitos, olhando para aquilo que são os interesses, objetivos, da criação do parque. E por outro lado também a presença da comunidade podia interferir no turismo que se deseja como propósito da criação do parque. E nós falamos da caça furtiva, conflito homem fauna-bravia, são conflitos que na verdade, não só pesa mais do lado do parque, mas, muito mais do lado da comunidade. Há reclamações de que os elefantes têm invadido as machambas, os animais são atacados pelas hienas, pelos leões, a própria comunidade foi a primeira a pedir que se encontrasse formas de acomodar todas elas para fora do parque por causa desses conflitos que eram frequentes e continuam agora. Por outro lado, para se ganhar o que é a postura desejada de um parque, também há essa necessidade de tirar a comunidade. Então, é uma necessidade partilhada. Portanto, é involuntário nesse âmbito que a comunidade expressa a vontade de sair por causa dos conflitos. E outro desafio é que toda zona do parque, é uma zona extremamente seca. Todas as comunidades que estão no parque ou estiveram no parque, antes da saída, a partir de agosto até dezembro, passaram mal, de seca por não ter água. A comunidade percorria a distancia para o rio Swingwedzi a procura de água, porque sempre foram zonas propensas a seca e a produção sempre foi fraca. E não só por causa do parque, mas essa zona toda de Massingir, Mapai e Chicualacuala, há momentos que não chove por um ano inteiro. Portanto, essa falta de água, falta de produção, acredito que tenha sido um grande motivo para a comunidade assumir que tem que sair para fora do parque e com um apoio com essa componente agrícola, talvez pudesse mudar de vida para um bom cenário. Essa deve ser a grande motivação. Neste momento que falo estamos pressionados com as comunidades de Ximangue e Machamba. Já

fizeram cartas a dizer que querem sair. Mas as condições ainda não estão criadas para estas duas comunidades saírem, mas, estão a pressionar. É preciso criar condições, é preciso ter financiamento. E sim tem essa pressão da comunidade querendo sair.
Primeiro temos que cumprir com aquilo que a lei exige ou prescreve, que são as legítimas compensações. Essas compensações são feitas em três categorias: a perda das machambas, nós medimos as machambas que cada beneficiário tinha dentro do parque e devidamente calculadas e compensamos. Temos as infraestruturas secundárias, tudo aquilo que o beneficiário tinha como infraestrutura, pode ser celeiro, cozinha, etc, isso também colaboramos com o apoio das obras públicas, calculamos e fazemos a devida compensação. As fruteiras, confesso que em algum momento temos fechado os olhos para as fruteiras, que acima de 95% das fruteiras que compensamos, são nativas. Mas no âmbito do reassentamento sempre tem que haver negociação e colher algumas sensibilidades por causa da comunidade. Nos tempos elas diziam, nos temos esse canhoeiro, é uma planta que nos estamos a cuidar e é uma planta que estamos a cuidar e quando chega a época, eles tiram as frutas e fazem as bebidas tradicionais, vendem e tem algum rendimento. Então, nas negociações apresentaram isso como uma preocupação que podia constar na ficha de compensação, acolhemos. Tantas outras fruteiras nativas beneficia de alguma forma a comunidade, então incluímos na planilha das fruteiras. Enta são essas que na verdade acabamos compensando. Então, as compensações são designadas por três categorias: fruteiras, infraestruturas secundárias e machambas, para além da casa que cada família recebe na nova vila de reassentamento.
Para o caso de Makandazulo, é bem possível que essas segundas esposas na altura não viviam em Makandazulo, porque a comunidade foi muito esperta, mesmo aqueles que receberam, nós não sabíamos que eram segundas esposas. E todas elas apresentaram-se como se fossem solteiras para ter direito a casa. Nas negociações nós dizíamos que as segundas esposas que têm a casa, nós vamos compensar aquela casa em dinheiro de modo que mais tarde o marido, usasse o dinheiro para construir outra casa. Então só compensávamos a casa principal em termos de substituição. Mas quando se aperceberam disso, não haviam polígamos.
Famílias como tais em Makandazulo, eu acho que não chegavam 100 mas contou-se com esses jovens que são novas famílias e que na altura alguns até frequentam mais a África do Sul, por aí em diante. E alguns até hoje não são casados, receberam casa e foram para África do Sul.
Esse é um reassentamento com responsabilidades partilhadas. O governo Alemão, apoiou apenas no programa de reassentamento das famílias. Agora, as infraestruturas sociais são da responsabilidade do governo de Moçambique, isso foi quando assinaram os acordos. No âmbito do reassentamento são as casas, as compensações que o governo Alemão e assume e apoiamos nessa parte de água, apesar que faz parte de infraestruturas sociais e o governo deveria assumir, eles acabam apoiando porque é vital, é uma condição básica para o reassentamento. Agora, a construção das escolas, hospitais, essa é a responsabilidade do Governo. Apenas temos parcelado e deixamos espaço para essas infraestruturas. Em algum momento tem havido vantagem quando for no bairro de reassentamento numa comunidade onde já existe essas infraestruturas sociais, essa é uma vantagem acaba assegurando a partilha dessas infraestruturas.
Eu acho que todo o processo de reassentamento tem os seus desafios e seus constrangimentos, muito mais quando chega a fase de compensações. Há algum oportunismo por parte das comunidades, o que é normal. Em todo o sítio onde há reassentamento existe um esperto que quer se aproveitar disso, quer abrir novas machambas, num campo que não vai semear, só para se medir, é normal e nós temos que aceitar. E se calhar o outro desafio tem sido na zona de reassentamento, a maior parte das comunidades, quando amanhece, como são zonas secas, não chove com regularidade, normalmente quando amanhece, ficam sentados ou à procura de bebidas e se calhar fazer planos de caça, a procura de gazela e aí em diante. Então quando vão para nova zona de reassentamento, nos temos que ensinar a

produzir, tem que ter a machamba, aí já começa o desafio, porque não estava habituado. As antigas comunidades levaram anos para aceitar fazer machambas, mas depois viram que não, se não produzirmos vamos morrer de fome. A comunidade que foi receptiva foi a primeira a reassentar na minha presença, foi a de Makandazulo – Salane. Reassentamos em março, a inauguração foi em abril, demos apenas 60 dias para se restabelecer. Em julho começamos a produção no campo de regadio, formamos a associação naquele campo. Foi muito associativa e muito rápida em adaptar-se. Eles viram que temos que produzir e não foi uma guerra para produzir. Bingo também é uma comunidade que sentimos que está com vontade de produzir. Já fomos chamados e estamos a dar 60 dias para se adaptar e eles já nos chamaram dizendo que temos machamba vamos começar a produzir, e isso já é bom, mostra vontade e facilita o nosso trabalho. Para além do campo da associação temos a área toda que cada família recebeu uma parcela de 40/40, e é para produzir vegetais. Mas mesmo assim, naquelas parcelas familiares, acima de 80% são mulheres. Mas eles foram muito receptivos, mesmo na área de sequeiro, trabalharam na época passada. Muitos jovens imigram para África do Sul e vão trabalhar nas plantações, mas não tem o sentido inverso de achar que eles podem desenvolver as suas atividades de maior dimensão dentro do contexto de residência deles. Muitos jovens de Gaza, quando chegam uma certa época, desaparecem, vão a África do Sul. É a prática já muito antiga.
E5 Gestores do PNL
Tivemos um processo muito longo. Primeiro para dizer o seguinte, esse reassentamento, não é involuntário, não é obrigatório, é um processo negocial e por ser negocial há um processo em volta do engajamento. O engajamento que estamos a dizer é fazer com que a comunidade perceba primeiro a razão e o porque do processo de reassentamento. Depois disso há identificação das áreas por onde as comunidades vão se estabelecer. As áreas estamos a referir os locais por onde elas querem ser reassentadas. A identificação dos locais passa necessariamente pela existência de área para habitação, para agricultura, e áreas para pastagem. Esses três fatores são muito importantes para as comunidades acederem ao processo de reassentamento. Porque nessas comunidades, os seus principais recursos são (3): é o Homem, depois tem a terra e tem os seus animais – a criação de animais. Elas não cedem a nenhum outro tipo de processo sem observar estes elementos todos. Então o processo é negocial, mas passa necessariamente pela identificação das áreas ou opções de reassentamento, onde essas comunidades a serem reassentadas, elas é que dizem onde querem ir.
O processo todo de engajamento vai ser influenciado principalmente pelo fato de as comunidades serem reassentadas e serem elas a definirem as opções ao reassentamento. Significa que são elas que escolhem onde querem ser reassentadas. Mas o processo é negocial e passa por um processo muito longo de engajamento, de fazer perceber as comunidades, porque do reassentamento comunitário.
Até chegarmos a distribuição de casas as famílias, que a maioria daquelas famílias são polígamos, mas até chegarmos ao processo de distribuição de residências, isso acontece porque primeiro define-se o RAP – Plano de Ação de Reassentamento. O RAP é que define quais são as características da comunidade. Quando digo características da comunidade, estou a dizer quantas pessoas tem em termos de famílias, cada família é composta por quantos membros, e o pai da família tem quantas esposas, se é uma ou duas ou 10, e em termos de ativos, quantas machambas tem, quais são as áreas a compensar por cada unidade familiar, etc. E porque nós conhecemos de forma documental, as características das famílias, nós seguidamente, já sabemos como vamos distribuir as residências.
Foi acordado em todos esses processos de reassentamento, que cada indivíduo que tem 2 ou mais esposas, tem que ter duas ou mais casas. É assim como está no plano. Um homem que tem duas esposas significa que tem que ter duas residências, concentradas ou dispersas, de acordo com o que a pessoa quer. Por exemplo, a pessoa que tem mais de duas esposas, prefere no reassentamento agrupa-las todas no mesmo sítio. E cada esposa tem a sua própria residência porque foi assim como nós encontramos nas aldeias de origem. Na área de reassentamento a forma de organização social não deve mudar.

Uma das grandes dificuldades e barreiras ao processo de reassentamento, está ligado a gestão financeira. É um processo muito complicado porque envolve compensações diversas e baseadas em fundos do doador. Este é um grande entrave para este projeto. O segundo aspecto é que o governo, que é o dono do processo de reassentamento em si, e define os critérios e as modalidades para o processo de reassentamento acontecer, entra apenas com o processo de gestão, não com finanças e torna o processo cada vez mais oneroso e a levar muito tempo. E depois, devido a morosidade do próprio processo de reassentamento, há promessas que foram estabelecidas, há muitos e muitos anos. E naturalmente as pessoas que conhecem essas promessas, até já não estão no processo de reassentamento. E isso faz com que o processo de reassentamento em si, seja mais complexo e refém de vários revês e processo de negociação que até chegam a comprometer o financiamento externo. Um processo de reassentamento que só está dependente do orçamento externo, não vai ser solucionado a curto e médio tempo.
Questões de delimitação de terra, questões de atribuição de Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) nas áreas de reassentamento, questões de busca de áreas de pastagem, são da responsabilidade do governo, neste reassentamento, mas o governo não tem dinheiro para fazer isso e o doador acaba entrando nessas coisas. Isso é que faz com que o processo seja mais oneroso, muito complexo, e leve mais tempo.
Se eu olhar para essas comunidades, antes e depois do reassentamento, eu verifico que há mudanças. Primeiro, antes do processo de reassentamento, estas comunidades não tinham áreas ordenadas, significava que o tipo de povoamento era disperso em termos de organização. Depois, não tinham água canalizada, não há eletricidade, as vias de acesso são quase inexistentes dentro do parque. E a agricultura que praticavam, dependia das condições sazonais, isto é, há precipitações, o mais provável é ter muita produção, quando não há, não há nada. Na área de reassentamento, há mudanças de forma de uso de terra, portanto, usam motobombas, as comunidades são organizadas em associações. E há um projeto assistencial ligado aos meios de vida. Um projeto de meio de vida em que se valoriza mais a agricultura de conservação. Então nessas comunidades, o aspecto mudança, o aspecto melhoramento acontece, evoluiu mais. Agora já tem uma cadeia de produção e comercialização dos seus produtos agrícolas e orientada para o mercado. Mas, nas anteriores áreas onde viviam, isso não existia. Em termos de conflito homem e fauna bravia, é quase nulo na área do reassentamento, que é uma área em que os animais não propalam em larga escala. E as comunidades tem acesso a todos os serviços do Estado. E de que serviços do Estado se refere? A própria presença de infraestrutura do governo estar presente para reconhecer os documentos, a saúde a educação, o acesso a eletricidade, isso é muito importante e serviços de apoio para a governação.
O modelo participativo e o modelo de comunicação, são bons, existe, está estabelecido. Nos temos a estrutura do parque e depois fora do parque temos os comités de gestão de recursos naturais e também tem comité de gestão de risco ao nível das comunidades. Então essa estrutura de comunicação existe. Mas, onde é que isto falha, falha na fase de implementação. A informação flui, mas o parque já não tem aquela pujança financeira para responder aos desafios que tem estado a receber das comunidades. O esquema funciona, mas o feedback sobre como responder, como satisfazer, os anseios dessas comunidades, ou destas lideranças ou destes comités, aqui falha porque não há capacidade. Um exemplo para perceber, nós temos vários conflitos principalmente em altas de precipitações porque quando chove, o nível de conflito aumenta, porque os animais selvagens estão sempre a expandir o seu radar ao nível das machambas das comunidades. E as comunidades comunicam que aqui há elefantes que estão a destruir culturas. Mas, vamos ver para o nível de reação do Parque Nacional do Limpopo. É um pouco reduzido porque nos temos uma unidade de manejo de fauna, construída por apenas 6 fiscais para uma área de 10 mil km² ou mais de 1 milhão de hectares. Então percebe-se que tem um problema de feedback e porque o parque não

consegue satisfazer os anseios da comunidade, então, o sistema falha.
Talvez fosse necessário distribuir os níveis de prioridade. O problema do Parque Nacional do Limpopo não é a priorização ou não, nem é o sistema ou modelo, o problema é a capacidade financeira para responder a certos desafios. Quando digo isso significa que, por exemplo, o número de fiscais para afugentamento são poucos, meios de transporte para responder de forma eficaz as questões de conflito homem e fauna bravia são poucos. O modelo de comunicação é bom, a informação chega a tempo útil, mas o tempo de resposta é relativamente nulo. Por exemplo, ao longo da zona tampão é parque. Dizer zona tampão não faz parte do parque, é parque. Por isso que estamos a dizer no plano de manejo que área da zona tampão é uma área de “refrescamento” do parque, ou seja, quando o parque precisar alargar o seu domínio, as áreas que ele leva adjacentes são as áreas da zona tampão. E logo o parque tem responsabilidade de estabelecer e garantir a manutenção das vias da zona tampão. As comunidades reclamam que as vias de acesso não estão boas e o parque não tem meios para fazer manutenção, não tem dinheiro para contratar uma empreitada, então isto impera um pouco o desenvolvimento das comunidades.
E6 Repartição sobre meios de vida
O apoio que estamos a dar é em termos de projeto, estamos a estabelecer projetos de desenvolvimento ao nível das comunidades. São projetos de meios de vida. Meios de vida é para todas as comunidades reassentadas. E cada comunidade define o que quer fazer, que tipo de projetos querem desenvolver e na sua maioria, os projetos são os mesmos. É agricultura de conservação, é produção de ovos, é a produção de frango em cativeiro, etc. Quem apoia este projeto é a KFW, que é o banco alemão para o desenvolvimento. A KFW apoia projetos de meios de vida para garantir a restauração, ou seja, restaurar a capacidade produtiva das comunidades. Depois do reassentamento, as pessoas têm que ter atividades que lhe ajudem a melhorar cada vez mais o seu nível de vida. E esses projetos são financiados por um período de 2 anos. As comunidades que tem projetos de meios de vida são organizadas em associações de produção, de criação, etc., abrem contas bancárias que são usadas para garantir sustento e as vendas são para arrecadar dinheiro e guardar por enquanto. Assume-se que 2 anos depois cada comunidade tenha pernas para andar, cada projeto pode ser desenvolvido em prol de cada associação, elas se autofinanciam depois de 2 anos.
Parte-se do princípio de que o processo de reassentamento tem um documento chamado de moratória. A moratória define que a aldeia X, Y vai ser apoiada até o período de 2 anos. Depois desse período, as ações do projeto não terão mais impactos da comunidade. Porque se assume que a comunidade já é autossuficiente. Os processos de monitoria só ocorrem ao longo do processo de reassentamento e ao longo da implementação do projeto meios de vida. Depois disso, a responsabilidade é do Governo sobre a comunidade.
Eu acho que no processo educacional, o governo do distrito ao seu nível e dentro das suas responsabilidades, promova ações que façam com que os alguns tenham mais motivação para ir à escola. Isso porque há crianças que veem de distâncias muito longínquas e naturalmente é preciso promover ações que ajudem a sensibilizar as crianças a não aderirem a pastagem, mas sim ir à escola. Isso também faz com que os pais percebam o valor da educação. Salane é uma área rural em que as pessoas primeiro não dão valor à escola. Então é preciso que na área da educação, haja projetos específicos, a semelhança do que acontece noutras áreas rurais por excelência haja projetos que motivem ou que valorizem a importância da educação ou a importância do aluno na escola.
O parque já experimentou o modelo comunitário, ao nível da aldeia de Chicualacuala. Este modelo mostrou-se não ser funcional para aquilo que nós queremos ao nível de desenvolvimento de uma estrutura de conservação. Os modelos comunitários são muito fracos, e nós neste momento estamos a apostar muito nas concessões turísticas. Por exemplo Gaza Safari é uma das concessões que está a dar aqui no Limpopo, já assinado os contratos e está operacional. E é responsável hoje em dia por parte de financiamento de compensações de gado, ou morto por animais selvagens. Temos uma área para concessionar que é a área

de Machampane, Shingwedzi, e as concessões todas elas, não vamos dizer que é para nacionais ou estrangeiros apenas, é para todos. Todo e qualquer investidor que tem capacidade e condições para desenvolver o turismo dentro dos critérios estabelecidos.

A própria estrutura da comunidade. A comunidade aprende fazendo, e não faz parte daquilo que são as habilidades comunitárias, garantir o desenvolvimento do turismo orientado para uma visão comercial. As comunidades precisam de fundos, para conseguir adquirir meios e capacidades, camas, desenvolver infraestrutura, etc. A comunidade não está preparada e o estado também não financia essas pequenas iniciativas.

Ressalta-se que há manifestação de interesse para as outras concessões turísticas. Assim, as principais áreas especiais dentro do parque são Swingwedzi, Machampane e Machamba.

Fonte: a autora (2023)

Figura: algumas imagens de campo do Parque Nacional do Limpopo



Fonte: autora (2022)

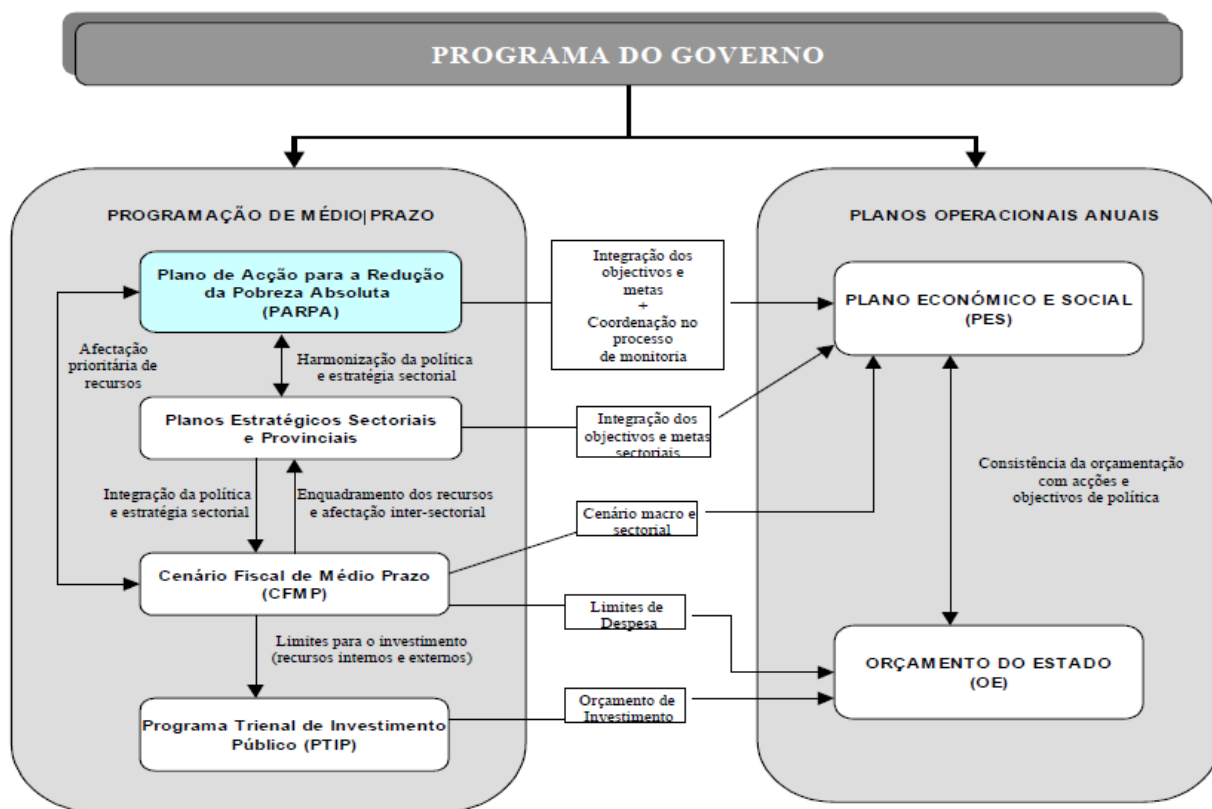
Apêndice 13: Tipos de conservação

Tipo de conservação	Conceito	Vantagens
<i>In situ</i>	É a conservação das espécies dentro do seu habitat natural. Neste método, o ecossistema natural é mantido e protegido.	É um método econômico e conveniente de conservação da biodiversidade. Um grande número de organismos vivos pode ser conservado simultaneamente. Como os organismos estão em um ecossistema natural, eles podem evoluir melhor e se ajustar facilmente às diferentes condições ambientais.
<i>Ex situ</i>	É a conservação que envolve a criação e manutenção de espécies ameaçadas em ecossistemas artificiais, tais como jardins zoológicos, viveiros, jardins botânicos, bancos genéticos, etc. Há menos competição por alimentos, água e espaço entre os organismos.	Os animais contam com maior tempo e atividade reprodutiva. As espécies criadas em cativeiro podem ser reintroduzidas na natureza. Técnicas genéticas podem ser utilizadas para a preservação de espécies ameaçadas. Leia também: Diferença entre um santuário de vida selvagem e um parque nacional Estratégias para Conservação da Biodiversidade A seguir estão as estratégias importantes para a conservação da biodiversidade: Todas as variedades de alimentos, plantas madeireiras, gado, micróbios e animais agrícolas devem ser conservadas. Todos os organismos economicamente importantes devem ser identificados e conservados. Os ecossistemas únicos devem ser preservados primeiro. Os recursos devem ser utilizados de forma eficiente. A caça furtiva e a caça de animais selvagens devem ser evitadas. As reservas e áreas protegidas devem ser desenvolvidas cuidadosamente. Os níveis de poluentes devem ser reduzidos no meio ambiente. O desmatamento deveria ser estritamente proibido. As leis ambientais devem ser seguidas rigorosamente. As espécies úteis e ameaçadas de plantas e animais

		devem ser conservadas na sua natureza, bem como nos habitats artificiais.
--	--	---

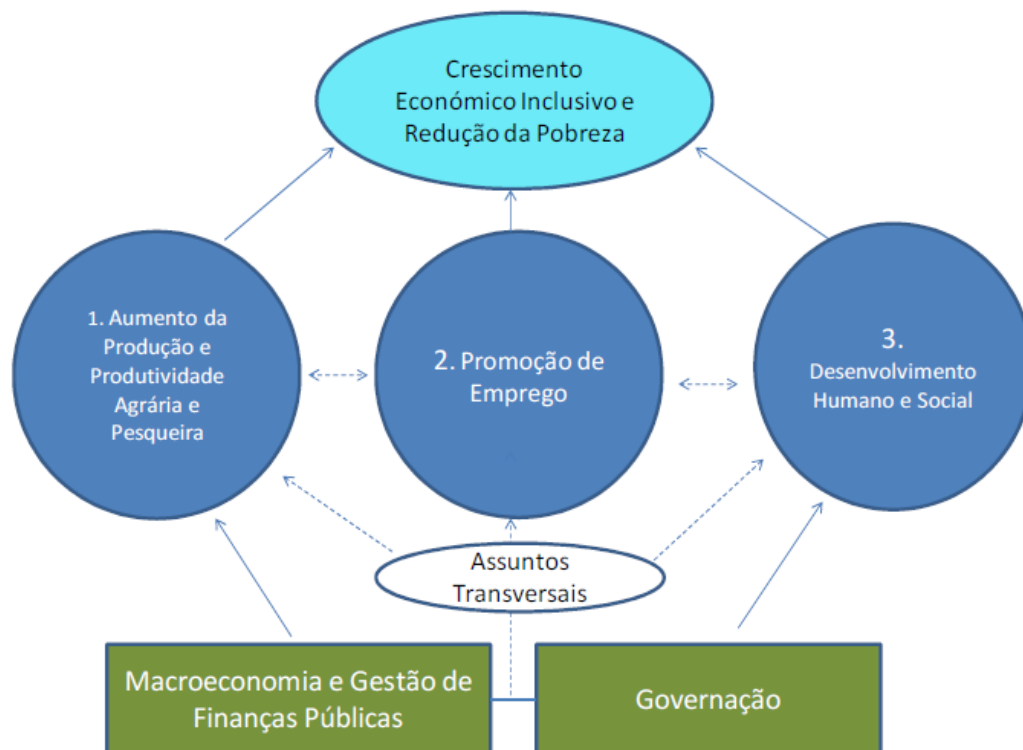
Fonte: Adaptado de Skinner e Azevedo (2018)

Anexo 1: Estrutura de articulação de instrumentos do planeamento público em Moçambique



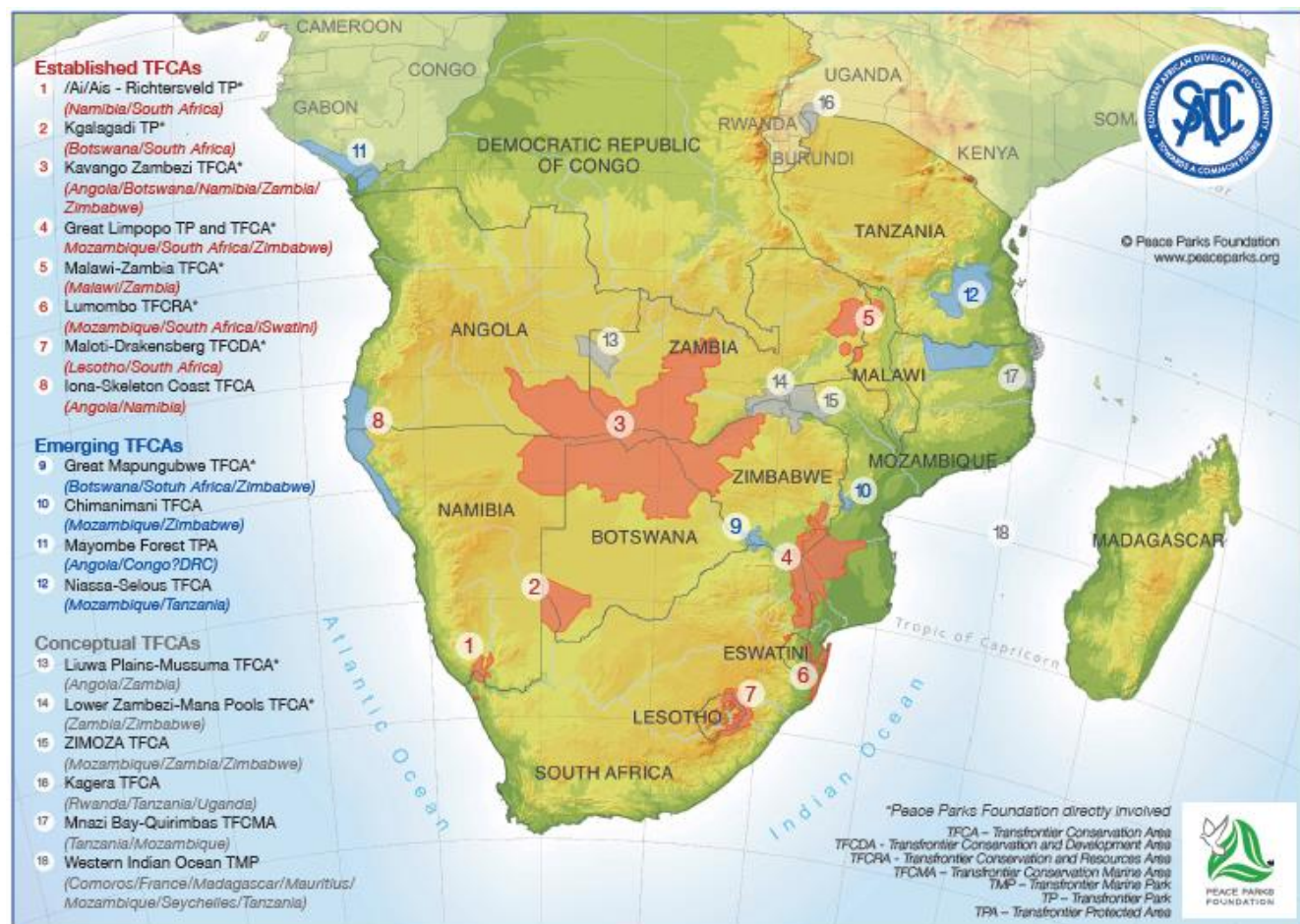
Fonte: PARPA 2001-2006

Anexo 2 Estrutura de priorização de ações na visão do PARP 2011-2014



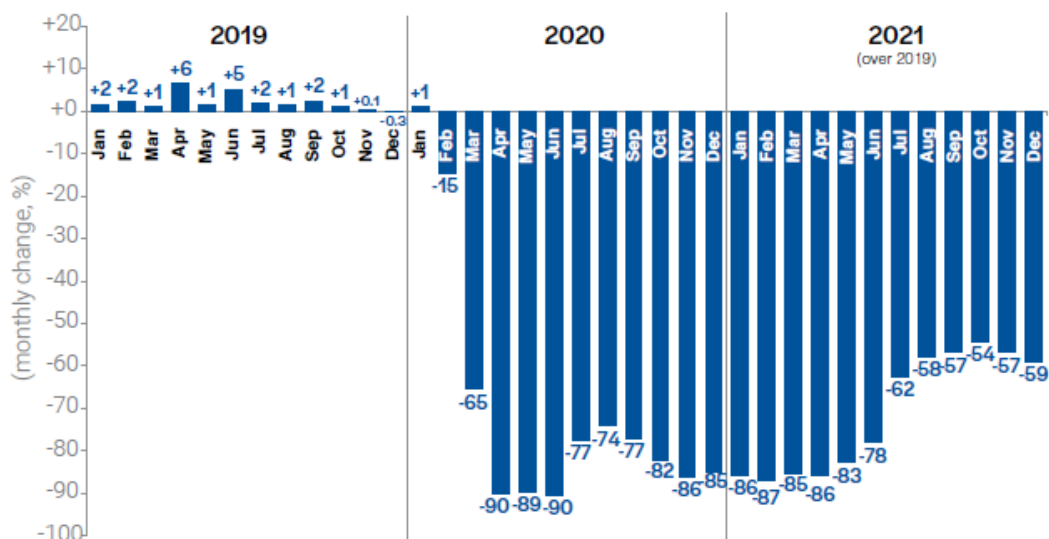
Fonte: PARP 2011-2014

Anexo 3: Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC



Fonte: SADC (2020)

Anexo 4: Chegada de turistas internacionais (variação mensal, %)



Fonte: UNWTO (2023)

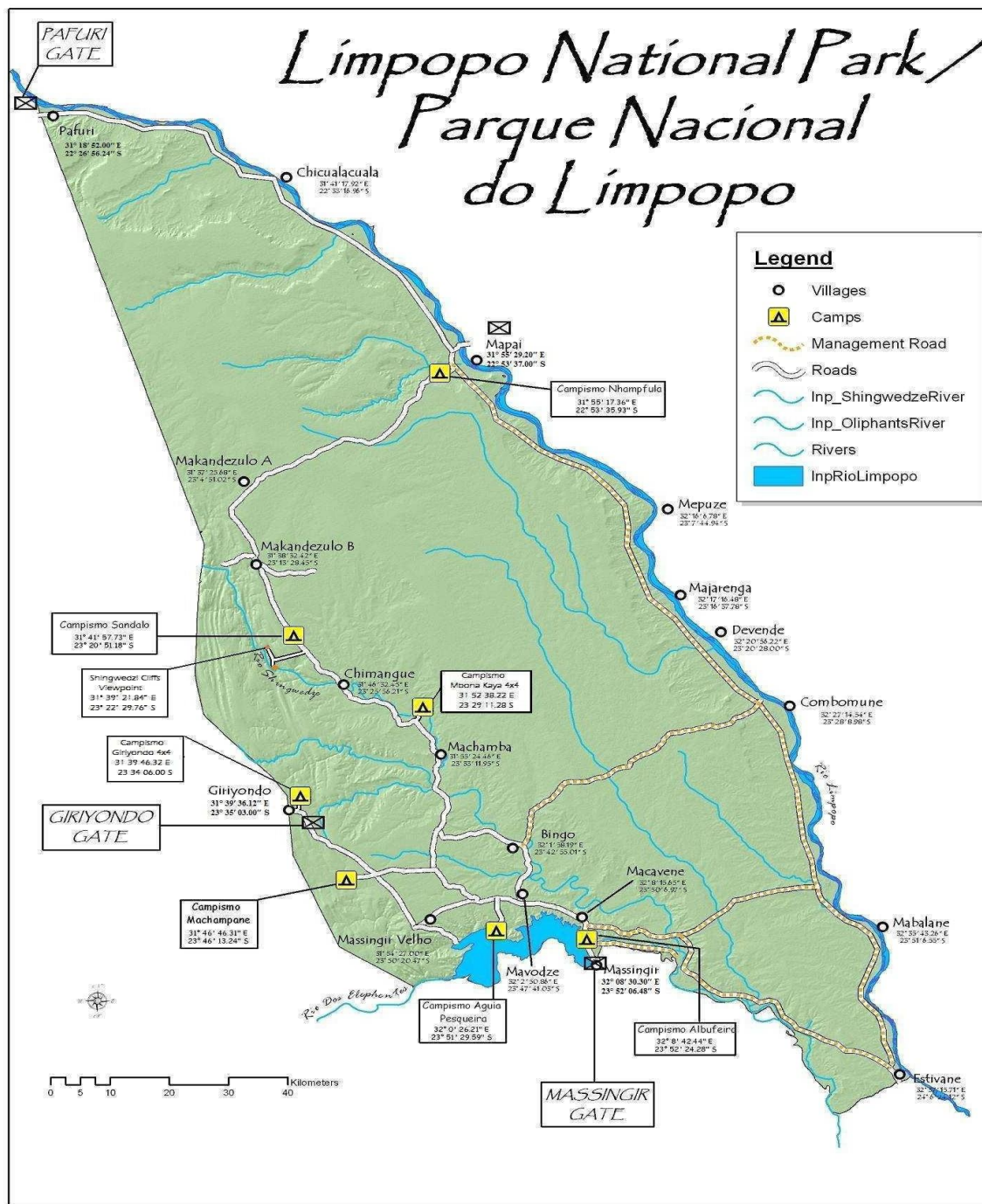
Anexo 5: Políticas, Planos e Programas das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC

Documentos	Especificação
Protocolo da SADC sobre a Conservação da Vida Selvagem e Aplicação da Lei (1999)	Harmonização de instrumentos legais nacionais para padronizar incentivos econômicos e sociais na preservação da vida selvagem em produtos turísticos transfronteiriços. Promoção da conservação de recursos faunísticos e florísticos compartilhados por meio de Áreas Transfronteiriças de Conservação.
Protocolo Revisto sobre Cursos de Água Compartilhados (2002)	promoção da utilização sustentável, equitativa e racional dos cursos de água compartilhados, proporcionando um enquadramento para o turismo aquático transfronteiriço.
Protocolo sobre o Comércio de Serviços, de 2012	Liberalização progressiva do comércio intra-regional de serviços na África Austral, fundamentando-se nos princípios da equidade, equilíbrio e benefícios mútuos e impulsiona o desenvolvimento e crescimento econômico sustentáveis.
Plano Diretor Regional da SADC para o Desenvolvimento de Infraestruturas, Plano do Sector do Turismo (ATFC)	Identificação e materialização de projectos prioritários como de infraestruturas físicas; Desenvolvimento de Estratégias e de Harmonização de Políticas; e projeto de Produtos Turísticos. Redefinição do papel e âmbito do turismo na SADC e implementar

	um quadro permanente para a Unidade de Coordenação do Turismo.
Programa sobre as ATFC da SADC, de 2013	Advocacia e Harmonização de Políticas entre todas as ATFC existentes na Região; Reforço dos mecanismos de financiamento das ATFC; Reforço de capacidades dos intervenientes nas ATFC; Criação de sistemas de gestão de dados e dos conhecimentos; Reforço dos meios de sustento para as comunidades locais; Redução da vulnerabilidade dos ecossistemas e da população aos efeitos das alterações climáticas; e desenvolvimento das ATFC em produtos turísticos regionais comercializáveis
África Austral Sem Fronteiras	Desenvolvida como marca geral para o marketing das ATFC enquanto destinos turísticos e de investimento. Busca estabelecer um maior número de itinerários e rotas turísticos transfronteiriços através de um maior número de ATFC e apoiar o trabalho no sentido da remoção dos obstáculos que impedem o desenvolvimento do turismo transfronteiriço nas ATFC.
Agenda da OMT para África	Busca de sinergias e colaboração com os Programas da Comissão da OMT para África.
Agenda 2063 da União Africana	Criação de uma Zona de Comércio Livre Africana, de um Passaporte Africano e da livre circulação de pessoas, assim como de uma Rede Única de Transportes Aéreos, resolverá os sérios desafios relacionados com o crescimento do turismo na SADC.
Comité Técnico Especializado (CTE) sobre o Turismo da Comissão da União Africana (CUA)	Explorar áreas de cooperação e parcerias: Este Comité Continental de Ministros Responsáveis pelo Turismo ao nível da União Africana irá lançar iniciativas que poderão ter um impacto em todo o continente africano, incluindo a África Austral.

Fonte: SADC (2019)

Anexo 6: Distribuição de campismo no PNL



Fonte: PNL, 2015

Anexo 7: Oportunidades de concessões turísticas no PNL

Nº	Nome	Extensão	Data de Liberação	Descrição
1	Madonse	9,900 ha	Fase 1: 2011	Concessão 4 a 5 estrelas localizada na área oeste do Parque nas proximidades do posto fronteiriço de Giriyondo. Esta concessão está pronta para ser liberada.
2	Bonsweni	9,900 ha	Fase 1: 2012	Concessão essencialmente para actividades de caminhadas localizadas no Sudoeste do Parque. Esta concessão oferece a possibilidade de ser desenvolvida durante o reassentamento em Massingir Velho.
3	Machampane	9,900 ha	Fase 1: 2012	Concessão de 3 a 4 estrelas localizada na área Sudoeste do Parque. Esta concessão está pronta para ser liberada em finais de 2012.
4	Chicobe	9,900 ha	Fase 1: 2012	Concessão de 4 a 5 estrelas localizada na área centro oeste do Parque. Esta concessão está pronta para ser liberada.
5	Mbona Kaya	Est. 9,700ha	Fase 2: 2012 / 2013	Concessão de 4 a 5 estrelas localizada no centro do Parque na margem oeste do Rio Shingwedzi. Esta concessão oferece a possibilidade de ser desenvolvida durante o programa de reassentamento.
6	Machamba	Est. 8,000ha	Fase 3: Est. 2014/15	Concessão de 4 a 5 estrelas localizada no centro do Parque na margem oeste do Rio Shingwedzi. Esta concessão será desenvolvida após a finalização do processo de reassentamento.
7	Bingo	9,900 ha	Fase 3: Est. 2014/15	Concessão de 4 a 5 estrelas localizada ao longo do rio Shingwedzi na área sul do Parque.
8	Lower Shingwedzi	Est 8,300ha	Fase 3: Est. 2014/15	Concessão para locais múltiplos de 3 a 4 estrelas ao longo do rio Shingwedzi na área sul do Parque
9	Estância na Barragem de Massingir	Est 20ha	Fase 1: Est. 2012	Estância de 3 a 4 estrelas localizadas na barragem de Massingir perto do Posto de Massingir na área sul do Parque.
10	Concessões para Casas Flutuantes em Massingir	Est. 5 ha cada	Fases 2 & 3: Est. 2012 - 2015	Concessão de casa flutuante na barragem de Massingir.

Fonte: PNL, 2015

Anexo 8: Equipamento e concessões turísticas no Parque



TURISMO

	Cidade Principal		Primário - Superfície		Terciário - Trilhas - 4x4
	Cidade		Primário - Cascalho/Estabilizado		Estrada de Gestão
	Aldeia		Primário - Trilhas - 4x4		Rios Primários
	Portão de Entrada		Secundário - Cascalho/Estabilizado		Rios Secundários
	Sede		Secundário - Trilhas - 4x4		Rios Terciários
	Centro de Controlo dos Fiscais		Terciário - Superfície		Concessões Gaza Safaris Proposta
	Poço Artesiano		Terciário - Cascalho/Estabilizado		Concessões Gaza Safaris
	Pista de Aterragem				
	Entrada Proibida				
	Acampamento				
	Actividade Turística				
	Ponto de Vista				
	Piquenique				



Fonte: PNL, 2015

Anexo 9: Tipos de turismo associados à conservação, categorizados pelo seu impacto previsto na conservação da biodiversidade

Tipos de turismo		Impacto na conservação			
Termo	Descrição	PA	IL	ED	SI
Ar livre	Experiências que resultam de atividades recreativas que ocorrem em ambientes naturais Ambientes	+/-	-	-	-
Turismo de vida selvagem	A visualização e o encontro não-consumista com a vida selvagem apenas em áreas naturais	+/-	-	-	-
Baseado na natureza	Qualquer forma de turismo que utilize recursos naturais de forma selvagem ou subdesenvolvida	+/-	-	-	-
Turismo pró-pobre	Turismo que gera benefícios líquidos para os pobres. Os benefícios podem ser económicos, mas também podem ser sociais, ambientais ou culturais	-	+	-	-
Turismo responsável	Amplamente considerado um precursor do ecoturismo: impacto ambiental mínimo; impacto mínimo e máximo respeito pelas culturas anfitriãs; benefícios económicos máximos para as bases do país anfitrião; satisfação recreativa máxima em participar	-	-	-	-
Turismo sustentável	Turismo que tenha plenamente em conta os seus impactos económicos, sociais e ambientais atuais e futuros, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades anfitriãs	+/-	+	+	-
Geoturismo	Uma forma de turismo que se concentra especificamente na geologia e na paisagem. Promove o turismo para geossítios e a conservação da geodiversidade e uma compreensão das ciências da terra através da apreciação e aprendizagem	+	-	-	-
Ecoturismo Internacional	Viagens responsáveis para áreas naturais que conservem o meio ambiente, sustentem o bem-estar da população local e envolvam interpretação e educação	+	+	+	+
Ecoturismo (acadêmico)	Forma sustentável e não invasiva de turismo baseado na natureza que se concentra principalmente na aprendizagem sobre a natureza em primeira mão e que é gerido eticamente para ter baixo impacto, não consumista e orientado localmente (controlo, benefícios e escala). Normalmente ocorre em áreas naturais e deve contribuir para a conservação dessas áreas	+	+	+	+

Fonte: Stronza et al. (2019)

Abreviações:

ED: interpretação ambiental e ética;

IL: meios de subsistência diversificados;

PA: apoio à vida selvagem e áreas protegidas;

SI: instituição de gestão de recursos fortalecida.

Anexo 10: Infraestruturas sociais por área de implementação do projeto de reassentamento humano

Aldeia	Infraestruturas sociais	Serviços existentes	Serviços Requeridos do Governo	Estágio atual e planeado	Ponto situação
Salane	Sistema de abastecimento de Água	Dois fontanários existentes	Instalar novo sistema de tubagem de abastecimento de água, incluindo um sistema de bombagem solar no poço existente, onde os empreiteiros de Zhonmei iniciaram com as escavações.	Construção concluída em 2020 e financiada pelo KfW	
	Escola	Uma escola primária (primeira a quinta classe)	Elevar a atual escola primária para primária completa (Primeira a Sétima classe)	Necessidade de construção de mais duas salas para acomodar as crianças Makandazulo	2023
	Energia	Sem eletricidade	Necessidade de providenciar energia elétrica	A EDM vai garantir serviços de eletricidade a médio prazo. O Governo incluiu o plano de electrificação de Salane nas prioridades	2023-2024
	Saúde	Sem unidade sanitária	Construção de centro de saúde tipo II	Um centro de saúde tipo II está em construção (78% concluído)	2021-2022

				na comunidade de Muguambane, a 20km de Salane. Existem dois Agentes Polivalentes de Saúde	
Chitar	Sistema de abastecimento de Água	Existe um furo de abastecimento de água	Nada constar	a Nada a constar	
	Escola	Existe uma escola primária que leciona da primeira a sétima classe	Nada constar	a Nada a constar	
	Energia	Existe eletricidade da rede nacional	Nada constar	a Nada a constar	
	Centro de Saúde	Existe		O centro de saúde mais próximo está localizado na comunidade de Zulu que dista acerca de 4km de chitar.	O centro de saúde mais próximo está localizado na comunidade de Zulu que dista acerca de 4km de chitar.
Canhane	Sistema de abastecimento de água	Existe um na escola e outro na comunidade	Necessidade de construção de dois fontanários	Perspectivado para o presente Quinquênio	2024
	Escola	Existe Escola primária completa	Nada constar	a Nada a constar	
	Energia	Sem eletricidade	Necessidade de fornecimento de energia elétrica	Faz parte de eletrificação para o quinquênio 2020-2024	2022-2023
	Centro de saúde	Sem centro de saúde	Construção de centro de saúde	Concluída a construção da maternidade e do armazém de medicamentos em Massingir. Este centro de	Concluída a construção da maternidade e do armazém de medicamentos em Massingir.

				saúde também atende às necessidades das comunidades reassentadas de Tihovene, Canhane e Macavene Banga.	Este centro de saúde também atende às necessidades das comunidades reassentadas de Tihovene, Canhane e Macavene Banga.
	Outro	Reabilitação da estrada Canhane - Massingir	Nada constar a	Manutenção rotineira realizada	Annual
Macuacane	Sistema de abastecimento de Água	Não existe	Necessidade de abertura de 2 furos	Faz parte do plano para o presente quinquênio 2020-2024	2022-2023
	Escola	Escola primária completa	Necessidade de construção de duas salas de aulas	Faz parte do Plano Quiquenal 2020-2024	2023
	Energia	Sem eletricidade	Necessidade de providenciar energia elétrica	Faz parte de eletrificação para o Quinquênio 2020-2024	2024
	Centro de Saúde	Não existe. O Centro de Saúde mais próximo situa-se a cerca de 17Km em Chibotane	Um centro de saúde em Macuachane	obra iniciada	2021-2022
		Construção do Posto Administrativo de Macuachane	Conclusão da obra	A secção dos escritórios está terminada, faltando o termino da secção de residência em 50%.	A secção dos escritórios está terminada, faltando o termino da secção de residência em 50%.
		Ponte Shingwedzi perto de Chibotane	Instalar novo sistema de tubagem de abastecimento de água,		

			incluindo um sistema de bombagem solar no poço existente, onde os empreiteiros de Zhonmei iniciaram com as escavações.		
Mucatine		Dois furos de água abertos para a comunidade reassentada de Massingir Velho, usando sistema de painel solar	Elevar a atual escola primária para primária completa (Primeira a Sétima a classe)	Faz parte do plano para o presente quinquênio 2020-2024	2023
		Escola Primária Completa (1ª a 7ª classe) e uma Escola Secundária (8ª a 10ª classe)	Necessidade de providenciar energia elétrica	Nada a constar	
		Energia disponível a partir da rede de energia da rede nacional	Construção de centro de saúde tipo II	Está prevista a aquisição de mais uma Estação de Transformação de Energia para extensão da rede a outros bairros.	Está prevista a aquisição de mais uma Estação de Transformação de Energia para extensão da rede a outros bairros.
		Disponível centro de saúde tipo 2	Nada a constar	Nada a constar	
Banga		Existe sistema de abastecimento de água que funciona a diesel	Nada a constar	Faz parte do plano para o presente quinquênio 2020-2024	2024
		Escola Primária Completa (1ª a 7ª classe)	Nada a constar	Nada a constar	

		Energia disponível a partir da rede de energia da rede nacional		Nada a constar	
		O centro de saúde mais próximo dista a 27 km, em Massingir	Necessidade de construção de dois fontanários	Faz parte do plano para o presente quinquênio 2020-2024	2024
Nanguene		Existe sistema de abastecimento de água	Nada a constar	Nada a constar	
		Escola primária (1ª a 4ª classe)	Necessidade de fornecimento de energia elétrica	Faz parte do plano para o presente quinquênio 2020-2024	2024
		Sem eletricidade	Construção de centro de saúde	Faz parte de eletrificação para o quinquênio 2020-2024	2024
	Centro de Saúde	O Centro de Saúde mais próximo situa-se a cerca de 17 km em Massingir	Construção de centro de saúde	Faz parte do Plano Quinquenal 2020-2024	2024

Fonte: Moçambique (2021)